

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

Samanta Trivilin

**A FAMÍLIA OPERÁRIA:
O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A INSERÇÃO DA FAMÍLIA
NO ESPAÇO INDUSTRIAL DA VINÍCOLA ARMANDO PETERLONGO
(1915-1966)**

São Leopoldo

2009

Samanta Trivilin

A FAMÍLIA OPERÁRIA:
O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A INSERÇÃO DA FAMÍLIA NO ESPAÇO
INDUSTRIAL DA VINÍCOLA ARMANDO PETERLONGO (1915-1966)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott.

São Leopoldo

2009

Samanta Trivilin

A FAMÍLIA OPERÁRIA:
O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A INSERÇÃO DA FAMÍLIA NO ESPAÇO
INDUSTRIAL DA VINÍCOLA ARMANDO PETERLONGO (1915-1966)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovado em 19 de maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Silvia Volpi Scott – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^a. Dr.^a. Heloísa Jochims Reichel – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^a. Dr.^a. Vania Beatriz Merlotti Herédia – Universidade de Caxias do Sul

A Deus, meu Senhor e Salvador.
Aos meus pais Gilberto e Cleusa pelo exemplo de vida,
carinho, dedicação e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Este estudo é fruto de uma inicial escolha individual, mas que não poderia ter se realizado sem a colaboração, o apoio, o incentivo, o carinho e a amizade de muitas pessoas, que neste momento desejo agradecer profundamente.

Inicio por agradecer à Ana Silvia Volpi Scott, que gentilmente aceitou a tarefa da orientação dessa dissertação. Muito além da orientação, foi um exemplo de dedicação à pesquisa histórica e à docência, pela maneira com que conduziu os trabalhos, sabendo equilibrar as exigências formais, o rigor acadêmico e o incentivo constante à construção de meu trabalho, prática fundamental para sua execução. Ao longo da caminhada desses dois anos de pesquisa e estudo, muito de meu aprendizado, de minha qualificação e crescimento profissional e pessoal deveu-se a sua constante presença, amizade e competência profissional. Seu exemplo será levado como um importante aprendizado e espelho de prática profissional.

Meus agradecimentos ao PPG de História da Unisinos que me acolheu carinhosamente, extensivamente à coordenação dos professores Flávio Heinz e Marluza Marques Harres, aos professores Cláudio Pereira Elmir, Heloísa J. Reichel, Eloísa Capovilla que tive oportunidade de participar de seus seminários e aprender muito com sua prática docente e seu conhecimento histórico, aos funcionários, em especial a Janaína por sua presteza e simpatia no atendimento junto à secretaria. À professora Eliane Fleck por seu apoio e incentivo.

Agradeço a administração da vinícola Armando Peterlongo, nas pessoas do João Ferreira e da Ana Paula Scalcon que abriram as portas da indústria e de seu acervo particular para que eu pudesse utilizá-los como fonte documental desse estudo. Muito obrigada a todos os funcionários da vinícola que me auxiliaram na separação de documentos dos arquivos, que me acompanharam durante as atividades de pesquisa e que contribuíram para a compreensão do universo do operariado por meio de suas informações e de suas histórias de vida como formadores da força de trabalho da Peterlongo.

Meu agradecimento carinhoso a Irma Ely que gentilmente se colocou a disposição para realizarmos entrevistas, para me auxiliar na compreensão de documentos e que me acompanhou em muitas etapas dessa caminhada. Agradeço também a Eneida S. Peterlongo Franciosi que abriu as portas de sua casa para me contar sobre sua vida familiar, sobre a vinícola e que me cedeu documentos e fotografias de seu acervo familiar para que pudessem ser anexados a esse estudo.

Aos colegas da turma do mestrado, especialmente, a Bruna Rafaela de Lima, minha querida amiga potiguar pelas trocas de idéias, pelo incentivo constante, pelo carinho e pelos ótimos momentos em que passamos juntas na Unisinos e na sua viagem a Bento, a Rosicler F. Righi e a Carla Barbosa pelo companheirismo, pelo aprendizado, pelo carinho e pela amizade construída.

Desejo agradecer aos amigos queridos que sem sua amizade e seu incentivo, certamente essa caminhada teria sido muito mais difícil. Aos meus amigos de infância e eternos companheiros Sheila, Thiago e Vagner, pelas muitas risadas e por seu apoio constante, a Marinilce e Priscila por sua terna amizade e por suas palavras de incentivo que muito me ajudaram nessa caminhada e a todos aqueles que estiveram ao meu lado, seja nos bons momentos como também quando tudo parecia difícil e precisei de apoio. Um agradecimento especial a todos que oraram por mim, intercedendo para que esse trabalho fosse realizado com serenidade e com o acompanhamento divino.

Agradeço eternamente aos meus pais Gilberto e Cleusa que sempre me apoiaram, me incentivaram e me mostraram que quando dedicamos nosso trabalho e nossa vida a Deus tudo se torna mais leve e mais fácil de compreender. Pai e Mãe esse trabalho é para vocês! Obrigada por seu exemplo de vida, por seu amor, compreensão e dedicação infinitos.

Aos demais familiares, de longe e de perto, agradeço pela torcida, mesmo que à distância e por estarem sempre dispostos a estender a mão nos momentos de necessidade. Meu carinho especial a minha avó Gemma que infelizmente no decorrer dessa caminhada nos deixou mas, que permanece em meu coração como minha avó querida, minha mãe e minha eterna incentivadora, também ao meu avô Pedro que sempre foi uma pessoa que me ensinou muito através de seu exemplo de vida.

Meu agradecimento especial ao Maikel, meu namorado, companheiro e amigo por seu amor, seu incentivo e sua compreensão em todas as etapas do trabalho. Muito obrigada especialmente, por seu auxílio na construção dos gráficos, das tabelas, na separação de dados documentais, enfim, esse trabalho também é fruto de sua participação constante, pois se não fosse assim “nosso mestrado” não teria sido uma etapa vencida como foi.

RESUMO

O século XX constituiu-se em um período histórico de intensas transformações sociais e econômicas para as sociedades coloniais da região nordeste do Rio Grande do Sul. Essas colônias fundadas no final do século XIX, com o objetivo de receberem os imigrantes italianos, organizaram-se em pequenos lotes de terra explorados com base no trabalho familiar e na prática da atividade agrícola. Na primeira década do século passado, com o crescimento econômico, paulatinamente, começaram a surgir as primeiras indústrias locais e a sociedade outrora colonial e agrícola tornou-se urbana e industrial. Essa dissertação apresenta os resultados de um estudo baseado no caso da Vinícola Armando Peterlongo, a partir da documentação depositada nos arquivos da referida empresa e procurou analisar em que medida essas transformações econômicas repercutiram na organização da família nesta região.

A instituição familiar constituiu-se na base estrutural da sociedade. Da mesma forma que no campo e na propriedade de terra, a família permaneceu também na cidade e na indústria, como uma das principais protagonistas nesse processo de transformação que marcou a região colonial gaúcha.

A indústria trouxe consigo transformações no modo de produção e na forma de trabalho, pois transferiu a mão-de-obra familiar para seu espaço industrial de produção. Contudo, a família continuou a desempenhar papel importante no contexto das transformações econômicas ocorridas, mesmo no ambiente da Vinícola Peterlongo, caso analisado nesta dissertação. O novo universo laboral que se consolidou, marcado pelo trabalho industrial, não parece ter afetado de forma significativa as estruturas familiares tradicionais vigentes, no período estudado, levando-se em conta as fontes documentais analisadas e disponibilizadas para a pesquisa, conservadas pela Vinícola Armando Peterlongo.

A dissertação, organizada com base em três capítulos, defende que, embora a primeira metade do século XX tenha representado, para a sociedade colonial italiana, um período de transição econômica e social, a partir do processo de industrialização e de urbanização, a estrutura interna da família não sofreu grandes modificações, pois se manteve organizada em torno de relações de tipo patriarcais, e os interesses coletivos da família pareciam contar mais que os interesses individuais de seus membros.

Palavras-Chave: industrialização, família e operário.

ABSTRACT

The twentieth century was a historical period of intense social and economic transformations in the colonial societies located in the northeast region of Rio Grande do Sul. These colonies founded in the late nineteenth century, aiming to receive the Italian immigrants organized themselves in small lots of land based on family work and practice of agricultural activity. In the first decade of the last century, with economic growth, gradually the first local industries begin to emerge and the companies which were formerly colonial and agricultural will become urban and industrial. This dissertation presents the results of a study based on the case of Armando Peterlongo Winery from the documents deposited in the archives of the company and to analyse the extent to which these changes have affected the economic organization of the family in this region.

The institution was familiar to the structural basis of society. Just as in the field and in the ownership of land, the family remained in the city and industry, as the main protagonist in this process of transformation that marked the colonial gaúcha region.

The industry brought with it changes in the mode of production and way of working, since transferred to labor relative to its area of industrial production. However, the family continued to play an important role in the context of the economic transformations occurring, even in the environment of Peterlongo Winery, in this case at work dissertation. The new universe that has, marked by the industrial work, does not seem to have affected significantly the structure traditional family existing in the period studied, taking into account the available documentary sources and analyzed for research, preserved by Armando Peterlongo Winery.

The dissertation, organized on three chapters, argues that although the first half of twentieth century has represented for the Italian colonial society, a period of economic and social transition, from the process of industrialization and urbanization, the internal structure the family has undergone major changes since remained organized around type of patriarchal relations and the collective interests of the family seemed to count more than the individual interests of its members.

Keywords: Industrialization, family and worker.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa da Itália	31
Figura 2 - Mapa da Colônia Conde d'Eu.....	40
Figura 3 - Mapa da Colônia Dona Isabel	41
Figura 4 - Cargueiros na rua Assis Brasil em Bento Gonçalves.....	73
Figura 5 - Vista parcial da construção da estrada de ferro	73
Figura 6 - Retrato de Manoel Peterlongo Filho	82
Figura 7 - Vinícola Armando Peterlongo – 1930	88
Figura 8 - Armando Peterlongo no interior da cave subterrânea da vinícola	89
Figura 9 - Mulheres trabalhando na colheita de uva	108
Figura 10 - Criança buscando água	109
Figura 11 – Casa de Manoel Peterlongo Filho – 1ª cantina da família	110
Figura 12 - Operários trabalhando no processo de “dégorgement” nas garrafas de champanha	114
Figura 13 - Mulheres no trabalho da vinícola Peterlongo	121
Figura 14 - Homens e Mulheres no trabalho da vinícola Armando Peterlongo	132
Figura 15 - Vinícola Armando Peterlongo em 1930	145
Figura 16 - Colheita da uva	149
Figura 17 - Mulheres no interior da vinícola Armando Peterlongo	149
Figura 18 - Homens trabalhando na ampliação das instalações da vinícola-década de 40.	157
Figura 19 - Operário analisando as garrafas de champanha	157
Figura 20 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul	168
Figura 21 - Registro de admissão de uma operária	184
Figura 22 - Verso de um registro de operário da vinícola	188

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Faixas etárias da população de Conde d'Eu em 1883.....	52
Gráfico 2 - Faixas etárias da população de Dona Isabel em 883.....	52
Gráfico 3 - Capital interno da vinícola Peterlongo de 1948 a 1960.....	91
Gráfico 4 – Estado civil das trabalhadoras da Peterlongo.....	152
Gráfico 5 - Estado civil dos trabalhadores da Peterlongo.....	159
Gráfico 6- Local de origem dos trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo.....	169
Gráfico 7- Tempo de permanência das operários.....	176

Lista de Tabelas

Tabela 1- Lotes de terra devolutos e ocupados na colônia de Dona Isabel- 1885.....	42
Tabela 2- Lotes ocupados e devolutos da colônia de Conde d'Eu em 1885.....	43
Tabela 3- Origem da população das colônias de Dona Isabel e Conde d'Eu nos anos de 1878 e 1879.....	44
Tabela 4-Comparativo das casas de negócio existentes nas sedes das colônias de Dona Isabel e Conde d'Eu no período entre os anos de 1884 e 1885.....	46
Tabela 5- Dados estatísticos da população da colônia de Conde d'Eu, em 31/12/1883.....	50
Tabela 6- Dados estatísticos da população da colônia de Dona Isabel, em 31/12/1883.....	51
Tabela 7- Produção agrícola da safra de 1883 na colônia de Conde d'Eu.....	56
Tabela 8- Produção agrícola das safras de 1883 e 1884 da colônia de Dona Isabel.....	57
Tabela 9- Panorama total de exportação dos gêneros alimentícios e a produção nas colônias italianas de 01/07/1904 a 30/06/1905.....	65
Tabela 10- Valor das exportações do município de Bento Gonçalves.....	75
Tabela 11- Indústrias de Bento Gonçalves em 1929.....	76
Tabela 12- Produção industrial (%do valor do produto) de 1907 a 1958.....	86
Tabela 13- Balanço contábil da vinícola Armando Peterlongo de 1948.....	89
Tabela 14- Genealogias das famílias operárias A e B	126
Tabela 15- Cidades de origem dos trabalhadores da Peterlongo de 1930 a 1966.....	140
Tabela 16- Contratações de operários na vinícola de 1929 a 1966.....	147
Tabela 17- Funções exercidas pela mão-de-obra feminina da década de 1930 a 1966.....	148
Tabela 18- Comparativo dos salários entre homens e mulheres na função de operário-servente – 1933 – 1966.....	151
Tabela 19- Idade das operárias da vinícola Peterlongo- 1930- 1966.....	152
Tabela 20- Funções exercidas pela mão-de-obra masculina- 1930 a 1966.....	154
Tabela 21- Salários da mão-de-obra masculina de acordo com as funções exercidas em 1948	156
Tabela 22- Idade da mão-de-obra masculina: 1930-1966.....	158
Tabela 23- Anos de entrada da mão-de-obra jovem.....	161
Tabela 24- Informações gerais da mão-de-obra estrangeira.....	164
Tabela 25- Genealogia das famílias C e D.....	172
Tabela 26- Contratações de operários por décadas.....	176
Tabela 27- Tempo de permanência dos operários na vinícola Peterlongo-1930-1966.....	176

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CAPÍTULO I	27
DA EXPERIÊNCIA CAMPONESA À VIDA URBANA: UM CONTEXTO DE FORMAÇÃO INDUSTRIAL	27
1.1 Um breve retorno na história	27
1.2 A colonização na região nordeste do Rio Grande do Sul	38
1.3 A família italiana e a pequena propriedade	53
1.3.1 A produção agrícola e o trabalho familiar	58
1.3.2 A importância do comércio para a expansão do espaço rural	62
1.4 O processo de industrialização em Bento Gonçalves e Garibaldi	66
1.5 A vinícola Armando Peterlongo	79
2 CAPÍTULO II	93
A FAMÍLIA OPERÁRIA.....	93
2.1 Visões da historiografia	94
2.2 A família operária	103
2.3 O papel dos sexos na família	106
2.3.1 Influências do patriarcalismo	116
2.4 Filhos: mão-de-obra e renda para a família.	122
2.5 Trajetórias de vida	130
2.5.1 A mudança de papéis na família.....	134
3 CAPÍTULO III	138
A FAMÍLIA NO MUNDO DO TRABALHO DAS VINÍCOLAS.....	137
3.1 Do trabalho rural para o industrial.....	139
3.1.1 A rotina de trabalho na vinícola Armando Peterlongo	143
3.2 A caracterização da mão-de-obra	146
3.2.1 Feminina	147
3.2.2 Masculina	155
3.2.3 Jovem.....	160
3.2.4 Estrangeira	165
3.3 As redes sociais e de parentesco.....	166
3.4 A política empresarial.....	173
3.5 Tempo de permanência e funções de trabalho.....	176
3.6 A questão salarial.....	179
3.7 O governo Getúlio Vargas.....	181
3.8 Os operários e o sindicato.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

INTRODUÇÃO

“Estamos em 1900, início do século XX.

O estado geral da Colônia é bastante satisfatório.

As estradas do Município foram muito melhoradas de modo que, em muitas Linhas, podem transitar carretas e à sede de cada Distrito pode-se chegar comodamente.

A maior parte dos colonos já está folgada; começa a substituir as casas primitivas de madeira, por lindas casas de pedra, ou tijolos, grandes e espaçosas. As estrebarias para abrigo dos animais bovinos e cavалares, também são melhoradas e as cantinas, tornadas mais confortáveis, para guardar seus bons vinhos. (...)

Estamos no ano de 1906.

As colheitas são relativamente boas, porém os gêneros continuam difíceis de comercializar devido ao baixo preço e transporte caro, não compensando levá-los a Porto Alegre. (...)

O comércio, da mesma forma, luta com muitas dificuldades e toda a população somente vive com uma esperança: a de que a zona de Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves, seja o mais depressa possível dotada de uma ferrovia, como é intenção do Governo. (...)

Passemos ao vinho. Este é o único produto que terá um futuro certo e isto logo que a estrada de ferro venha atravessar esta zona.

O vinho, num futuro próximo, certamente se constituirá num dos artigos de melhor rendimento, na zona de colonização italiana, onde o cultivo dos parreirais é próspero, podendo dar um lucro de milhares de contos de réis, e, portanto, nossos viticultores não devem desanimar. (...).

No ano de 1912...

Em geral, nosso colono dedica-se ao seu cotidiano trabalho nos campos. Em maio, prepara seu terreno para a semeadura do trigo, mais tarde, a do milho e outros cereais. Em setembro, todo o seu trabalho é dedicado aos parreirais. Aos que precisam, substituir a armação dos vinhedos, inicia a poda, etc...etc. Em novembro, começa a aplicação do sulfato do cobre nas videiras, trabalho que se repete três ou quatro vezes, de vinte em vinte dias, conforme o tempo estiver correndo. Em fins de fevereiro, finalmente, começa a vindima e a fabricação do vinho.

O comércio continua como nos anos passados, inalterável, não podendo haver grandes progressos devido à falta de uma ferrovia que chegue a Bento Gonçalves.

As indústrias, da mesma maneira, limitam-se a algumas fábricas de salames, outras de queijo e seus derivados, trabalhando também oficinas de ourivesaria, sapateiros, alfaiates, ferreiros, etc.”

(Lorenzoni, 1975, p. 206 a 217).

Esse é apenas um dos trechos das muitas memórias deixadas pelo imigrante italiano Júlio Lorenzoni nas primeiras décadas do século XX. Por meio de sua detalhada e rica descrição sobre os principais acontecimentos do município de Bento Gonçalves e de municípios próximos como Garibaldi especialmente, é que iniciaremos nossa reconstrução temporal e espacial do cenário histórico de vivências no qual está inserido nosso objeto de estudo: o das famílias operárias.

Como é possível perceber na descrição deixada por Lorenzoni, o espaço das cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi começa a se moldar em sua sociedade, economia e política alguns anos após a chegada das primeiras levas de imigrantes europeus, isto é, a partir de 1875. Segundo os estudos de Herédia, alguns aspectos políticos e econômicos mostraram-se decisivos para o desenvolvimento dessas regiões e para o sucesso do processo imigratório no nordeste rio-grandense.

a necessidade de intensificar o povoamento das zonas de fronteiras da Província do Rio Grande do Sul; a estrutura organizada pelo sistema de colonização oficial, concedendo vantagens pelas leis que a precediam; a inexistência de concorrência entre a atividade que se desenvolvia no latifúndio e a que seria desenvolvida na pequena propriedade, e a exigência do consumo nos centros urbanos foram elementos que influíram no sucesso da imigração no Rio Grande do Sul e na consolidação da pequena propriedade rural nesta província. (Herédia, 2003, p. 23).

Alguns anos depois da chegada dos imigrantes à região das duas colônias de Dona Isabel e Conde d'Eu, ou seja, Bento Gonçalves e Garibaldi respectivamente, a região ainda se estrutura basicamente na produção agrícola da pequena propriedade, mas já apresenta alicerces de uma diversidade econômica que se volta para as atividades do comércio e da indústria. Esse crescimento econômico das regiões coloniais e a ampliação das práticas econômicas, especialmente para o comércio e a indústria, possuem forte relação com o setor primário. Para Herrlein e Corazza, “o desenvolvimento industrial, consistindo na crescente transformação das matérias-primas básicas, fornecidas pela agropecuária, é de grande importância para a sociedade.” (2007, p. 137).

Porém, apesar de protagonizar um desenvolvimento econômico, em que a diversidade produtiva começa a se intensificar, essa região mantém sua força de trabalho proveniente da mesma instituição social que estava à frente desde o início de seu povoamento e de suas atividades agrícolas: a da família.

Presente nas mais diversas atividades econômicas da região, a família é a responsável pela estruturação da sociedade local, pois a produção e a subsistência estão estritamente ligadas à prática do trabalho familiar, da qual dependem. Para Herédia, a família se constitui como um dos importantes elementos culturais que caracterizam a região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Segundo a autora, é importante enfatizar “a manutenção da instituição família e a sua valorização como grupo de referência afetiva, moral, educacional, religiosa e econômica”. (2003, p. 30). Assim, para os imigrantes italianos, a família exerce um papel de extrema importância na

vida de cada indivíduo, pois é por meio dela que as bases referenciais de sua educação, da religião e de sua forma de trabalho são apreendidas e praticadas em suas vivências.

A região de colonização italiana do nordeste do Estado possuía sua economia voltada basicamente para a produção agrícola do lote de terra familiar; conseqüentemente, o período de desenvolvimento da indústria ocasionaria mudanças não apenas na economia, mas também na sociedade local como um todo. Sendo assim, o desafio proposto buscaria reconstruir os espaços históricos da família e da indústria nessa região. Mas, para que pudessem ser compreendidas em suas reais dimensões de ligação, algumas indagações iniciais nos interessaram: De que forma a sociedade local se adequou aos novos moldes de produção trazidos com a indústria? Como ocorreu a mudança da produção agrícola da pequena propriedade de terra para a elaboração de produtos em ambientes fabris? Como se estruturou a força de trabalho industrial? Quem formava essa mão-de-obra?

A partir desses questionamentos é que nos foi possível perceber que a família constituinte dessa sociedade colonial foi a principal protagonista de todo o processo de transição econômica, pois ela se fazia presente nos mais diversos momentos ao longo desse período de transformações econômicas e sociais. Dessa forma, o centro dos estudos desta dissertação tem como objetivo compreender e resgatar o mundo do trabalho na indústria vinícola, percebendo a presença dessas famílias, que antes eram constituídas de trabalhadores rurais e que, ao longo do processo de industrialização, passam a ser compostas por trabalhadores operários. Para tanto, tem-se como proposta de pesquisa a análise da estrutura familiar e da produção de trabalho, que se modificou com a consolidação das atividades industriais na região. Segundo Burguière,

o termo 'industrialização' remete a um processo, para uma dinâmica das transformações em que a instituição familiar não é sempre a instância passiva mas que, pelo contrário, figura como local de reação, de resistência ou como componente fundamental da dinâmica industrial. (Burguière, 1999, p.5).

Devido à sua importância e constante participação na construção social das duas cidades é que a família tornou-se o centro dos estudos desta dissertação. Estudar essa instituição formadora da sociedade ao longo da história da humanidade é, certamente, um grande desafio ao pesquisador, pois muitos são os aspectos que a constituem como tal e ampla é sua presença como responsável pela primeira etapa de inserção dos indivíduos em seus espaços sociais de experiências. Mais cativante ainda se tornou não só compreender a família em um período de

intensas transformações sociais, econômicas e políticas, como foi o século XX, como também poder analisar de que forma essa instituição soube adaptar-se ao espaço de mudanças que a cercava exteriormente, ao qual tornou-se necessário adequar suas estratégias internas. Segundo Moreno,

la familia como célula constitutiva de todo ente social, como fuente esencial de la socialización de los individuos, y como motor propulsor de las iniciativas individuales de hombre y mujeres en el plano económico, social, político y cultural, ocupa hoy día un espacio central en la escenografía de las ciencias sociales, y en particular de la historia. (Moreno, 2004, p.13).

Assim, estudar a instituição da família por si só nos remete a um complexo universo de análise e discussão historiográfica, pois muitos são os trabalhos de pesquisadores das Ciências Humanas que se dedicam a esse tema. Diversos também são os estudos de historiadores que centram suas pesquisas na família, porém poucos são os que se dedicam a compreender essa realidade familiar pertencente ao período temporal do século XX, pelo menos entre os historiadores brasileiros. Isso porque, ao que parece, é o período colonial brasileiro que exerce maior fascínio entre os intelectuais da História, pois, visivelmente, há um número maior de pesquisas sobre a família nesse espaço histórico. Isso acarretou maiores dificuldades na produção deste trabalho, pois devido à existência de poucos estudos anteriores dedicados à compreensão dessa realidade e do contexto familiar trouxe temores e dúvidas no decorrer da reconstrução social e histórica a que nos propusemos. Segundo Scott, “os estudos sobre a família numa perspectiva histórica foram, sem dúvida, alavancados, portanto, a partir das transformações que ocorreram nas últimas quatro ou cinco décadas.” (2002, p. 2).

Embora a família seja uma instituição social praticamente universal, sua conceitualização como objeto de pesquisa não se mostra uma questão tão simples assim. Segundo Scott,

a grande dificuldade de se analisar histórica e criticamente a família está, pois, ligada exatamente à necessidade que temos de examinar instituições e aspectos da vida social que se encontram na base de nossa própria concepção de mundo, porque estas categorias fazem parte da nossa realidade. (Scott, 2002, p.3).

Assim, de acordo com essa visão histórica, a família- de todas as instituições sociais presentes ao longo da história- é a que menos pode ser analisada como objeto isolado. Segundo Rowland,

dentre todas as instituições sociais, a família é a que menos poderá ser estudada isoladamente. A sua própria definição é inevitavelmente contextual. E por isso não terá muito sentido propor o desenvolvimento da história da família como um campo autônomo de investigação histórica. (Rowland, 1997, p.11).

Distante de uma suposta existência natural, a família é produto da evolução histórica e cultural das diferentes sociedades. As transformações ocorridas nas sociedades refletem-se e interferem, de modo direto, na estrutura e organização da família, o que, da mesma forma, ocorre de modo inverso. A família constitui-se em uma instituição dinâmica, cujos aspectos caracterizadores estão em constante evolução de acordo com as mudanças que acontecem na sociedade em que estão inseridas. Da mesma maneira, a família, como unidade genitora de indivíduos, influencia e caracteriza a sociedade que está à sua volta. Um exemplo disso está na influência que a família exerce sobre a educação e o modo de pensar dos indivíduos, pois a família se apresenta como elo entre os indivíduos e a sociedade, partindo dela os ensinamentos e valores culturais, éticos, religiosos e de convivência social. Já, por outro lado, os acontecimentos e transformações pelas quais passam as sociedades atingem, de forma imediata, a organização familiar. Os processos de industrialização e urbanização ocorridos no século XX, que trouxeram consigo não apenas novos modos de produção e espaços de convivência, mas também o estabelecimento de novos valores éticos e novas relações sociais, servem de exemplo para ilustrar essa afirmação.

Dessa forma, é possível perceber que os modelos familiares se modificaram ao longo do século passado. No início dos anos de 1900, o modelo de família preponderante na sociedade, era a que se caracterizava pela forte influência do poder patriarcal exercido pela figura do pai sobre o restante dos membros de seu grupo parental, constituído por sua mulher e os filhos, no momento em que o trabalho agrícola se constituía no elo entre o sustento e a manutenção de valores que prezavam a cooperação e as atividades coletivas. Segundo Scott, “a família desempenhava nas sociedades tradicionais um papel extremamente relevante não só no tocante à reprodução biológica- social e religiosamente aceita-, mas na criação, manutenção e educação das crianças.” (2002, p. 9). Já, a partir da segunda metade do século XX, as mudanças internas nesse modelo de família começam a se intensificar, ligadas a novas estratégias familiares, como a prioridade dos interesses individuais, à diminuição do número de filhos e até a um novo formato de famílias sem filhos. Sendo assim, a família, em suas múltiplas funções e papéis, mantém-se sobrevivendo

como uma das mais importantes e dinâmicas instituições sociais, mesmo que tenhamos ouvido referências quanto a eventuais momentos de crise e iminente dissolução.

Ao analisarmos a instituição da família, nos foi preciso aprofundar a reflexão sobre outros conceitos, para a compreensão de sua organização interna e sua participação no espaço industrial. Um deles se refere à conceitualização de redes sociais. A família mantém-se, em sua estrutura interna, a partir da formação de relações humanas entre seus indivíduos, que permanecem, mesmo quando ocorrem mudanças sociais externas. Segundo Burguière, “[..] a família sobreviveu a outras ameaças, como a pobreza, a industrialização, a urbanização e o trabalho das mulheres.” (1999, p.109). Sendo assim, a família inscreve-se em uma rede de parentesco que a une por meio de ligações internas entre os indivíduos.

Assim, ao considerarmos a família como uma unidade biológica e parental, nos é possível perceber que ela implica a dupla noção de parentesco e de residência partilhada. Como afirma Burguière, “[...] vai buscar a sua legitimidade às gerações que a precedem, redes de parentesco extremamente ativas asseguram a reprodução social do grupo.” (1999, p.124). Nesse sentido, as comparações das múltiplas relações familiares e a conceitualização de redes tornam-se adequadas para a compreensão da dinâmica familiar.

Essas redes sociais que se formam inicialmente no interior da família prolongam-se, no decorrer da vida, a outros espaços e a outros indivíduos, como por exemplo, ao trabalho, ao lazer e ao convívio social. No caso do espaço de trabalho, em especial, essas redes se propagam a partir da inserção na indústria, fazendo que as pessoas se enredem em uma trama social mais ampla do que a sua própria família. Segundo Kertzer e Barbagli, “nos próprios centros urbanos, organizam-se redes de parentes e vizinhos a fim de preencher essas mesmas funções de entreajuda em caso de necessidade.” (2004, p.51). Assim, as redes sociais que cada indivíduo forma permanecem presentes em seu cotidiano e abrem possibilidades para que seu relacionamento social se torne mais amplo, auxiliando-os a se inserir em grupos sociais.

Contudo, cabe aqui uma breve descrição da caminhada percorrida para se chegar até a delimitação do objeto de pesquisa. O interesse pelo universo dos trabalhadores operários foi despertado ainda durante a graduação em História, na Universidade de Caxias do Sul, mais especificadamente na disciplina de História do Trabalho, ministrada pela profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão. Esse contexto de trabalho e de trabalhadores, tão rico em sua dinâmica e em seus acontecimentos, motivou-nos ao resgate desse espaço laboral que, até o momento, não havia

sido realizado. A realização de pesquisas em arquivos particulares de indústrias das cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi possibilitou-nos encontrar, na última indústria visitada, a Vinícola Armando Peterlongo, as fontes documentais que nos possibilitaram o ingresso nesse fascinante universo de estudo. Graças à compreensão e boa vontade dos administradores da vinícola Peterlongo, pudemos iniciar um trabalho de varredura em seus arquivos internos e manusear uma documentação à qual nenhum outro historiador tivera acesso antes.

Ao nos depararmos com tamanho acervo documental, encontramos dificuldades para delimitar um objeto de estudo, dentre tantos que nos eram possíveis realizar. Inicialmente, pensamos em contemplar o universo de mulheres trabalhadoras e sua participação na formação da classe operária local. Contudo, ao ingressar no curso de mestrado da Unisinos e em conversas com a profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott, percebemos que, este estudo poderia tornar-se mais rico e interessante se analisássemos a instituição formadora da classe operária: a família. Foi a partir dessa modificação contextual que novas problemáticas começaram a se formar. A primeira delas foi encontrar uma metodologia por meio da qual pudéssemos analisar a família, as modificações locais vindas com o início da industrialização e o operariado, de forma a contribuir, da melhor forma possível, para o enriquecimento da historiografia, visto que este seria um estudo inédito para as cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi; e a segunda estaria na superação das dificuldades pessoais do pesquisador, já que este seria o primeiro trabalho de pesquisa histórica que estaríamos desenvolvendo. Dessa forma, procuramos amenizar essas dificuldades e apresentar aos leitores uma análise que pudesse envolvê-los nesse complexo e dinâmico universo das famílias operárias que nos propusemos analisar.

Vários trabalhos de caráter histórico já foram realizados sobre as cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi, relacionados à sua constituição como colônias criadas no final do século XIX para receber imigrantes europeus. Contudo nenhum deles se debruçou integralmente sobre o tema da industrialização e da mão-de-obra operária e familiar.

Dentre os estudos que retratam o processo de industrialização da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul e que foram utilizados ao longo dessa produção como embasamento teórico, destaca-se o trabalho de Vania Herédia *Processo de Industrialização da zona colonial italiana*, que parte da análise da formação da colônia de Caxias como núcleo de desenvolvimento econômico da região por meio do estudo de caso da primeira indústria têxtil de

Caxias, permitindo acompanhar e compreender os contextos econômico e político, que se mostravam favoráveis à expansão industrial em âmbito regional e estadual.

Sob essa mesma perspectiva, há o estudo de Valentim Lazzarotto intitulado *Pobres construtores de riqueza*, em que o autor analisa os dados internos da Metalúrgica Abramo Eberle, também da cidade de Caxias do Sul. Examina, de forma bastante minuciosa, os registros dos trabalhadores, contemplando os mais distintos setores e características da mão-de-obra e de seu cotidiano de trabalho no interior da fábrica. Relaciona dois elementos constituintes das indústrias capitalistas contemporâneas, o trabalho e o capital, que para ele estão presentes na metalúrgica e que demonstram que a riqueza e o crescimento do capital foram construídos por meio da manipulação da força de trabalho por ela empregada.

Outra importante contribuição para a historiografia local é o estudo de Maria Abel Machado, *Mulheres sem rosto*. Nessa obra, a autora dedica-se a estudar as condições de trabalho feminino na indústria de Caxias do Sul, durante a primeira metade do século XX, ressaltando as relações estabelecidas no interior da fábrica a partir da presença da mulher, bem como as repercussões havidas na família com a sua saída do espaço doméstico para o trabalho fora de casa.

Em um âmbito mais amplo de estudos, está o trabalho de Ronaldo Herrlein Júnior e Gentil Corazza, *Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-1985)*, que analisa os princípios norteadores para o desenvolvimento industrial no Estado do Rio Grande do Sul e sua importância para a economia nacional no século XX. Outra importante pesquisadora dessa temática é Sandra Pesavento, que possui trabalhos como *História da indústria sul-rio-grandense, RS: agropecuária colonial e industrialização e A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*; os quais objetivam analisar o desenvolvimento do processo industrial gaúcho, concordando com os autores citados quanto à grande diversidade de produção desse setor e da sua ligação com as atividades de origem primária. Há também os clássicos trabalhos de Paul Singer *Desenvolvimento econômico e evolução urbana* e de Wilson Suzigan *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, que analisam o processo industrial no Brasil como um todo, evidenciando peculiaridades de regiões e Estados, com o intuito de demonstrar a ocorrência deste processo, com suas semelhanças, diferenças e contribuições para a economia brasileira ao longo do século passado.

Já com relação à família, dentre as obras constituintes da historiografia local, também foi possível utilizar os trabalhos acima citados, como base teórica. A obra de João Carlos Tedesco intitulada *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*, que prioriza um olhar mais detalhado para o mundo familiar do imigrante italiano em correspondência com as questões que envolvem e constituem seu espaço social também serviu de referência teórica para este trabalho. Tedesco concentra seu estudo na dinâmica de três fatores centrais: a terra, a família e o trabalho que, para o autor constituem-se como elementos essenciais da organização de sua forma de vida e sua (re) produção social no contexto rural.

O diálogo com outras perspectivas como o conhecimento da Sociologia foi de extrema importância para a construção do conceito de família e de sua caracterização ao longo dos anos de 1900. Dentre eles, estão os estudos de William Goode, Michael Anderson, Chiara Saraceno e Massimo Canevacci e, dentre os trabalhos mais recentes, destacamos a contribuição de Göran Therborn, que analisam a família como um espaço de construção social do indivíduo, onde os indivíduos vivenciam seus primeiros contatos e experiências sociais por meio das relações que se estabelecem no interior de cada grupo parental.

Dentre os estudos que discutem a família e que foram utilizados como base para a fundamentação teórica sobre o tema, destacamos os intelectuais da História, como José Luis Moreno, Ângela Mendes de Almeida, Eni de Mesquita Sâmara, Ana Silvia Volpi Scott, André Burguière e os clássicos estudos de Michelle Perrot e Phillippe Ariés.

Por fim, o universo do trabalho e dos trabalhadores industriais pôde ser analisado por meio do embasamento teórico fornecido por pesquisadores internacionais como desde os clássicos estudos de Friederich Engels, até os trabalhos mais recentes de historiadores como Eric Hobsbawn e E. P. Thompson. Dentre as obras de âmbito nacional e regional, elencamos os estudos de Cláudio Batalha, Isabel Bilhão, Antonio Folquito Verona, Esmeralda Bolsonaro de Moura, Eva Alterman Blay, Vania Herédia, Valentim Lazzarotto, Loraine Slomp Giron e Maria Abel Machado citados anteriormente.

Valendo-nos dessa significativa bibliografia sobre os temas da família, da industrialização e do contexto do trabalho operário, procuramos reconstruir o contexto histórico da primeira metade do século XX, nas cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi.

Para a realização deste estudo, munimos-nos de fontes documentais locais de uma indústria vinícola, que organizou toda a sua mão-de-obra, desde o início de suas contratações, sob

modelos familiares. Utilizamos inicialmente 465 registros de operários, fotografias e algumas poucas entrevistas orais- mais precisamente, duas. Os dados levantados nessas fontes foram complementados com documentos e dados existentes nos Arquivos Históricos de Bento Gonçalves e Garibaldi, em jornais locais e alguns arquivos dos sindicatos a que esses trabalhadores estavam vinculados.

O recorte temporal foi determinado pelas fontes de pesquisa, ou seja, pelos registros internos da administração e dos operários da vinícola Armando Peterlongo, localizada na cidade de Garibaldi, os quais passaram a ser feitos a partir de 1915- ano de fundação dessa indústria- e se estenderam até o ano de 1966, quando ocorre o falecimento de seu proprietário Armando Peterlongo e o fim de um ciclo de desenvolvimento e expansão econômica. É possível perceber que, durante esse período, a vinícola passa por três momentos marcantes em sua administração. O primeiro, de 1915 a 1924, quando o patriarca Manoel Peterlongo Filho decide fundar uma cantina e iniciar a produção de champanhes, como fazia na Itália. Com sua morte, em 1924, um segundo momento administrativo é iniciado, quando seu filho Armando Peterlongo assume o negócio da família. Em 1930, constrói a vinícola em moldes europeus e investe muito na contratação de operários e na venda para o mercado interno e externo, num período que consegue alcançar o auge de desenvolvimento e crescimento da empresa. Esse segundo momento estende-se até o ano de 1966, quando Armando falece, e a vinícola passa a estar sob os cuidados de seus genros. O terceiro momento, marcado pela administração de seus genros- já que teve apenas duas filhas- não será alvo desta pesquisa em virtude de a vinícola não estar diretamente sob os cuidados de integrantes da família Peterlongo.

A escolha dessas fontes ocorreu pela importância da participação da vinícola tanto no processo de industrialização da região quanto na compreensão das repercussões desse processo no contexto familiar. Isso permitiu perceber as conjunturas políticas e econômicas que favoreceram o seu crescimento industrial, visto que, durante o período de 1915 a 1966, ela absorveu grande parte da mão-de-obra disponível entre as famílias de Garibaldi- sua cidade sede- como também da proveniente das regiões próximas.

Como fonte histórica de apoio à pesquisa, foram utilizadas as fotografias, que, pelos dados que contêm- preservando imagens congeladas de um tempo passado-, continuam se mantendo no presente. A utilização desse recurso tem como finalidade enriquecer o estudo, uma vez que, por meio das imagens que representam, é possível apreender o cotidiano da vida

daqueles trabalhadores e de suas famílias. Como observa Machado, “a fotografia contém um determinado quadro da realidade, que apresenta um inventário de informações úteis para o historiador e fornece dados que o documento escrito muitas vezes omite.” (1998, p. 21).

Apesar de ter conseguido realizar apenas duas entrevistas orais- uma com uma operária da vinícola e a outra com uma das filhas do proprietário Armando Peterlongo- fizemos nos valer da metodologia da história oral, como um caminho para chegarmos a informações que as fontes documentais não nos puderam revelar, corroborando com as idéias de Barros, quando afirma que “a história oral remete a um dos caminhos metodológicos oferecidos pela História, e não a um enfoque, a um caminho teórico ou a um caminho temático.” (2004, p. 133).

Cabe destacar que uma das preocupações recorrentes, ao longo da realização deste trabalho e ao utilizarmos essa metodologia, foi a de lançarmos um olhar para os depoimentos, considerando o elemento da subjetividade que os cercava, visto que as memórias são produzidas por indivíduos e que, portanto, estão à margem do julgamento e de sua escolha. Como observa Portelli,

o principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são as pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua autobiografia, quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros. [...] mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. (Portelli, 1996, p. 60).

Para que muitas das dificuldades encontradas em lidar com as questões que emergiam da documentação e para que elas pudessem estar envolvidas em um contexto mais amplo de compreensão, nossa opção foi tratar do tema por meio do aparato metodológico do jogo de escalas. Assim, aliamos análises quantitativas sobre os dados documentais dos trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo e procuramos inseri-las no contexto espacial e temporal da primeira metade do século, sob um olhar da família e do processo de industrialização que os cercava e influenciava diretamente. Para tanto, partimos da idéia de Lepetit, quando fala que “escolher uma escala consiste então em selecionar um nível de informação que seja pertinente com o nível de organização a ser estudado.” (1998, p.90). Dessa forma, ao optar pela escala, também tomamos como aporte as idéias de Grendi, quando afirma que

a escolha essencial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação das categorias interpretativas e de sua verificação experimental. (Grendi, 1998, p. 262).

Quando trabalhamos com o aparato metodológico de escalas, estamos, concomitantemente, fazendo-nos valer da utilização de princípios e conceitos da micro-história. Isso porque o objetivo de análise se reduz, e o objeto de estudo é reconstruído associando-se à elaboração de uma interpretação do pesquisador e do leitor. Ou seja, para Revel, “ela convida o leitor a participar da construção de um objeto de pesquisa; ela o associa à elaboração de uma interpretação.” (1998, p. 35). Dessa forma, as reflexões e proposições da micro-história auxiliaram, na medida em que o estudo de caso desses operários pudesse estar ligado a um espaço social mais amplo, demonstrando que suas vivências e particularidades fazem parte de um processo econômico, político e social que também os abrangia exteriormente.

Por meio da redução da escala de análise e da utilização de elementos teórico-metodológicos da micro-história, foi-nos possível pensar a diversidade de ações da família operária, as quais emergiam dos dados documentais, podendo ser confluída ao nosso objetivo de integrar e relacionar entre si a multiplicidade dos dados elencados. Dessa forma, por exemplo, ao nos dedicarmos a realizar uma reconstrução histórica em que a microanálise também tem espaço no cerne da discussão, algumas trajetórias de vidas de famílias e de indivíduos nos foram possíveis realizar.

Nesse sentido, cabe relembrar as observações de Ginsburg,

se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. Não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de ‘indivíduo’. (Ginsburg, 1987, p. 26).

A metodologia das escalas nos permitiu, dessa forma, trazer a cena os acontecimentos não apenas de cunho microanalítico, como também de uma análise mais ampla. Abriu-nos portas para refletir sobre a realidade local familiar e industrial e também para inseri-la em um espaço regional e nacional, demonstrando que os fatos e vivências históricas interligam-se em um processo de desenvolvimento global. Como destaca Lepetit,

[...] a multiplicação controlada das escalas de observação é suscetível de produzir um ganho de conhecimento do momento em que se postula a complexidade do real e sua inacessibilidade (a palavra *fim* nunca é dada e a modelização está sempre pronta a ser retomada). (Lepetit, 1998, p. 100).

Esta dissertação, cuja estrutura e organização baseiam-se nesse suporte teórico e metodológico, está dividida em três capítulos. O primeiro tem como objetivo realizar a contextualização espacial e temporal da realidade histórica que cerca as famílias de trabalhadores, para que o leitor possa ser apresentado a alguns dos acontecimentos que antecederam o início do processo de industrialização nas cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi, no início do século XX. Para realizá-la, tivemos que regressar algumas décadas da história local, tomando como ponto de partida o momento de chegada dos imigrantes italianos a essa região colonial, em 1875, pois muitos dos aspectos que caracterizam, posteriormente, as famílias dos operários da vinícola Armando Peterlongo estão ligados às suas gerações antepassadas. Assim, a partir da historiografia regional e local, buscou-se apresentar a evolução desses espaços coloniais que se centravam econômica e socialmente na pequena propriedade de terra e na estrutura familiar que a gerenciava para sua transformação em espaços urbanos alicerçados em uma economia industrial e na força de trabalho industrial familiar.

No segundo capítulo, centraremos a análise na família e na compreensão de suas relações internas estruturais, partindo do pressuposto de que essa instituição social se constitui o alicerce da sociedade das cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi, desde a sua fundação e, especialmente, ao longo do século passado. Ela se faz presente nas mais variadas atividades e setores dessa sociedade, constituindo-se a base para a formação da mão-de-obra empregada pela agricultura, pelo comércio e pela indústria. Buscamos, neste momento da dissertação, compreender como essa família está organizada em suas relações internas, como são vistos os indivíduos que a ela pertencem, qual o papel de cada um de acordo com os sexos e de que forma ela se adequou às mudanças exteriores que foram se sucedendo. Podemos resgatar algumas trajetórias de vida familiar locais que foram de extrema importância para a análise de alguns desses aspectos. Assim, esse capítulo comportará também algumas considerações historiográficas sobre a conceitualização da família no século XX, pontuando sua referida presença na região de colonização italiana e também na constituição das sociedades ao longo do tempo.

O terceiro e último capítulo destina-se à reconstrução do espaço de trabalho das famílias dos trabalhadores na indústria vinícola, através de um estudo de caso: o da Vinícola Armando

Peterlongo. Utilizando as fontes documentais dos registros de contratação dos operários da vinícola Peterlongo, procuramos analisar esse espaço de trabalho e produção, resgatando as particularidades de suas contratações, suas funções laborais diárias, as questões trabalhistas que o envolviam e, especialmente sua caracterização e importância como força de trabalho industrial. Realizamos uma breve contextualização do período de governo de Getúlio Vargas na presidência do Brasil, com o intuito de demonstrar as influências de sua política trabalhista para o cotidiano fabril em estudo.

Cabe destacar que não se tem, com esta dissertação, o objetivo de esgotar esse assunto e mesmo de esgotar a análise das fontes consultadas. O que se pretende é dar início a um trabalho que possa reconstruir e recuperar a história da família operária, como agente participativo da formação da riqueza local e regional, para que a família trabalhadora possa ocupar o espaço que lhe é devido na sociedade contemporânea.

1 CAPÍTULO I

DA EXPERIÊNCIA CAMPONESA À VIDA URBANA: UM CONTEXTO DE FORMAÇÃO INDUSTRIAL

A industrialização nos meios rurais prolonga pois as estruturas familiares tradicionais, conserva uma interdependência entre as gerações, mantém o seu poder nas redes de entreajuda de parentesco e de vizinhança, estende aos operários o quadro estruturante dos valores e costumes aldeãos. (Burguière, 1996, p. 10).

Este primeiro capítulo tem como objetivo refletir sobre a realidade que cerca o cotidiano dessas famílias, apresentando elementos internos e externos a ela, que se constituem influenciadores na sua construção enquanto instituição social, política, econômica e cultural presente no século XX. As modificações provocadas pela instauração dos processos de urbanização e industrialização iniciados a partir da primeira década do século passado acarretam, como consequência, transformações na estrutura e formação das famílias- antes, movidas pelo trabalho na pequena propriedade-, agora, vinculadas ao trabalho industrial e à vida na cidade.

Iniciemos o estudo regressando alguns anos no século XIX para a reconstrução da formação do cenário da vida rural. Na sequência, avançaremos para o começo do século XX, enfocando os processos de urbanização e industrialização no contexto das cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi, procurando sublinhar como tais processos repercutiram no cotidiano familiar.

1.1 Um breve retorno na história

Os fatores que influenciaram a decisão do governo provincial brasileiro em fundar núcleos rurais de recebimento de imigrantes europeus e, especialmente italianos, possuem relação com a realidade européia, que impulsionou os movimentos de saída de sua população, no final do século XIX. Por outro lado, unida a essa realidade também estava a brasileira, pois ao mesmo tempo em que a Europa atravessava momentos de instabilidade social, o Brasil objetivava

favorecer o povoamento da região sulina e promover a paulatina substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores livres. Vejamos cada uma delas.

A decisão de imigrar para outros territórios está estritamente ligada às difíceis condições de vida a que esses europeus estavam submetidos nos lugares em que viviam, bem como ao contexto interno italiano, que atravessava momentos de turbulência em sua história devido às transformações políticas que norteavam o processo de sua unificação.

A Itália do final do século XIX atravessava o processo de formação de seu Estado nacional e, internamente, vivia uma grande crise econômica, que afetava toda a sua população. Essa situação perdurou mesmo após sua unificação em 1870, o que contribuiu substancialmente para a saída de seus trabalhadores em busca de melhores condições de sobrevivência. Segundo Azevedo, que trata da situação de uma região específica da Itália, “o extremo fracionamento da terra, os salários baixos e os elevados tributos eram também um fator de pobreza no Vêneto. O cultivo dos minúsculos lotes em todo o Norte não bastava para sustentar as famílias, em sua maioria numerosas.” (1975, p.47). Essa realidade de pobreza, desemprego e falta de terra se estendia por todas as regiões do Estado italiano o que ocasionava um agravamento ainda maior da crise interna.

A crise italiana havia afetado todos os setores da sua economia e sociedade, caracterizando-se pela presença de alguns fatores como: a falta de disponibilidade de capitais ou a incapacidade de utilizá-los por parte das indústrias; a carência de minerais essenciais para esse setor, como o carvão, o ferro e o petróleo; a estrutura fundiária que se formulava através da presença de grandes latifúndios nas regiões sul e no centro e, no norte do país, de pequenas propriedades, trazia desequilíbrios que afetavam profundamente o seu desenvolvimento econômico e social. Nesse momento pós-unificação, era de interesse do governo italiano a resolução de problemas políticos do país, e não das questões sociais que dificultavam a vida de sua população.

Esses são reflexos produzidos pela Revolução Industrial estabelecida, pela mão-de-obra excedente e não especializada, cujo perfil não se enquadrava ao estabelecido para o trabalho nas fábricas, o que ocasionou um grande aumento no número de desempregados. Configura-se, dessa maneira, um quadro de miséria e de fome que caracterizaria a realidade enfrentada pela população italiana. É o que afirma Ângelo Trento: “Miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial.” (1988, p.30). Thales de

Azevedo (1975) também descreve as condições de vida da população italiana que, segundo ele, podem ser ilustradas por meio das habitações rurais pertencentes aos colonos italianos em sua terra de origem; que se mostravam desconfortáveis e com total falta de infraestrutura para acomodar os integrantes das famílias camponesas, as quais, em sua maioria, eram formadas por oito a dez indivíduos em média.

Mesmo após sua unificação, a Itália, como destaca Giron, “continuava sendo um país agrário, regido por relações sociais muito atrasadas que freavam seu desenvolvimento econômico e condenavam as massas populares à miséria e a fome.” (1997, p.51). É nesse cerne de intensos problemas sociais que famílias italianas tomam a decisão de emigrar, como saída possível em busca de uma nova realidade social, mesmo que em terras desconhecidas e tão distantes. Isso porque a população estava à procura de outros meios de vida e de sobrevivência como, por exemplo, o oferecido pela emigração internacional, que abria portas para novas oportunidades de trabalho, renda e sustento. Segundo Azevedo “era evidente que o abandono da pátria recentemente unificada não era forçado pela superpopulação mas realmente pela miséria.”(1975, p.54).

Dessa forma, a saída desses imigrantes em busca de melhores condições de vida tem como causas fundamentais as questões econômica, política e social advindas do processo capitalista que se instaurava na Europa. Como, para Giron,

o fenômeno migratório, que caracteriza o final do século XIX e o início do XX, que vai deslocar apreciável contingente humano da Europa para a América, não é um fato isolado. Está associado às transformações sociais, políticas e econômicas que ocorrem no mundo ocidental, em decorrência da expansão do capitalismo, e às novas formas de produção que então serão adotadas. (Giron,1980, p.47).

Por meio desse processo migratório, os países europeus- especialmente a Itália- forneceram aos países receptores, um grande contingente populacional, que se inseriu nesses novos territórios como mão-de-obra disponível para sua economia. Um dos destinos mais procurados pela população italiana foram os países da América. Isso porque esses territórios nacionais sofriam de uma carência de força de trabalho, principalmente, para as atividades agrícolas, que constituíam a base da economia dos países latino-americanos nesse período.

Como forma de gerenciar a força de trabalho empregada nas atividades agrícolas, as famílias italianas tinham como uma de suas características principais o elevado número de filhos. Contudo, o que antes havia sido adotado como estratégia interna familiar, neste momento de

crise, era entendido como mais um fator agravante para a sociedade e economia italiana. Dessa forma, o governo italiano via no incentivo a emigração uma possível solução para amenizar seus problemas sociais e, também uma possibilidade de lhe trazer lucratividade. Como destaca Giron, “além da solução individual dos problemas econômicos, a saída dos italianos tornou-se um empreendimento altamente rentável para o Reino.” (1997, p.52). É por meio da cobrança de passagens e, posteriormente, das remessas de lucros enviados pelos emigrantes para seus familiares que continuavam na Itália que ocorreu, nessa época um grande movimento de capital que não pode ser desvinculado da economia do país no final do século XIX.

Assim, como consequência do sistema capitalista que estava se consolidando na Europa e de seu contexto interno de constante transformação política e econômica, a Itália começa a “exportar” sua população, juntamente com seus produtos industrializados. Oriundos das mais diversas regiões do país, os italianos, rumam para a emigração em grande escala. Como destaca Alvim,

foi da Itália setentrional, sobretudo do Vêneto, que saiu um significativo percentual de emigrantes para o Brasil, desmontando o estereótipo bastante comum, que é imaginar que os italianos advindos do Sul representavam a maioria do contingente que se dirigiu para o Brasil. (Alvim, 2000, p.386).

Um dos destinos mais procurados pelos imigrantes italianos, no final do século XIX e início do XX, foi o Brasil¹. Motivados pela propaganda que divulgava grandes oportunidades de trabalho e a possibilidade de obtenção de uma propriedade de terra, os italianos chegam ao território brasileiro, com o objetivo de melhorar suas condições de vida e de suas famílias. Como analisa Alvim (2000), os italianos que aqui chegaram eram oriundos das mais diversas regiões da Itália. Contudo, foi do Vêneto que mais saíram imigrantes que se destinaram ao Brasil, sendo esta região responsável por fornecer cerca de 30% do total de contingente de italianos no período de 1870 a 1920, “transformando o País em praticamente o único da América a receber vênnetos nesse período”. (2000, p.386).

¹ O Brasil foi o quarto país que mais recebeu imigrantes italianos na América, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, do Canadá e da Argentina. KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris. (Org). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp. 2ª ed., 2000.

Por meio do mapa que segue, em que são apresentadas as principais regiões italianas fornecedoras de imigrantes no final do século XIX, é que pode-se compreender a abrangência do fenômeno migratório por todo o país e sua representatividade diante da população.



Figura 1- Mapa da Itália. IBGE, 2000.

Da mesma forma que a Itália passava por diversos problemas de cunho social, político e econômico, o Brasil, no mesmo período, também enfrentava dificuldades sociais por estar passando pelo período de transição do trabalho escravo para o livre. Dessa forma, via no incentivo à imigração, uma possibilidade que se apresentava para sanar esses problemas. Segundo Trento, “o fato é que a imigração italiana resolveu uma situação de impasse no momento em que os fazendeiros tiveram de abandonar o antigo sistema baseado na mão-de-obra escrava.” (1989, p. 25).

A política imigratória no Brasil foi instaurada pela primeira vez em 1808, por meio do Decreto assinado por D. João VI, que autorizava todos os estrangeiros radicados em território brasileiro a tornarem-se residentes e proprietários de terras com os mesmos direitos com que haviam sido beneficiados os portugueses. Até esse momento, com efeito, o Brasil havia recebido apenas os africanos em condição de escravidão, e os compatriotas de Portugal. Por meio da abertura da imigração européia, o príncipe tinha como objetivo, oportunizar novas condições ao desenvolvimento econômico, social e político do Brasil.

Nesse primeiro momento, o governo se mantinha disposto a conceder aos colonos que quisessem se estabelecer no Brasil benefícios como o transporte gratuito, a concessão de lotes de terras na área rural e os instrumentos necessários para o plantio e cultivo de produtos, além de um auxílio financeiro durante os primeiros anos de estada, assistência médica e religiosa. Os imigrantes eram recrutados na Europa por meio de agentes do governo, que estabeleciam um contrato com os colonos, os quais, em geral, aceitavam as condições propostas. Por meio desse tipo de imigração, o governo se propusera a trazer inovações econômicas e sociais para a Colônia e, de certa forma, ir preparando a sociedade para a posterior abolição da escravidão. Como destaca Manfroi,

através dos imigrantes europeus, o governo se propusera: instaurar uma agricultura subsidiária, explorada por homens livres e sob o regime da pequena propriedade; aumentar a população do país a fim de favorecer a implantação da indústria, do comércio, etc.; formar um exército capaz de garantir a segurança interna, servir a política expansionista nas províncias cisplatinas; preparar a abolição do tráfico de escravos; criar uma classe média formada por homens livres. (Manfroi, 2001, p.28)

Devido aos interesses da classe dominante brasileira não serem compatíveis a essas preposições, pois voltavam suas preocupações para a questão da mão-de-obra para suas lavouras, a colonização não obteve muito êxito nesse período. Mesmo recebendo, em 1818, colonos suíços para se estabelecerem no Rio de Janeiro, e no ano seguinte, recrutar colonos para a região da Bahia, devido a problemas administrativos e a dificuldades enfrentadas na viagem, as experiências foram um fracasso. Em 1824, uma nova experiência, com maior organização, foi realizada na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a vinda de imigrantes alemães para a região do Vale dos Sinos. Seu relativo sucesso e sua importância fizeram dessa atividade o marco inicial para o processo imigratório no Brasil. Entretanto, após essa experiência, a imigração volta a ser estimulada apenas a partir da década de 1870.

Os italianos entram no cenário político, econômico e social brasileiro no momento em que a preocupação central da sociedade está voltada para a questão da abolição do tráfico negreiro, do problema do branqueamento da população e sua substituição de força de trabalho. Com a base da produção cafeeira estruturada nas mãos dos escravos africanos, os grandes latifundiários buscavam uma saída para as exigências estabelecidas pela Inglaterra para o término do tráfico negreiro. Eis então a manobra política apresentada pelos parlamentares brasileiros: priorizar a intensificação do movimento imigratório. Segundo Giron,

a busca da mão-de-obra imigrante está diretamente vinculada à substituição do trabalho servil pelo livre. Com a extinção do tráfico, em 1850, e a concentração dos escravos nas lavouras cafeeiras paulistas, agravou-se o problema, já crônico, da mão-de-obra. (Giron, 1997, p.54).

Por meio da propaganda realizada pelo governo imperial brasileiro esses imigrantes italianos foram trazidos, em um primeiro momento, para São Paulo, com o objetivo de assumir o papel da força de trabalho até então realizada pelos africanos e, em um segundo momento em decorrência da necessidade de povoamento das terras localizadas na região nordeste da província sul rio-grandense. Apesar de a imigração italiana ser propagada para as colônias sulinas com o intuito de povoar os lotes de terras, e, conseqüentemente, ter como característica principal a vinda de grupos familiares, o Rio Grande do Sul recebeu um número inferior de imigrantes italianos se comparado aos registros dos que se instalaram em São Paulo, mas bastante significativo para a província, bem como para as colônias na região nordeste. Segundo Klein,

da mesma forma que o Canadá, o Brasil, antes de 1880, absorveu uma migração bastante importante de colonos agrícolas oriundos da Alemanha e do norte da Itália. Quase todos evitaram as regiões de trabalho escravo e se instalaram em regiões de clima temperado, ao sul de São Paulo. Por volta de 1880, cerca de 455 mil desses europeus haviam se instalado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, representando uma parte relativamente significativa dos 3,7 milhões de brancos registrados em 1872. (Klein, 2000, p. 22).

A repercussão da propaganda realizada na Itália como forma de atrair os imigrantes para o Brasil, pode ser compreendida mais claramente a partir de um trecho das memórias do imigrante italiano Júlio Lorenzoni². Segundo ele, “*nos primeiros meses daquele ano de 1877, espalhou-se*

² Trecho da narrativa de Júlio Lorenzoni em seu livro *Memórias de um imigrante italiano*. O autor é nascido na Itália e vem para o Brasil ainda menino com seus pais e alguns familiares, no final do século XIX. Conta em uma espécie de diário os acontecimentos passados por ele desde a saída de sua terra natal até a chegada em Porto Alegre e sua

pelo lugarejo a notícia de que diversas famílias do distrito de Bassano e de muitas das províncias de Treviso e Údine haviam tomado a resolução de emigrar para o Brasil e, portanto, estavam se desfazendo de tudo o que possuíam e encaminhando-se a Gênova, porto de embarque[...]. Depois das primeiras saudações e contatos, começa o nosso agente a descrever o que era a emigração [...]. Deixo aos leitores imaginar como arregalaram os olhos essas pobres criaturas, pensando nas maravilhas que lhes seria dado ter, a eles, que nunca haviam possuído a mais insignificante horta para cultivar, que fosse de sua exclusiva propriedade.”(1975).

Por meio da descrição no diário desse italiano, é possível perceber e identificar o modo como a propaganda de imigração para o Brasil era exposta para esses europeus. Uma das características essenciais desse relato é o fascínio despertado nesses colonos, que almejavam condições de vida melhores e a possibilidade que lhes era oferecida de possuir seu próprio lote de terra para sua produção. Cabe salientar a questão também exposta no trecho acima, do incentivo da vinda de famílias imigrantes para o Brasil, estabelecendo que a intenção do governo imperial era a de que esses colonos mantivessem suas residências nas regiões de colonização e que a expectativa de retorno à Europa fosse a menor possível. Segundo Trento,

no quadro mais geral de uma emigração transoceânica que cresce a partir de 1875, [...] a que rumo para o Brasil caracteriza-se, em relação às outras destinações geográficas, por uma elevadíssima composição familiar. Isso era índice, pelo menos nas intenções, da vontade de permanecer no país de destino. (Trento, 1989, p. 31).

A retomada da colonização pelo governo imperial, em 1870, foi motivada pela campanha abolicionista instaurada na sociedade brasileira, coincidindo com o período da entrada maciça de imigrantes italianos, que se estende de 1875 a 1920³. Como evidencia Manfroi,

o principal objetivo do governo era atrair um grande número de imigrantes capazes de substituir a mão-de-obra escrava e atender os pedidos da extraordinária expansão das plantações de café. A colonização era uma meta secundária, mas necessária para atingir o objetivo prioritário. (Manfroi, 2001, p.37).

transferência para a região das colônias no nordeste do Rio Grande do Sul. Evidencia em seus relatos peculiaridades do cotidiano e as evoluções políticas, econômicas, sociais e religiosas pelo qual passaram as colônias de Conde d’Eu (cidade de Garibaldi) e mais detalhadamente Dona Isabel (cidade de Bento Gonçalves), onde fixou sua residência.

³ Período em que a Itália estava enfrentando dificuldades internas advindos de seu processo de Unificação e que assolava a grande maioria de sua população a condição de miséria e desemprego.

Dessa forma, fica evidente que, o objetivo principal pelo qual o governo imperial optou por incentivar a imigração européia, está centrado na inserção dos imigrantes, como força de trabalho para as fazendas de café em São Paulo. O que explica o abandono e o isolamento dos colonos italianos nas colônias do nordeste do Rio Grande do Sul, logo após sua fundação, entregues em meio à mata virgem, longe dos centros urbanos e comerciais ou de qualquer contato mais próximo.

Com referência a vinda de imigrantes italianos para o Brasil, Pesavento analisa de maneira muito semelhante a Manfroi a postura adotada pelo governo imperial brasileiro. Segundo a autora:

o interesse do centro, ao que parece, se prenderia primordialmente a dois fatores básicos: promover o abastecimento do mercado interno brasileiro gerado pelo complexo cafeeiro e formar no sul núcleos coloniais imigrantes bem sucedidos que pudessem servir como foco de atração à imigração estrangeira para o país. Uma vez chegados no país, muitos imigrantes, que pensavam tornar-se pequenos proprietários, acabavam sendo desviados para o trabalho nas fazendas de café de São Paulo. (Pesavento, 2002, p.46)

A colonização italiana, em terras gaúchas, inicia-se a partir de 1875, por meio da instituição de lotes de terras concedidos pelo governo imperial na região nordeste da província, cujo cenário político interno caracterizava-se pela preparação de estradas que ligariam a região da serra com a do Planalto e da Depressão Central, por meio da implantação de colônias⁴ agrícolas que seriam povoadas por imigrantes europeus.

Em 1848, o Governo Geral doou 36 léguas quadradas de terras para a colonização de imigrantes europeus na região da planície dos Vales do Rio Caí e do Rio dos Sinos. O governo provincial rio-grandense solicitou ainda mais terras devolutas na área do planalto, cobertas de mata virgem também para a colonização européia. Foram entregues 32 léguas quadradas, divididas em dois territórios, que, posteriormente, se transformariam em duas colônias destinadas aos imigrantes italianos. Segundo Azevedo,

o Rio Grande legisla pela primeira vez em 1851 sobre a concessão dos lotes aos colonos, dando a estes gratuitamente a terra, alguns instrumentos agrícolas e sementes. Somente em 1854 é promulgada uma legislação provincial que regula a colonização até o fim do século e supera os inconvenientes da cessão gratuita de terras. As normas então estabelecidas são as que se adotarão para a colonização italiana, de 1875 em diante. (Azevedo, 1975, p.78)

⁴ Foram fundadas a partir de 1870, inicialmente, nesta região do Estado, três colônias para receber os imigrantes italianos: Conde d'Eu (atual cidade de Garibaldi), Dona Isabel (atual cidade de Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (atual Caxias do Sul).

Essa concessão de terras destinadas para a fundação de duas colônias fora realizada pelo Ato de 09 de fevereiro de 1870 pelo Ministério da Agricultura, pelo preço de um real por braça quadrada, medida que seria paga ao governo imperial. O presidente da província Dr. João Sertório tomou as medidas necessárias para o loteamento imediato desses territórios e, pelo Ato de 24 de maio de 1870, decidiu que essas terras seriam chamadas de *Colônia Conde D'Eu*, em homenagem ao genro do imperador D. Pedro II, e de *Colônia Dona Isabel* em homenagem à princesa imperial.

O plano do governo provincial, nesse momento, era de integração desses colonos italianos, para a colonização do território por agricultores e pequenos proprietários de terras que se mantivessem nos lotes com suas famílias, evitando seu possível retorno para o país de origem.

Contudo, essas primeiras colônias apresentaram uma série de dificuldades para serem povoadas. Segundo Herédia, “em 1871, os sintomas do fracasso da ocupação dessas terras era visível, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde D'Eu e nenhum em Dona Isabel.” (1997, p.35). Diante dessa situação de paralisia da imigração, o governo provincial, através do presidente Francisco Xavier Pinto Lima, assinou um contrato em 28 de abril de 1871, pela Lei nº 749, com a Companhia Caetano Pinto & Irmãos, e também com Holtzweissig & Cia, para a introdução de 40.000 colonos europeus no prazo de dez anos. As condições estabelecidas entre o governo provincial e essas companhias são apresentadas por Manfroi:

com efeito, pelo contrato, Caetano Pinto se comprometia introduzir, cada ano, ao mínimo 2.000 imigrantes e ao máximo 6.000, dos quais o número de não-agricultores não poderia exceder o 10%. Caetano Pinto receberia por imigrante adulto recrutado 60\$000 réis e 25\$000 pelos imigrantes de 1 a 10 anos. A Província encarregar-se-ia da hospedagem e do transporte até as colônias. (Manfroi, 2001, p.54)

Com o fechamento desse contrato, o presidente da província esperava um grande número de imigrantes e, em 1872, ordenou a delimitação de 500 lotes de terras na colônia Conde d'Eu.⁵ Mas, dois anos depois, o agente Luiz Kraemer Walter descreve a situação da colônia: “não fez progressos a colônia Conde d'Eu, apesar da uberdade de seu solo e da excelente posição em que se acha colocada...”⁶

⁵ Dados trazidos pelo Relatório do Presidente da Província de 1872 e trazidos por MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul- implicações econômicas, políticas e culturais*.p.54

⁶ Relatório do Presidente da Província de 1874.

O fracasso da iniciativa e o não-cumprimento das cláusulas do contrato levaram o governo provincial a devolver esse projeto para o governo imperial nos anos de 1875 e 1876. As colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel foram entregues para o império, pois a província se mostrava incapaz de povoá-las. Em 1878, o contrato estabelecido com Caetano Pinto foi anulado. A partir dessa anulação, a corrente imigratória italiana se intensificou, passando a ser subsidiada pelo governo imperial.

A partir do ano de 1882 até o ano de 1914, tem-se a entrada de 154.682 imigrantes no Rio Grande do Sul, 66.901 dos quais -ou 43,25% desse total- constituídos de imigrantes italianos, encaminhados especialmente para as colônias a nordeste do Estado. Essas cifras⁷ evidenciam a conquista dos objetivos do governo provincial e imperial para o povoamento da região.

Como consequência da fixação dos italianos nas colônias localizadas a nordeste do Estado, distantes das outras populações de origem lusa e alemã, que residiam na região do Vale dos Sinos, uma das estratégias adotadas por eles para que o isolamento geográfico pudesse ser amenizado foi a sua organização em núcleos familiares, que possuísem entre seus integrantes uma certa homogeneidade étnica. Segundo Azevedo,

as colônias vieram a ser agrupamentos de famílias e indivíduos procedentes de diferentes nações da península itálica, aglutinados em núcleos mais ou menos homogêneos e caracterizados pela origem étnica de seus componentes, mas todos englobados na mente dos administradores brasileiros e dos demais rio-grandenses como 'italianos'. (Azevedo, 1975, p.82)

Essa homogeneidade cultural que ocorreu no período inicial da colonização, tanto nas colônias alemãs como nas italianas, possibilitou aos imigrantes e seus descendentes organizarem-se segundo suas tradições e costumes. Como afirma Valduga, "...instituições como a Igreja, a escola e a família tinham a função de manter vivos os laços de origem através da religião, da língua e da ancestralidade comum" (2007, p.12). Assim, para o imigrante, se tornaria mais fácil, sua inserção cultural na sociedade gaúcha e brasileira.

⁷ Dados trazidos por Ângelo Trento em sua obra *Do outro lado do Atlântico- um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

1.2 A colonização na região nordeste do Rio Grande do Sul

As primeiras colônias a serem fundadas para receber especialmente os imigrantes italianos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram, como vimos, as colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel, no ano de 1870⁸. Inseridas no contexto da política do governo imperial e provincial do final do século XIX, essas colônias surgiram com o objetivo de povoamento desse território da província que, até então, não havia sido colonizado sistematicamente e estava coberto por mata virgem.

Foram estabelecidas na região da Encosta da Serra⁹, ao norte das colônias alemãs de São Sebastião do Caí, Montenegro, Estrela e Lajeado. Apesar de constituir um território de floresta subtropical densa, com vales profundos e completa falta de estradas que possibilitassem a comunicação com as outras colônias da província, os italianos rapidamente povoaram as propriedades. Como indica Manfroi, “em poucos anos, a serra, até então abandonada pelos gaúchos e colonos de outras nacionalidades, tornou-se uma região tipicamente italiana.” (2001, p.61)

Essas colônias italianas foram organizadas desde a sua fundação, no mesmo regime de pequena propriedade das colônias alemãs, povoadas anteriormente. O lote colonial media 77 hectares em 1824; já, em 1848, diminuiu para 48 hectares e, durante o período da colonização italiana, foi reduzido ainda mais, chegando à medição de 25 hectares por lote de terra¹⁰.

As colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel começaram a ser colonizadas regularmente apenas cinco anos após a sua fundação, a partir de 1875, com a chegada dos primeiros imigrantes. Administrativamente, essas duas colônias representavam apenas uma e cada uma media 16 léguas quadradas. Conde d'Eu estava situada à esquerda do caminho da colônia Maratá; que seguia para o Rio das Antas, estando, ao norte e a oeste, limitada por esse mesmo rio e, ao sul, por terras

⁸ No ano de 1875, foi fundada a colônia de Caxias, também com o objetivo de receber imigrantes italianos, que se estabelecia próxima às de Conde d'Eu e Dona Isabel. Quarto núcleo colonial italiano é o de Silveira Martins, ocupado a partir do ano de 1877. Localizava-se nos municípios de Santa Maria da Boca do Monte e Cachoeira.

⁹ A palavra “serra” designava a região que, geograficamente, representa a orla meridional do planalto. Possui como paisagem natural, a floresta subtropical com a presença de profundos vales, o que dificulta sua exploração.

¹⁰ A divisão das terras das colônias seguiu o sistema de glebas contínuas denominadas léguas. Cada légua era formada por um quadrilátero de 5500 metros de lado. As léguas eram divididas em sentido longitudinal por estradas chamadas de travessões; em algumas léguas, eram demarcados dois ou três travessões, que estavam no sentido vertical do terreno. A partir do travessão, eram demarcados os lotes, em ambos os lados daquele. O número de lotes por travessão não era fixo; em média, havia 32 lotes por travessão. O número médio de lotes por légua era de 132. (GIRON, Loraine S.) *A imigração italiana no RS: fatores determinantes*. p.62

devolutas. Dona Isabel, por sua vez, localizava-se à direita desse caminho, fazendo divisa, ao norte, com o Rio das Antas; ao sul, com terras particulares e, a leste, com terras devolutas,¹¹ havendo, entre elas, a distância de 14 quilômetros. Em relação ao clima característico desse território, De Boni esclarece a percepção que o italiano obtinha em sua chegada,

embora a altitude acima do nível do mar não seja de mais de 770 metros, sente-se muito frio, não sendo rara a neve nos meses de setembro e outubro. Por isso, os nossos colonos encontram nestas regiões uma temperatura semelhante à de sua pátria e um solo fertilíssimo, que produz quase todos os produtos da Europa. (De Boni, 1987, p.21)

Esses territórios destinados às duas colônias foram divididos em lotes que estavam dispostos na sede e no interior e foram chamados de linhas ou travessões. Os lotes variavam constantemente quanto ao tamanho, ao preço, às formas de ocupação e à qualidade do solo- este último, devido ao fato de a geografia da região ser predominantemente de serra, ou seja, bastante acidentada. Tedesco retrata que, “as variáveis correspondentes eram a existência de água, proximidade da vila, terra para a agricultura, entre outras”. (2001,p.28).

O travessão ou a linha possuía em torno de 13 quilômetros em seu comprimento. Cada lote rural tinha como margem a estrada, na forma de losango, tendo em média 250 metros de frente por um quilômetro de fundos, o que possibilitava encontrar-se com lotes pertencentes a outras linhas. Os lotes próximos à sede da colônia possuíam por medida 40x60 metros¹².

Entre os imigrantes, nem todos tinham as mesmas possibilidades financeiras e interesses na obtenção e apropriação da terra. Tedesco destaca

nem todos os colonos podiam pagar um lote, ou, então, não queriam uma colônia por considerá-la muito extensa, em correspondência com o que viam na Itália e com a necessidade da família e a possibilidade de dispêndio financeiro; outros, com maiores condições econômicas e necessidades demográficas, obtinham extensões maiores. (Tedesco, 2001, p.28)

Vejamos, nos mapas a seguir, como as duas colônias ficaram divididas após o estabelecimento de suas respectivas linhas.

¹¹ Relatórios do presidente da província dos anos de 1870 a 1873; MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul- implicações econômicas, políticas e culturais*. P.65

¹² Cada família recebia um lote rural com área de aproximadamente 50 mil braças quadradas com valor de 2 mil réis a braça.

A DIVISÃO EM TRAVESSÕES (LINHAS) NA REGIÃO DE GARIBALDI

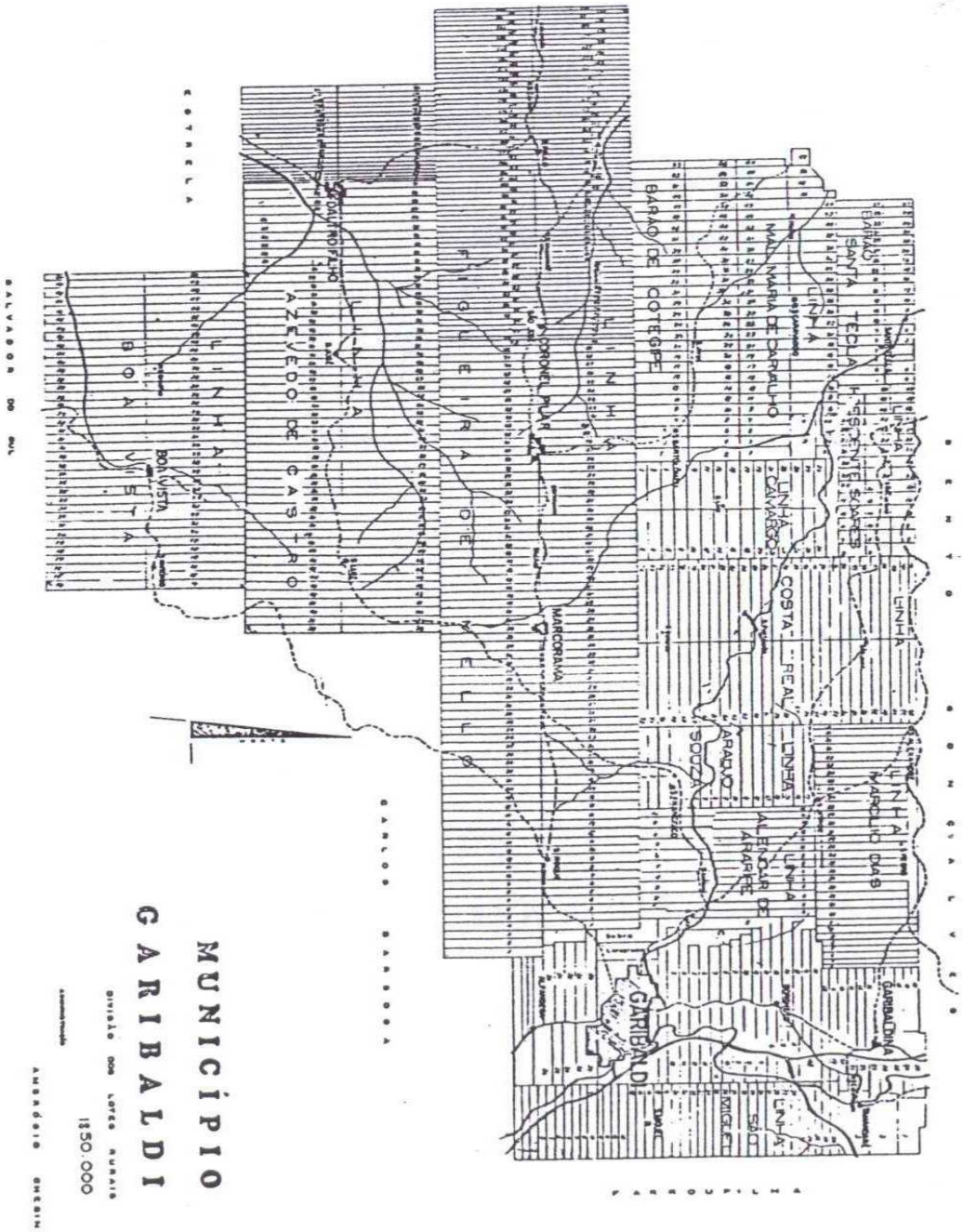


Figura 2- Mapa da colônia Conde d'Eu. KOFF, Elenita J. Girondi. Os primórdios da colonização de Garibaldi: Conde d'Eu- 1870/1875.

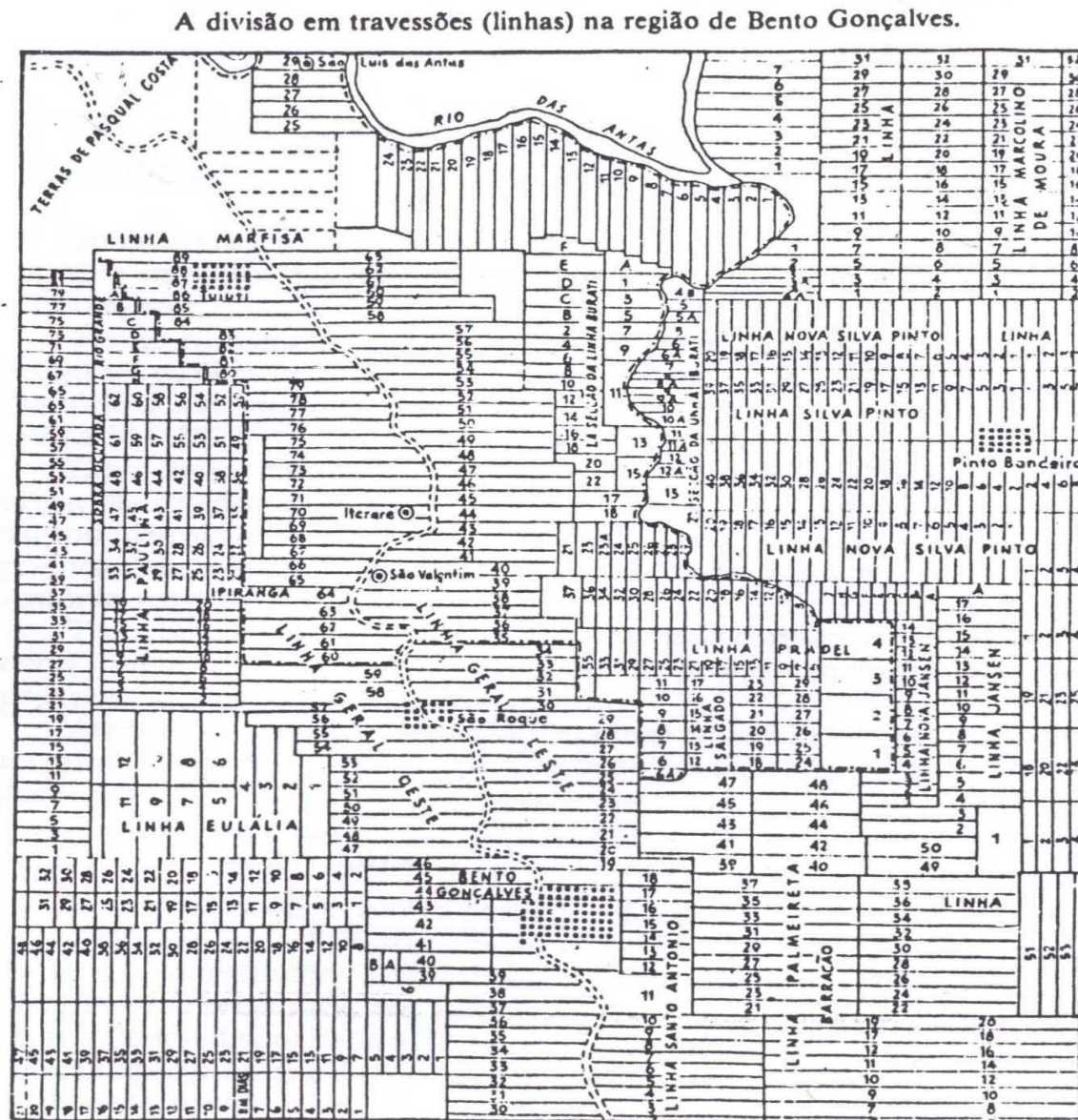


Figura 3- Mapa da colônia Dona Isabel. DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985.

Sob essa divisão do território, a colônia de Conde d’Eu ficou com um total de 16 linhas, assim denominadas: sede (Garibaldi), Estrada Geral, Garibaldi Nova, Garibaldi Velha, Costa Real, Figueira de Mello, Azevedo Castro, Boa Vista, Alencar Araripe, Araújo e Souza, Conselheiro Camargo, Presidente Soares, Vitória, Barão de Santa Clara (João da Silva Tavares), São Miguel e Barão de Cotegipe. Dona Isabel ficou assim estruturada: sede (Bento Gonçalves), Estrada Geral, Palmeiro, Amadeu, Rio Branco, 24 de Maio, República, Cafundó, Colombo, Liberdade, Clementina, Marcolino Moura, Brasil, Quinta Seção do Rio das Antas, Silva Pinto,

Jansen, Segunda Seção do Rio Buratti, Pradel, Pedro Salgado, Marfisa, Pascoal Corte, Graciema, Barão de Capanema, Leopoldina, Pederneira, Primeira, Segunda e Terceira Seção José Júlio, Santa Bárbara, Eulália, Faria Lemos, Jacinto, Armênio, Zemith, Fernandes Lima, Paulina, Alcântara, Argemira, totalizando 38 linhas.

Segundo Herédia (1997), o procedimento da distribuição dos lotes para os imigrantes, em cada Linha, acontecia da seguinte forma: quando chegavam à sede da colônia, realizavam a matrícula para os interessados, que eram entrevistados para verificar os locais de seu interesse devido à proximidade de familiares e amigos nas áreas de assentamento. Logo após, recebiam as informações das Linhas e Travessões em que havia lotes devolutos e seguiam com um guia da administração da colônia para a verificação do lote de terra e para sua aprovação. Se o lote fosse de seu agrado, seguiam para o Barracão mais próximo daquela Linha e recebiam a declaração de concessão pronta.

Vejam os como foram ocupados os lotes das Linhas de Conde d'Eu e Dona Isabel, uma década após o início de seu povoamento.

Tabela 1- Lotes de terra devolutos e ocupados na colônia de Dona Isabel- 1885.

Linhas	Lotes		Total
	Ocupados	Devolutos	
Sede da Colônia	121	19	140
Estrada Geral	126		126
Palmeiro	200		200
Jansen	172		172
Leopoldina	148	2	150
Eulália	12		12
Faria Lemos	73		73
Jacinto	74		74
Armênio	52	4	56
Silva Pinto	39	1	40
Zemith	76	2	78
Paulina	62		62
Fernandes Lima	34		34
Alcântara	52		52
Argemira	18	12	30
Pedro Salgado	24		24
Total de lotes devolutos	40		
Total de lotes ocupados	1283		
Total de lotes	1323		

Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.58.

Tabela 2- Lotes ocupados e devolutos da colônia de Conde d’Eu em 1885.

Linhas	Lotes		Total
	Ocupados	Devolutos	
Sede da Colônia	90		90
Estrada Geral	79		79
Alencar Araripe	27		27
Araújo e Souza	17		17
Garibaldi Nova	18		18
Garibaldi Velha	44		44
Camargo	30		30
Costa Real	100		100
Boa Vista	86		86
Azevedo Castro	111		111
Vitória	15		15
Santa Clara	65		65
Figueira de Mello	136		136
Total de lotes devolutos	0		
Total de lotes ocupados	818		
Número total de lotes	818		

Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.55.

Esses espaços territoriais foram sendo ocupados de acordo com a chegada das famílias dos imigrantes. De acordo com Giron (1992, p.12), “a colonização compunha-se principalmente de famílias”, visto que, para o desenvolvimento da produção no lote de terra e sua manutenção, a mão-de-obra familiar era primordial, este se constitui um dos fatores que diferenciam as características da colonização da região Sul e Sudeste do Brasil por italianos. Enquanto na primeira a colonização foi realizada basicamente por famílias e grupos familiares, organizados em propriedades de terra que facilitavam e garantiam sua permanência, na segunda, a intenção era compor a mão-de-obra nas lavouras de café, sem grandes preocupações com a fixação desses colonos num mesmo espaço; motivo pelo qual apresentava grande número de imigrantes solteiros ou que viajaram sozinhos.

O que chama a atenção na ocupação dos lotes de terra das duas colônias italianas, é o fato de que apesar de possuírem a mesma extensão territorial, percebe-se que, a colônia Dona Isabel foi dividida em um número maior de Linhas, como também, um número maior de lotes de terra foi disponibilizado para os imigrantes. Por outro lado, na colônia Conde d’Eu, os lotes foram ocupados de forma mais rápida, não havendo mais lotes de terra disponíveis dez anos depois de sua primeira demarcação territorial. O que nos permite compreender que, o número de grupos de

imigrantes que chegavam a região, era cada vez maior e, a colonização caminhava a passos largos, demonstrando que, a propaganda realizada na Itália e a oferta de propriedades de terra, motivavam a vinda de famílias européias.

A população recebida pelas colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel é majoritariamente constituída por italianos, vindos das regiões das províncias do norte da Itália, em especial do Vêneto e Trentino. Também há a presença de franceses, alemães, austríacos (Tirol) e brasileiros¹³. Se compararmos esses dados, com as informações trazidas por Herédia (1997) sobre a colônia Caxias- que também foi fundada com o mesmo objetivo que estas-, percebemos que seu povoamento ocorria de forma mais acelerada, recebendo um número maior de grupos de imigrantes. Segundo Herédia, “a Colônia Caxias possuía uma população de 3.851 habitantes, composta principalmente de italianos, tirolezes, brasileiros, alemães, poloneses, espanhóis, franceses, suíços e ingleses.” (1997, p. 40).

Apesar desses três núcleos coloniais receberem imigrantes vindos das mais diversas regiões da Europa, a quantidade de imigrantes italianos que aqui chega, é bastante superior, se comparada às demais. Assim, devido à marcante presença de italianos na constituição populacional desses espaços territoriais, sua influência no modo de vida, na política, na economia, cultura e religião é de grande destaque, constituindo-se fonte muito importante para a caracterização e organização social da região.

Para quantificar as populações existentes em cada colônia, alguns anos após suas fundações, vejamos a tabela 3.

Tabela 3- Origem da população das colônias de Dona Isabel e Conde d'Eu nos anos de 1878 e 1879.

Colônia D. Isabel		Colônia Conde d'Eu	
Origem	População	Origem	População
Italianos	1600	Italianos	2291
Brasileiros	982	Brasileiros	395
Austríacos (Tirol)	749	Austríacos (Tirol)	780
Franceses	12	Franceses	118
Total	3343	Total	3957

Fonte: Livro de registros do Arquivo Público e Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

¹³ Os dados das nacionalidades constam no Arquivo Público e Histórico de Bento Gonçalves.

Esses contingentes populacionais de imigrantes que chegavam ao Brasil, mais especificadamente à província do Rio Grande do Sul, seguiam as condições impostas pelo governo imperial, uma das quais era a de que fossem agricultores. A grande maioria dos que se radicaram nas duas colônias realmente era de agricultores, mas também é possível constatar, em relatórios escritos aos intendentess,¹⁴ que eles possuíam outras profissões, tais como alfaiate, carpinteiro, sapateiro, tanoeiro, hoteleiro, barbeiro, confeitoiro, funileiro, moleiro, relojoeiro, ferreiro, carreteiro, caminhoneiro, boticário, oleiro, pintor, mecânico, ourives. Essas profissões, muitas vezes, eram omitidas no momento de sua chegada ao Brasil pois percebe-se que os imigrantes aparecem, em seus registros nos documentos oficiais de passaportes e livros de entrada, como agricultores. De Boni afirma: “os que se dedicavam à agricultura, que são a grande maioria, pertencem às províncias vênetas, enquanto que os de outras regiões da Itália, como os toscanos e os meridionais, exercem diversos outros ofícios” (1985, p.62). Contudo, essa situação não ocorria apenas no Rio Grande do Sul, pois segundo relatórios do estado de São Paulo sobre informações dos imigrantes italianos, é possível perceber que os imigrantes também se passavam por agricultores para que sua entrada no Brasil fosse autorizada, mesmo que possuíssem profissões diversas.

O conhecimento em outras áreas de trabalho facilitou ao imigrante organizar-se em seu lote de terra e possibilitou a alguns abrir seus próprios negócios. Como destaca Herédia,

o fato dos colonos fabricarem os produtos necessários para a produção agrícola criou inicialmente um mercado que foi se ampliando em toda a zona colonial, principalmente porque eram produtos fabricados artesanalmente, necessários para o desenrolar das atividades agrícolas. (Herédia, 1997,p.68).

Esses foram elementos primordiais para o posterior desenvolvimento industrial da região, conforme veremos, com maior detalhamento, em momentos seguintes da dissertação.

A partir da década de 1880, o cenário econômico das colônias já se mostra diversificado, por conta da variedade de casas de negócios e comércio existentes. Na análise de Caprara e Lucchese; “a diversidade de negócios, profissões e mesmo de conhecimentos acerca das possibilidades de produção, inicialmente para satisfazer as necessidades, após para melhorar a renda familiar e, quem sabe, ‘fazer fortuna’, são os diferenciais das regiões de colonização.” (2005, p.191). Esse diferencial, explicitado pelas autoras, tem suas raízes fundamentadas na

¹⁴ Dados inscritos no Relatório de 1929.

presença de uma colonização basicamente realizada por famílias de imigrantes. Ou seja, essas famílias trazem, como alicerce para o trabalho na pequena propriedade e/ou na casa de negócios e comércio, a mão-de-obra disponibilizada por seus integrantes, o que se constitui em princípio gerador da economia familiar e de cada colônia receptora.

A seguir pode-se verificar o espaço econômico das colônias e a utilização dos conhecimentos dos imigrantes na distribuição de casas de comércio e de negócios existentes nos anos de 1884 e 1885.

Tabela 4-Comparativo das casas de negócio existentes nas sedes das colônias de Dona Isabel e Conde d'Eu no período entre os anos de 1884 e 1885.¹⁵

Designação	Sede de Conde d'Eu		Sede de Dona Isabel	
	1884	1885	1884	1885
Sapatarias	21	3	3	7
Casas de negócio	10	15	11	14
Moinhos a vapor		11	1	1
Carpintarias	2	7	2	2
Tanoarias				1
Alfaiatarias	1	1	1	2
Hotéis	1	1	1	1
Cervejarias		1	2	2
Fábrica de licores	1		1	1
Ferrarias	2	4	3	5
Moinhos a água			2	2
Relojoaria		1		
Curtume			1	
Açougue			1	1
Funileiro			1	1
Barbeiro				1
Bilhar				1
Padarias			1	2
Botica				1
Olarias		2		3
Total	84		Total	78

Fonte: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005. p. 190.

¹⁵ Relatório sobre o serviço de imigração e colonização da Província do Rio Grande do Sul, elaborado pelo engenheiro Manoel Maria de Carvalho, no ano de 1885.

Esses dados nos remetem à compreensão de que a diversidade das casas de negócios e das profissões demonstra peculiaridades e características próprias da forma de colonização e da população que ocupou esses territórios. Percebemos que, apesar de o maior contingente de imigrantes chegados às colônias, possuir poucas condições econômicas e financeiras, essa população possuía grande abrangência em seus conhecimentos profissionais, os quais foram utilizados sabiamente de forma a beneficiá-los não só no que dizia respeito ao aumento da renda familiar, mas também no que se referia à melhoria de suas condições de vida na nova terra. Isso também era visível na colônia Caxias que, possuía aspectos bastante semelhantes aos das duas colônias de nosso estudo. Segundo Herédia, “em 1882, a vila possuía uma fábrica de cerveja, uma de sabão, várias oficinas de ferreiro, coureiro, latoeiro, relojoeiro, carpinteiro, barbeiro, sapateiro.” (1997, p. 67).

Mesmo com o crescimento das atividades de comércio e o aparecimento de pequenas indústrias artesanais, a economia dessa região ainda girava em torno da produção agrícola. Como destacam Caprara e Lucchese,

o desenvolvimento econômico na Região de Colonização Italiana ocorreu lenta e gradativamente primeiro o colono cuidou de prover, fazendo uma agricultura de subsistência, com o tempo e melhor estruturado, apesar das dificuldades de escoamento, pela falta de boas estradas e das condições precárias dos meios usados para transportar os produtos a serem comercializados em São Sebastião do Caí ou em São João de Montenegro. (Caprara e Lucchese, 2005, p.178)

Para De Boni; “as colheitas são suficientes para o consumo das famílias e ainda sobra alguma coisa para ser vendida” (1985, p.63). Um dos maiores problemas encontrados quanto ao escoamento da produção agrícola para outras regiões era o das condições das estradas, visto que, se mantinham em estado de má conservação e, em certos lugares, durante a estação do inverno, mostravam-se transitáveis apenas por animais de carga, o que forçava os colonos a utilizar toda sua produção ou manter pequenas relações comerciais próximas. Segundo Trento,

o isolamento dos núcleos e as dificuldades de transporte criavam não só problemas internos (meio dia de estrada com um saca de milho para alcançar o moinho) como constituíam, sobretudo, barreiras intransponíveis para a comercialização e, conseqüentemente, para a possibilidade de respeitar os prazos de pagamento dos lotes. (Trento, 1989, p. 93).

Dentre os principais produtos cultivados pelos agricultores das duas colônias estavam o milho, o trigo e a uva. Esse último, com o passar do tempo, tornou-se uma das mais importantes

atividades econômicas desenvolvidas pela indústria local, pois foi utilizada como base para a elaboração de vinhos, licores e champanhas. Para Tedesco; “a partir de 1890, uma segunda fase aconteceu na própria colônia: começou uma dinâmica de policultura ligada ao milho e ao suíno, acrescida do trigo, feijão, mandioca, vinho e derivados do leite” (2001, p.30). Essa segunda fase acontece no momento pós-emancipação das colônias e demonstra o desenvolvimento da agricultura e o crescimento do comércio, mesmo que em pequena escala.

A vinda e o estabelecimento de numerosas levas de imigrantes, o crescimento das colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel, de sua economia, do comércio e de atividades de manufaturas diversificadas e o desenvolvimento de um espaço urbano, levaram as colônias de Dona Isabel e Conde d’Eu e também de Caxias, em 12 de abril de 1884¹⁶ a se tornarem vilas. Para Caprara e Lucchese; “as colônias tiveram sua emancipação antecipada por pedido do governo provincial que atendia aos interesses municipais de São João de Montenegro e São Sebastião do Caí.” (2005, p. 57). Devido ao maior desenvolvimento econômico desses municípios e por serem ponto de escoamento dos produtos vindos das colônias da Serra, eles tinham a pretensão de cobrar impostos dos colonos que possuíam pequenas indústrias ou comércio, podendo ameaçá-los com a retirada de seus bens caso se recusassem a pagar os tributos.

Quando as colônias Dona Isabel e Conde d’Eu passaram a ser designadas vilas, foram subtraídas da dependência da comissão de engenheiros encarregados da distribuição dos lotes de terra e nelas se instituíram as autoridades ordinárias. Dessa forma, foi delegada maior independência política às vilas, o que as possibilitaria organizar-se de acordo com as suas necessidades internas. Passados cinco anos, em 1889, com a proclamação da República, as mudanças administrativas no cenário nacional repercutiram também em novas transformações nas Vilas de Dona Isabel¹⁷ e Conde d’Eu. A partir dessa data, alcançaram a condição de municípios e passaram a ter sua nomenclatura modificada: Conde d’Eu passou a ser chamado de Garibaldi e Dona Isabel, de Bento Gonçalves.

Juntamente com as mudanças políticas e administrativas, Conde d’Eu e Dona Isabel viram crescer suas populações. Nos quadros que seguem, pode-se compreender, com maior

¹⁶ Conde d’Eu e Dona Isabel foram emancipadas pelo decreto nº 8183 de 12 de abril de 1884 e Caxias pelo decreto nº 8182 da mesma data.

¹⁷ A conquista da emancipação política foi possível em 1890 através do Ato nº 474 de 11 de outubro, assinado pelo Governador do Estado, General Cândido da Costa.

detalhamento, as características populacionais de cada uma delas, no período próximo ao de sua emancipação política.

A partir da análise dos dados trazidos pelos quadros a seguir, extraídos do estudo de Luís Alberto De Boni, *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*, podemos constatar que, a sociedade colonial mantinha-se caracterizada pela marcante presença de imigrantes italianos que, constituíam a grande maioria do contingente populacional de cada colônia. Pode-se também perceber que, a sociedade colonial caracterizava-se pela superior presença de homens em relação ao número de mulheres, sendo de 55% para 45% do total da população da colônia de Conde d'Eu, por exemplo. Dentre o estado civil dessa população, a porcentagem de solteiros é maior do que a de casados e viúvos, correspondendo a 60%, 38% e 2% respectivamente, nos mostrando que, as famílias dos imigrantes eram em sua maioria numerosas, aumentando o número de solteiros, pela quantidade de filhos de cada família¹⁸. Isso se corrobora também, por meio das informações das faixas etárias da população, já que os dados quantitativos mostram que, em Conde d'Eu, a população até dez anos corresponde a 39% do total, enquanto que a de até 30 anos é de 31%, a de até 50 anos é de 23% e a de mais de 50 anos chega somente a 6%. A realidade populacional da colônia de Dona Isabel não difere muito, pois os dados percentuais mostram a mesma supremacia masculina em relação a feminina, a de solteiros em relação ao número de casados e viúvos e a da faixa etária até 10 anos em relação as demais.

Se observarmos a nacionalidade da população dessa região colonial, podemos identificar a grande diferença quantitativa do número de italianos em relação ao número de imigrantes de outras origens nacionais. Ao nos reportarmos aos dados individuais de cada colônia, temos em Conde d'Eu as seguintes informações: 53% de imigrantes italianos, 11% de austríacos, 3% de franceses, 6% de alemães, 2% de suíços e 24% de brasileiros, sendo que as populações de origem espanhola e inglesa não chegam a 1% de seu total populacional. Já em Dona Isabel, a população está dividida em 68% de italianos, 10% de austríacos e 22% de brasileiros, sendo que os imigrantes de origem francesa não representam nem 1% de sua população. Por meio da descrição desses dados, se torna evidente que, o Estado italiano teve uma maior participação quantitativa no processo de colonização da região nordeste do Rio Grande do Sul.

¹⁸ As famílias dos imigrantes italianos tinham em média de 6 a 10 filhos.

Tabela 5- Dados estatísticos da população da colônia de Conde d’Eu, em 31/12/1883.

Linhas	Habitantes			Estado Civil				Nacionalidade								
	Homens	Mulheres	Total	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Italianos	Austriacos	Franceses	Alemães	Espanhóis	Suíços	Inglêses	Brasileiros	Total
Sede da Colonia	106	83	189	96	90	3	189	96	13	3	1	-	-	-	76	189
Estrada Geral	369	323	692	423	258	11	692	366	51	191	2	-	-	-	82	692
Alencar Araripe	152	120	272	161	100	11	272	173	28	4	-	2	-	-	65	272
Araujo e Souza	61	55	116	68	46	2	116	74	15	-	-	-	-	-	27	116
Garibaldi Nova	56	46	102	60	40	2	102	75	2	-	-	-	-	-	25	102
Garibaldi Velha	117	123	240	135	100	5	240	185	10	-	-	-	-	-	45	240
Camargo	79	67	146	86	56	4	146	56	-	-	-	-	-	-	90	146
Costa Real	174	146	320	192	123	5	320	265	-	-	-	-	-	-	55	320
Presidente Soares	90	79	169	97	68	4	169	146	23	-	-	-	-	-	-	169
Boa Vista	543	362	905	599	295	11	905	608	8	8	57	-	-	-	224	905
Azevedo	557	417	974	535	408	31	974	289	147	4	258	2	27	4	243	974
Vitória	53	44	97	54	36	7	97	82	-	-	-	-	-	-	15	97
Santa Clara	375	329	704	444	240	20	704	297	1	22	86	5	85	-	208	704
Figueira de Mello	770	610	1.380	862	488	30	1.380	641	377	1	-	-	-	-	361	1.380
Total																6.306

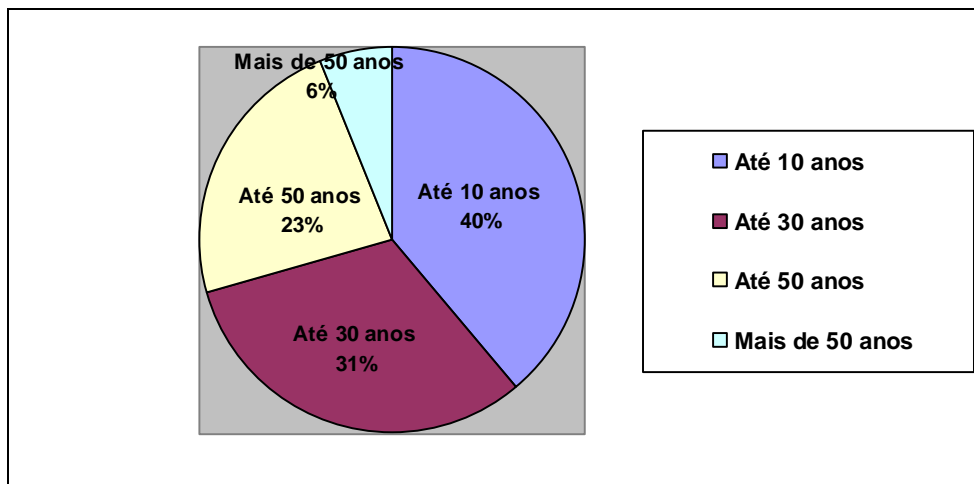
Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.54.

Tabela 6- Dados estatísticos da população da colônia de Dona Isabel, em 31/12/1883.

Linhas	Habitantes			Estado Civil				Nacionalidade				
	Homens	Mulheres	Total	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Italianos	Austriacos	Franceses	Brasileiros	Total
Sede da Colônia	93	102	195	108	80	7	195	123	8	-	64	195
Estrada Geral	685	574	1.259	761	453	45	1.259	439	512	2	306	1.259
Palmeiro	998	909	1.907	1.126	725	56	1.907	1.416	-	-	491	1.907
Jansem	595	480	1.075	597	445	33	1.075	854	-	-	221	1.075
Leopoldina	531	449	980	593	366	21	980	554	174	-	252	980
Eulália	69	58	127	46	77	4	127	105	-	-	22	127
Faria Lemos	248	202	450	273	167	10	450	301	52	-	97	450
Jacinto	259	211	470	265	188	17	470	376	-	-	94	470
Armênio	140	105	245	145	94	6	245	180	-	-	65	245
Silva Pinto	114	103	217	121	86	10	217	175	-	-	42	217
Zemith	196	156	352	202	144	6	352	269	54	-	29	352
Paulina	181	171	352	212	132	8	352	284	-	-	68	352
Alcântra	135	107	242	141	94	7	242	213	-	-	29	242
Fernandes Lima	57	57	114	65	47	2	114	92	-	-	22	114
Argemira	101	89	190	98	87	5	190	157	-	-	33	190
Pedro Salgado	89	75	164	94	65	5	164	155	-	-	9	164
											Total	8.339

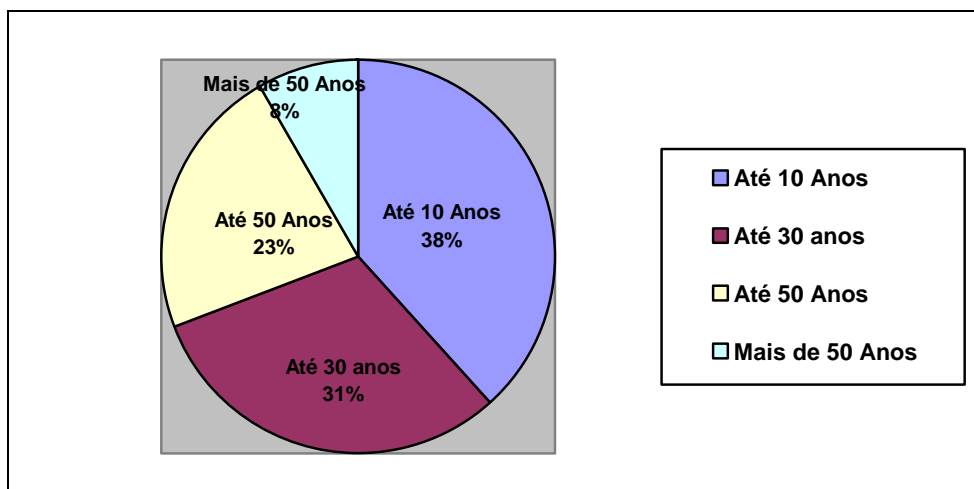
Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.57.

Gráfico 1- Faixas etárias da população de Conde d’Eu em 1883.



Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.54.

Gráfico 2 - Faixas etárias da população de Dona Isabel em 1883.



Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.57.

No decorrer de todo o processo de fundação e estruturação das duas colônias, que teve seu início em 1870 e se estendeu até os primeiros anos do século XX, as colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel- posteriormente, cidades de Garibaldi e Bento Gonçalves- apresentaram índices de crescimento econômico e populacional bastante acentuados, demonstrando constituírem-se

localidades favoráveis ao recebimento de imigrantes e de sua permanência, apesar das condições desfavoráveis presentes em seu espaço geográfico, as quais, aparentemente, trariam maiores dificuldades de comercialização e transporte. Entretanto, para alguns autores, como Luis Alberto De Boni e Olívio Manfroi, esse fator foi fundamental para que os italianos, em especial, se sentissem muito próximos de suas origens.

1.3 A família italiana e a pequena propriedade

A colonização no Rio Grande do Sul ocorreu sob o regime da pequena propriedade, desde seu início, com a chegada dos alemães, em 1824, e, posteriormente, em 1875, com os italianos, que marcam esse processo pelos grandes contingentes de imigrantes chegados à província, oriundos dessas localidades européias. No início da colonização, os imigrantes alemães recebiam, gratuitamente, do governo rio-grandense os lotes de terra, o que facilitou o começo de suas vidas na nova terra. Contudo, em 1875, momento em que se inicia a chegada dos italianos, essa regalia não existia mais. Os colonos aqui chegados teriam que pagar por sua propriedade, mesmo que esse pagamento se estendesse por muito tempo. Em virtude de os lotes também terem sido alterados em suas medições¹⁹ desde o começo da colonização, sendo muito menores na chegada dos imigrantes italianos, as dificuldades encontradas para o cultivo e produção agrícola se acentuaram.

A pequena propriedade posta à disposição do imigrante seguia o regime de distribuição de terras, como na maior parte das colônias oficiais fundadas pelo governo da Província. Segundo Giron, “os lotes também denominados de ‘colônias’ constituíam a divisão mínima da estrutura constituída por léguas e travessões. Os lotes demarcados a partir das linhas que dividiam os travessões tinham áreas e preços variados”. (1992, p.7).

O valor dos lotes que eram vendidos aos imigrantes variava tanto como as próprias áreas vendidas. Durante o período de 1875 a 1890, o preço de cada braça quadrada de terra variou de 2 mil réis a 7 mil réis, dependendo das características físicas do lote e de sua localização, visto que

¹⁹ Como citado anteriormente, no início da colonização, cada lote era de 77 hectares. Em 1874, foram reduzidos para 48 hectares e, em 1875, para 25 hectares; estes últimos mantendo, em média, 250 metros de frente por um quilômetro de fundos, possibilitando encontrar-se com lotes pertencentes a outras linhas. Os lotes próximos à sede da colônia possuíam por medida 40x60 metros.

era dada ao imigrante a liberdade de escolha quanto ao seu lote de terra. Dessa maneira, o italiano, já chegava à colônia como proprietário rural, mas também com uma dívida a ser paga à Província. Os estudos de Giron mostram que, ao preço pago pelo lote de terra, era acrescido um percentual de cerca de 20% do total. Esse acréscimo correspondia aos gastos realizados pelo governo imperial com o imigrante e sua família. Além do pagamento de sua dívida inicial com o governo, o colono deveria pagar os impostos territoriais que, nesse período, variavam de 2 a 15 réis por ano. Herédia também descreve as condições impostas pelo governo da província aos colonos:

para os que comprassem a prazo se adicionaria o valor de 20% e o pagamento deveria ser feito em cinco prestações iguais a partir do segundo ano estabelecido. Aqueles que finalizassem seus débitos, antes do prazo final estabelecido, abatiam o valor de 6%. Os colonos que compravam terras a prazo recebiam títulos provisórios ou de designação de lotes e o título definitivo de propriedade era entregue ao colono quando o débito fosse quitado com a Fazenda Nacional e assinado pelo Presidente da Província. (Herédia, 1997, p. 52)

Dessa forma, o início da vida colonial dos imigrantes foi marcada pelo compromisso fixo dos valores a serem saldados com a Diretoria de Terras e, posteriormente, com a Intendência. Alguns autores como Loraine Slomp Giron (1992) e Vania Herédia (1997), apontam as dificuldades enfrentadas para saldar as dívidas e pagar os juros que se acumulavam quando os saldos não eram pagos.

Nesses primeiros quinze anos da chegada e ocupação dos lotes de terras, as safras produzidas ficavam comprometidas com a manutenção da propriedade e ainda estavam sob jugo de diversos fatores quanto a sua valorização ou não. Essas safras poderiam ser vendidas com maior ou menor preço conforme a localização da propriedade, devido a distância dos núcleos urbanos, a aridez do solo e à falta de água. Para tanto, o colono utilizava, para a manutenção de sua família, o que plantava e produzia em hortas, numa cultura de subsistência e, para a manutenção de sua propriedade, encaminhava os resultados da produção principal de seu lote de terra. Para Giron, “o trabalho da família orientava-se para a manutenção da própria família e o maior esforço era despendido para a manutenção da propriedade.” (1992, p.8)

A produção principal das propriedades variava de acordo com a localização e os recursos minerais do solo, mas, de maneira geral, centrava-se no plantio de milho, trigo, feijão, arroz e no cultivo de videiras. Já a produção complementar centrava-se no plantio de frutas, verduras e legumes, como também na criação de porcos, aves e poucas cabeças de gado bovino e equino.

Para a historiografia local, a produção na pequena propriedade tinha seu início desde o momento da chegada das famílias aos lotes, pois estas se deparavam com terras cobertas por mata. A partir daí, sua rotina de tarefas é descrita por Caprara e Lucchese,

os imigrantes, ao chegarem em seu lote, iniciavam de imediato a tarefa de construir um abrigo temporário, pois a maioria das famílias não recebia lotes com casas provisórias. Providenciavam também o desmatamento de uma área próxima para o início do cultivo. (Caprara e Lucchese, 2005, p.31).

No início da realização das primeiras tarefas na propriedade, um dos motivos que geravam preocupação para essas famílias italianas era o de que a construção de suas casas, mesmo que provisórias, fosse realizada próximo de água, desconsiderando, por muitas vezes, o fator da vizinhança. Este último fator não os levava a maiores temores, pois a medição de seus lotes possibilitava o contato entre as famílias.

O sistema agrícola adotado pelos colonos italianos em suas propriedades foi o de rotação de terras, predominando, inicialmente, a cultura de milho e da capoeira. O milho era cultivado no mesmo terreno, consecutivamente, por um período de seis a dez anos. O colono fazia o repouso do campo só quando ele começava a apresentar sinais visíveis de esgotamento, deixando descansar por cerca de dois a três anos; após, derrubava a capoeira e reiniciava o seu plantio. Esse processo, no decorrer do tempo, apresentou uma baixa fertilidade do solo e desencadeou um aumento no ciclo de rotações, o que possibilitou a implantação alternada de novas culturas, como o feijão, a batata doce, o arroz, o centeio, a cana e a mandioca. Por ser de fácil plantio e não necessitar de grande preparo da terra, o milho foi a primeira fonte de subsistência na propriedade, contudo se consolidou como a cultura base do sustento das famílias de imigrantes, visto que com ele, era preparada a polenta. Os italianos trouxeram de sua terra natal o costume da presença da polenta em suas refeições, pois ela constituía a base da alimentação da classe camponesa italiana, concomitantemente, acompanhada por folhas de salada, salame, queijo e vinho. E, além de constituir alimento para o colono, esse cereal também era utilizado na alimentação de animais de criação, como porcos e aves.

No início da colônia, o trigo também foi cultivo de interesse dos italianos, e, após o ano de 1900, sua cultura teve incentivo por parte do governo rio-grandense, visto que era de interesse do Estado a sua produção para a economia, devido a sua abrangência e utilização no setor da alimentação. As frutas, verduras e legumes também estavam presentes na produção das pequenas

propriedades, em especial, o cultivo de uvas, maçãs, marmelos e peras. A produção de frutas não era tão grande quanto a dos cereais, porém tinha participação importante nas refeições diárias das famílias dos colonos. Segundo os dados trazidos por Herédia (1997, p.56), com base nos estudos de Orlando Valverde (1950, p.273), os lotes de terra eram divididos, para um melhor aproveitamento, da seguinte forma: 2 hectares de parreirais, 4 hectares para o potreiro, 19 hectares para a lavoura no sistema de rotação de terras e 3 hectares para o cultivo, totalizando os 25 hectares de cada lote.

De Boni traz, como dados gerais da produção agrícola anual²⁰ de cada família ou lote colonial, 55 sacos de milho, 10 sacos de feijão, 40 sacos de batata, 20 sacos de trigo, 30 sacos de centeio, 10 sacos de cevada, 2 sacos de arroz e 10 hectolitros²¹ de vinho.

Os italianos, como os alemães, não trouxeram novas e mais aprimoradas técnicas agrícolas. Como eles se instalaram em regiões de mata virgem, adotaram a técnica indígena da derrubada- queimada- plantação. Essa técnica se mostrou muito eficaz, especialmente, nas primeiras colheitas. Porém, a médio e longo prazo, ela esgotava os recursos minerais do solo rapidamente. A instrumentalização para o trabalho no espaço rural, tampouco apresentava inovações, pois acontecia pela utilização do pequeno arado e da enxada.

Nas tabelas a seguir, podemos analisar, de forma mais detalhada, a produção das famílias de imigrantes em cada uma das colônias estudadas.

Tabela 7- Produção agrícola da safra de 1883 na colônia de Conde d’Eu.

Linhas	Trigo-litros	Aveia-litros	Feijão-litros	Milho-litros	Cevada-litros	Vinho-litros	Arroz-litros
Estrada Geral	236.350	224.000	84.000	296.000		600	645.500
Alencar Araripe	82.600	78.400	36.000	158.400	400		96.000
Araújo e Souza	33.600	22.400	20.400	52.400	200	600	47.500
Garibaldi Nova	32.900	32.200	14.400	73.600			112.500
Garibaldi Velha	41.300	77.400	60.000	155.200	3.400		50.000
Camargo	28.000	22.400	64.400	73.600	5.200		113.000
Costa Real	119.000	68.600	69.600	184.000	28.100		130.500
Boa Vista	64.400	128.800	346.400	595.200	400	900	67.100
Azevedo Castro	66.850	229.600	365.400	699.200		19.200	256.500
Vitória	7.700	23.900	12.000	36.800			53.100
Santa Clara	57.750	153.100	25.800	367.600		3.600	269.000
Figueira de Mello	134.050	372.400	532.200	854.400	3.600	2.100	919.000
Total	794.500	1.433.000	1.608.600	3.556.400	46.100	27.000	3.759.600

Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.56.

²⁰ Dados econômicos das colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel, nos anos de 1883 e 1884.

²¹ Medida de 100 litros.

Tabela 8- Produção agrícola das safras de 1883 e 1884 da colônia de Dona Isabel.

Linhas	Trigo- litros	Aveia- litros	Feijão litros	Milho- litros	Cevada-litros	Vinho-litros	Arroz-litros
Estrada Geral	114.800	252.000	115.200	499.200	31.200	542.500	3.200
Palmeiro	233.200	300.000	416.000	833.200	16.200	873.500	14.400
Jansen	408.800	260.000	364.800	14.400	14.400	454.500	8.000
Leopoldina	154.000	120.000	211.200	486.400	24.000	973.500	9.600
Eulália	19.600	28.000	25.600	76.800		214.500	
Faria Lemos	50.400	56.000	128.000	275.200	2.400	354.000	1.600
Jacinto	112.000	72.000	140.000		268.800	71.000	
Armênio	56.000	60.000	51.200	179.200	7.200	95.000	3.200
Silva Pinto	50.400	48.000	64.000	128.000		155.500	
Zemith	42.000	96.000	78.800	230.000		665.500	
Paulina	28.000	20.000	57.600	51.200	4.800	228.000	
Alcântara	8.400	48.000	44.800	102.400	1.600	108.500	1.600
Fernandes Lima	11.200	12.000	12.800	57.600	2.400	102.500	1.600
Argemira	56.000	12.000	25.600	83.200	1.200	87.500	800
Total	1.692.800	1.384.000	1.736.400	3.011.000	374.800	4.489.000	44.000

Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.59.

Esses dados nos permitem perceber que, as famílias das duas colônias cultivavam em suas propriedades culturas semelhantes, isto porque, a região se caracterizava pela presença de elementos climáticos e de relevo praticamente iguais; como também, pela grande presença de famílias italianas que possuíam hábitos alimentares e práticas agrícolas bastante próximas.

Outro dado relevante é a questão da produção de uvas e vinho em cada uma das colônias. Enquanto Dona Isabel apresenta cifras de grande quantidade dessa produção, a colônia de Conde d'Eu não registra dados da produção dessa cultura em várias localidades de seu interior, o que demonstra que, havia interesses econômicos distintos entre as colônias. Isso porque, enquanto as famílias residentes em Dona Isabel produziam em dois anos cerca de 4.500 milhões de litros de vinho, em Conde d'Eu a produção chegava a 3.800 milhões de litros, o que mostra uma pequena diferença de cerca de 8% entre a produção das duas localidades. Assim, entre os dados produtivos, o cultivo dessa cultura já demonstra ter grande espaço na economia local e regional, tornando-se décadas depois, o principal produto de renda das famílias camponesas e da economia dessa região.

1.3.1 A produção agrícola e o trabalho familiar

Muitos autores retratam que o fascínio pela posse da propriedade de terra tomava conta dos imigrantes. O italiano esperava encontrar melhores condições de vida em seu novo destino e a possibilidade de se tornar proprietário de seu próprio lote era a maior das expectativas, visto que, pela realidade que o cercava na Itália, esse sonho se tornava cada vez mais distante. Como a maioria deles trouxe consigo sua família, a obtenção da propriedade rural traria condições de sustento para todos, já que poderiam utilizar a própria mão-de-obra oriunda da família para produzir.

Unido à propriedade, o trabalho formou o espaço social e de organização familiar dos imigrantes, tornando os pequenos proprietários de terra pequenos produtores, fundamentados prioritariamente na mão-de-obra oriunda de sua família. Segundo Tedesco, “o trabalho era entendido como uma espécie de obrigação, como dedicação, como dever moral, como superação, como virtude, como acesso à riqueza e promoção da exaltação do homem.” (2001, p. 40). O que evidencia que, para os imigrantes italianos, havia três elementos básicos que eram priorizados em sua sociedade: o trabalho, a família e a propriedade rural.

O trabalho na pequena propriedade de terra tem como base a mão-de-obra familiar, marcado pela prática agrícola voltada para o autoconsumo. Devido ao relativo isolamento físico e social, nos primeiros anos das colônias, os italianos foram obrigados a construir meios para sua autossuficiência e articular relações econômicas com a terra focadas na família, podendo tornar-se vantajoso, para a administração da propriedade, possuir suas lavouras, pastos e matas próximos à sua residência e sob os cuidados dos indivíduos de sua família. Segundo Tavares, “desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família.” (1984, p.34).

Ao analisar a propriedade rural como elemento caracterizador da zona colonial italiana do Estado, Loraine Slomp Giron (1992) em seu estudo *Produção e reprodução: a mulher e o trabalho na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*, retrata que há uma divisão desigual nas atividades e tarefas exercidas pelos gêneros, pois a divisão do trabalho parece estar baseada na autoridade paterna e na relação de subordinação estabelecida entre os membros da família. Rovílio Costa e Arlindo Batisttel (1982), no trabalho *Assim vivem os italianos*, também afirmam

que os chefes da família, que eram os donos da propriedade, determinavam as atividades a serem exercidas por cada membro, as quais teriam, como função maior a de propiciar a manutenção da própria família e garantir a posse da propriedade.

Contudo, essa visão de divisão do trabalho também pode ser compreendida como forma de cooperação entre os membros da família. Pois ela se constituiria na saída encontrada para assegurar o sustento e o bem-estar de todos os seus integrantes. Representou um dos aspectos marcantes da vida nas colônias de Dona Isabel e Conde d'Eu no final do século XIX e início do século XX, especialmente porque a propriedade fundiária se apresenta como o elemento fundamental na organização da vida agrícola do colono imigrante. As funções de cada membro eram divididas e diferenciadas segundo as relações de gênero e idade estabelecidas. Tedesco descreve cada uma das funções e quem as exercia:

o trabalho da mulher dependia quase sempre do ciclo de vida da família; sua jornada de trabalho era sempre superior à do homem, porém vista sob a ótica de ajuda, do complemento e da obrigação para o todo familiar. O chefe da família personificava o poder e a dominação, manifestações internas de processos de trabalho externos duplamente vividos pelas mulheres -esposas -mães. (Tedesco, 2001, p.27)

Sob essa ótica de Tedesco (2001), a família rural estrutura-se de modo simples, em termos da subordinação das mulheres aos homens e dos mais jovens aos mais velhos. Dessa forma, aos homens cabiam as atividades que despendiam maior força e dificuldade em sua realização, como a construção da casa da família, a derrubada da mata para o preparo do solo e para o plantio, a lida com a terra, o cuidado com as plantações e suas colheitas e provimento e a segurança da família contra animais selvagens e perigos que os rodeavam por estarem muito próximos à mata virgem. Já, para as mulheres, as tarefas eram cumulativas, pois teriam como obrigação os cuidados domésticos com a casa e os filhos, a manutenção de uma horta próxima à residência e, quando necessário, o auxílio ao marido na produção agrícola. Os filhos, por sua vez, também tinham obrigações perante a família. A eles, eram destinadas as tarefas de auxílio aos pais, no cuidado com a roça e a horta, junto aos animais domésticos e no cuidado aos irmãos menores, o que dava à mãe maior liberdade em realizar as outras tarefas, fazendo da família um agrupamento produtivo.

Dentro dessa análise, pode-se dizer que a estrutura dos agrupamentos rurais tem como base a vida comunitária, organizada a partir de unidades relativamente autônomas e do grupo doméstico, constituído pela família. Esta, por sua vez, adquire certa autonomia porque traz, como

fundamento básico de sua estrutura, a organização familiar da atividade produtiva. Essa caracterização do espaço rural fundamentado no trabalho familiar está presente também nos estudos de Eunice Durham, que salienta a importância das relações internas familiares formuladas sob a ótica de unidade sócioeconômica de produção.

Na concepção desse tipo de trabalho, a força da mão-de-obra se torna de extrema importância, como destaca Durham: “é por isso que a família só se realiza plenamente como unidade social através da prole numerosa, sem a qual é impossível manter mesmo os padrões mínimos de conforto, tal como são definidos tradicionalmente.” (1973, p.66). Cabe dizer que os comportamentos reprodutivos radicam-se na maneira como as pessoas se organizam em determinada região, no caso específico, para as famílias rurais, especialmente as localizadas nas colônias italianas do Estado, que estavam isoladas dos núcleos urbanos e rodeadas por mata virgem, em que os filhos representavam a mão-de-obra constituinte do trabalho. Dessa forma, é comum encontrar famílias de imigrantes com muitos filhos, em média de seis a dez²², cuja organização social se fundamenta na reciprocidade direta e na dependência entre seus indivíduos no que tange à construção e produção econômica comum: a pequena propriedade. Segundo Bassanezzi,

em áreas de cultura de subsistência do sul e sudeste, de um modo geral, parece predominar a família legítima devido à necessidade de uma maior estabilidade familiar como condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas. A família legítima também caracteriza os colonos pequenos proprietários do sul e os colonos do café em São Paulo, oriundos do continente europeu. (Bassanezzi, 1994, p. 383).

Nesse sentido, a idade ao casar e o número de filhos representa, para esses colonos, a condição para a formação de sua unidade doméstica, vista como a gerenciadora da produção para o consumo familiar.

O crescimento das famílias e, conseqüentemente, da população do espaço rural, a partir de 1875 até os primeiros anos do século XX, aparece claramente nos dados estatísticos do início do século XX, nos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi. Por exemplo, se tomarmos como referência para a compreensão do aumento populacional apenas os dados do município de Bento Gonçalves, vamos notar que, em 1883, a população estava compreendida em cerca de 8.339 habitantes, na sua maioria de imigrantes europeus; em 1903, esse número sobe para cerca de 17

²² Dados analisados por Luis Alberto De Boni em sua obra *Bento Gonçalves era assim*. Bento Gonçalves: EST, 1985.

mil habitantes, dos quais 9.898 são brasileiros. Subentende-se que esses 'brasileiros' são os filhos dos imigrantes italianos, chegados no final do século XIX. Esses dados corroboram a análise de autores locais, que afirmam ser a mão-de-obra familiar a principal força de trabalho do meio rural.

Dentre esses dados de indivíduos brasileiros há também, os que migram de outras regiões e cidades para as localidades de Bento Gonçalves e Garibaldi, o que nos mostra que os movimentos migratórios continuam a ocorrer dentro do Estado, de cidade para cidade.

Quanto à caracterização da força de trabalho no meio rural, Perrot afirma que “a família constitui uma empresa, a casa forma um espaço de trabalho, e os respectivos papéis dos pais e dos filhos, dos jovens e dos velhos, dos homens e das mulheres são rigorosamente estabelecidos numa complementaridade.” (1991, p.108). Em virtude da formação dessas relações de cooperação, todos os membros trabalham para o suprimento das necessidades coletivas, o que se faz compreensível na existência de famílias numerosas, que têm, em sua estratégia de trabalho e sobrevivência, a presença de grande número de filhos.

A ocorrência de famílias numerosas, comuns em sociedades rurais, como está caracterizado neste primeiro momento de nossa análise, parece estar também associada à necessidade de conservação e preservação da propriedade economicamente suficiente, que é o lote de terra, uma vez que ela se constitui como a principal, e por vezes única, fonte de sustento e de provimento econômico da família. Segundo Tedesco, “o envolvimento no trabalho é também elemento constituinte da imagem de família do colono imigrante.” (2001, p. 40). Essa caracterização de trabalho e das relações internas que se estabelecem nas famílias dos colonos imigrantes está presente maciçamente no meio rural. Contudo, com o início dos processos de formação de centros urbanos, das cidades, do comércio e das indústrias- esta última, como nova opção de trabalho para os integrantes dessas famílias do meio rural-, a sociedade, outrora alicerçada no trabalho coletivo e dependente totalmente da propriedade, depara-se com uma nova possibilidade de sustentabilidade e suprimento de suas necessidades, além daquele baseado na economia agrícola familiar.

1.3.2 A importância do comércio para a expansão do espaço rural

Concomitantemente ao uso da produção agrícola das famílias dos colonos para o sustento da casa, havia o encaminhamento de seu pequeno excedente para a comercialização. No início, os colonos vendiam seus produtos para áreas próximas e os transportavam por meio de carretas e carroças, que funcionavam por meio de tração animal. Para aqueles que residiam mais distante da sede da colônia, o transporte era dificultado pelas condições das estradas e os que moravam na sede conseguiam, por vezes, até montar sua própria casa de comércio.

As estradas se constituíam como elos de ligação entre os agricultores que moravam nas Linhas e os que moravam na sede da colônia. Portanto, sem a existência de estradas, o comércio não poderia se realizar, já que elas eram as vias de circulação para as mercadorias. Embora, os caminhos fossem sendo abertos à medida que os lotes iam sendo ocupados e a colônia ia se organizando, podia demorar alguns anos até sua abertura definitiva, o que tornava-se um empecilho para a comercialização dos excedentes produtivos.

A figura do comerciante, que começava a aparecer como um agente de intermediação mercantil e financeira junto aos colonos e que trazia inovações externas para o sistema de trabalho e modernidade do lar, mostrou-se como o elo de ligação entre a sociedade rural, que estava voltada para a agricultura de autoconsumo, e a sociedade que surge posteriormente, centrada em um espaço urbano. Mas, antes de tudo, traça a ponte que liga os processos econômicos locais ao mundo externo da colônia. Para Paul Singer, em seu clássico estudo sobre o desenvolvimento econômico brasileiro no decorrer do século XX, esse processo de mudança ocorrido nos núcleos coloniais europeus do Estado pode ser explicado da seguinte maneira:

seguiu as fases do desmatamento e agricultura de subsistência no período inicial de assentamento, produzindo através da agricultura excedentes comercializáveis que levaram a uma 'agricultura comercial' especializada na produção de gêneros alimentícios, dirigida ao mercado local, regional e mais tarde nacional. (Singer, 1968, p.167).

Segundo Herédia, “o comerciante era responsável pelas trocas dos produtos e pelo decorrente empobrecimento do colono” (1997, p.58), isso porque as trocas realizadas buscavam o seu favorecimento. Para Pesavento, “a supremacia econômica e social do comerciante sobre o pequeno produtor verificou-se desde os primeiros tempos”. (1983, p.33). A relação entre as colônias e os mercados era realizada pelo comerciante, ao controlar a produção dos agricultores,

já que ele era o que comprava e negociava os produtos. E era por meio dele que o colono poderia conseguir mercadorias que não possuía em sua propriedade, abrangendo desde xaropes até finos tecidos.

É a partir do comércio que se modela a colônia e seu espaço econômico. À medida que são abertas casas comerciais, surgem serviços ligados às necessidades comerciais, como os botequins, ferrarias, hotéis e entre outros.

Herédia afirma que, “as casas de comerciais se fortaleciam e os colonos cada vez mais diminuía a capacidade de crescimento e desenvolvimento interno da produção na pequena propriedade. A descapitalização provocada pelo comerciante desencadeava uma dependência do crédito.” (1997, p.58). Ou seja, as casas comerciais assumiam a função de troca de produtos: os colonos ali deixavam o produto de sua produção, com juros mínimos, os quais eram pagos a eles somente após a venda desse produto nos grandes mercados. Ocorria, dessa forma, o beneficiamento da casa comercial.

Tavares descreve o processo realizado pelos agricultores para a venda de seus produtos ao comerciante e mostra as relações estabelecidas entre eles

vendia o excedente agrícola e artesanal dos setores de produção de subsistência para o comerciante rural e este repassava aos comerciantes locais, nos núcleos urbanos. Em seguida, os comerciantes locais vendiam as mercadorias para os comerciantes situados nos núcleos regionais. Inversamente, os comerciantes regionais ofereciam mercadorias manufaturadas ou mesmo agrícolas para os comerciantes locais que as revendiam por intermédio dos comerciantes rurais ou, em período posterior, através dos vendedores viajantes para os colonos, enquanto consumidores finais. (Tavares, 1978, p.73)

No contexto da evolução das atividades comerciais exercidas na zona colonial italiana, pode-se compreender dois momentos em especial: num primeiro momento, a circulação dos produtos acontecia pela troca destes por outros gêneros, pois, em geral, os agricultores plantavam e produziam os mesmos tipos de produtos, o que dificultava a realização da troca de mercadorias entre eles; num segundo momento, os colonos adquiriam certa capacidade aquisitiva por meio da agricultura comercial, sob a forma de escambo²³.

As atividades comerciais na zona colonial italiana têm como momento de intensificação de seu crescimento na construção da ferrovia, que aconteceu a partir do ano de 1910. Por meio da estrada de ferro que ligava Montenegro a Caxias do Sul, os comerciantes teriam maior facilidade para o escoamento das mercadorias da zona colonial para os grandes centros. A produção oriunda

²³ O escambo acontece na medida em que o colono consegue entrar no mercado com sua produção e a monetarizar.

dos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi passava por Caxias, que era o núcleo maior da zona de povoamento italiano.

Após anos de reivindicações da população de Bento Gonçalves para que a estrada de ferro fosse estendida até o município, foi no ano de 1919 que ela finalmente foi concluída. “Tudo isso é animador para o novo município, que só almeja a vinda da estrada de ferro a esta vila, e ouvir o sino da locomotiva, esta alavanca do progresso, e para cuja realidade, em breve tempo, não devemos desanimar, confiando nos bons ofícios do benemérito Governo do Estado²⁴”. A construção da estrada de ferro era uma aspiração da população pelo desenvolvimento econômico do município, pois, com a sua chegada, o escoamento se tornaria mais fácil e rápido.²⁵

Para Tedesco, as atividades comerciais estimulavam o contato entre os vários setores da sociedade colonial, pois

a produção comercial, promovendo a circulação de mercadorias e de pessoas, provocou fricções interétnicas entre zonas coloniais econômica e etnicamente distintas, propiciando, assim, informações, trocas, orientações, intermediações, conflitos, novidades, etc. (Tedesco, 2001, p.35).

Esses aspectos favoreceram tanto a agilização quanto a aquisição de infra-estrutura, a ruptura do isolamento físico e cultural e a redução das dificuldades de comercialização junto aos maiores centros de consumo.

À medida que o comércio se expandia, a atividade do artesanato tendia a diminuir. Nos primeiros anos de formação colonial, ela se manteve como função fundamental para a organização dos colonos como promotores da economia doméstica, por meio da fabricação de utensílios, de vestimentas e pela promoção de profissões ligadas ou não à agricultura, mas que eram desenvolvidas juntamente com as atividades da família e para a família.

Contudo, nas primeiras décadas do século XX, as atividades artesanais na região colonial foram reduzidas devido a diversos fatores que protagonizavam mudanças na organização social e econômica. Dentre esses fatores, pode-se destacar a distância de centros consumidores, a entrada de similares importados, a necessidade de utilização da mão-de-obra na lida com a terra e o

²⁴ Relatório de 1910. Protocolo de Ofícios 1906 a 1918.

²⁵ A construção da estrada de ferro no estado do Rio Grande do Sul se deu em virtude do objetivo de ampliação das atividades comerciais. Seu início ocorreu no ano de 1869, partindo de Porto Alegre e atingindo os municípios de São Leopoldo em 1874, Novo Hamburgo em 1876, Taquara em 1903 e Canela em 1924. Outras linhas também foram construídas após esta data inicial. Dessa forma, os municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi também foram beneficiados pela construção, mesmo que anos mais tarde, da rede ferroviária.

surgimento de oficinas de grande porte, que influenciaram fortemente no processo de redução do artesanato.

Por fim, pode-se dizer que os comerciantes- italianos e suas famílias- por meio do exercício de suas atividades, puderam acumular capitais e investir em novas atividades, uma das quais, a indústria. Por sua vez, os agricultores ficaram restritos às ações dos comerciantes, que estabeleciam as trocas, os valores e determinavam o volume dos créditos, e assim ficaram à mercê da proletarização e da divisão do trabalho que se iniciou posteriormente ao crescimento econômico por parte do comerciante, advindo da acumulação de capital.

Tabela 9- Panorama total de exportação dos gêneros alimentícios e a produção nas colônias italianas de 01/07/1904 a 30/06/1905.

Gêneros exportados	Total de exportação do RS	Total das colônias italianas
Feijão	40.000 sacos de 60 Kg	metade da produção
Banha	2.000.000 kg	2/3 da produção
Ovos	160.000 dúzias	2/3 da produção
Milho	12.000 sacos de 60 kg	1/3 da produção
Farinha de mandioca	20.000 sacos	1/3 da produção
Carne salgada de porco	400.000 kg	2/3 da produção
Galinhas	28.000 aves	metade da produção
Manteiga	3500 kg	metade da produção
Licores	180.000 litros	3/4 da produção
Vinho	4.000 hectolitros	toda a produção

Fonte: DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. EST, 1985. p.102.

Ao observarmos os dados da tabela 9, é possível perceber a importância da atividade agrícola da região de colonização italiana para a economia do Estado no início do século XX. Mantendo-se, ainda, com uma economia basicamente agrária, pois as atividades comerciais e industriais estavam apenas se iniciando, a região de Bento Gonçalves e Garibaldi é responsável por grande parte da produção de diversos artigos agrícolas, que nesse momento, começam a ser encaminhados não apenas para o autoconsumo, mas também, para as indústrias que a utilizam como matéria-prima para a elaboração de seus produtos. Segundo Herrlein e Corazza,

o desenvolvimento industrial, consistindo na crescente transformação das matérias-primas, fornecidas pela agropecuária, por processos produtivos mais complexos, é de grande importância para a sociedade, ao incrementar seu bem-estar, ampliando e

qualificando sua provisão de bens e serviços, estendendo oportunidades de ocupação e obtenção de renda e possibilitando maior mercado à produção primária. (Herrlein e Corazza, 2007, p. 137).

Contudo, a produção de uvas e a conseqüente elaboração de vinhos é sem dúvida o principal produto de exportação dessa região, diferenciando-se da realidade do final do século XIX, que mostrava que o vinho não era o produto de maior interesse dos agricultores, tendo uma produção voltada apenas para o consumo das famílias, como podemos constatar nos dados das tabelas 7 e 8. Esse crescimento na produção de uvas e vinho ocorre devido a grande presença de cantinas familiares, que eram construídas, anteriormente, com o objetivo de armazenar uma pequena produção para o consumo das mesmas. Já no início do século XX e nos anos seguintes, o número de cantinas foi aumentando e, os agricultores começaram a realizar vendas de seus excedentes produtivos para outras regiões do Estado e do país. Segundo Luiz Fernando Fontoura,

já o cultivo de uva à produção de vinho vai acompanhar a colonização italiana nas encostas dos vales da escarpa na região de Caxias do Sul e entorno, onde no fim do século XIX visava apenas ao abastecimento local. É a partir dos anos 30 que o vinho produzido começa a ser transportado em barris para Santa Catarina, São Paulo e Porto Alegre, desenhando uma produção em escala comercial. (Fontoura, 2007, p. 135).

Dessa forma, é a partir do surgimento de pequenas cantinas familiares que, o vinho começa a se transformar no principal produto da economia da região ao longo do século passado, fazendo desses municípios os maiores fornecedores do produto para outras regiões brasileiras.

1.4 O processo de industrialização em Bento Gonçalves e Garibaldi

A gênese da indústria no Rio Grande do Sul tem suas raízes na economia periférica, com certos particularismos decorrentes de sua posição estratégica no contexto nacional. A partir da instauração do regime republicano no Brasil, grupos que obtinham renda média e inferior à dos grupos das maiores cidades tornaram-se os principais consumidores dos produtos agrícolas e do charque rio-grandense, dando direção ao comércio externo gaúcho para os mercados internos de consumo²⁶. Sustentando essa análise de Maria Abel Machado, a historiadora Heloísa Reichel também retrata o início do processo de industrialização do Estado “esta posição possibilitou ao

²⁶ O início do processo industrial no Estado e na região colonial italiana é tema de análise de Maria Abel Machado.

Rio Grande do Sul um período de prosperidade econômica que se caracterizou pela obtenção de um superávit na balança de comércio, bem como pela diversificação de sua agricultura”. (1979, p.256). Dessa forma, o Estado acompanhava a evolução do processo industrial que ocorria no país, vendo prosperar sua economia por meio da produção de bens manufaturados, como resultado da acumulação de capital advinda do comércio e do incremento de seu mercado interno, que permanecia crescendo com o aumento do exercício das atividades infra-regionais. Outro importante fator de contribuição direta para o desenvolvimento industrial está ligado ao setor exportador, com a venda dos produtos agropecuários facilitada pelas oportunidades abertas nos mercados econômicos dos demais Estados brasileiros.

Para Herédia,

em síntese, o contexto em que se desenvolveu o processo de industrialização brasileira sempre foi marcado por crises e surtos decorrentes de uma dominante política agroexportadora vigente durante todo o Brasil Colonial e Imperial, e por quarenta anos da fase chamada de República Velha. (Herédia, 1997, p. 88).

Segundo a autora, no contexto econômico brasileiro pós o período da República Velha, o setor industrial começa a ganhar incentivos políticos e econômicos no governo de Getúlio Vargas, por meio da presença de elementos que facilitaram sua expansão. Dentre esses fatores estão:

a desvalorização da moeda; a alta dos preços dos produtos importados, que minimizavam a competição externa; a possibilidade de comprar máquinas de indústrias falidas em consequência da crise instalada nos países industrializados e a política de estoques que garantia, ao mesmo tempo, o nível do mercado interno e evitava a desocupação. (Herédia, 1997, p. 88).

Para Paul Singer, em seu clássico estudo sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, o processo de industrialização no Rio Grande do Sul ocorre pela “substituição paulatina destes artigos importados por produtos manufaturados localmente. A indústria rio-grandense penetra, assim, num mercado já existente, formado graças à superioridade competitiva da indústria estrangeira, sobre o artesanato local”. (1968, p.170). Essa substituição quanto às importações está relacionada a fatores internos e externos à economia do Estado. Internamente, a economia está dependente não só da acumulação de capital comercial, do crescimento da procura por determinados artigos mas também pela existência de economias externas às indústrias, tais como a oferta insuficiente de matérias-primas, de energia elétrica e de mão-de-obra qualificada. Por outro lado, como fatores externos de influência, podem-se considerar os produtos estrangeiros que concorrem com os produtos nacionais e regionais, o aumento das taxas aduaneiras e o

crescimento e a elevação da taxa cambial pela a desvalorização da moeda nacional em relação à estrangeira.

Na análise do mesmo autor, as condições favoráveis ao surgimento da indústria ocorreram inicialmente na região sul do Estado, mais especificadamente em Rio Grande, no ano de 1874, pela fundação de uma indústria têxtil e, anos depois, em 1881, pela fundação pelo mesmo proprietário,²⁷ de mais um estabelecimento no setor da fabricação de chapéus em Pelotas. Nasce, assim, a indústria rio-grandense, como agente econômico favorável à substituição aos artigos importados e como forma de atender ao mercado local e regional, utilizando-se de matérias-primas advindas do setor agropecuário para a produção e transformação de artigos para consumo das populações interioranas.

Sob essa ótica, pode-se considerar que a indústria no Rio Grande do Sul apresenta duas características marcantes em sua formação: a que se destinava ao mercado regional e a que se destinava ao mercado nacional, registrando-se um desenvolvimento maior nas indústrias regionais, por razões basicamente ligadas às circunstâncias da época, como as dificuldades com o transporte e a distância do Estado dos principais centros do país, como analisa Maria Abel Machado (1998).

Para que essas dificuldades pudessem ser amenizadas, a política econômica estadual voltou-se para a integração ao mercado nacional por meio da tomada de uma série de medidas com base não só na substituição do imposto pago pelo território, em 1902, e na posterior e gradativa diminuição das taxas cobradas por ocasião da importação dos produtos, como também, em 1913, na instauração da convenção ferroviária entre o Brasil e o Uruguai, que possibilitaria a redução dos fretes nas linhas dos dois países.

Portanto, o processo de industrialização no Estado ocorreu seguindo particularidades de cada centro industrial e refletindo as diferenças dos mercados para os quais se destinavam os produtos. Segundo Foot e Leonardi,

a colonização baseada na pequena propriedade agrária havia formado uma classe de camponeses que constituía mercado consumidor razoável. A tradição de uma agricultura comercial permitiria a monetarização de boa parte das trocas comerciais. Além disso, com a imigração européia, desde logo surgira importante produção artesanal que atendia aos pequenos mercados urbanos locais. (1982, p.173).

²⁷ Essas indústrias iniciais da região sul do estado tiveram como proprietário o grupo Rheingantz. Em 1874, fundou a empresa têxtil “União Fabril” e, em 1896 já contava com 3 fábricas, uma de tecidos de lã, outra de tecidos de algodão e a última de aniagem, contando com um total de 900 operários. Em 1881 funda a indústria em Pelotas de chapéus e também em 1896, apresenta um elevado crescimento pois, possuía 220 operários.

Em Rio Grande, por exemplo, que formava um centro marítimo, havia a possibilidade de atender a mercados de outros Estados brasileiros, mas também havia as vicissitudes que competem a quem está inserido num mercado de consumo mais amplo. Já as indústrias localizadas em Porto Alegre estavam sujeitas às possibilidades do mercado regional, baseadas no capital gerado pelas atividades comerciais realizadas no interior do próprio Estado. Como destaca Reichel,

em Rio Grande, principalmente, ela se caracterizava por apresentar grandes estabelecimentos com índices de capital e mão-de-obra empregada acima das médias e pouca diversificação de ramos industriais (tecelagem, charutos, conservas alimentícias). Já em Porto Alegre, havia um núcleo muito maior de fábricas que apesar de se constituírem, em média, de pequenos capitais, apresentavam maior diversificação industrial. Assim, em 1913, Porto Alegre contava com um total de 158 fábricas (cerveja, gasosa, tecidos, licor, couros, vidros, chapéus) e Rio Grande, com apenas 18. (Reichel, 1979, p.263).

Dentro desse contexto industrial, cabe salientar que as regiões primeiramente povoadas por imigrantes alemães e, depois, pelos italianos, participam dessa atividade por emprestar dinamicidade às relações comerciais inter-regionais, possibilitando a acumulação de capital, originários do comércio e que serão repassados à indústria por meio dos investimentos. Segundo Reichel, “o imigrante possuía um poder de compra bem maior do que aquele que, radicado em outras regiões do país, se integrava à massa assalariada de campo e da cidade”. (1979, p.268).

As indústrias que tinham por objetivo atender ao mercado regional não precisaram se deparar com maiores dificuldades para a obtenção de matérias-primas, visto que utilizavam os produtos da região para atender às necessidades locais, mesmo que não obtivessem tecnologias avançadas, mas formas mais rudimentares de produção.

Na década de 1920, a indústria gaúcha era bastante diversificada por uma ampla gama de bens de consumo e de bens intermediários mas, possuía basicamente um alcance de mercado regional, encontrando-se constituída por capitais locais. Embora esse tenha sido um período em que houve um predomínio de sua expansão, alternaram-se momentos de crise e de prosperidade para esse setor. Segundo Herrlein e Corazza,

nos anos de 1920-21, a recessão e a crise sucederam o período de crescimento associado à Primeira Guerra Mundial, devido à queda da demanda por produtos agropastoris rio-grandenses, diminuição de negócios, queda de preços e falta de dinheiro. No ano de 1926, houve um novo período recessivo; as dificuldades econômicas traduziram-se em grande número de falências. Entre 1927-28, já não se falava mais em crise. No entanto, a

crise de 29 afetou a economia, e a depressão provocou quedas acentuadas dos preços. (Herrlein e Corazza, 2007, p. 142).

As décadas de 1930 e 40 foram marcadas pela ampliação do mercado interno brasileiro que, estava praticamente protegido das importações, o que permitiu que o setor industrial gaúcho não sofresse com as pressões da concorrência vinda dos produtores industriais do centro do país. Para Herrlein e Corazza, até meados da década de 50, a restrita integração do mercado nacional para a produção industrial e a escassez de oferta de bens industriais permitiram que a indústria rio-grandense se expandisse com escalas de produção anti-econômicas e elevados custos de produção, que se revelariam insustentáveis, a partir do momento em que o mercado interno nacional impusesse condições concorrenciais mais severas a indústria do Estado.

Já, a década de 1950, foi marcada por pequenas mudanças estruturais na economia gaúcha, o que trouxe para a indústria uma certa estagnação em seu desenvolvimento econômico. E, os anos 60, caracterizaram-se por conter ramos industriais mais dinâmicos, contudo, houve um crescimento menor desse setor no Estado se comparado com outros estados brasileiros.

A Primeira Guerra Mundial também traz significativas mudanças para o setor da economia brasileira como um todo, pois trouxe profundas alterações na economia nacional, tendo repercussões na industrialização, que estava se estruturando no Rio Grande do Sul e na região italiana de colonização do Estado. Com a conseqüente necessidade de substituição de importações, ocorreu um aumento ainda maior da atividade fabril, favorecendo as ferrarias, alfaiatarias, funilarias e metalúrgicas. A indústria brasileira foi atingida em um de seus aspectos fundamentais, o da formação do capital fixo. Segundo a análise de Reichel, a guerra ativou o mercado interno e a formação de capital, por meio da importância que assumiram novos produtos brasileiros no mercado internacional, como, por exemplo, a carne congelada, o açúcar e os couros. Em contrapartida, a dificuldade encontrada para realizar importações abriu portas para um mercado de produtos industrializados nacionais, trazendo um aumento na produção das indústrias por meio da racionalização e da utilização da capacidade ociosa de seu maquinário.

A indústria gaúcha, nesse período de guerra, viu seu crescimento se concentrar, em nível regional, nos setores que mais foram atingidos pelo conflito mundial, como, por exemplo, o setor têxtil. Cabe salientar que o Rio Grande do Sul, em seu setor econômico, atravessava momentos de euforia, visto que apresentava crescimento agrícola e aumento de suas exportações.

A primeira metade do século XX, constituiu-se para as colônias italianas, como um importante período de desenvolvimento econômico. Isso porque, ao longo dessas décadas, as colônias desenvolveram sua produção dirigida para a subsistência com a venda de seus excedentes, surgiram em cada uma delas, atividades artesanais que se dedicaram a satisfazer as próprias necessidades de consumo de suas populações por meio do trabalho de ferreiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros e também pela presença de moinhos de farinha, moendas, oficinas, etc.

Por meio do desenvolvimento da agricultura comercial, os colonos passaram a obter recursos monetários e certa capacidade aquisitiva externa. Singer destaca que “o escambo cede lugar à compra e venda e a economia das colônias se monetariza, na medida em que ela se liga ao mercado nacional”. (1968, p.167). Dessa forma, tem-se como consequência maior a possibilidade que se abre ao colono de aquisição de produtos manufaturados oriundos de outras regiões. No momento em que esses produtos entram nas colônias, eles acabam por frear as atividades locais de artesanato e abrem espaço para um mercado amplo de produtos industriais na zona colonial.

Portanto, o que se verifica na economia dessas regiões coloniais é a ocorrência de um amplo processo de transformação, o qual se inicia na produção de subsistência com sua estabilidade baseada na auto-suficiência, com uma policultura bastante diversificada, mas que se mantém devido as necessidades de consumo e à utilização de técnicas rotineiras. A posteriori, passa-se a praticar a produção comercial, que se baseia na dependência de condições econômicas externas, decorrentes da divisão inter-regional de trabalho, por meio da prática produtiva de uma quase monocultura que depende das condições do mercado nacional e que busca alterações quanto aos custos de produção e venda e que, por fim, se torna a base para a instauração do processo de industrialização voltado para a produção de bens de consumo. O que realmente se torna um fator de destaque em todo esse processo é a questão principal que norteia a economia colonial, que é a de estar voltada para a satisfação do mercado interno, como fornecedor de matérias-primas e de gêneros alimentícios. Dessa forma, cabe dizer que todo esse processo não ocorre de forma simultânea em todas as regiões coloniais, pois segue a lógica de crescimento econômico, de transporte e comunicação decorrente de cada um delas.

Sandra Pesavento também trabalha com essa questão da formação do espaço industrial gaúcho e, ao refletir sobre a participação da região colonial imigrante nesse contexto, afirma:

a atividade dos comerciantes de origem imigrante permitia uma razoável acumulação de capital; formara-se um mercado regional para manufaturados na zona colonial e nos centros urbanos; a agropecuária fornecia matéria-prima e a mão-de-obra imigrante que deixava a lavoura colonial em demanda das cidades era da melhor qualidade. (Pesavento, 2002, p.75).

Em Bento Gonçalves e Garibaldi, a industrialização teve sua origem a partir da transformação dos produtos advindos do setor agropecuário, produzidos na região colonial por imigrantes italianos, depois de vencida a primeira fase de seu estabelecimento, que se caracterizou pela prática de atividades de subsistência. O exercício das atividades industriais intensificou-se a partir dos primeiros anos de 1900, num período posterior ao da emancipação das duas antigas colônias italianas. Contudo, como se pode constatar nos dados da tabela 4, o aparecimento de casas de negócios e de pequenas indústrias agrícolas já ocorre nos anos de 1884 e 1885, mesmo que sua abrangência seja em proporções menores, se comparadas à existente na colônia de Caxias, por exemplo, que se constitui em um núcleo econômico de maior desenvolvimento.

O surgimento das fábricas na zona italiana dos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi tem seu início nos últimos anos do século XIX, mas se consolida e ganha maior impulso a partir da primeira década do século XX, oriundo da elaboração artesanal de produtos necessários para a prática das atividades agrícolas, que constituíam a fonte maior de renda e sustento dos colonos, por meio do trabalho na pequena propriedade.

O processo de industrialização nessa região não surgiu apenas como um meio de substituição às importações. Os primeiros setores a se desenvolver foram os que envolveram a indústria alimentícia, por meio de moinhos e de cantinas, e a indústria de extração, como a da madeira. Assim, a partir das necessidades de aperfeiçoamento da produção agrícola, foram sendo produzidos artefatos manufaturados que abasteciam o mercado local e o mercado regional. Segundo Herédia,

pode-se dizer que a agroindústria se expandiu de forma vertical, seja pela produção, seja pelo consumo. Entretanto, houve uma tendência de canalizar a economia colonial apenas para um produto, como ver-se-á, apesar de manter-se o sistema de policultura. (Herédia, 1997, p.69).

Ou seja, pode-se observar que, à medida que cresce o mercado local, ocorre também um aumento no montante de estabelecimentos que se dedicaram ao beneficiamento da matéria-prima obtida com a agropecuária, como, por exemplo, a uva, o feijão, o vinho, a banha.

A integração econômica de Bento Gonçalves e Garibaldi ao mercado regional ocorre, inicialmente, por meio do trabalho de tropeiros, cargueiros e carroceiros. Para Tedesco, “por mais de quarenta anos, o transporte das mercadorias dos colonos fez-se, em grande parte, por meio do balseiro, do cargueiro e, posteriormente, das carroças e carretas”. (2001, p.33). Anos depois, com o início da construção da estrada de ferro- que, primeiro, chegou a Caxias e, depois, a Bento Gonçalves-, a circulação de mercadorias se tornou mais fácil, possibilitando uma maior acumulação de capital por parte dos comerciantes, como foi analisado anteriormente.



Figura 4- Cargueiros na atual rua Assis Brasil, em Bento Gonçalves. CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, pág. 293.

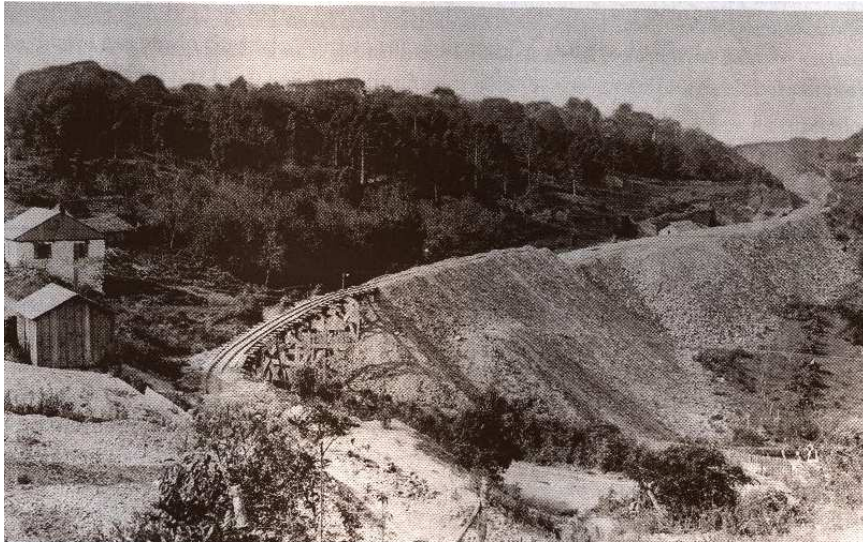


Figura 5- Vista parcial da construção da estrada de ferro. CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, pág. 295.

No ano de 1905, é possível constatar a presença de um variado montante de estabelecimentos no município de Bento Gonçalves, caracterizado como um momento de crescimento econômico nas atividades comerciais de exportação para outros Estados brasileiros, como também do aperfeiçoamento de pequenas indústrias. Por meio da descrição de Luigi Petrocchi,²⁸ em seu relatório enviado para a Intendência, podemos elucidar de melhor forma esse contexto e perceber que já nesse ano possuem em Bento Gonçalves casas exportadoras de vinho, o que nos mostra que essa atividade já tem grande participação na economia local.

“Possuem residência fixa no município 5 advogados, 3 médicos, 2 farmacêuticos e uma parteira. Há 112 casas de comércio de propriedade de italianos, das quais 8 localizam-se na vila. Há 4 alfaiatarias, 11 padarias, 4 latoeiros, 21 sapateiros, 26 carpinteiros, 18 restaurantes ou hotéis, dos quais 3 encontram-se na vila; 2 cafés com bilhar, 2 ourives, 3 casas exportadoras de vinho, 58 carreteiros, 35 tropeiros, 2 proprietários de viaturas, 5 açougueiros; há 1 escultor em madeira, 1 pintor e 1 fotógrafo; há 46 pedreiros, 2 barbeiros e diversos seleiros; contam-se 44 moinhos movidos a água. Há no município as seguintes pequenas fábricas: 2 de corda, 1 de chapéu de pano, 3 olarias, 2 de cigarros e manufatura de tabaco, 5 curtumes, 1 fundição, 17 ferrarias, 1 de louça, 32 de graspera e cachaça, 8 de açúcar mascavo, 1 refinaria de banha. Esta é a mais importante das fábricas, foi montada com capital italiano de 40 contos de réis, funciona a

²⁸ Trecho do relatório do Agente Consular italiano Luigi Petrocchi, em 1904, relatando a realidade econômica do município de Bento Gonçalves. In: LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975. p.115 e 116.

vapor e emprega 12 pessoas, que recebem diariamente de 2 a 7 mil réis e trabalham 9 horas por dia. Paga anualmente 192\$000 de impostos, e embora tenha muitos gastos para poder enviar a banha refinada aos mercados de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, contudo tem também bons lucros.” (Lorenzoni, 1975, p. 115,116).

No ano seguinte, em 1906, para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento econômico de Bento Gonçalves, é fundado o Sindicato Agrícola. Este tinha a finalidade de proteger a agricultura, por meio da distribuição de sementes de cereais de boa qualidade, de árvores frutíferas e artigos de necessidade dos colonos. Dessa forma, sua atuação, diretamente ligada aos agricultores, provavelmente pode ter aberto portas para o início da estação experimental do município e dado continuidade ao crescimento industrial, visto que, nesse período, a indústria está alicerçada na agricultura.

No período de 1910 a 1920, Bento Gonçalves e Garibaldi passam a estar ligados a outros municípios pela estrada de ferro, que foi inaugurada em 1919 e contava com a instalação de energia elétrica, ocorrida em 1913, o que favoreceu a expansão do setor industrial local. Segundo Caprara e Lucchese, “no ano de 1913 a preocupação da administração é com a energia, isto é fornecer a força hidráulica às fábricas e indústrias, que lutam com sérias dificuldades em seus estabelecimentos, em razão das despesas avultadas com, o motor a vapor.” (2005, p.212). Esse período apresenta um grande crescimento no setor de indústrias de vinhos, produto que, no decorrer do tempo, irá tornar-se o mais importante sustentáculo para a economia local.

Durante os anos de 1910 a 1920, a indústria de cada região no Rio Grande do Sul possuía características peculiares. Segundo Giron, “utilizando a matéria-prima da região, a mão-de-obra abundante e barata e o capital oriundo do comércio, foi possível às indústrias locais ampliarem suas atividades, passando a importar máquinas e tecnologia moderna.” (1989, p.66). Para a autora, a abertura de estradas e a instalação da rede de energia elétrica favoreceram a produção e o seu escoamento, mas foi a Primeira Guerra Mundial que acelerou o processo industrial, obrigando as indústrias a fabricarem máquinas e peças que antes vinham do exterior. Foi por meio da importação de máquinas e de sua posterior fabricação local que ocorreu a conquista de novos mercados para seus produtos.

No período de 1921 a 1930, a economia dos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi apresentou cifras consideráveis de crescimento, especialmente quanto ao setor vinícola. O valor das exportações de mercadorias gira em torno de produtos das indústrias agrícolas, como as de salame, laticínios, banha. Como podemos perceber nos dados que seguem abaixo.

Tabela 10- Valor das exportações do município de Bento Gonçalves.²⁹

Ano	Valor total das mercadorias exportadas	Valor das exportações vinícolas
1925	R\$ 16.033:242\$000	R\$ 5.556:791\$000
1926	R\$ 9.458:225\$470	R\$ 1.534:257\$450
1927	R\$ 5.048:648\$200	R\$ 1.248:393\$100 (1º semestre)
1928	R\$ 9.490:741\$500	R\$ 5.869:152\$000

Fonte: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*. p. 216.

A partir da década de 1920, o setor vinícola começa a apresentar maiores índices de participação na economia interna da região colonial italiana e também na economia gaúcha. Com os dados acima colocados, percebe-se que as exportações desse setor crescem a cada ano e, em 1928 chegam a ultrapassar a metade do montante total de exportações da cidade de Bento Gonçalves. Isso ocorre em virtude do crescimento do número de cantinas e de estabelecimentos industriais que se destinam a elaboração de bebidas vinícolas, como o vinho, o champanha e os licores. Contudo, é perceptível que há uma quebra considerável nos anos de 1926, 1927 e 1928 se comparado ao montante total de mercadorias exportadas no ano de 1925 pelo município de Bento Gonçalves, mas a causa para essa situação não foi mencionada na análise das autoras locais Bernardete Caprara e Terciane Luchese em seu estudo *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*, que trouxeram esses dados estatísticos.

Nesse mesmo período de crescimento econômico, cabe detalhar que a população do município, segundo o recenseamento de 1920, é de 21.465. Seu contingente populacional está distribuído em 2975 famílias, com média de 7,2 filhos, fator que mantém características semelhantes às presentes na estrutura familiar do início da colonização, em 1875. Sendo assim, a força de trabalho, em geral, se origina dessa mão-de-obra familiar, e a contratação de operários tem seu incremento maior a partir da década de 1930, especialmente nas indústrias vinícolas.

É também possível observar que, conjuntamente com o crescimento econômico da região, há o aumento da diversidade de profissões da população. Fomentadas pela diversidade de ofícios e de negócios estabelecidos, as famílias dos colonos buscaram desenvolvê-los como forma de conseguir atingir os mais diversos centros econômicos do estado e do país.

²⁹ Os dados econômicos do município de Garibaldi se assemelham bastante aos do município de Bento Gonçalves. Contudo, apresentam cifras menores, visto que sua economia apresentou um crescimento menor.

Tabela 11- Indústrias de Bento Gonçalves em 1929.³⁰

Indústrias	Vila	Total	Indústrias	Vila	Total
Automóveis	66	100	Fábricas de palhões	1	1
Alambiques	-	236	Fábricas de papel	1	1
Alfaiatarias	5	17	Fábricas de gasosa	2	5
Agência de Autos	2	2	Fábricas de café	2	2
Agência de Seguros	1	1	Fábricas de queijo	-	24
Açougues	4	12	Fábricas de cerveja	-	1
Bazares	1	1	Fábricas de licores	1	1
Barbearias	7	10	Fábricas de chinelos	-	1
Bombas de gasolina	2	2	Fábricas de salame	-	3
Botequins	13	46	Fábricas de barris	1	1
Bancos	6	6	Fábricas de sabão	-	1
Casas de negócio de 1ª classe ³¹	4	5	Fábricas de rapaduras	-	1
Casas de negócio de 2ª classe	3	27	Fábricas de óleo de linhaça	-	1
Casas de negócio de 3ª classe	-	2	Funilarias	2	6
Casas de negócio de 4ª classe	9	19	Ferrarias	5	35
Casas de ferragens	2	2	Gabinetes dentários	3	3
Casas de jóias	3	3	Hotéis	7	15
Casas de pasto	2	12	Hospitais	1	1
Confeitarias	1	1	Lojas de calçados	2	7
Cortumes	-	4	Moinhos a vapor	2	3
Carpintarias	2	2	Moinhos hidráulicos	-	29
Cartório	4	9	Moinhos particulares	-	8
Cafés e Bilhares	2	2	Marcenarias	1	1
Clubes	3	3	Ourivesarias	2	2
Cinemas	2	2	Olarias	-	4
Casas de saúde	1	3	Oficinas mecânicas	4	5
Construtores	3	4	Oficinas de fundição	1	1
Depósitos de material elétrico	1	1	Padarias	3	4
Depósitos de inflamáveis	5	5	Fotografias	1	3
Depósitos de materiais de construção	5	10	Farmácias	5	6
Depósitos de cereais	4	4	Relojoarias	3	3
Fábricas de Vinho de 1ª classe	3	5	Sapatarias	4	14
Fábricas de Vinho de 2ª classe	4	5	Selarias	3	9
Fábricas de Vinho de 3ª classe	-		Serrarias a vapor	-	4
Fábricas de Vinho de 4ª classe	1	2	Serrarias hidráulicas	-	2
Fábricas de Vinho de 5ª classe	1	3	Tipografias	2	2
Fábricas de foguetes	2	3	Tanoarias a vapor	1	1
Fábricas de pólvora	1	1	Trilhadeiras a animais	-	8
Tinturarias de pelegos	-	1	Trilhadeiras a vapor	-	8

Fonte: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*. p. 220 a 222.

³⁰ Os dados de profissões e indústrias do município de Garibaldi não foram encontrados.

³¹ São consideradas de 1ª classe as casas de negócios, cujo comércio seja em grande escala, e venderem fazendas, molhados, louça, ferragens e bebidas; de 2ª classe as de negócios sortidas em pequena escala; de 3ª classe as que venderem bebidas de diversas espécies ou molhados; de 4ª classe as que venderem somente vinho nacional. Livro nº3. Registro de Atas de 1907 a 1915.

Os setores industrial e comercial não apenas do município de Bento Gonçalves como também de outros municípios da região nordeste do Estado, a partir da década de 1920, apresentam uma diversidade nesses setores bastante grande. Percebe-se que, a população da região não direciona suas atividades apenas para a agricultura ou a indústria vinícola, mas sim, expande-se para as mais variadas espécies de atividades econômicas. Por meio dessa diversidade, se torna possível a essas localidades possuir estabelecimentos que possam suprir as necessidades básicas de sua população local, fazendo com que as famílias comprem e consumam mercadorias existentes no comércio e na indústria local, o que movimentava a própria economia da região.

O período seguinte, de 1931 a 1945, teve como peculiaridade uma política econômica que privilegiava a indústria nacional e o modelo de substituição às importações, especialmente no setor de bens de consumo não-duráveis, que se refletiu sobre as atividades industriais locais. Essa visão econômica passa a ser difundida, principalmente, pelo governo de Getúlio Vargas, que a mantinha como um de seus objetivos principais no discurso de governo. A industrialização no Estado acompanhou o ritmo de desenvolvimento constatado no restante do país, mantendo-se aquele, em alguns setores da produção- principalmente no da agricultura-, como um dos principais produtores. Nesse caso, sobressaem a carne, com 24 % da produção nacional; o vinho, com cerca de 80% da produção; de manteiga, com 18%; de tecidos de lã, com 27%; de calçados, com 20%; de vidro, com 10%, e de fumo, com 15%, ficando em terceiro lugar em âmbito nacional nessa produção. Cabe destacar que os ramos industriais em que o Rio Grande do Sul se mantém com uma participação expressiva estão vinculados, em sua grande maioria, à dependência de matérias-primas oriundas do próprio Estado.

Dessa forma, a indústria regional presente nos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi está sob influências da dinâmica da economia do Estado e do país. Durante esse período, sua evolução se mantém em vários setores mas, como consequência da grande produção agrícola voltar-se para o cultivo de parreirais, o produto de maior destaque na economia vem a ser o vinho. Este, torna-se responsável por grande parte do contingente total das atividades de exportação realizadas pelos dois municípios.

Durante o período que se segue, nas décadas de 1950 e 1960, o número de estabelecimentos comerciais cresceu de forma bastante acentuada; o valor das vendas também subiu, mesmo que o encarecimento das utilidades- pela desvalorização da moeda e pelos constantes aumentos de salários impostos pelo governo, tanto para os setores do comércio como

para a agricultura- tenha provocado a alta das taxas de preços. No decorrer dessas duas décadas, ocorre uma ampliação do quadro industrial, envolvendo o setor de transformação. Esse período é caracterizado por Herédia como um momento de acelerado crescimento econômico decorrente da política desenvolvimentista que fora adotada pelo país. Contudo, essa fase marcada pelo nacional-desenvolvimentismo é substituída, em meados da década de sessenta, pela alteração do modelo econômico, que seguia com a intervenção do capital estrangeiro em seus investimentos. Para que muitos industriais não perdessem seu capital investido, a política administrativa do país impulsionou a união com o capital estrangeiro como a alternativa mais viável para a expansão e o crescimento da produção, o que, conseqüentemente, exerceu influência nas indústrias locais e regionais, mesmo que de forma um tanto mais amena.

O objetivo de recuperar esse panorama geral foi o de poder demonstrar o crescimento e o desenvolvimento da indústria de Bento Gonçalves e Garibaldi, por meio da quantificação dos estabelecimentos e de sua diversificação de atividades. Ao mesmo tempo em que houve a preocupação em destacar não só a situação econômica regional, como também a participação da população como fonte primeira para o desenrolar do processo industrial, por constituir-se participante ativo e protagonista dessa realidade.

Muitas das indústrias refletem a presença e ação dos imigrantes italianos da região, por meio das peculiaridades que envolveram e caracterizaram esse setor produtivo. Dentre essa economia industrial, um dos maiores destaques está na indústria vinícola que, como vimos ao longo desse tópico de análise, constituiu-se no exemplo de maior crescimento nesse setor. Um dos exemplos mais claros desse desenvolvimento é a vinícola Armando Peterlongo, fundada como o objetivo de ser uma pequena cantina familiar, tomou proporções ao longo do século XX, de uma indústria exportadora de champanhas e, tornou-se responsável por grande parte desse crescimento econômico regional.

1.5 A vinícola Armando Peterlongo

A industrialização ocorrida na região nordeste do Estado apresentou uma diversidade muito grande em suas atividades, com a presença de indústrias de laticínios, de salames, têxteis e de moagem, por exemplo, mas foi a indústria vinícola que teve maior destaque dentre a

economia regional. Uma das possíveis hipóteses para explicar essa posição de destaque das vinícolas pode estar ligada ao conhecimento dos imigrantes italianos quanto ao processo funcional para a elaboração da bebida. Outra hipótese para o sucesso dos empreendimentos no setor pode estar vinculada às características da região, cujo relevo e cujo clima assemelham-se aos da Itália, o que, para os colonos, representava, na época, uma garantia para o investimento em suas lavouras de videiras. Segundo Fontoura, “de uma maneira geral, o processo de colonização através de imigrantes europeus trouxe ao Rio Grande do Sul a diversidade de plantio adaptado ao clima temperado.” (2007, p. 127). Dessa forma, pode-se afirmar que o desenvolvimento da indústria vinícola na região ocorreu pela junção desses dois fatores preponderantes.

A partir do final do século XIX e início dos anos de 1900, que os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi começaram a participar, de forma significativa, das atividades de exportação do produto para regiões próximas e para outros Estados brasileiros, pois a indústria vinícola foi, por muitos anos, a principal atividade industrial de toda a zona colonial. Com o surgimento das cooperativas vinícolas, a produção do vinho teve condições de enfrentar o mercado regional e solidificar a sua participação no mercado nacional. Segundo estudo de autores locais, apesar das dificuldades encontradas para a distribuição, circulação do produto, seu transporte e comercialização, além das enfrentadas pela falsificação que ocorria, em geral, no centro do país, o vinho sempre ocupou posição de destaque na economia rio-grandense e, especialmente, na desses municípios. Segundo Herédia, “a formação de cooperativas fortaleceu esta atividade econômica seja pela defesa dos interesses do pequeno produtor, seja na conquista de mercados feita pela concorrência e pelo monopólio exercido na sua comercialização.” (1997, p. 75). Contudo, o movimento cooperativista das indústrias vinícolas foi atingido pela crise econômica que afetou todo o país devido à declaração da Primeira Guerra Mundial e também, como no caso específico de Bento Gonçalves, devido à má administração das cooperativas e à total falta de recursos para investimento.

Como vimos, a atividade vinícola teve sua origem como indústria doméstica, desenvolvida em cantinas, onde o processo de elaboração era realizado de forma manual e a uva era amassada com os pés. Com o decorrer do tempo, o processo de modernização foi acontecendo, de forma lenta, com a fundação dos estabelecimentos vinícolas. Segundo Tavares, “[...] a indústria vinícola gaúcha define-se, desde a sua formação, como indústria ‘regional-

nacional', vale dizer, uma indústria regional voltada para o mercado nacional, principalmente para os mercados paulista e carioca." (1980, p.143).

As grandes cantinas assumiram maiores proporções pelos investimentos feitos em maquinários modernos, que garantiram um grau elevado de tecnificação da produção. Podem-se destacar diversos exemplos de indústrias do vinho que começaram como pequenas cantinas e que, gradativamente, passaram a ser empresas manufatureiras, que se baseavam na subordinação do trabalho camponês ao capital. São exemplos de grandes cantinas que alicerçaram a posição de destaque auferida pela produção vinícola da região a de Lorenzo e Orazio Mônaco, fundada em 1916; a de Paolo Salton Irmãos, em 1910; a de Augusto Pasquali e Irmãos, uma das mais antigas de Bento Gonçalves; fundada em 1885; e, em Garibaldi, a de por Manoel Peterlongo Filho, destinada à produção de champanhas, fundada em 1913.

Por meio do estudo de caso da cantina de Manoel Peterlongo, teremos condições de acompanhar a evolução do setor vinícola na economia rio-grandense e, especialmente, na economia regional e local, visto que esta pesquisa segue a trajetória da indústria, com o objetivo de contextualizar e compreender a realidade econômica, política e social dos períodos correspondentes.

Manoel Peterlongo Filho chegou ao Brasil no final do século XIX, por volta do ano de 1875, oriundo da região de Trento, no Tirol. Essa região se mantinha sob domínio do império Austro-Húngaro e foi, no final do século XIX, que, por meio do movimento do *Risorgimento*, pôde ser anexada ao território italiano. A realidade social, econômica e política da região não diferia da que se apresentava nas demais regiões italianas, visto que todos sofriam com o processo de unificação que se instaurava e com os conflitos internos estabelecidos. Segundo a análise de Trento (1989), a situação de pobreza e miséria vivida pela população a impulsionava a aceitar as propostas de agentes da emigração para deixar suas terras e rumar em busca de novas e melhores possibilidades de vida em outros territórios. Dessa forma, a situação conflituosa que gerou um caos social e uma condição de vida miserável para a população transformou-se em uma das causas principais de motivação para a emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial.

Manoel tem uma trajetória muito interessante e um tanto distinta, se comparada com a dos demais imigrantes italianos que emigraram no mesmo período. Ao chegar a terras brasileiras, instala-se em um lote, na região central da colônia de Conde d'Eu (atual município de Garibaldi),

diferentemente da maioria dos italianos que rumaram para as colônias de colonização do Estado e que possuíam, como conhecimentos de trabalho, os ligados à lida com a terra, Manoel trazia consigo os conhecimentos inerentes à sua profissão de agrimensor. Por sua profissão de engenheiro, foi convidado pela intendência estadual a participar da medição da área que se destinaria ao município de Garibaldi, realizando todo o traçado urbano e rural da cidade, por volta do ano de 1890. Por seu trabalho, anos depois, tornou-se coletor estadual, passando a exercer a função de controle e cobrança de impostos territoriais do município. Manoel e sua família trouxeram em sua bagagem um volume de capital financeiro considerável que lhes proporcionou a instalação em um lote da sede colonial, que possuía um preço maior do que os do interior da colônia por estar em uma melhor localização, e também lhes permitiu ocupar cargos de relevância junto ao governo do Estado.

Na mesma década de 1890, Manoel se casa com Regina Vivan, também imigrante italiana que havia chegado à colônia havia alguns anos, vinda da região de Treviso. De sua união matrimonial, nasceram dez filhos: Ortenila, Flordalice, Nestorina, Rosalina, Bernardina, Armênia, Carmem, Celina, Corália e seu único filho do sexo masculino, Armando.



Figura 6- Retrato de Manoel Peterlongo Filho. Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

A partir dos anos de 1906 e 1907, Manoel iniciou a elaboração de vinhos brancos finos, nas instalações de sua própria casa, com o produto de suas primeiras colheitas de uva de especialidades, como Malvazia, Moscatel, Vernacia, Rabosa e Formosa. Durante quase uma década, limitou sua produção às necessidades domésticas. No ano de 1913, decide iniciar a produção de champanhas³², com o objetivo de elaborar exemplares da bebida com que já havia

³² O champagne (palavra em francês) surge por volta de 1670, pelo monge Dom Pérignon, mestre da adega da Abadia de Hautvillers (povoado próximo a Epernay). Ele ficou curioso com a afirmação dos vinicultores da região de que certos tipos de vinhos fermentavam novamente depois de engarrafados. Porém, durante esse processo, os gases estouravam as rolhas ou arrebentavam as garrafas. Dom Pérignon, então, experimentou garrafas mais fortes e rolhas amarradas com arame, conseguindo obter a segunda fermentação dentro do recipiente e transformando o vinho em champanha. No entanto, havia um problema com o vinho: os resíduos da segunda fermentação permaneciam na garrafa, fazendo que a bebida tivesse uma aparência feia, o líquido turvo e não límpido. Foi então que a viúva Clicquot (Viúve Clicquot) inventou os processos de remuage (girar as garrafas) e dégorgement (degolar). No primeiro os funcionários da adega inclinam e giram as garrafas, fazendo que os resíduos se descolem do corpo do

trabalhado. Devido ao seu conhecimento na área vinícola trazido por suas atividades exercidas na Itália, começa a utilizar um processo inovador de fermentação na própria garrafa, conhecido como método Champenoise. Esse método, característico da região da França de Champagne³³, desenvolvia-se a partir da colheita de uvas brancas dos próprios vinhedos de Manoel, realizada durante o mês de fevereiro. Ao serem levadas à cantina, as uvas eram prensadas e apenas o líquido retirado era colocado em pipas, onde ficava armazenado para fermentar, formando o mosto.

A prática desse método consiste numa dupla fermentação do mosto que passa, primeiramente, pelo armazenamento em barris de carvalho e, no segundo momento, pelo acondicionamento, nas próprias garrafas, dispostas em adegas. Depois de transcorrida a primeira fermentação, que é semelhante à por que passam os vinhos comuns (não-efervescentes), o líquido é engarrafado. O início da estação da primavera é o momento em que se realiza o engarrafamento do vinho base, e a ele é acrescentado um composto de fermentos e uma pequena quantidade de açúcar.³⁴ Isso provocará a segunda e última fermentação. Nela, aparecerão as bolhas de dióxido de carbono e o acúmulo de borras, que deverão ser retiradas posteriormente. A garrafa, então, é tapada com uma cápsula metálica, seguindo para um período de descanso de um a dois anos. Posteriormente ao descanso, as garrafas são posicionadas em estantes, conhecidas pelos franceses como pupitres, com o gargalo para baixo. Todos os dias, as garrafas são giradas, manualmente, em um quarto de volta, para que as borras acumuladas nas paredes da garrafa possam descer e ficar depositadas no gargalo, prática chamada de remoage. Para poder retirar o depósito da borra, o gargalo da garrafa é congelado. Como nesse período não havia máquinas disponíveis no mercado brasileiro e Manoel não possuía capital para o investimento em câmaras para o congelamento, contratou um engenheiro francês para que o auxiliasse a localizar em sua propriedade o local que seria mais propício para a construção de um túnel subterrâneo. Aproveitando o clima de frio intenso da região, projetou o túnel na direção do vento conhecido como minuano, que é de forte intensidade na estação do inverno e que auxiliaria no resfriamento e congelamento das garrafas. Durante o inverno, Manoel colocava as garrafas na parte final e exterior do túnel para que a geada noturna pudesse congelar os gargalos. Após, retirava a cápsula,

recipiente e fiquem acumulados no gargalo. Com o *dégorgement*, que retira todas as impurezas, conseguiram fazer que o vinho ficasse límpido e transparente, iniciando o processo de Champenoise para a elaboração de champanhas.

³³ Região localizada a mais ou menos 150 quilômetros de distância de Paris.

³⁴ A quantidade de açúcar a ser acrescentada é de 24 gramas por litro de vinho.

e a borra saía pela pressão do gás formado pela fermentação. O volume de líquido que era perdido no momento da abertura da garrafa era substituído por uma mistura de vinho e açúcar, chamado de licor ou vinho de dosagem. Conforme a quantidade de licor que completava a garrafa, podia-se determinar se o champanha seria de especialidade brut, sec ou demi sec. Por fim, a garrafa era tapada com uma rolha de cortiça e mantida na adega para o envelhecimento antes de seu consumo. Todo esse processo, em geral, durava cerca de quatro anos, desde o início da colheita da uva até o champanha estar pronto para o consumo.

No início de sua produção caseira, Manoel mantinha em sua cantina uma quantidade limitada de champanhas, os quais elaborava sozinho, nos momentos em que não estava se ocupando de sua profissão no setor de Coletoria do Estado. Como socializava a bebida com familiares e amigos próximos em reuniões e encontros, logo começaram a surgir pedidos de encomendas e reservas de exemplares de sua produção. Então, em 1915, iniciou a construção da Casa Peterlongo, espaço dedicado à elaboração de champanhas. No mesmo ano, decide participar da primeira exposição de uvas da cidade de Garibaldi, sendo premiado com a medalha de ouro, pela qualidade da produção de suas videiras.

Segundo informações colhidas nos depoimentos, Manoel não planejava aumentar sua produção em escalas para a exportação, mas apenas manter sua cantina sob cuidados de sua família, com o intuito de produzir para o seu próprio consumo e o de seu grupo familiar, podendo se estender às proximidades por meio de um comércio local.

Com o paulatino aumento da produção de champanhas que se seguiram nos anos seguintes, Manoel pôde contar com o auxílio de sua esposa Regina. Como o casal só teve um filho do sexo masculino, que, para a cultura da região, seria o provável sucessor do pai nos negócios da família, Manoel enviou Armando para concluir seus estudos secundários em Porto Alegre.

Em 1921, Manoel teve que abandonar a produção de sua cantina, por limitações que se impuseram a ele devido a problemas de saúde que se agravaram. Com o receio de que seu trabalho ficasse sem gerência e cuidados, pediu a seu filho que retornasse à cidade de Garibaldi. Três anos após a sua chegada, Manoel falece, e os negócios passam a estar sob os cuidados de Armando, o que pôs fim ao primeiro período administrativo e econômico da cantina Peterlongo.

Nascido em 23 de fevereiro de 1899, Armando teve uma infância privilegiada. Estudou no Colégio dos Irmãos Maristas de Garibaldi, até a conclusão dos estudos primários. Nos turnos em

que estava em casa, auxiliava seu pai nos trabalhos na cantina. Durante esse período em que esteve na cidade, pôde ter acesso às informações quanto ao funcionamento do processo de elaboração dos vinhos e do champanha, participando de um aprendizado que se faria de grande valia para os anos que se seguiram. Ao concluir os estudos no Colégio Marista, Armando se transfere para Porto Alegre com o intuito de concluir os estudos secundários. Forma-se no curso de Farmácia e segue para a cidade de Vacaria, onde iniciaria seus trabalhos profissionais. Quando seu pai o chama para que possa o substituí-lo à frente dos negócios da família, que passa por momentos de expressivo crescimento, Armando decide largar sua profissão e se dedicar aos trabalhos vinícolas.

A escolha de Manoel para que Armando- e não uma de suas filhas- assumisse a cantina pode estar alicerçada na cultura italiana trazida por esses imigrantes. Para eles, os filhos do sexo masculino é que teriam a tarefa de assumir a posição do pai, caso este faltasse. Como a mulher era vista como uma figura auxiliar do homem, estando especialmente ligada às atividades domésticas e ao cuidado dos filhos, ocuparia, portanto, uma posição secundária na hierarquia interna da família. Segundo Machado, “a situação das mulheres na família patriarcal era de obediência e submissão ao poder do *pater familias*. Destinavam-se à procriação dos filhos, a cuidar da casa e a executar as tarefas domésticas.” (1998, p. 68). Foi o caso das nove irmãs de Armando. Como, durante a infância e a adolescência, estiveram presentes nos trabalhos de auxílio à mãe e também se dedicavam a tarefas de auxílio ao seu pai na cantina, quando se casaram, assumiram as mesmas tarefas domésticas e se desligaram de suas atividades anteriores. Outro fator importante era que Armando era um dos mais jovens dos filhos do casal. Dessa forma, quando seu pai precisou transferir os negócios a seus herdeiros, fez essa escolha por já ter muitas de suas filhas casadas.

No mesmo ano em que assume o controle da cantina, Armando casou-se, mas permaneceu morando com sua mãe.

Ainda no ano de 1924, começou a introduzir novas estratégias para o crescimento da cantina, demonstrando possuir grandes habilidades para a administração. No momento de sua posse, a economia do Estado, bem como a da região colonial, estava passando por um período de crescimento, oriundo das indústrias agrícolas que se baseavam na utilização de matéria-prima local e originária das atividades da agricultura, para produzir suas mercadorias e as comercializar

por todo o país. Dentre as indústrias, há o destaque para as do setor vinícola, devido ao aumento da produção local. Segundo Herrlein e Corazza,

a economia do Rio Grande do Sul era basicamente *exportadora* de produtos primários e agroindustriais, voltando-se a diversos mercados regionais brasileiros. Embora fosse uma economia regional subsidiária, na época configurou-se como importante economia de mercado interno, especialmente a partir do desdobramento da produção agropecuária e agroindustrial das colônias de pequenos proprietários e da indústria de Porto Alegre. (Herrlein e Corazza, 2007, p. 141).

Dessa forma, esse desenvolvimento do sistema capitalista ocorrido no período da Primeira República trouxe grandes transformações na sociedade regional, especialmente quanto a sua modernização econômica e política.

Passados seis anos de adaptações ao novo trabalho e de formação de estratégias de negócio, em 1930, devido ao crescente aumento das vendas de champanha e a aprovação do Governo Estadual de um “Regulamento do Vinho”, que se referia à fiscalização da produção vinícola, Armando decide iniciar a construção da vinícola, seguindo os padrões arquitetônicos das encontradas na região de Champagne, na França. Sobre essa regulamentação do funcionamento dessas indústrias, Tavares afirma que, “o registro da cantina implicava que esta passasse a obedecer a uma série de normas técnicas, como altura mínima, caiação, prédio próprio, condições de higiene, etc. Em particular, exigia que se rompesse com o padrão da habitação dos colonos, composto pela moradia e, embaixo, pela cantina.” (1980, p.142).

Dessa forma, para que se cumprissem as normas estaduais, a cantina foi estruturada em pavilhões destinados à produção e, também, foi realizada a obra de uma cave subterrânea para o armazenamento das garrafas e o descanso para a fermentação. A cave foi construída somente com a utilização de pedras de basalto, que poderiam manter uma temperatura sempre estável de 12 a 14° C, no interior das instalações. Acoplada à estrutura da vinícola e possibilitando a circulação interna entre todos os espaços, Armando constrói também sua casa, totalizando uma área de 10 mil metros quadrados de instalações. À medida que foi crescendo a demanda por produção, a vinícola foi sendo ampliada. Foi a partir dessa nova fase administrativa e econômica da indústria que ela passou a ser chamada de Vinícola Armando Peterlongo.

A década de 1930 mostra-se como um período de grande importância para o crescimento e a ascensão econômica da vinícola Armando Peterlongo, pois, além de expandir seu espaço de produção, alcançou patamares de comercialização nacional. Seu setor de vendas se viu

impulsionado após a visita recebida, na vinícola, do presidente da República Getúlio Vargas. Sua presença foi um marco na história da indústria porque, a partir do conhecimento e degustação do champanha, Vargas definiu-o como a bebida a ser servida nas cerimônias oficiais do governo federal. Pouco tempo depois, a rainha inglesa Elisabeth vem em visita oficial ao Brasil e também degusta o champanha.

A figura do empresário bem sucedido e proprietário da maior indústria de Garibaldi nesse período, também abriu portas para Armando iniciar sua participação efetiva na vida política do município. Nas eleições de 1930, candidatou-se à prefeitura municipal.

Além das visitas recebidas, é na década de 30 que a vinícola Peterlongo começa a empregar operários para trabalhar na produção. Alguns anos antes, havia iniciado as contratações com um pequeno número de operários para o trabalho nos parreirais. Muitos desses trabalhadores residiam na região interiorana de Garibaldi e, como possibilidade de aumentar sua renda, se propuseram a exercer essas atividades. Os operários internos da indústria começaram a ser contratados a partir do crescimento das vendas. De forma geral, os trabalhadores da vinícola eram contratados a partir do estabelecimento de relações de parentesco ou de sociabilidade estabelecidas com indivíduos que já estivessem trabalhando, ou seja, que fossem conhecidos dos operários e também do empregador. Mas essa é uma discussão a ser desenvolvida com maior teor e detalhamento nos capítulos seguintes da dissertação.



Figura 7 – Vinícola Armando Peterlongo, 1930. Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

A década seguinte foi marcada pelo início das atividades de exportações internacionais. O champanha da vinícola foi comercializado, em 1942, para a empresa norte- americana Magazine Macy's de Nova Iorque, consolidando o mercado consumidor de seus produtos e abrindo portas para o comércio mundial. Segundo anotações³⁵ de Armando, “...temos 300.000 garrafas empilhadas em fermentação e envelhecimento, das colheitas de 1934, 1935, 1936 e 1937 e mais de 100.000 litros nas pipas da colheita de 1938 a serem engarrafados, para seguirem todo o tratamento adequado...”. Em virtude de todo o progresso econômico do empreendimento familiar, Armando amplia as instalações da vinícola e começa a produzir especialidades de vinhos tintos, brancos, de conhaque e uísque. Consegue desenvolver, também, uma área de vinhedos de 120 hectares de parreirais de uvas finas.

³⁵ Essas anotações de Armando Peterlongo estão organizadas em uma espécie de álbum, onde ele conta detalhes dos processos de elaboração dos champanhas, capacidade de produção e alguns fatos históricos da empresa.



Figura 8- Armando Peterlongo no interior da cave subterrânea da vinícola. Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

Tabela 12- Balanço contábil da vinícola Armando Peterlongo de 1948.

Capital ativo	Valor	Capital passivo	Valor
Caixa	218.492,90	Capital	7.000.000,00
Bancos	1.431.890,10	Reserva compulsória	497.210,50
Contas em suspenso	17.648,70	Fundo para vinhedos novos	550.335,20
Contas correntes (devedoras)	3.042.797,40	Fundo reserva de aumento de capital	538.921,10
Mercadorias	3.985.137,00	Fundo para renovação de máquinas	14.631,70
Vinhedos	63.227,80	Contas correntes (credoras)	1.719.834,70
Veículos	96.000,00	Contas a pagar	36.986,40
Vasilhame	17.533,30	I.A P.I	1.025,80
Máquinas e utensílios	167.866,50	I.A P.E.T.C	39,00
Sociedade Tanino Montenegro Ltda	70.000,00		
Obrigações de guerra	45.300,00		
Obrigações de guerra em custódia	369.100,00		
Depósito compulsório	367.900,70		
Certificados equipamento	265.215,00		
Cambio	49.114,30		
Caixa Econômica Federal- c/ caução	5.000,00		
Créditos no estrangeiro	145.759,70		
Total	10.358.984,40	Total	10.358.984,40

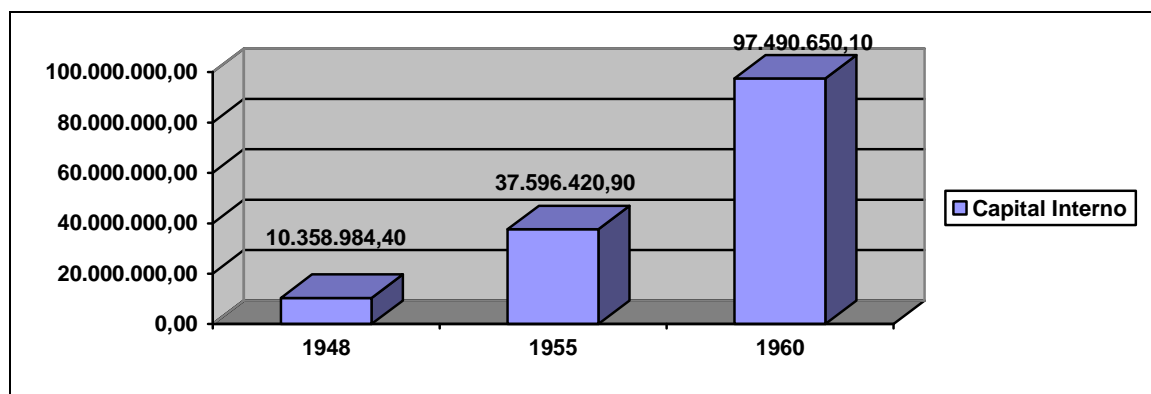
Fonte: Livro Diário de Contas nº 2 de 11/11/1948 a 25/08/1949.

A década de 1940, se constituiu para a vinícola Peterlongo, como um importante período de crescimento econômico e de expansão de sua produção através do início das exportações de champanhas para os Estados Unidos. Como vemos na tabela 13, o capital financeiro da vinícola é bastante considerável, contando com valores significativos para investimentos internos de melhoria de instalações e de produção. Nesse balanço geral do ano de 1948, consta também, um valor a ser destinado ao pagamento do ‘salário doença’ (IAPI), para os trabalhadores que eventualmente sofressem algum tipo de acidente de trabalho dentro da vinícola.

No ano de 1941, Armando é eleito presidente da Liga de Defesa Nacional, órgão fundado pelo governo federal durante a Segunda Guerra Mundial. Sete anos depois, foi eleito vereador municipal de Garibaldi e presidente da Câmara de vereadores até o ano de 1951. Por possuir uma das maiores indústrias vinícolas da região, Armando ocupava uma posição de destaque na sociedade garibaldense, o que o favorecia a concorrer a cargos públicos e ocupar funções políticas da cidade.

As décadas seguintes, de 1950 e 1960, não foram diferentes das anteriores para a vinícola Peterlongo, pois mantiveram os índices de crescimento econômico. Armando negocia a compra de uma fazenda na região do município de São Jerônimo, iniciando um novo ramo de negócios com a produção agrícola de soja. Em 1952, concorreu a deputado estadual pelo Partido Social Democrata. Logo depois, fundou o Rotary Club e foi nomeado presidente do aeroclube municipal.

Gráfico 3- Capital interno da vinícola Peterlongo de 1948 a 1960.



Fonte: Livro Diário de Contas dos anos de 1948, 1955 e 1960.

Durante uma viagem de férias, organizada em agosto de 1966, com sua família para Roma, Armando falece. Seu corpo teve que ser embalsamado e translado para o Brasil devido à demora de quarenta dias para a conclusão dos trâmites legais de transporte.

O seu falecimento põe fim ao período administrativo da vinícola de auge em seus índices de crescimento econômico pois, a partir desse ano, passou aos cuidados de seus genros, porque Armando tivera apenas duas filhas. Os anos que se sucederam foram marcados, em seu início, pela continuação da política empresarial adotada anteriormente. Contudo, aos poucos, foi declinando, a ponto de quase passar por um processo de falência.

A fundação de uma indústria com moldes familiares e com características de uma produção voltada para o consumo demarca o começo de muitas das fábricas agrícolas do início do século XX nas regiões de Bento Gonçalves e Garibaldi, especialmente as do setor vinícola. Entretanto, poucas delas tiveram condições de investimentos e de capitais para o desenvolvimento e comercialização em maiores proporções. Por meio da vinícola Armando Peterlongo, podemos identificar, ao longo do tempo, os momentos de crescimento pelos quais passaram os setores da economia, da política, do trabalho e da sociedade regional como um todo.

Através do estudo desse caso, em especial, é que os próximos pontos de análise desta pesquisa estarão fundamentados.

2 CAPÍTULO II

A FAMÍLIA OPERÁRIA

Não haveria sociedade sem famílias, mas também não haveria famílias se não houvesse já uma sociedade.(C. Levi- Strauss, 1971, p.6).

Ao longo da história, a família tem se mostrado como um alicerce estrutural presente na sociedade, pois, em todos os grupos sociais conhecidos, os indivíduos, em sua maioria, vivem enredados numa trama de relações familiares, iniciadas durante a infância, por meio de um período de socialização que se estabelece como o momento de aprendizagem comportamental de cada família. Dentro das relações familiares, tal como são definidas e compostas socialmente, é que os próprios acontecimentos da vida individual recebem seu significado por meio das experiências coletivas e também individuais. É por meio da família e da estrutura formada em seu interior que muitos dos aprendizados e valores sociais são assimilados, passando pela trajetória dos acontecimentos que permeiam o ciclo de vida de cada integrante, entendendo-se, nesse momento, que a família se constitui em suas relações como o principal fundamento que estrutura a sociedade civil como um todo. Como afirma Moreno,

se debe considerar la familia como un continuo o un largo recorrido que parte desde el rito del matrimonio, que inclúyelos hijos y sus cónyuges, parientes cercanos y lejanos, consanguíneos y políticos, y una serie de individuos de las más diversas identidades que conviven, p mantienen fuertes y solidarios vínculos interpersonales. (Moreno, 2004, p.14)

Partindo desse preceito base é que iremos refletir sobre o papel que a família exerceu para a construção da sociedade colonial rio-grandense e também sobre sua participação como mantenedora das relações estruturais presentes no cerne social. O ponto central do estudo está em sua relevante presença no processo de construção do contexto econômico, político, social e cultural das regiões de colonização italiana do Estado.

Antes de penetrar no universo familiar, cabe iniciar a análise remetendo ao conceito que é apresentado pela historiografia para compreender o que seja a família e quais são as formas de organização em que ela se apresenta. Essa conceitualização torna-se relevante para que se possa

estabelecer as características adequadas que estruturam a organização das famílias na sociedade a que se destina este estudo.

2.1 Visões da historiografia

A família e os estudos pertinentes ao tema, têm se mostrado de grande interesse entre pesquisadores da área das Ciências Humanas, especialmente no campo da Sociologia e da História. O elo de conceitualização formado entre essas duas áreas de estudo é de grande relevância para a compreensão do tema da família como um todo e, por conseguinte, torna-se como base fundamental para a corroboração do que vem a ser a família no espaço temporal e espacial analisado.

A historiografia que fundamenta este estudo parte do pressuposto de que a família constitui-se numa instituição que é fornecedora da estrutura base de uma determinada sociedade. Não apenas em âmbito social, mas também no econômico, no político, no cultural e no histórico, mantendo-se como o alicerce de fundamentação em todos os seus aspectos.

O conceito de família analisado por muitos intelectuais está no cerne da compreensão da sociedade ao longo do tempo. Esse núcleo parental formado pela figura do pai, da mãe e de filhos aprimora-se e reestrutura-se de acordo com as transformações sociais que a cercam, demonstrando constituir uma instituição que tem o poder de remodelar no decorrer da história, vinculando-se aos aspectos externos que a caracterizam. É na família que muitas das mudanças que transcorreram na realidade social são sentidas e projetadas desde o desenvolvimento do indivíduo ou de sua participação como ser social pertencente a um determinado grupo. Como afirma Peter Burke (2002), “o exemplo mais óbvio de uma instituição composta de um conjunto de papéis mutuamente dependentes e complementares é, com toda a certeza, a família.” (p.79).

A discussão científica sobre a família e as questões que norteiam sua dinâmica parte do entendimento de que ela se constitui como a porta de entrada para a compreensão de uma sociedade, ou seja, inicia-se a partir do questionamento sobre o significado do que vem a ser o termo família e sobre o estatuto teórico que cada pesquisador dá a ele. Segundo Ângela Mendes de Almeida (1987), esses questionamentos podem ser representados por meio de dois pressupostos norteadores: o primeiro, configurando que a instituição familiar se trata de um

grupo concreto composto por um certo número de pessoas ligadas por consanguinidade ou aliança e que ocupam lugares diferentes numa hierarquia interna de poder e papéis estabelecidos e o segundo, de que a família vem a ser uma representação social que os diversos grupos e sociedades fazem das relações de aliança e de consanguinidade, sendo, nesse sentido, não uma realidade positiva visível, mas uma realidade simbólica, portanto construída, que expressa, produz e reproduz os valores que transcendem as fronteiras do grupo, como uma mentalidade e uma maneira de se situar na vida. Dessa forma, ao se pensar sobre a questão do estatuto teórico do termo família e de sua conceitualização, torna-se inevitável recorrer aos dados empíricos da realidade, pois a análise que se faz do social, em qualquer nível de recorte temporal e espacial em que se realize, implica conjugar os fatos empíricos e os simbólicos, inseridos em uma concepção de que a realidade é estruturada por ambos. Contudo, a opção por um desses aspectos não garante por si própria a solução de todas as questões referentes ao tema, porque se pode notar que ambas apresentam suas limitações.

A família constitui-se como um produto da evolução histórica e cultural presente na sociedade ao longo do tempo. As transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no século XX, trouxeram mudanças também na estrutura e organização familiar que repercutiram no cotidiano de cada indivíduo. Dessa forma, os avanços tecnológicos, as migrações, a redução da fecundidade, a ampliação da expectativa de vida e as mudanças que sucederam no mundo do trabalho representaram algumas das transformações que a instituição da família vivenciou no decorrer do século passado. Assim, a família constitui-se em uma instituição social dinâmica e que possui a habilidade de remodelar-se, adequando seus elementos estruturais de acordo com as influências da realidade que a cerca externamente. Como afirmam Kertzer e Barbagli, “a família é um fenômeno que se observa em todas as sociedades humanas conhecidas.” (2004, p.55).

Ao observarmos a sociedade do século XX, percebemos que o modelo de família foi tomando novas formas e reestruturando-se a partir dos acontecimentos que caracterizaram o contexto socioeconômico. No início dos anos de 1900, a família colonial estava organizada em torno da propriedade de terra, em um trabalho coletivo e de cooperação mútua de seus integrantes e tendo como forma de sustento e renda a produção agrícola do lote familiar. Nesse contexto, as relações internas entre seus membros estavam estruturadas a partir das influências patriarcais, em que a figura do pai exercia a autoridade maior dentro da família. Porém, com a industrialização e a urbanização esse molde familiar começa a passar por um período de transformações, pois nesse

momento, os indivíduos começam a desligarem-se de sua exclusiva dedicação ao trabalho rural para inserirem-se no contexto de trabalho industrial, o que paulatinamente foi colocando os interesses individuais em primeiro plano. A inserção da mulher no mercado de trabalho e sua saída do ambiente doméstico para o industrial, também se caracterizaram como fatos marcantes para a mudança das relações internas familiares. Um terceiro momento pode ser identificado no final do século passado, quando um novo modelo de família começa a estruturar-se a partir da presença apenas do casal, sem filhos, e não mais de famílias numerosas. Segundo Segalen,

a lo largo del siglo XX, y sobre todo durante la segunda mitad, las familias experimentaron una profunda transformación. El funcionamiento interno de las familias cambió también, dejando más espacio para la expresión personal y para la autonomía de cada miembro de la familia, a través del rechazo del autoritarismo y una menor proclividad a tomar como modelo la experiencia de las generaciones anteriores. [...] Las familias contemporáneas se caracterizan por su flexibilidad, el modelo puede variar en función del contexto nacional y prestarse a múltiples interpretaciones. Pero el núcleo es siempre el mismo: permite que las relaciones internas de la familia apoyen la construcción de la identidad de niños y adultos. (Segalen, 1996, p. 417)

Massimo Canevacci (1984) em seus estudos quanto aos modelos de famílias que podem ser descritos na sociedade, trabalha com as hipóteses explicativas trazidas por Levi-Strauss para definir o que, para ele, seria a forma mais apropriada de construção e definição dos modelos de constituição da família. Segundo sua análise a família,

tem origem no casamento; consiste no marido, na mulher e nos filhos nascidos de sua união, mesmo se podemos admitir que outros parentes se integrem a esse núcleo essencial; os membros da família são ligados entre si por: vínculos legais, vínculos econômicos, religiosos e outros tipos de deveres e direitos, uma precisa rede de direitos e proibições sexuais, e um conjunto variável e diferenciado de sentimentos psicológicos, como o amor, o afeto, o temor, etc. (Cavenacci, 1984, p. 28).

O estudo das diversas formas em que se constitui a família mostra-se como uma passagem importante para a compreensão do modo como uma sociedade e um grupo social, quando organizam materialmente sua vida cotidiana e formam relações e alianças, atribuem significados ao seu individualismo no mundo, à sua colocação temporal e espacial e às relações sociais que são estabelecidas.

É na família que ocorre a distinção entre a experiência daqueles que a constituem, através dos sexos e gerações, pois, por formar uma unidade de diferenças, em medida provavelmente maior do que em qualquer outra instituição social, a família presencia, em sua totalidade, o

espaço simbólico e social em que as distinções, principalmente entre os sexos, são tomadas como base e, concomitantemente, construídas como aspectos inerentes à sua estrutura interna.

Por outro lado, as gerações também se constituem como um elemento de diferenciação interna familiar, embora por motivos diversos: as relações entre as gerações e o seu processo de sucessão constituem o instrumento para a continuidade no tempo e, por isso, tornam-se o elemento que propicia um distanciamento entre as diferenciações de experiências, de interesses, ocorrendo uma redefinição dos limites internos da família.

Retornando ao conceito do que vem a se constituir família, Chiara Saraceno trabalha com a defesa da idéia de que a família pode ser entendida como uma forma de construção social, pois “a família revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais.” (1997, p.12). A análise presente nos estudos da socióloga aponta semelhanças com o trabalho de Almeida (1987), no tocante à importância da reflexão quanto às questões simbólicas para a sua compreensão. Segundo a autora, a família pode ser entendida como um espaço simbólico, físico e relacional, que se tornou, em sua forma mais linear, a extensão de convívio comum e conhecida pelos indivíduos, mostrando-se como a protagonista de situações que exalam espontaneidade e naturalidade entre seus integrantes.

Um outro aspecto importante trazido por Saraceno é que a família se modela como um espaço de formação individual e social e, de trocas sociais, quer sejam estas realizadas entre os seus integrantes sob seus interesses individuais, quer ocorram por meio da formação de objetivos coletivos que podem ser somados e trazidos por cada um dos seus indivíduos.

um lugar em que os dois sexos se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico no qual e a partir do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres, ainda que isso assumam formas diversas nas várias sociedades. (Saraceno, 1997, p. 14)

Todavia, cabe destacar que atualmente, não apenas são concebidas as famílias que se constituem pela união de homens e mulheres, como também as uniões homossexuais que configuram novos modelos de família presentes na sociedade contemporânea dos finais do século XX e início do XXI.

Assim, a vivência em grupo, sob o mesmo espaço, configura-se como um dos indicadores mais simples e óbvios da existência da família e que a separa e distingue das outras relações sociais que se formam em seu exterior, incluindo as de parentesco.

O significado estratégico que é atribuído à família pode ser encontrado em sua função de mediadora do ponto de vista da sociedade em sua maior amplitude, pois ela é a responsável pela ligação entre o indivíduo e a estrutura social. Essa amplitude social, que é atribuída e compreendida como função exercida pela família, é analisada no estudo clássico de William Goode: “a família, então, é constituída de indivíduos, mas, ao mesmo tempo, é parte integrante da trama social mais ampla”. (1970, p. 13). Todos os seus integrantes interagem frequentemente com os outros membros da família, o que torna possível a prática da vigia, da crítica e do elogio, mas, sobretudo, os faz interagir com as experiências de outros que constituem seu grupo social e, mais amplamente, a sociedade como um todo.

Ainda sob a análise que é realizada por Goode (1970) quanto ao papel exercido pela família e de sua conceitualização, fica evidente que, para ele, a família é a base instrumental mais importante da estrutura social inclusiva, pois a execução de um papel que é aprendido na família torna-se o modelo ou o protótipo do desempenho das funções exigidas nos outros segmentos da sociedade. Segundo sua análise, “o conteúdo do processo de socialização são as tradições culturais do grupo; transmitindo-as à geração seguinte, a família age como adutora ou cabo de transmissão através do qual a cultura é mantida viva”. (p.17). É, portanto, por meio do funcionamento dos mecanismos políticos, econômicos e sociais que são transmitidos no interior das relações que a família age como um agente social mais amplo e que precisa desempenhar adequadamente seu papel para que os objetivos da sociedade como um todo sejam eficazmente atingidos e consolidados.

Göran Therborn (2006) desenvolve uma das mais completas análises da instituição familiar no século XX. Em sua proposta de comparar as mudanças ocorridas entre o período de 1900 a 2000, sob um olhar dos principais sistemas familiares presentes ao longo desse século, apresenta, em três maiores blocos de discussão, as influências pelas quais passou a família inserida nesse contexto. Seu estudo fundamenta-se em uma grande massa de informações, de natureza diversa, como as da Política, da História, da Demografia, da Antropologia, dentre outras, que o permite realizar um constante diálogo com diversas fontes de dados. Em que pese a multifacetada gama de informações originárias de tantas áreas de conhecimento, o autor foi capaz

de aprofundar-se nesse contexto familiar de forma bastante detalhada. Um ponto de grande interesse na discussão de Therborn é o da estrutura interna da família e das relações sociais que são estabelecidas entre seus membros, durante o período de virada do século XIX para o século XX, bem como as implicações e mudanças que transcenderam a sociedade e a instituição familiar. Nesse sentido, para o autor, “a família está suspensa entre o sexo e o poder, como forças biológica e social. Entretanto, seguramente, ela não é um porto seguro ou uma fuga do poder e do sexo. A família é sempre um resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo não há família.” (2006, p.12). Essa afirmação defendida pelo autor abre portas para a compreensão de que a base de sustentação da família está na presença e na participação de seus membros tanto do sexo masculino quanto feminino, pois é a partir das relações afetivas, sociais e biológicas formadas entre eles que também a família se forma.

Mais um importante estudo que se debruça sobre essa temática familiar é o de Kertzer e Barbagli, que analisam a trajetória dessa instituição social presente ao longo do século XX, conceituando-a como um “fenômeno que se observa em todas as sociedades humanas conhecidas.” (2004, p.55). Seguindo a mesma ótica dos autores anteriormente citados, no tocante à organização familiar, à formação das relações internas entre seus indivíduos e à sua inclusão na sociedade, afirmam: “o grupo familiar, mesmo quando limitado à família nuclear ou à família extensa de três gerações, não está nunca isolado nas suas atividades relacionadas com a parentela ou o clã. O indivíduo tem o sentimento de pertencer a um grupo maior do que a sua família.” (p.63). Ou seja, tem o conhecimento de que suas relações parentais e familiares estendem-se a membros próximos ou a aliados, o que os mantêm ligados a uma rede social de maiores amplitudes.

Esta ótica de análise, que valoriza a temática da família não é recente. No clássico estudo de Michael Anderson (1980), que sintetiza a família como um elemento de vital importância para a estrutura social, que, em seu interior, estabelece e mantém relações sociais entre seus membros de cumplicidade, auxílio e reciprocidade no trabalho, estabelecidas com o intuito de promover o bem-estar coletivo e que podem ser estendidas, com o mesmo sentido, no relacionamento parental. Segundo Anderson,

sus miembros tienen la responsabilidad principal del tiempo y el número de concepciones de nuevos miembros de la sociedad, así como de su sostenimiento y su primera socialización. Es la familia la unidad normal en que se reúnen y distribuyen los recursos para el consumo, a cuyo derredor se organiza la residencia y se ejecutan las

tareas domésticas. Sus miembros constituyen entre sí la fuente principal de relaciones afectivas y adscriptivas dentro de una sociedad competitiva. Sus miembros tienen también la carga de la satisfacción de muchas necesidades peculiares de los miembros de la sociedad que caen fuera del alcance de los organismos organizados en forma burocrática. En suma, en estas sociedades la familia es una colectividad que formula demandas múltiples y apremiantes a casi todos los individuos, las que influyen de modo inevitable en su capacidad para participar en otras colectividades y para satisfacer las demandas de estas últimas. (Anderson, 1980, p. 7)

A historiografia chama a atenção, em suas análises, para os acontecimentos do século XX. Diversos intelectuais trabalham com o conceito desse século em sua representação de um dos momentos na história de grandes e rápidas mudanças e transformações na organização social e que, para eles, trouxeram modificações que afetaram também o sistema organizacional familiar. Segundo a análise de François de Singly e Vincenzo Cicchelli, a segunda metade do século passado traz profundas transformações no funcionamento interno das instituições familiares, abrindo espaço à autonomia individual de cada integrante. “A lo largo del siglo XX, y sobre todo durante la segunda mitad, las familias experimentaron una profunda transformación”. (2004, p.417). Como exemplo desse momento de mudanças que é analisado pelos autores, podemos nos remeter ao setor econômico, em virtude do desenvolvimento da industrialização. O período de transição do trabalho artesanal e manual para o início de um inovador modo de produção, que é o industrial, afeta aspectos muitos maiores da sociedade do que apenas a economia. A família, por sua vez, está presente e participa desse processo como agente fornecedor da mão-de-obra industrial e, com menor incidência, participa também como agente propiciador desse trabalho, por se constituírem os seus membros nos proprietários das novas fábricas. Para Burguière,

o nascimento da sociedade industrial é acompanhado por uma diversidade de famílias operárias, lado a lado com um mosaico de famílias ditas burguesas que vai desde os empregados por conta de outrem até a grande burguesia dedicada aos negócios ou proprietários de terras. (Burguière, 1996, p.7).

O processo de industrialização ocorrido no século XX mostra-se como um dos muitos aspectos de transformação que afetaram a família, sua organização e sua estrutura social, econômica e política. Essa afirmativa pode ser constatada e ganha veracidade devido à sua presença na abordagem de diversos estudos da historiografia que se debruça sobre o tema para compreender os acontecimentos do século passado. Therborn (2006), por exemplo, revela a sua presença na sua reflexão introdutória, em que toma como variável explicativa para esse processo os estudos de William Goode (1963). Para Therborn, essa teoria analisada “é pouco clara com

relação ao seu significado e ao modo como influencia a família” (p.15). Contudo, reconhece que Goode trabalha sob um olhar mais amplo quanto à relação que se estabeleceu entre a indústria e a família. Alguns trechos do estudo de Goode evidenciam sua preocupação quanto a essa abordagem econômica: “o elemento central da industrialização é um fator social, a liberdade de alguém usar seus talentos e habilidades na melhoria de seu trabalho.” (1963, p.169). O autor também define aspectos relacionados à indústria: “a característica social fundamental da moderna empresa industrial é a de que, idealmente, a atribuição de um emprego a um indivíduo tem por base sua habilidade em satisfazer as exigências deste emprego e de que sua realização é avaliada por critérios universalistas.” (p.11).

Como essa reflexão quanto às mudanças ocorridas na sociedade e na família se fará presente ao longo de toda a dissertação, neste momento, ela não será abordada com maior fôlego.

Dentre os estudos da historiografia brasileira quanto à família, pode-se perceber que a grande maioria de trabalhos e pesquisas centra-se na análise dessa instituição durante o período colonial, principalmente nos séculos XVIII até as primeiras décadas do XIX. Ainda permanece um desafio aos historiadores, especialmente aos vinculados a história demográfica e da família, em cubrir a lacuna essencial de estudo no âmbito dos processos de urbanização e industrialização no Brasil.

Por meio da caracterização realizada por Almeida (1987), em seus estudos referentes a família brasileira no período colonial, é possível dizer que a família patriarcal é uma espécie de matriz que permeia todas as esferas do social. Em aspectos políticos, gerencia por meio do clientelismo e do populismo, que são estabelecidos nas relações de trabalho e de poder, em que o favor e a prática da violência preponderam nos contratos de trabalho e na formação dos feudos políticos, muito mais do que os direitos de cada cidadão e, por fim, nas próprias relações interpessoais, em que a personalidade de cordialidade do brasileiro, em geral, impõe, por meio da intimidade e do desrespeito quanto à privacidade e à independência do indivíduo. Além disso, a matriz da família patriarcal, com sua ética implícita de dominação, espalhou-se por todas as outras formas concretas de organização familiar, seja a família dos escravos e a dos homens livres no passado, seja a família conjugal mais recente.

Por meio dos estudos referentes à temática família, muito pôde ser analisado quanto ao papel exercido por essa instituição na sociedade brasileira do século passado. Em contrapartida, os estudos que se referem a um recorte temporal centrado na análise da estrutura familiar do

século XX no Brasil, tem seu segmento de trabalhos bastante reduzido e, por vezes, limitado. A maioria das pesquisas centra-se em um recorte temporal e espacial que se contextualiza em âmbito regional de análise, deixando lacunas quanto à compreensão da totalidade da participação da família na sociedade brasileira do século passado. A historiadora Eni de Mesquita Samara em seu artigo *A História da Família no Brasil* (1989), faz uma breve análise sobre as produções historiográficas voltadas para a temática da família dentre dos pesquisadores brasileiros. Segundo a autora, os trabalhos pioneiros de Gilberto Freyre *Casa-grande e Senzala* (1977) e de Oliveira Vianna *Populações meridionais do Brasil* (1920), traçam o perfil da família patriarcal brasileira, tornando-se clássicos estudos da literatura nacional e internacional sobre a temática. Porém, para Samara a temática familiar começa a ganhar maior espaço no campo da História a partir dos anos de 1980, “incorporada definitivamente à historiografia dos anos 80, a Família foi analisada nas décadas anteriores especialmente por antropólogos e sociólogos. A contribuição dos historiadores nesse campo foi restrita.” (1989, p. 8). Esse aumento do número de estudos e pesquisas sobre a família no Brasil, ocorre nos anos 1980, devido ao impulso do campo da História Social, que fez com que a família adquirisse um papel fundamental na reconstrução e análise da sociedade nacional devido a sua participação e influência em sua caracterização.

Dessa forma, para compreendermos a caracterização da família camponesa e operária a que nos propomos no decorrer desse estudo, tomaremos como base conceitual de família as análises trazidas recentemente por Therborn (2006). Assim, pensa-se a família patriarcal como a instituição social predominante no Brasil do século XX e, mais especificamente, na região nordeste do Rio Grande do Sul, como a responsável pela inserção do indivíduo no espaço social e a genitora de suas experiências e vivências como agente ativo e participativo dessa sociedade.

Por fim, cabe dizer que, quando nos debruçamos sobre os estudos que se dedicam à família, percebemos que a historiografia, tanto nacional quanto internacional, se estende a muitos outros trabalhos de cunho importante para a compreensão de sua conceitualização e de seu papel como agente ativo da sociedade. Um desses estudos é o de Paul Klep (2004) que discute a contradição de interesses entre os integrantes de uma família, destacando que os interesses individuais intensificaram, no século XX, dentro da família. Segundo o autor, “filhos com fortes interesses fora do âmbito da família podem ter mudado e intensificado o conflito entre as gerações e pavimentado o caminho para arranjos sociais na vida familiar impensáveis anteriormente.” (2004, p. 349).

Assim, este tópico tem como objetivo apresentar alguns desses trabalhos, procurando estabelecer um comparativo entre eles para que se possam abrir portas para a compreensão do modelo de família que é encontrado no contexto histórico, temporal e espacial a que se dedica esta pesquisa em sua totalidade.

2.2 A família operária

A partir da breve reflexão realizada anteriormente quanto ao conceito trabalhado pela historiografia sobre a família, tomemos, como base para o desenvolvimento desta análise, a abordagem de que ela se constitui como a instituição fornecedora da base estrutural de uma determinada sociedade. A família se faz presente, como agente ativo, dos variados setores e aspectos que caracterizam um grupo social, pois proporciona os alicerces necessários à formação do indivíduo, que, por sua vez, passa a fazer parte e a caracterizar, de forma mais ampla, a sociedade a que pertence. Por isso, pode-se dizer que a família, por meio de sua formação e estrutura, abre portas para a compreensão dos aspectos norteadores que regem a organização da sociedade em que se inserem. Como já afirma Goode, “o significado estratégico da família deve ser encontrado em sua função de mediadora do ponto de vista da sociedade mais ampla, pois ela liga o indivíduo à estrutura social”. (1970, p. 13). Sendo assim, fica claro que, ao mesmo tempo em que se constitui de indivíduos e do estabelecimento de relações sociais entre eles, a família é parte integrante da trama social mais ampla. Michelle Perrot (1991) reflete também sobre as funções cabíveis à família e a importância de sua execução para o Estado e para a sociedade em geral. Segundo a autora,

a família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos ‘interesses privados’, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um sem-número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. É a criadora da cidadania e da civilidade. (Perrot, 1991, p.106).

Tendo como pano de fundo, as transformações pelas quais passaram o Brasil e o Rio Grande do Sul, através dos processos de urbanização e industrialização, examinaremos o caso

específico da região de Bento Gonçalves e Garibaldi a partir do estudo de caso da vinícola Peterlongo.

Subsidiada desde a sua fundação por uma mão-de-obra familiar, oriunda do próprio grupo de indivíduos da família Peterlongo, a vinícola instalá-se sob cuidados de seus proprietários. Foi no decorrer do século XX, com o aumento da venda de sua produção que a família empresária decide iniciar a contratação de operários para auxiliar no processo fabril. Esse aspecto econômico motivou muitos indivíduos a buscar uma nova alternativa para o aumento da renda familiar. Contudo, o que chama a atenção nesse processo é que a mão-de-obra que era empregada pela vinícola mantinha entre si uma rede de relações parentais e sociais estabelecidas fora da indústria mas que continuava presente no interior dela. Ou seja, a vinícola era administrada por indivíduos de uma mesma família e, da mesma forma, estruturava sua produção sob um trabalho familiar proletário. Para elucidar essa presença da instituição da família nos setores de produção da vinícola, tomemos como base o depoimento de I.E³⁶: *“Trabalhou meu pai, trabalhou minha irmã mais velha, que era a OE, a HE também minha irmã gêmea comigo, eu, trabalhei eu, trabalhou mais o meu irmão, o VE, que hoje ele mora em Santa Catarina. O AE, que foi o último que trabalhou, era o mais moço da família, que ele é falecido... trabalhei no laboratório, eu trabalhei no almoxarifado, eu trabalhei na firma, eu cuidei da firma e eu fui capataz geral lá dentro... o meu pai era capataz dos parreirais. E meu tio que foi o químico, junto com o Peterlongo.”*

Na fala da ex-operária, transcrita acima, pode-se perceber que a presença de vários integrantes de sua família e de parentes próximos se fazia constante. Distribuídos pelos mais variados setores de produção e exercendo funções diferenciadas, de acordo com as necessidades de trabalho internas, os indivíduos de sua família, constituem-se como um dos exemplos claros, encontrados nos registros de operários, que evidenciam a presença de grupos familiares no cotidiano interno da Peterlongo.

Os registros de contratação e demissão dos operários da vinícola, que se constituem como a principal fonte documental para este estudo, nos possibilitam reconstruir todo esse cenário do cotidiano interno de trabalho nela existente, bem como compreender as ligações familiares e sociais estabelecidas entre os trabalhadores que se inserem na vinícola. Como colocado acima, a força de trabalho que forma a mão-de-obra disponível na Peterlongo estruturou-se a partir da

³⁶ A depoente trabalhou na vinícola Armando Peterlongo no período de 1942 a 1974. Teve seu pai, seus irmãos, primos e tios que também lá trabalharam desde a década de 1920 até os anos de 1980.

presença de grupos parentais que se formaram entre os operários, demonstrando que, a família antes camponesa que se caracterizava pela presença de todos seus indivíduos no trabalho agrícola da pequena propriedade familiar, nesse momento, volta-se para o trabalho industrial também inserindo sua força de trabalho nesse espaço laboral, com o objetivo de aumentar a renda da família.

No decorrer deste estudo, utilizaremos a quantificação de dados coletados nas fontes nominativas e, por meio da redução de escala, tomada como proposta metodológica a ser adotada para melhor descrever e analisar a realidade das famílias de trabalhadores, realizaremos a articulação entre duas perspectivas de análise: uma, quantitativa, por meio dos registros de operários da vinícola, que permitem classificar as informações a partir da década de 1930 até 1960, como forma de reconstrução do espaço de trabalho dos proletários e a outra, por meio de uma análise microanalítica em que, através do cruzamento nominativo das fontes e da análise de imagens e depoimentos, torna-se possível compreender o cotidiano que cercava a vida dessas famílias, tanto dentro da vinícola como fora dela.

A partir da industrialização e urbanização a família passou a se caracterizar de acordo com sua participação no espaço de trabalho, nesse caso, em virtude de sua função industrial, a família camponesa iniciou a metamorfose para se transformar na família operária. Essa transformação abriu espaço para as mudanças que ocorreram na estrutura interna familiar. Segundo Burguière,

todos os países ocidentais passaram de uma economia baseada numa civilização agrária para uma economia industrial assente em sistemas políticos- ideológicos diferentes. Em meados do século XX, todos partilham um certo número de traços na sua organização social, caracterizado por um grupo doméstico do tipo nuclear, inserido numa rede de parentesco bilateral cujas funções indicam flexibilidade. (Burguière, 1999, p. 24).

Maria Célia Paoli (1992) aponta, em um de seus estudos sobre a temática da família operária, algumas das características que definem as vivências e relações que se estabelecem na indústria. Para ela, “as famílias que se proletarizam formam um conjunto de experiências vividas perpassadas pela cultura, pela afetividade, pela vontade- isto é, vividas no seio da dimensão privada.” (1992, p.20). Assim, a família operária do início do século XX, se caracteriza por sua dependência econômica do trabalho disponibilizado pela indústria e pela renda financeira que cada membro obtém ao final de sua jornada de trabalho. O que evidencia que a participação de

cada integrante se torna essencial para a renda familiar e para o sustento em suas necessidades básicas.

De acordo com o clássico estudo de Goode (1969), as exigências da industrialização se constituem como elemento fundamental no processo de transformações pelos quais passou a família no decorrer do século XX. Segundo o autor,

no sistema industrial, empregos baseados na posse e na exploração da terra (e, por conseguinte, na herança) tornam-se numericamente menos significativos permitindo, novamente, considerável mobilidade geográfica de sorte que os indivíduos têm liberdade para movimentar-se pelo mercado de trabalho. A neolocalidade do sistema de família conjugal liberta, por conseguinte, o indivíduo dos laços que o prendem à localização geográfica específica onde vive a família dos pais. (Goode, 1969, p. 17).

Sendo assim, a família demonstra estar passando por um período de transição em sua organização interna, pois seus integrantes começam, aos poucos, a desprenderem-se de sua exclusiva dedicação ao trabalho na propriedade de terra para ocuparem-se das atividades industriais e da nova rotina laboral que lhes é proposta. Como destaca Thompson, “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes.” (1998, p.18).

A família deixa de ser a unidade de produção coletiva para se tornar a unidade consumidora e dependente do trabalho e da renda financeira de cada indivíduo para produzir o necessária para sua subsistência. Segundo Goode, “permitem-se mais amplas variações individuais no desempenho do papel da família, a fim de possibilitar os membros a adaptarem-se à série das possíveis exigências do sistema industrial bom como das de outros membros da família.” (1969, p. 21).

2.3 O papel dos sexos na família

No mundo ocidental e pelo menos até o século XX³⁷, a família funda-se no casamento monogâmico, que se constitui a partir de um acordo mútuo, em que o homem e a mulher se comprometem em mantê-lo sob os preceitos religiosos e culturais a que foram educados.

³⁷ Cabe destacar que o termo utilizado para delimitar o espaço temporal a que se refere a afirmação, engloba o mesmo espaço temporal a que se dedica esta pesquisa, ou seja, parte da década de 1910 e se estende até os anos de 1960.

Segundo Machado (1998), “a família é uma construção racional e voluntária, unida por fortes laços espirituais, como a memória e materiais, como o patrimônio que é a um só tempo necessidade econômica e afirmação simbólica”. (p. 66). Dessa forma, a família não é apenas uma unidade residencial e ideológica, mas também uma unidade econômica e jurídica, o que faz dela também uma comunidade moral, na percepção de um grupo com o qual os membros se identificam e mantêm relações de envolvimento emocional. Essa dinâmica parte da premissa da ordem patriarcal vigente até então, em que o chefe é o pai, e o restante da família deve submissão a ele.

Dessa maneira, entende-se a família como um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de relações e emoções. Ela é um conjunto heterogêneo de seres com sua própria individualidade e personalidade. É no interior da família que a sexualidade, a reprodução, a socialização se constituem como esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas, sendo a sua divisão interna de papéis a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do seu próprio grupo social de convívio. É, portanto, possível dizer que a família se mostra como o espaço de mudanças de seus indivíduos e, da mesma forma, de sua própria dinâmica como instituição social, atuando como transformadora da própria sociedade.

No clássico trabalho de Michelle Perrot, a autora descreve, em específico, o papel e as funções de cada integrante da família, de acordo com o sexo e, no caso dos filhos, por sua faixa etária. Segundo Perrot,

o homem tem sua vida substancial no Estado, na Ciência e também no trabalho e na luta com o mundo e consigo mesmo. A mulher encontra seu destino substancial na moralidade, objetivo da família, cuja piedade familiar exprime as disposições morais. Os filhos são simultaneamente membros da família e indivíduos em si mesmos. Livres, devem ser educados, mas sem excessos nos afagos aos seus sentimentos de autodiferenciação. A maioria lhes possibilita formar família, os filhos como chefes e as filhas como esposas. Mas é realmente a morte do pai que lhes permite aceder a este novo estatuto. (Perrot, 1991, p.44)

Por meio da descrição trazida pela autora, é possível verificar que, mesmo em se tratando, por vezes, de uma análise de distintas sociedades pertencentes a contextos locais e temporais

diferentes, essa caracterização interna da família perdura, durante o século XIX, estendendo-se pelo século XX, como o padrão da família ocidental.

Ao observarmos as relações internas familiares do século passado, percebemos nitidamente o paralelo entre as atividades e as principais obrigações vinculadas aos papéis do homem- pai e da mulher- mãe e também dos filhos. Como foi analisado no capítulo anterior desta pesquisa, a unidade familiar, no final do século XIX e início do século XX- aqui se refere à região de colonização italiana no Rio Grande do Sul-, estava centrada na pequena propriedade de terra e organizada em função de interesses coletivos da família através da mútua cooperação de seus membros no intuito de assegurar a subsistência de todos. Essa família estruturava-se com fortes relações patriarcalistas.

Nesse contexto rural, que é especialmente o que caracterizou o espaço e a realidade que os imigrantes europeus encontraram ao chegar a zona colonial no Rio Grande do Sul, as obrigações e funções de cada indivíduo estavam organizadas de acordo com os sexos. Nessa divisão social, econômica e política da família, ao homem cabiam os trabalhos tidos como mais grosseiros e pesados, tais como a derrubada de árvores, o corte da madeira, a preparação de tábuas, a construção das casas, o preparo da terra para o cultivo das principais culturas e o cuidado de animais de grande porte. O chefe da família personificava o poder e a dominação e as manifestações internas de processos de trabalho externos duplamente vividos pelas mulheres – esposas -mães. Por sua vez, as mulheres ocupavam-se de todas as tarefas domésticas, da educação e cuidado dos filhos, do cuidado de hortas e pomares cultivados em terrenos próximos às casas, do cuidado com animais de pequeno porte e, frequentemente, acompanhavam os homens como auxiliares de suas tarefas. O trabalho feminino quase sempre dependia do ciclo de vida de sua família; sua jornada de trabalho era superior à do homem, porém vista sob a ótica do auxílio e da cooperação, do complemento e da obrigação para com a unidade familiar como um todo. Já os filhos, quando crianças, tinham suas tarefas e obrigações reduzidas, sendo gradativamente aumentadas de acordo com seu crescimento. Geralmente, as crianças se ocupavam em, acompanhar os adultos na realização dos trabalhos mais leves e mais simples, como por exemplo, no cuidado de irmãos mais novos, na realização de tarefas domésticas, em auxílio às mulheres, e ao cuidado e alimentação de animais de pequeno porte que ficavam em áreas próximas de suas casas, sob a supervisão de adultos.

Ao analisar a divisão do trabalho segundo os sexos na família, Giron (1991) afirma que: “à mulher cabiam os trabalhos não lucrativos da propriedade e ao homem as atividades que proporcionam rendimento.” (p.12). Segundo essa afirmativa da autora, fica claro que a divisão do trabalho e os papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres é desigual, por estarem estritamente vinculados às determinações sociais que alicerçavam as relações internas familiares.



Figura 9- Mulheres trabalhando na colheita de uva. Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Peterlongo.



Figura 10- Criança buscando água. Abastecimento na rua Marechal Deodoro, em Bento Gonçalves. CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 521.

Com a abertura das casas de comércio e o crescimento econômico das atividades comerciais na região colonial italiana do Estado, as famílias dos agricultores já começaram a sentir pequenas mudanças em suas relações internas, pois, como para muitos o comércio se apresentou como uma possibilidade de aumento da renda familiar, algumas atividades e funções de seus membros começaram a ser ampliadas, como o auxílio da mulher e dos filhos na venda de mercadorias da casa de negócios da família.

Para elucidar de forma mais concreta o contexto relatado acima, voltemos brevemente ao caso de nosso estudo, o da vinícola Armando Peterlongo.

Manoel Peterlongo, ao iniciar as atividades de elaboração dos champanhas na cantina que organizou nas mesmas instalações de sua residência, munuiu-se do auxílio e da cooperação de sua esposa e filhos para o cuidado requerido do processo, já que não se desligou das atividades que exercia no setor de coletoria do governo estadual. Apesar de concentrar suas atenções voltadas para a cantina, em seus momentos de folga do trabalho, mantinha tarefas a cargo de sua esposa Regina e de seus filhos, já que o método adotado para a elaboração da bebida requeria uma

atenção maior em sua produção. Dessa forma, apesar da manutenção do controle das atividades econômicas e financeiras da família nas mãos de Manoel, sua esposa participava da dinâmica familiar de trabalho, em uma função de cooperação.

Apesar da pequena ampliação dos espaços de atuação da mulher nessa família, proporcionada pelo início das atividades da cantina que, no princípio, foi aberta apenas para satisfazer as necessidades da família e, com o passar do tempo, atingiu porções maiores de consumo iniciando a comercialização, a mulher permaneceu vivendo sob relações de dependência e subordinação ao seu marido. Porém, embora se tenha proporcionado um pequeno aumento da atuação feminina, a estrutura de organização da família ainda se manteve sob a hegemonia do poder patriarcal, que caracterizava as relações internas das famílias que viviam neste contexto espacial e temporal. Como destaca Giron, “o esforço da mulher era reconhecido pelos homens, porém, por mais trabalho que realizassem, jamais se tornavam detentoras das atividades principais e rentáveis da propriedade.” (1991, p. 12). E foi exatamente isso o que aconteceu com Regina: apesar de ter uma participação efetiva e importante nos negócios da cantina, ela ocupou o espaço que se destinava às mulheres que viviam em uma sociedade e, especialmente, em uma família alicerçada nas bases do patriarcalismo: a do auxílio e cooperação as atividades exercidas por seu marido.



Figura 11- Casa de Manoel Peterlongo Filho. Primeira cantina da família. Acervo de fotografias da vinícola Armando Peterlongo.

Com o processo industrial, o espaço organizativo da família sentiu, de forma mais acentuada, as mudanças que ocorreram em seu contexto externo. Como forma de adequação ao novo modo de produção que começa a se estruturar na sociedade rural, os colonos passam a ver a indústria como uma possibilidade concreta de obtenção de uma renda econômica maior para a garantia do sustento familiar, visto que, as famílias dos colonos se caracterizavam por ser bastante numerosas pela quantidade de filhos do casal, o que tornou a propriedade de terra da família pequena para a garantia da subsistência de todos os indivíduos que nela viviam.

A introdução do sistema industrial modificou a divisão do trabalho familiar. Inicialmente, nem todos podiam aceder o salário da indústria tal como podiam e deviam aceder à produção familiar, ainda que de modos diferenciados por sexo e idade. Nesse primeiro momento do processo industrial, principalmente os homens e os jovens de ambos os sexos tornaram-se trabalhadores fabris, enquanto as crianças, as mulheres com encargos familiares e os idosos ficaram mais centrados nas atividades do espaço agrícola da pequena propriedade, ou até mesmo permaneceram em casa, ocupados com tarefas informais que apoiavam o trabalho industrial. Saraceno (1997) destaca esse momento: “é precisamente desta nova divisão do trabalho e separação das tarefas das várias figuras familiares que surge tanto a possibilidade como a necessidade de um verdadeiro espaço doméstico, não envolvida no espaço laboral.” (p. 35). Por conseguinte, as mulheres situam-se mais decisivamente fora dos locais de trabalho fabril devido à condição da maternidade; os homens, por sua vez, passam mais tempo fora do espaço doméstico familiar, buscando condições favoráveis para o sustento familiar por meio do trabalho industrial.

Embora a mulher casada e com filhos tenha passado por um processo mais lento de inserção no trabalho industrial, as mulheres solteiras sentiram, de forma precoce, essas mudanças. Como destaca Saraceno,

embora a operária de uma fábrica se tivesse tornado quase uma figura emblemática da industrialização, a verdade é que se tratava geralmente de uma jovem, não casada. As mulheres adultas casadas encontravam-se geralmente naquela a que hoje se chamaria economia informal. (Saraceno, 1997, p. 35).

Essa nova divisão dos papéis dos sexos na família operária também é sentida nas famílias da região das cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi e, especialmente, nas que constituem a mão-de-obra da vinícola Peterlongo a partir da década de 1930, momento que marca o início das contratações de operários. Da mesma forma como Saraceno (1997) retratou as condições

impostas às mulheres para a sua inserção no mercado industrial têxtil europeu, é possível perceber essa mesma caracterização na realidade que se apresentava na vinícola Peterlongo.

Por meio da política adotada pela administração da vinícola por Armando Peterlongo, no processo de contratação de seus operários, especialmente entre as mulheres, eram priorizadas as que fossem solteiras e, se aceitavam as casadas, então não deveriam ter filhos. O depoimento de uma ex-operária esclarece essa situação “...*porque ali na firma, o Peterlongo, uma coisa que ele não queria, ah, por exemplo, a moça que trabalhava lá, se ela casava ele não queria mais que ela voltasse a trabalhar. Não, porque se ela tivesse filho. Se ela quisesse trabalhar, ele fazia ela assinar um termo que o dia que ela ficasse grávida ela era obrigada a sair. Ela saía. Só as solteiras. Tinha muito pouca de casada. Mas alguma de solteira que casasse e continuasse a trabalhar, ela tinha que ficar lá até o dia que ela ficasse grávida. O dia que ela ficasse grávida ela era obrigada a ir embora. E ele não queria pessoa grávida lá dentro. Porque se incomodavam muito, aquele tempo lá também. Tinha que botar num serviço leve, não podia pegar qualquer coisa. Lá serviço muito, muito leve também não tinha. E o médico, aquela coisa toda. E estava sempre de atestado. Então ele evitava. Essa C.C ali, que ela tinha dois filhos, mas ela trabalhou de solteira, depois ela casou e ficou em casa. E ela teve os filhos e quando os filhos estavam criados ela voltou a trabalhar. Também nesse meio tempo ela ficou viúva. Então ela criou os filhos sozinha. Ela tinha que trabalhar pra criar os filhos...*”.

Através do trecho destacado acima do depoimento, fica claro que, ao inserir-se no mercado de trabalho industrial, a mulher teria que se adequar às imposições e restrições que esse mercado lhe impunha. Uma delas se constituía pela condição do matrimônio e da maternidade. Ora, em uma sociedade que passava por transformações econômicas em sua forma de trabalho e obtenção da renda familiar, esse aspecto se apresentava, de certa forma, como de exclusão da mão-de-obra feminina, pois advinda de um trabalho estritamente estruturado na pequena propriedade onde a mão-de-obra do trabalho agrícola era oriunda da própria família, a condição da maternidade se fazia presente na vida dessas mulheres, em sua maioria, pois os filhos eram vistos como auxiliares na produção agrícola familiar. Da mesma forma, se apresentava o fator do matrimônio: na sociedade interiorana da década de 1930, no Rio Grande do Sul e, em especial, na região anteriormente colonizada por imigrantes italianos, o casamento acontecia muito cedo para as mulheres, visto que, de acordo com os costumes e a cultura regional, o papel a ser exercido por elas na sociedade era a de mantenedora do lar, dos cuidados domésticos e da

educação dos filhos, em uma posição de auxílio para com seu marido. Segundo Bassanezzi, “a nupcialidade no Brasil, como mostram as pesquisas realizadas, está caracterizada por uma idade ao casar feminina mais precoce, o que colabora para intensificar os índices de fecundidade.” (1994, p. 383).

Maria Abel Machado (1998), em sua análise sobre as mulheres da cidade de Caxias do Sul nas primeiras décadas do século XX, mostra como foram recebidas essas mudanças na sociedade, protagonizadas pelo sexo feminino em suas funções familiares e sociais.

Segundo a autora,

trabalhavam, cuidavam de seus afazeres domésticos, criavam os filhos, participavam das orações da Igreja, mas deviam permanecer confinadas no espaço doméstico, como era exigido pela ordem geral, comandada por uma sociedade de lideranças masculinas. No entanto, a mulher saiu de casa, precisou trabalhar para se manter e para ajudar a família e, ao deixar o espaço doméstico, buscou um novo espaço num mundo que até então era privilégio dos homens. As reações foram fortes, foram criticadas de forma agressiva e até desabonatória. (Machado, p.85 e 86).

Com o início das atividades industriais e com a possibilidade de trabalho e aumento da renda familiar trazida com esse processo, a mulher, assim como os homens e os jovens, também começa a buscar oportunidades de participação nesse contexto econômico proporcionado pela indústria, contudo passa por maiores dificuldades para que ocorra sua inserção e seu reconhecimento como força de trabalho. Um caso em específico dessa necessidade do trabalho feminino fora de casa é o da operária da vinícola Peterlongo C. C. B., citado anteriormente no trecho do depoimento. Como explica a entrevistada, a operária teve idas e vindas no trabalho da vinícola, justamente porque iniciou no trabalho ainda jovem e solteira e, após, teve que sair pelo fato de ter se casado e ter filhos. Nos registros dos funcionários da vinícola aos quais tivemos acesso, a trajetória de C. C.B na Peterlongo inicia-se a partir de 05 de agosto de 1929, quando ela tinha 14 anos de idade. Pelo que é possível compreender seguindo as informações contidas nos registros da vinícola, ela teve seu tio, suas primas, sua irmã e, posteriormente, seu filho trabalhando na Peterlongo. Outro aspecto importante são as datas de demissão e de readmissão dessa operária, que estão informadas em três registros específicos. Como foi dito, ela é admitida, pela primeira vez na indústria, no de 1929 e permanece até meados do ano de 1938; no ano 1941, retorna à vinícola permanecendo até o ano de 1950 e, por fim, o último registro de readmissão data do ano de 1954 até 1964. Durante esses períodos em que esteve afastada da vinícola, se casou e teve seus filhos, como relatou a depoente.

Um acontecimento marcante que fez com que a operária C.C.B tivesse oportunidade de voltar ao trabalho na Peterlongo mesmo depois de ter se casado e de ter tido dois filhos, foi o fato de ter ficado viúva. “...e ela teve os filhos e quando os filhos estavam criados ela voltou a trabalhar. Também nesse meio tempo ela ficou viúva. Então ela criou os filhos sozinha...”. Esse parece ter sido o ponto diferencial para que Armando Peterlongo tenha decidido dar a ela as oportunidades de trabalho, mesmo contrariando a própria política que havia sido adotada em sua administração, da não-contratação de mulheres que fossem casadas e tivessem filhos.

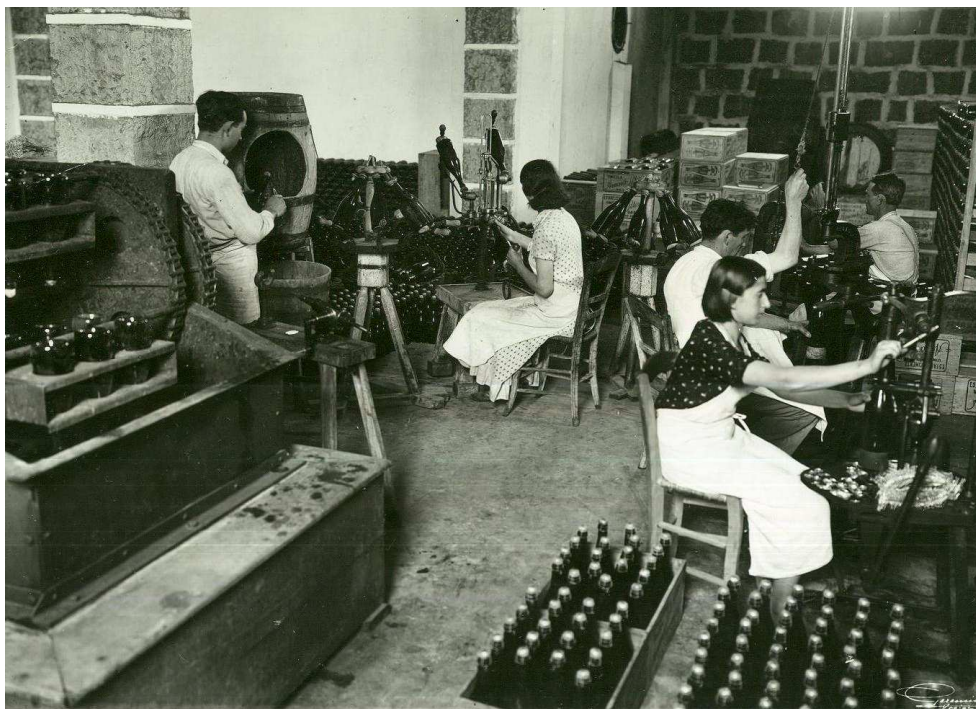


Figura 12 - Operários trabalhando no processo de “dégorgement” nas garrafas de champanha. Acervo de fotografias da vinícola Armando Peterlongo.

Essa questão da viuvez das mulheres, nesse contexto analisado, também se torna um aspecto de mudança nos papéis exercidos pelos sexos na família, pois a mulher que anteriormente se centrava na execução das tarefas em prol do auxílio ao marido, agora tem que assumir a administração do espaço doméstico e dos negócios da família. Segundo Giron, “submetida a condições de desigualdade de atividades e de bens, tendo sido treinada a obedecer, a mulher, ao enviudar, deveria assumir as funções desempenhadas pelo marido, para as quais não havia sido preparada.” (1992, p. 17). Esse foi o caso que pudemos analisar, da operária C.C.B. Entretanto,

essa realidade enfrentada por mulheres ao se tornarem viúvas não se restringiu apenas ao caso da operária da vinícola Peterlongo, isso também foi possível perceber em outros vários casos de mulheres que, se tornaram proprietárias dos lotes de terra da família e que tiveram que gerenciar o sustento dos filhos.

2.3.1 Influências do patriarcalismo

Até o início do XX, a instituição familiar esteve estruturada no poder maior da figura do pai em suas relações internas. Como destaca Perrot, “figura de proa da família e da sociedade civil, o pai domina com toda a sua estatura a história da vida privada oitocentista. O direito, a filosofia, a política, tudo contribui para assentar e justificar sua autoridade.” (1991, p. 121). Subsidiada pelo poder maior da autoridade paterna, a família se mantém submissa às ordens e à vontade declarada pelo patriarca.

Sob o olhar de Therborn (2006), pode-se compreender o patriarcado em duas dimensões básicas: a que se refere à dominação exercida pelo pai e a que diz respeito à dominação do marido. Assim, o patriarcado se atribui às relações familiares, de geração ou conjugais, concomitantemente relacionado às relações entre gêneros e gerações. Nessa mesma ótica, o autor afirma que “embora o patriarcado, sob várias formas, modelasse também assimetricamente as relações entre pai e filho, assim como as relações entre sogra e nora, o núcleo do poder patriarcal consistiu acima de tudo, no poder do pai sobre a filha e no marido sobre a mulher.” (p. 30). Ou seja, é possível identificar que o poder do pai sobre o filho, constituía-se de maneira diferente daquele exercido sobre a filha, em uma relação diferenciada entre os gêneros, mesmo que os indivíduos fossem pertencentes a igual posição hierárquica na família, como por exemplo: filhos, irmãos.

Não muito diferente dessa realidade vivida pelas famílias do século XIX, foi a realidade vivida no século XX. Tomemos, como exemplo, novamente as famílias da região colonial italiana das cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi. Como vimos, a colonização realizada nessa região caracterizou-se por se constituir pelo incentivo à vinda de famílias européias, visto que o objetivo maior era a permanência desses imigrantes na propriedade de terra que o governo imperial disponibilizaria para recebê-los. Como o interesse maior estava no povoamento desse território, de forma mais sistemática, através da produção agrícola organizada em pequenas

propriedades coloniais, era preciso que os imigrantes viessem com suas famílias. Dessa forma, os europeus teriam condições de se manter e fazer produzir seu lote rural, mantendo-o por meio da mão-de-obra oriunda da própria família.

Essa família vinda do continente europeu e, nesse caso em especial de estudo, da península itálica, trouxe arraigada a sua cultura e, aos seus costumes, a submissão de seus integrantes quanto à autoridade exercida pela figura paterna. O pai, possui poderes de dominação do espaço interno familiar, de forma hegemônica. Segundo os estudos de Perrot (1991), os poderes paternos destinam-se aos vários aspectos do funcionamento interno familiar. Estão presentes no espaço público, em situações que remetem a sua autoridade para a delimitação de atitudes e posicionamentos de seus membros em determinadas ocasiões; no espaço doméstico, pela administração das finanças familiares; nas decisões pedagógicas, especialmente no que se refere aos filhos e, além disso, nas alianças matrimoniais a serem realizadas de acordo com os interesses dos patriarcas de ambas as famílias envolvidas, para que sejam legitimadas suas intenções anteriormente definidas.

Dessa maneira, seguindo as mesmas características que permeavam o meio social, cultural e histórico vivenciado pelas famílias imigrantes em seus territórios de origem, seguiu-se a estrutura organizativa interna das relações familiares e do espaço doméstico de convívio entre seus membros. Cabe dizer também que essa caracterização da família sob moldes patriarcais, mantém-se como principal alicerce de constituição familiar desde a sua chegada- em 1875- até meados do século XX.

Nesse contexto histórico, a prática patriarcal segue a concepção de entendimento de que se formula como um agregado de variáveis, por exemplo, as relações que se mantêm entre marido e mulher, em que os aspectos caracterizadores desse patriarcalismo estão presentes na hierarquia do poder marital, que se expressa por meio das normas de chefia marital e de representação familiar e da heteronomia, em outras palavras, o dever estabelecido de obediência da esposa e o controle exercido pelo marido sobre sua mobilidade, suas decisões e até mesmo sua escolha de trabalho. As relações paternas e parentais estabelecidas com os filhos, estabelecem-se por meio da formalização da obediência.

No tocante a este último aspecto tratado, com relação à escolha ou até mesmo a possibilidade de escolha quanto à forma de trabalho da mulher, segue um trecho da fala de I.E. *“...Porque naquele tempo, não tinha quase moças pra trabalhar, muito pouco. Muita pouca*

moça que tinha disponibilidade de trabalhar, assim em firma que nem muitas vezes, os pais não deixavam trabalhar em firma, achavam que a filha não precisa trabalhar. Quer dizer, que daí, da minha família, desde a minha irmã, das minhas irmãs, eu, todo mundo. Todos entraram trabalhando, mas é que elas trabalharam pouco. A O.E trabalhou 4 anos, depois casou. A H.E, minha irmã, a mesma coisa, trabalhou mais 3 ou 4 anos e casou e foi embora. E eu fiquei. E não casei e fiquei....”. Através da fala da entrevistada, torna-se possível compreender, de forma mais clara, a abrangência do poder do pai exercido sobre a filha mulher. Essa análise pode ser realizada sob dois aspectos principais que chamam a atenção nesse mesmo trecho. O primeiro deles refere-se à questão da concessão do consentimento paterno quanto à possibilidade de a filha mulher poder buscar oportunidades de trabalho fora do ambiente doméstico, como a indústria, por exemplo. Fica evidente que a concepção disseminada pelo patriarcado da época tinha a mulher e a filha mulher como figuras que apenas poderiam protagonizar os afazeres e as atividades que se referissem a casa, ao lar e ao espaço doméstico de convivência. Por essa concepção, na maioria dos casos, a participação feminina era excluída em qualquer outro espaço de trabalho que pudesse se constituir. O segundo ponto de extrema importância na fala anterior, refere-se à questão do casamento. Como descreve a entrevistada, em trechos também citados em momentos anteriores a este estudo, com a realização do casamento, as mulheres que tivessem obtido o consentimento paterno de participar do trabalho fora do lar, no caso o trabalho industrial, teriam que abandoná-lo e retornar para suas funções domésticas. No caso da depoente, essa realidade não foi sentida, porque ela não se casou, podendo, dessa forma, permanecer no trabalho na vinícola. Porém, como ela mesmo relata, suas irmãs, apesar de estarem trabalhando na indústria, tiveram que sair em virtude de seu matrimônio.

Ora, em uma sociedade que estava baseada na autoridade masculina, seja ela representada pela figura do pai ou do marido, cabia à mulher o papel de submissão quanto à vontade e à legitimação dos interesses sob as quais estava sujeitada. Será que essa situação era aceita de forma amena por estar intrinsecamente ligada às questões culturais e de educação seguidas? E às mulheres, ser-lhes-iam abertas a elas possibilidades que lhes oportunizassem verbalizar seus reais desejos e pensamentos? Essas são questões que vêm à mente do pesquisador ao se deparar com tamanha participação e autoridade exercida pela figura do pai e do marido, que define comportamento, as escolhas e o modo de trabalho a ser realizado pelo sexo feminino, sem aceitar, em contrapartida, uma reação que possa verbalizar os interesses do lado oposto.

Porém, quando falamos das influências patriarcalistas nas relações internas da família, não podemos apenas tratar de sua relação e correlação com o sexo feminino, nas várias posições que ele pode ocupar nessa instituição. Também temos a obrigatoriedade de lembrar a posição ocupada pelos filhos homens. Como Therborn (2006) analisa, os filhos do sexo masculino não sentem, de forma tão brusca e intensa, a autoridade exercida pelo pai. Segundo ele, “o poder do pai sobre o filho, via de regra, era uma versão suavizada daquele sobre a filha.” (p. 30). Dessa maneira, pode-se perceber que, apesar de estar vinculado a essa estrutura patriarcalista de organização da família, aos filhos homens se abrem oportunidades e possibilidades maiores quanto à escolha do que desejam concretizar em suas trajetórias de vida. Exemplos claros dessa abertura quanto às suas escolhas estão relacionada a decisão ou não de sair de casa para buscar trabalho em outras regiões, de trocar o trabalho rural da pequena propriedade de terra da família e buscar novas oportunidades na indústria ou no comércio, de permanecer ou não na casa paterna ainda depois do casamento, entre tantos outros.

Cabe ressaltar também que esses aspectos caracterizadores do patriarcalismo, durante o século XX, começam a sofrer mudanças em suas formas anteriormente consolidadas, em virtude de a industrialização trazer consigo transformações econômicas, sociais e políticas que afetam a antiga forma de subsistência adotada pela família por meio da propriedade de terra como unidade produtiva e da mútua cooperação dos indivíduos da família que se organizaram por meio de relações de trabalho coletivo em prol da produção de seu próprio sustento. Segundo os estudos da socióloga Chiara Saraceno, a industrialização pode ser compreendida como um fenômeno histórico-social complexo, que inclui tanto o sistema de fábricas e o trabalho assalariado, como processos de urbanização, inovações tecnológicas no domínio da produção e criação de novos grupos, de fenômenos demográficos, como as migrações do campo para a cidade, entre outros. Para a autora, esses fatos produzem determinados efeitos na organização interna da família, como ela destaca:

alteram-se certamente as relações familiares e entre gerações, alteram-se as possibilidades de controle familiar sobre a sua própria força de trabalho, ainda que nem sempre da forma dramática em que é muitas vezes representada; mas muda sobretudo a situação de classes de grupos sociais inteiros, porque o próprio sistema de estratificação social está em mutação. (Saraceno, 1997, p.33)

Com essas mudanças ocorridas na família, advindas das modificações na forma de trabalho dos indivíduos de cada grupo familiar, os interesses e objetivos que antes se centravam

no pensamento coletivo, nesse momento, começam a se confrontar com a formação de preferências ou aspirações individuais. Esse período de transição do trabalho agrícola familiar para o trabalho individual na indústria, trouxe mudanças nas estratégias familiares, bem como nas individuais. Segundo Klep “filhos adultos e adolescentes contribuem com o esforço de trabalho e com a poupança em dinheiro para a família, embora eles desenvolvam suas próprias necessidades e preferências.” (2004, p.3). Assim, a inserção familiar no espaço industrial, conferiu a seus integrantes um importante papel de auxílio econômico mas, também trouxe o início de concepções individualistas, mas que ainda permaneceram sob jugo da família, mesmo que, no decorrer da primeira metade do século XX elas não tenham representado um conflito tão grande de interesses.

Por meio do estudo das fontes documentais relativas aos operários da vinícola, é possível também perceber a existência de diversas famílias e grupos familiares na constituição do proletariado, como base da mão-de-obra de trabalho. Essas famílias têm em comum a presença da figura do pai ou do tio ou do avô, como precursores das atividades industriais, aspecto que demonstra a influência patriarcalista. O que chama a atenção, na verdade, é que todas as famílias que possuem maior contingente de indivíduos trabalhando na Peterlongo têm a iniciativa de seus patriarcas ou de figuras masculinas, que exercem a mesma função em seus grupos familiares parentais, como iniciadores da mudança na forma de trabalho adotada pela família. Posteriormente a suas contratações, é que se inicia a entrada de outros membros da família. Dessa forma, diante do fracionamento da propriedade de terra ao longo das gerações, do esgotamento do solo e das dificuldades econômicas enfrentadas em decorrência disso, parece que a saída do trabalho rural e doméstico para o trabalho industrial passa a ser uma alternativa encontrada pelos patriarcas, para que a efetiva busca por uma nova forma de rentabilidade e sustento possa ser legitimada.

Tudo indica que na prática adotada por Armando na contratação de operários, o fator parentesco exercia forte influência. Isso porque ele via nesse elo familiar entre os trabalhadores um elemento que propiciaria uma “imobilidade” da mão-de-obra. Como destaca I.E “...*ele gostava sim. Porque ele sabia os familiares, conhecia as pessoas, conhecia os familiares. E, muitas vezes, aqui ele não pegava muito, esses de bairro aí, como dizem. Que não tem muita vontade de trabalhar. Trabalham um mês já não querem mais e vão embora. E dão transtorno, botar pra trabalhar e depois não querem trabalhar ou não tem vontade, aquela coisa toda. Ah,*

passou de tudo dentro da firma. Ih, passou de tudo. Até hoje ainda tem. Muitas vezes era marido e mulher, muitas vezes era de mais idade. Mas também ele não pegava pessoa de muito idade, não. Pra trabalhar assim, ele já evitava de pegar pessoas de idade. Porque o jovem sempre tem mais vontade de trabalhar. E mais força, mais tudo...”.

Por fim, o que cabe destacar é que a prática patriarcal, estendia-se não apenas às relações organizativas internas das famílias, mas também estava presente no relacionamento entre os operários e seu patrão dentro da indústria, em seu cotidiano de trabalho. As suas influências estavam tão arraigadas nessa sociedade que os indivíduos, ao que parece, não se preocupavam ou até mesmo não tinham como se desvincular da convivência com a submissão à autoridade exercida pela figura do pai, do marido ou até mesmo do patrão. Segundo Tisott (2008), em seu estudo sobre o trabalho infantil na Metalúrgica Eberle em Caxias do Sul, em que analisa contratos de meninos aprendizes, os próprios pais veem o patrão como uma figura a ser tratada com respeito e obediência, passando para seus filhos essa mesma imagem a ser seguida. Como destaca o autor em um dos trechos dos contratos de aprendizes, “no caso do ‘rapaz’ Pietro Balen, ele teria que ‘comer e dormir em casa’, mas isso não o eximia de ‘respeitar as ordens dos seus patrões e prestar-lhes toda a obediência, como se fosse a seus pais, durante todo o tempo que se conservar na oficina”. (2008, p. 100). Assim, a educação patriarcal vivenciada em casa e exercida pelo pai deveria ser também, seguida no ambiente industrial de trabalho, transferindo para o patrão o mesmo valor de respeito e obediência aprendido no ambiente familiar.



Figura 13- Mulheres no trabalho da vinícola Peterlongo. Acervo de fotografias da vinícola Armando Peterlongo.

2.4 Filhos: mão-de-obra e renda para a família.

Como analisado anteriormente, a família se constitui como núcleo parental formado pelas figuras do pai, da mãe e dos filhos que compartilham em suas vivências o mesmo espaço doméstico, que se estende às relações de parentesco que se estabelecem. Segundo Kertzer e Barbagli, “o indivíduo tem sempre o sentimento de pertencer a um grupo maior do que a sua família; sabe que pode contar com os parentes ou aliados, bem para além dos limites da sua aldeia.” (2004, p.63). A partir desse conceito, adotado para a compreensão dessa instituição social, analisemos de forma mais detalhada a presença e a participação dos filhos no contexto familiar como um todo.

Quando nos reportamos à análise das sociedades agrícolas, instaladas nas zonas rurais da região de colonização italiana do Estado, é possível perceber que a força de trabalho se constitui por meio da mão-de-obra fornecida pela própria família. Em outras palavras, “a família era sua

célula de produção”, como destaca Tedesco (2001). Ou seja, a produção dos alimentos necessários ao sustento de todos, bem como a manutenção cotidiana da propriedade de terra, estava sob responsabilidade dos próprios indivíduos pertencentes à família. Em virtude disso, essas famílias buscavam em si próprias os aparatos necessários para a produção de sua subsistência por meio do princípio da coletividade e da mútua cooperação entre seus membros.

Como analisado anteriormente, a vida no contexto rural costumava estar associada à propriedade de terra, entendida como a unidade produtiva familiar. Para que se pudesse mantê-la dessa forma, uma das estratégias adotadas por essa instituição, estava na participação de todos seus integrantes no trabalho agrícola, como forma de trabalho e cooperação coletiva para a produção do sustento de todos. Assim, as famílias encontraram nos filhos uma solução para o problema que se apresentava quanto ao cuidado da propriedade. Essa necessidade quanto à mão-de-obra doméstica implicou a presença de famílias numerosas. Como colocado no capítulo anterior, essas famílias as quais nos referimos aqui tinham, em média, de seis a dez filhos, que nesse caso, tinham como tarefa principal, em suas atribuições familiares, o auxílio no cuidado e na manutenção do lote de terra. Como destaca Tisott, “os braços familiares sustentavam a grande maioria dos empreendimentos das famílias na região colonial italiana do Rio Grande do Sul; quanto mais numeroso o núcleo familiar, mais braços eram empregados na produção.” (2008, p. 113). Dessa forma, esse se constituía como o padrão da sociedade local, em que a família e o trabalho estavam intrinsecamente ligados.

Contudo, esse não é o único fator explicativo em que devemos nos deter nesta análise. Essa caracterização quanto à existência de famílias numerosas, deve-se também aos aspectos culturais, históricos e sociais que estavam arraigados na sociedade que antecedeu a geração de colonos e, que, conseqüentemente, os manteve sob esses mesmos alicerces estruturais, que vieram com os costumes e hábitos trazidos pelos imigrantes italianos. Como afirma Saraceno, “aquilo que actualmente chamamos trabalho infantil, foi durante muito tempo um recurso familiar importante e legítimo: como força de trabalho na empresa familiar, agrícola, artesanal ou de pequeno comércio.” (1997, p. 124).

Por outro lado, ao se falar em filhos, sem diferenciações ulteriores, corre-se o risco de passar uma imagem estática e homogênea dessa experiência vivida no interior das relações de uma mesma família, como se não houvesse relativas diferenças quanto à idade e ao sexo.

Deixando de lado a diversa posição ocupada por homens e mulheres nas estratégias matrimoniais, filhos e filhas eram precocemente inseridos em mundos diferenciados ainda que interdependentes, por meio da divisão do trabalho, das competências, dos comportamentos legítimos e dos saberes. O mundo aparentemente pouco diferenciado e articulado das sociedades pré-industriais, quer urbanas quer, sobretudo, rurais, tinha na distinção material e simbólica dos sexos um dos seus maiores ordenadores. Assim, as crianças eram introduzidas muito cedo nessas relações tão diferenciadas de acordo com os sexos. Como analisa Saraceno, “o facto de viverem quase constantemente na presença de outros, quase como que sem espaço para a intimidade, não impedia que as distinções de sexo (assim como as de classe), e distinções de poderes e de destino fossem marcadas.” (1997, p. 126).

Dessa maneira, saídos da infância, aos rapazes era proporcionada a sua inserção em processos de formação na vida adulta e de sociabilidade de acordo com a classe a que pertenciam. Em contrapartida, as moças deveriam manter-se sob os olhares e os cuidados de seus responsáveis, para que sua imagem de pureza e castidade- valores morais que cercavam essa sociedade interiorana- fosse mantida até a realização de seu matrimônio. Essa visão quanto às funções de submissão a serem seguidas pelas filhas, as mantinha ainda sob o alicerce de que sua competência maior na família seria a dedicação e auxílio completo aos afazeres domésticos e, sobretudo a posterior dedicação ao seu marido.

Essa caracterização quanto a distintas funções a serem desempenhadas pelos filhos e filhas na divisão do trabalho familiar era também empregada distintamente na unidade econômica da família: as filhas seriam destinadas, com maior intensidade que os filhos, ao mercado de serviços domésticos urbanos, e os filhos seriam inseridos nas migrações sazonais e em trabalhos exteriores as unidades produtivas familiares em muito maior participação do que as filhas.

A adoção dessas estratégias familiares aconteciam porque era a família a responsável por gerir o trabalho, a renda e o sustento de todos os seus integrantes, especialmente dos filhos e filhas, que tinham suas vidas e suas tomadas de decisões também organizadas por essa instituição. Esses aspectos levam-nos a compreender que a decisão de buscar novas alternativas de fonte de renda para a família também passava por esse jugo.

Em virtude disso, a obrigatoriedade no cumprimento das tarefas destinadas aos filhos passava pela relação de poder que caracterizava as famílias patriarcais do início do século XX. Essa relação do poder patriarcal é mencionada por Hannah Arendt (1993), quando afirma que a

família obedece a uma hierarquia autoritária, oposta à condição de igualdade e liberdade, fundamental para a esfera política. Nesse caso, em especial, no das famílias descendentes de antepassados italianos, a autoridade paterna tinha legitimação incontestada, pois se fundamentava nos valores da obediência e da honra aos pais.

Contextualizadas sob essa nova ordem econômica industrial, as mudanças que são possíveis constatar entre as tarefas e os papéis dos sexos na família consistem, especialmente, no trabalho do pai tanto na propriedade de terra quanto no trabalho na indústria e/ou na construção de obras públicas, por exemplo, que pudessem acrescer a renda econômica; no papel das mulheres, que passaram a cuidar do lote familiar mais intensamente e a se dedicar, de forma mais sistemática, às atividades agrícolas, em especial, para suprir a ausência de seus maridos e, no papel dos filhos, que, ainda sob a visão de agentes auxiliares de seus pais, mantêm-se com maiores funções na propriedade e, principalmente os filhos do sexo masculino, seguem o mesmo perfil dos pais, saindo do trabalho doméstico para buscar alternativas de trabalho oferecidas pela indústria. Cabe salientar que essa função que os filhos possuem dentro da família permanece sob esses moldes até o momento de sua fase adulta, período da vida dos filhos e das filhas, em que a maioria deles opta pelo casamento, desligando-se da estreita relação estabelecida com seu grupo parental para formar a sua própria família.

Giron apresenta, em sua análise sobre o papel exercido pelas mulheres no trabalho da propriedade de terra da família, uma nova hipótese explicativa para as mudanças das estratégias familiares adotadas, em virtude do crescimento dos filhos e de sua saída do ambiente familiar.

Segundo a autora,

já que os filhos e as filhas não recebiam qualquer remuneração pelo trabalho e a terra absorvia os recursos gerados pela produção, no momento em que os filhos chegavam à idade de casar, os pais sentiam-se na obrigação de auxiliar na compra de algum pedaço de terra. Desta forma, para a terra retornava o produto da terra. Para aumentar a minguada receita, os homens empregavam-se em obras públicas ou privadas, ficavam muito tempo longe de sua propriedade. Neste tempo as mulheres realizavam todas as atividades necessárias na propriedade e manutenção da família, mas na hora da comercialização os homens estavam de volta para realizar os negócios. (Giron, 1992, p. 12).

A afirmação trazida pela historiadora demonstra que uma das explicações para a saída dos homens de casa está na procura por melhores rendimentos para a família. Essa preocupação paternal estaria centrada no interesse em auxiliar os filhos na obtenção de sua própria propriedade

de terra, já que, por se constituírem em famílias numerosas, a propriedade familiar não conseguiria abarcar a novas famílias, no caso, as famílias formadas pelos filhos.

Em virtude da temática dos conflitos não ter tido a atenção que merece dos historiadores, as relações entre pais e filhos no momento de sua saída de casa para casar-se ou buscar novas oportunidades de trabalho fora da propriedade familiar, pelo menos nas sociedades da zona colonial italiana, pouco é apontado pelos estudos. Segundo os estudos de Klep (2004), ao observarmos os principais eventos do ciclo familiar, pode-se identificar três períodos de possíveis conflitos entre os filhos e os pais. Para o autor, “quando as crianças deixam a casa para trabalhar fora; no momento do casamento; e quando devem cuidar dos pais na velhice. Os dois últimos momentos estão fortemente ligados ao problema de transferência da propriedade entre as gerações.” (2004, p.351). Entre os estudos realizados pela historiografia internacional, é possível identificar um esforço em desenvolver essa temática de relações intergeracionais e a presença de conflitos que emergem em momentos específicos da trajetória das famílias.

Contudo, ao analisarmos os dados trazidos pelas fontes documentais coletadas, não nos foi possível identificar esses momentos de possíveis conflitos familiares, pois as fontes utilizadas não permitem o aprofundamento dessas questões.

Porém, a preocupação em aumentar a renda familiar se apresenta anterior ao momento da saída dos filhos de casa por opção do matrimônio. Em decorrência de a agricultura ser o fator determinante para a base econômica da subsistência familiar, o trabalho na indústria aparece nesse núcleo como uma solução para a sobrevivência, visto que a escassez e o esgotamento do solo estavam diminuindo a produção agrícola e, conseqüentemente, diminuindo seus mantimentos. Segundo Herédia, “através do trabalho na fábrica, solucionavam a questão da sobrevivência, decorrente da escassez e do esgotamento do solo, agravado pela pulverização das propriedades.” (1997, p. 165).

Dessa maneira, a estratégia a ser adotada pela família é a transferência do auxílio do trabalho dos filhos da agricultura para o trabalho remunerado da indústria. Como dito, os filhos homens tinham uma liberdade um pouco maior do que as filhas mulheres e poderiam sair de casa para exercer funções em trabalhos sazonais ou mesmo trocar a propriedade pelo trabalho na indústria como fonte de renda. Essa possibilidade pôde se concretizar com as oportunidades de trabalho oferecidas pela vinícola Peterlongo.

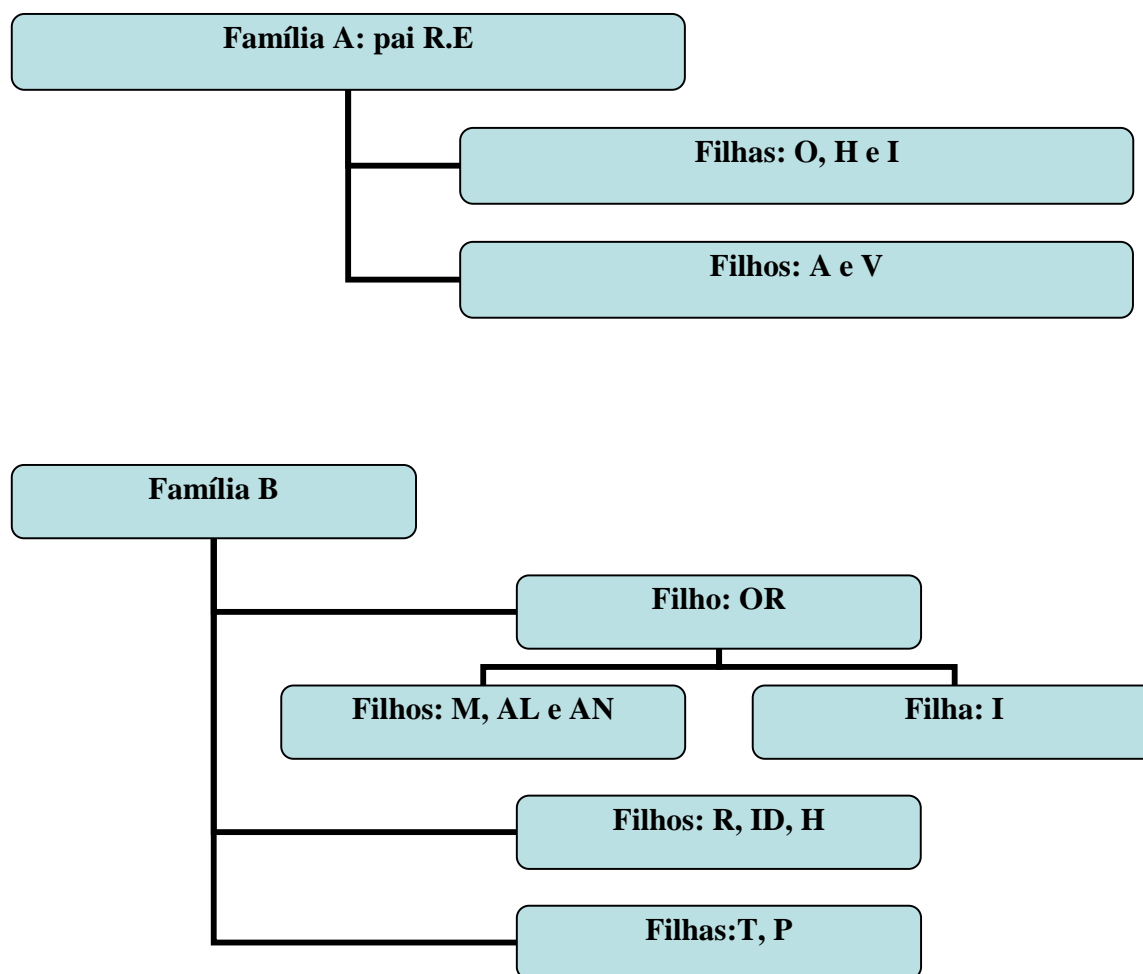
Por meio do estudo do caso de algumas das famílias que trabalharam na vinícola a partir da década 1930, é possível estabelecer relações semelhantes quanto às estratégias adotadas por elas, para suprir suas necessidades internas. Devido as dificuldades encontradas por elas para gerar o sustento familiar apenas do trabalho agrícola, essas famílias viram no trabalho industrial, uma forma concreta e possível de amenizar os seus problemas financeiros. Por meio da renda que obtinham na vinícola, a partir desse momento, os filhos passam a contribuir para aumentar a renda de sua família.

É a partir da entrada de famílias de colonos e agricultores que ocorre uma das mais importantes transformações advindas com a industrialização: a família deixa de se constituir como a célula de produção da riqueza e passa a ser gerenciada por variáveis exteriores, no caso, os proprietários industriais, em uma relação de dependência econômica, aspecto que traz a saída dos integrantes da família da convivência exclusiva do espaço doméstico para buscar seu sustento fora de seus limites.

No início desse processo de mudanças no seio da família, os primeiros a deixarem o trabalho agrícola ou a dividirem suas tarefas nos dois espaços produtivos são os pais e os filhos homens. Com o decorrer do tempo, as mães e as filhas mulheres também se inserem no espaço industrial. Apesar dessa mudança quanto a sua estratégia de trabalho e produção de riqueza, a família se mantém com a mesma estrutura interna, isto é, permanece a hierarquia entre seus membros, explicitada por meio das relações paternalistas.

A partir da genealogia das famílias dos operários da vinícola, poderemos exemplificar mais detalhadamente essa estrutura interna que se fazia presente nessas famílias, vinculadas ao trabalho de pais e filhos, que se inseriram no espaço industrial da Peterlongo.

Tabela 13- Genealogias das famílias operárias A e B.



Ao observar o caso da família A, por exemplo, essa cronologia se altera em alguns aspectos. Devido ao fato de as filhas serem mais velhas do que os filhos, o patriarca R.E.³⁸, opta por deixá-las trabalhar na vinícola antes do que seus filhos homens. Mas, nessa família em especial, essa estratégia esteve unida à presença constante que o pai tinha no cotidiano de trabalho, como fala sua própria filha I.E “...então meu pai foi o capataz geral. Meu pai que fez todos os parreirais, porque ele era, ele conhecia todos esses empregados, ele comandava (...) .Nós só trabalhamos dentro da firma...”. Talvez, em virtude da vigilância e cuidado que o pai poderia manter sobre suas filhas, é que a possibilidade de sua entrada para a indústria pôde ser concretizada. Alguns anos depois, os filhos A. e V., entram na vinícola e, nesse momento, já é

³⁸ R.E é o primeiro funcionário a ser contratado pela vinícola Armando Peterlongo, ainda na década de 1920.

possível constatar que duas de suas três filhas- O e H- já haviam saído da indústria, em virtude de terem se casado.

De acordo com as informações relatadas pelos depoentes nas entrevistas realizadas, o casamento trazia consequências diretas para as moças que trabalhavam na Peterlongo, pois, a partir de sua realização, elas teriam que se afastar de suas funções para cumprir a norma interna da indústria, que era a de não manter mulheres que houvessem se casado e que tivessem filhos pequenos. A partir daí, temos a explicação do motivo pelo qual as filhas de R.E não permaneceram por muito tempo na vinícola e por que optaram por se desligar de suas atividades industriais.

Um segundo exemplo pode ser representado por meio dos registros da família B. Esse caso difere, em alguns aspectos, do caso citado anteriormente, o da família A, porque sua opção de inserção no trabalho industrial ficou a cargo dos filhos e não do patriarca da família. No primeiro caso, foi o patriarca R.E que se integrou inicialmente na vinícola, trazendo depois seus filhos. Já, na família B, o que se pode perceber é que foram os filhos homens que tomaram a iniciativa de buscar o trabalho na vinícola, deixando os pais nas funções do cuidado da propriedade de terra, aspecto que pode ser comprovado por meio da presença do registro de admissão na vinícola de todos os quatro filhos homens da família e de duas filhas mulheres.

O que chama a atenção, nesse mesmo caso da família B, é a presença de duas ramificações de duas gerações oriundas do mesmo grupo parental que participaram desse espaço industrial. A primeira, iniciada por seus filhos, a partir da contratação de OR., na data de 01 de janeiro de 1938, seguida pela admissão de seus irmãos, P., em 03 de maio de 1939; ID., em 05 de julho de 1943; T., em 09 de novembro de 1948; H., em 01 de setembro de 1949 e R., em 06 de março de 1950, completando a sucessiva entrada dos filhos do casal F. e Z. na vinícola. Já o segundo momento, constitui-se pela presença de membros da família formada por OR. O primogênito dos filhos do casal F. e Z., agora adulto e patriarca de sua própria família, construída, após seu casamento, com a também operária da vinícola E.C., adota a mesma estratégia de seu pai quanto à abertura da possibilidade de seus filhos também se inserirem no trabalho industrial ligado à vinícola Armando Peterlongo. É a partir dessa união matrimonial, que temos a inserção de mais uma família de operários nessa indústria. Participantes dessa segunda geração de trabalhadores, é possível localizar os filhos M., admitido em 31 de agosto de 1952;

AN., em 21 de outubro de 1963 e, com entrada na mesma data, I. e AL., em 31 de agosto de 1964.

A partir desse olhar um pouco mais detalhado sobre a família B, tem-se a compreensão de outro aspecto de grande relevância no processo de formação dessas famílias, que é a união matrimonial entre os operários. Diversos são os casos em que ocorre o casamento de jovens trabalhadores da Peterlongo, a partir de sua convivência diária nesse mesmo ambiente de trabalho, onde dividiam espaços comuns de sociabilidade- provavelmente nas atividades sociais e de lazer e no espaço da fábrica- o que pode ser explicado em virtude da grande concentração de jovens nas atividades dessa indústria, que se constituía como o maior e mais importante estabelecimento industrial da cidade de Garibaldi, até meados do século passado. Segundo a depoente, “...era a principal...depois que começou o Carrare Brusina, a Cooperativa, e depois veio a George Aubert e aí veio, veio indo as outras firmas”. Dessa forma, a inserção maior de trabalhadores acontecia na vinícola devido a, nesse período, ela estar passando por momentos de crescimento de sua produção e de seu desenvolvimento econômico. Contudo, essa caracterização familiar será melhor explicitada no próximo capítulo.

Outros tantos casos também poderiam ser analisados por apresentarem essas mesmas especificidades quanto à participação no trabalho da Peterlongo, bem como quanto a adoção da estratégia da utilização da mão-de-obra de seus filhos jovens e adultos, como agentes auxiliares na busca pelo sustento familiar, por meio de sua renda adquirida pelo trabalho na indústria. Porém, neste momento do estudo, optou-se por utilizar apenas dois dos diversos exemplos apresentados nos documentos internos da vinícola, como forma de elucidar a organização interna das famílias de trabalhadores, sob um olhar que englobasse seu espaço de convivência, dentro e fora do contexto da vinícola Peterlongo.

2.5 Trajetórias de vida

Quando nos reportamos ao estudo da instituição familiar sob a ótica da análise de sua estrutura, como gerenciadora dos fundamentos básicos de inserção de seus membros no contexto social de convivência exterior a ela, não podemos deixar de analisar as trajetórias de vida. Ao longo desse capítulo, tivemos a preocupação em analisar a família, com o objetivo de apresentar os principais aspectos que norteiam suas relações internas de formação e sua participação na

sociedade como agente responsável pela inserção dos indivíduos no espaço de convivência maior que a circunda. Para essa contextualização familiar, utilizamos, como ponto de partida, o caso das famílias de trabalhadores da região de colonização italiana das cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi. Seguindo essa lógica, nos centramos no estudo das trajetórias de vida das famílias pertencentes a esse espaço histórico.

Por meio dos estudos realizados por Claudia Born (2001), quanto às transformações sociais ocorridas nas trajetórias de vida, marcadas, especificadamente, pela questão do gênero, no contexto da Alemanha no decorrer do século XX, é possível compreender as características que definem o conceito de trajetórias de vida. Segundo essa pesquisadora, “a trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa”. (p. 4). Dessa forma, ela normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos e pela duração e localização dessas existências ao longo da vida de um indivíduo. É no decorrer do tempo que o curso de vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico.

A partir da localização dos acontecimentos, da duração da existência e de sua situação no transcurso de uma vida, normalmente, podem-se ter como resultado informações que perpassam a população, a idade média para casar e para ter o primeiro filho, a faixa etária de ingresso na escola, a idade média para buscar o primeiro emprego, a idade para a aposentadoria e assim por diante. O curso de vida de uma pessoa, formada por essas informações sociodemográficas, pode ser considerado como socialmente estruturado, em um maior ou menor grau de abrangência em uma determinada sociedade, guardando as diferenças e as peculiaridades culturais e históricas.

Por isso, a trajetória de vida não se forma apenas por meio desses agentes reguladores- como o sistema escolar, o mercado de trabalho, entre outros- mas também é definida pela sua padronização que, ao mesmo tempo, produz suas próprias normas. É seguindo essas normas - e devido a elas- que a sociedade determina certa idade como a mais aconselhável para tomar decisões que possam modificar a vida de cada indivíduo. Esse conhecimento quanto à cronologia dos fatos que ocorrem na vida de uma pessoa, em uma determinada sociedade, faz que as pessoas acreditem que a trajetória de vida seja algo previsível. Porém, como destaca Born, “não se trata, absolutamente, de um fenômeno natural; isso surgiu apenas ao longo do processo de modernização e está ligado a uma mudança estrutural no curso de vida.” (p.4).

Outro trabalho de extrema importância quanto à conceitualização de trajetórias e ciclos de vida e sua caracterização nos grupos familiares pertencentes ao século passado é estudo já citado anteriormente de Chiara Saraceno. Segundo a análise da autora,

o conceito de ciclo de vida, refere-se à história de cada família, à sua evolução e transformação no tempo. Tem a ver tanto com o tempo cronológico da duração, do período de vida de uma família (ou de um indivíduo), como com o do seu 'calendário': isto é, com as escansões e eventos que demarcam um período, ou fase, de outra. (Saraceno, 1997, p. 221).

Dessa maneira, ao tratar do tema ciclo de vida familiar, segundo os estudos de Saraceno, ao pesquisador implica adotar uma visão processual da família. Esta parte do ponto de vista de sua estrutura, de quem vive com quem, do ponto de vista das posições que, por vezes, nela são assumidas pelos seus membros, e também do ponto de vista do conteúdo das relações familiares. Isso ocorre porque ciclos de vida individuais e ciclo de vida familiar estão entrelaçados e são interdependentes em sua constituição.

Por exemplo, ao analisarmos a trajetória de vida das famílias de agricultores que viviam na região de recebimento dos imigrantes italianos chegados no final do século XIX, percebemos que seus ciclos de vida estavam estruturados e envoltos nas questões familiares. Isso porque era a família a responsável pelo provimento de todas as necessidades básicas de seus membros. Assim, nenhum de seus indivíduos obtinha pagamento ou remuneração financeira no final de sua jornada de trabalho, porém todos se alicerçavam na busca pelo sustento de seu grupo parental.

Como vimos no tópico anterior, as trajetórias de vida dessas famílias passaram, no decorrer do século XX, desse espaço agrícola e rural para a sua convivência no espaço urbano e industrial.

Foi a partir das grandes transformações sociais e culturais ocorridas no século passado, com as alterações crescentes introduzidas tanto nas experiências das diversas gerações, como no interior da experiência de cada um no curso da trajetória de sua vida, que os estudiosos da área das Ciências Humanas passaram a dar uma atenção maior e mais articulada para o ciclo de vida individual e familiar. Pode-se verificar que, cada vez mais, as próprias relações familiares se entrecruzam com os ciclos de vida individual dos vários elementos do grupo familiar, como o que se observa, por exemplo, com o nascimento e o crescimento dos filhos em primeiro lugar, mas também com os tempos da carreira laboral dos adultos, na medida em que estes podem interferir em decisões familiares e, em geral, com os inúmeros eventos e acontecimentos que ocorrem no

conjunto das dimensões e atividades realizadas durante o período temporal de vida individual e familiar.

De fato, torna-se cada vez menos possível identificar e definir os próprios acontecimentos ou a trajetória de vida individual, como se estivessem ligados a uma única ou principal dimensão. Como destaca Saraceno, “eventos laborais, de relações afetivas, de casal, de geração, outros eventos que entram de modo significativo na vida de uma pessoa e de uma família, intersectam-se para traçar tanto o ciclo de vida individual como o ciclo de vida familiar.” (p.222). Nasceram a partir desses conhecimentos, os conceitos de ‘dupla presença’, como é determinado, por exemplo, o da trajetória de vida da mulher adulta contemporânea, em que ela realiza suas funções profissionais por meio de sua carreira e as funções domésticas através do cuidado com os afazeres da casa.



Figura 14- Homens e mulheres no trabalho da vinícola Armando Peterlongo. Acervo de fotografias da vinícola Armando Peterlongo.

Dessa forma, todo e qualquer acontecimento familiar, contextualizado em uma trajetória de vida familiar e/ou individual, tal como um dos vários indivíduos que juntamente o constroem e nela são construídos, pode e deve ser compreendido em uma perspectiva multidimensional no decorrer do tempo. Ou seja, através do seu tempo histórico, da sua relativa colocação nos vários cenários sociais, em relação ao tempo de vida de cada um de seus membros e ao das relações entre as gerações de um mesmo grupo familiar, é possível constatar que uma família se distingue da outra e se torna parte integrante dos que a constituem e nela vivem.

2.5.1 A mudança de papéis na família

O conceito apreendido quanto à estrutura interna familiar é aquela que se constitui pelas figuras do pai, da mãe e dos filhos, organizados nessa mesma ordem de hierarquia e poder entre eles. Contudo, com o passar do tempo, essa estrutura pode ser alterada devido ao envelhecimento dos pais e sua incapacidade física de executar todas as tarefas que realizaram durante toda sua vida como trabalhadores ativos. A partir desse momento, os filhos assumem o controle da renda econômica, administram o cuidado dos bens da família e até mesmo o cuidado da saúde de seus pais. Segundo Saraceno, a explicação para a inversão das funções e papéis exercidos por seus membros no espaço familiar ocorre devido ao prolongamento da duração de vida dos indivíduos. Para ela, “uma longa duração da vida implica relações familiares diversificadas no tempo também relativamente ao significado das posições geracionais.” (1997, p. 160).

Klep em seu estudo sobre contradições de interesses entre as gerações na família, coloca que,

basicamente observando-se a seu ciclo de vida, as gerações adultas percebem a necessidade desesperada para que as novas gerações cubram suas necessidades econômicas a longo prazo. Se eles não têm filhos ou se eles não têm poder sobre as crianças de suas famílias, eles ficam a mercê do mercado para lidar com suas necessidades. (Klep, 2004, p. 3).

Essa inversão nos papéis exercidos pelos membros da família, em seu espaço organizativo de convivência e em suas relações internas, tem como um dos principais pontos de mudança, mas não o único, o que diz respeito às funções dos filhos na família. Os aspectos que podemos pontuar quanto a modificações na estrutura interna familiar e nas funções que cabem a cada um

de seus membros, segundo as diferenciações quanto ao sexo, estão na mulher, como 'chefe' da família e nos filhos, como responsáveis pelo provimento do sustento da família.

Como analisado anteriormente, os grupos sociais contextualizados no espaço temporal de transição do século XIX para o XX têm a família como a instituição social de maior presença e relevância em toda a sociedade, devido ser ela a responsável por todos os aspectos que envolvem e estruturam as bases sociais de seus indivíduos. Por meio da função de mediadora que a família exerce na sociedade, os indivíduos são ligados, inseridos em um contexto maior da estrutura social. É, também, por meio dela que seus membros têm a possibilidade de alcance das condições necessárias para a produção de seu sustento, visto que ela está organizada na forma de trabalho coletivo em sua propriedade.

O primeiro ponto que pode ser destacado quanto às mudanças nas funções exercidas pelos membros na família refere-se as mulheres. Como analisamos, a mulher exercia uma função de cooperação e auxílio ao seu marido na propriedade. A ela cabia a responsabilidade dos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, em uma posição de submissão ao chefe da família. Porém, devido à ocorrência da saída do patriarca do espaço doméstico para a busca por trabalho em indústrias, e/ou também em virtude do fato de se tornar viúva, a mulher passou a assumir o controle familiar. Segundo Giron, em seu estudo quanto ao papel exercido pelas mulheres na propriedade de terra familiar, as mulheres assumiam esse papel de proprietárias e chefes de família, sob condições de despreparo, pois a elas havia sido destinada uma educação voltada para a submissão à figura masculina e não para o dever de assumir a posição por ele ocupada. Para a autora,

as mulheres proprietárias passaram a se ocupar das atividades exclusivas do homem com maior ou menor sucesso. O sucesso ou o fracasso da propriedade ou da atividade econômica dependia tanto das suas condições pessoais, como do apoio do restante da família. Sujeitas às mesmas condições sócio-econômicas que os demais proprietários, como os homens terão maior ou menor rendimento de suas terras. A condição de viúva vai garantir algumas vantagens em relação aos homens, e estas serão aproveitadas pelas novas proprietárias. (Giron, 1992, p. 18).

Quanto aos filhos, pode-se pontuar dois momentos em que suas funções na família, de alguma forma, se modificam. A primeira está interligada à questão da morte do patriarca da família e a segunda, ao envelhecimento dos pais e à sua incapacidade de exercer as mesmas funções que exerciam, momento em que os filhos passam a gerenciar e prover o sustento e o cuidado necessário aos pais idosos.

No momento em que a mulher se torna viúva, os filhos e filhas que têm mais idade- jovens e adultos- adotam a posição que anteriormente era exercida pelas mulheres, passando à posição de auxiliares no provimento da renda e do sustento da família. Dessa maneira, os filhos se mantêm participantes da dinâmica familiar, por meio da busca por oportunidades de trabalho, fora do ambiente familiar, que possam trazer um aumento das condições financeiras da família, para garantir o suprimento das necessidades básicas de sobrevivência, também, a seus irmãos menores.

O segundo momento, destina-se à condição de os filhos assumirem a posição anteriormente exercida por seus pais, na administração dos bens da família e no cuidado com o provimento das necessidades diárias de seus patriarcas que já tenham se tornado idosos e que precisam de cuidados especiais. Um exemplo claro dessa realidade é relatado pela entrevistada “...porque meu pai começou a ficar doente também e, minha mãe idem. E eu trabalhava quase sozinha. Porque meus irmãos, todos casaram. Foram embora e eu fiquei quase a maior parte sozinha. Então era eu que cuidava dos meus pais e trabalhava pra sustentar a casa...”. O trecho da fala dessa senhora elucida, de forma bastante clara, a posição ocupada pelos filhos quando se tornavam adultos. Pois, a renda que obtinham com seu trabalho na indústria, destinava-se à manutenção das necessidades da casa e não apenas para o seu próprio sustento. Nesse caso, em especial, em virtude de ter sido a única filha que não se casou, a ela coube a responsabilidade de se manter morando junto com os pais, tomando para si o papel de cuidadora da família.

Assim, o processo de sucessão das gerações se torna o principal momento de mudança no ciclo de vida familiar, pois essa nova posição ocupada pelas gerações mais jovens pode gerar situações conflituosas entre os indivíduos de uma família. Isso pode ocorrer devido a formação de interesses e objetivos individuais que, levariam cada membro a desvincular-se das necessidades coletivas de seu grupo parental. Para Klep, “filhas e filhos parecem enfrentar configurações diferenciadas do interesses e conflito.” (2004, p.354). Um exemplo dessa mudança de papéis entre as gerações é o caso acima mencionado da família A. Em virtude de todos os irmãos terem saído de casa devido ao casamento, a filha I. teve que assumir a função do cuidado dos pais e do sustento de casa. Ao que podemos compreender, essa posição por ela ocupada de ser a única a não ter se casado, fez com que os seus irmãos destinassem a ela essa responsabilidade e não considerassem seus interesses individuais. Dessa forma, esse momento poderia gerar uma situação conflituosa, caso a irmã não tivesse aceitado assumir esse papel.

Por fim, é possível constatar que essa inversão nos papéis exercidos pelos integrantes na família se estabelece devido à ocorrência de fatos que desestruturam, de alguma forma, a base anterior que fundamenta e legitima as relações internas familiares. Assim, seja pela ausência de alguns membros devido à busca de trabalho longe da família, seja pela ausência do patriarca ou seja pelo envelhecimento dos progenitores, o papel exercido por cada integrante na família se remodela de alguma forma.

Dessa forma, apesar de a família da primeira década do século XX se manter estruturada pelas relações hierárquicas estabelecidas pelos fundamentos do patriarcalismo, em que a figura masculina representa a autoridade e o poder maior dentro da família, com o passar do tempo, com o crescimento dos filhos e com o acontecimento de situações que fogem do alcance das decisões de seus membros, os indivíduos pertencentes a família têm que assumir uma posição de adequação diante das novas situações que a eles se apresentam, o que demonstra que a família tem a capacidade de se remodelar e de se reestruturar em suas relações internas, de acordo com o acontecimento de situações tanto internas como externas a seu ambiente de convivência e pode influenciar, de algum modo, na estrutura que a fundamenta.

Sendo assim, pode-se perceber que ao longo do século XX, a posição ocupada pelo pai prosseguiu sendo a de autoridade dentro da família, contudo a mulher passou a ocupar uma função mais igualitária em relação a do homem. Passou a ser vista como uma companheira que também é provedora da renda para o sustento familiar. Assim, no decorrer do século, houve transformações substanciais nas relações e nos papéis exercidos pelos sexos dentro da família contemporânea.

3 CAPÍTULO III

A FAMÍLIA NO MUNDO DO TRABALHO DAS VINÍCOLAS

Na fábrica, os dispositivos tecnológicos utilizados pelos setores privilegiados da sociedade para impor esta figura dócil e laboriosa modificam-se no sentido de uma sofisticação crescente. Quanto mais o trabalhador foi integrado ao aparato da produção, tornando-se aquilo que a famosa expressão de Marx descreve como um “apêndice da máquina”, tanto mais o exercício da dominação procurou-se dissimular-se, transferindo-se da figura autoritária do contramestre ou do patrão para o interior mesmo da máquina. (Rago, 1997, p. 205).

Neste terceiro capítulo, destinamos nossa análise à reconstrução do espaço de vivências das famílias operárias no universo do trabalho industrial. A partir da discussão realizada nos capítulos anteriores, quanto à contextualização da realidade que cercava a estrutura familiar no início do século XX e o próprio contexto interno da família em suas relações de poder, de gênero e entre as gerações torna-se possível pensar o mundo do trabalho sob a ótica da caracterização de sua mão-de-obra: a da família.

Por meio da utilização de fontes documentais dos registros de trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo, buscaremos nos centrar para refletir quanto às questões que permeiam o contexto industrial de trabalho nas cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi. Através das informações que nos trazem esses documentos, buscamos compreender a caracterização da industrialização regional e de sua força de trabalho oriunda da família de características patriarcais.

Em suma, essa parte da pesquisa será subdividida de acordo com as diversas fases do desenvolvimento da vinícola Peterlongo, a fim de que se possa compreender a dinâmica da força de trabalho industrial sob a contextualização de alguns pontos principais que norteiam esse espaço de produção, dentre os quais merecem destaque as condições de trabalho da indústria, a procedência da mão-de-obra e os mecanismos de sua retenção, o processo de aprendizagem, a política empresarial adotada e as influências do governo de Getúlio Vargas para o cotidiano de trabalho dos proletários.

3.1 Do trabalho rural para o industrial

Como vimos nos capítulos anteriores, esse espaço regional receptor de imigrantes italianos, no final do século XIX, estrutura-se, economicamente, durante o século passado, pela concentração da produção na estrutura fundiária da propriedade de terra familiar. Esta se mantém como unidade produtiva por meio da utilização da mão-de-obra oriunda da própria família.

Com a industrialização na região, essa caracterização econômica, que já perdurava por décadas e que permaneceu, de geração em geração, no interior do espaço organizativo da família, começou a sofrer mudanças. Devido ao fato de a base da economia familiar estar voltada para a produção na pequena propriedade de terra, com o passar do tempo, ocorre o esgotamento do solo e a decorrente escassez de produção e de mantimentos para o sustento dos membros da família. Essa situação da diminuição produtiva do solo no lote familiar é agravada pela pulverização das propriedades, após a segunda ou terceira geração, com o seu fracionamento entre os filhos. Devido ao sério problema da falta de terras para as novas gerações, desencadeou-se a migração para regiões urbanas ou a opção de inserção no trabalho industrial assalariado. Segundo a análise de Herédia, “os operários eram colonos imigrantes ou filhos de colonos imigrantes, compelidos a procurar emprego fora da agricultura.” (1997, p. 165).

A procura de emprego fora da propriedade doméstica e familiar tornou-se, para esses colonos, uma solução econômica viável para que as dificuldades e os problemas enfrentados para a produção do sustento fossem amenizados. Decorrente dessa realidade, os trabalhadores rurais foram motivados a se integrar às atividades assalariadas oferecidas pelas fábricas ou a migrar para as cidades, como garantia diante das oscilações do trabalho agrícola, por perdas das safras, devido a variações climáticas e a intempéries.

Em geral, as famílias rurais eram numerosas e ofereciam uma abundante força de trabalho para as indústrias da região. E, para os colonos, havendo alguns membros da família na indústria, existia a possibilidade de manter a pequena propriedade agrícola e a subsistência do seu grupo familiar. Apesar dos baixos salários pagos pela indústria, esse tipo de trabalho garantia a preservação do lote de terra, a sua manutenção e também contribuía para o sustento de todos os membros de sua família. Herédia descreve as mudanças nas funções e nos papéis exercidos por

seus membros, as quais a família teve que se adequar a partir de sua inserção no espaço industrial. Para a autora,

os mais idosos cuidavam da roça e os demais auxiliavam na lavoura nas horas livres. O chefe de família, além de trabalhador direto, era o organizador e dirigente do processo produtivo doméstico e era a ponte para o emprego dos filhos na fábrica. Todos trabalhavam na fábrica e também na roça. (Herédia, 1997, p. 166).

Nesse contexto, a produção colonial servia para o consumo familiar, e os salários serviam para complementar as necessidades de consumo do grupo, pois a criação de animais em casa e o cultivo de hortas e pequenas plantações auxiliavam no equilíbrio do orçamento familiar, como incrementos substanciais na alimentação da família operária.

Como colocado no primeiro capítulo desta dissertação, a concepção que o colono fazia do trabalho, tanto rural como industrial, não era considerada como uma sobrecarga, mas, sim, como uma forma necessária de manter o padrão mínimo de vida merecido. Mesmo após ingressar no trabalho fabril, o que acarretava funções dobradas de labor diário, os colonos- operários não o viam como uma tarefa de árdua e pesada realização, pelo contrário; para Herédia, “esse modo de pensar se relaciona com a atribuição feita pelo colono à concepção do amor pelo trabalho”. (1997, p.167). Para os primeiros operários da vinícola Armando Peterlongo, a dupla condição de trabalho, tanto na propriedade de terra quanto na indústria, impôs-se como estratégia de reprodução da unidade familiar doméstica camponesa e a diferenciação entre os colonos-proletários e os camponeses encontrava-se mais em nível de ocupação do que em relação aos aspectos de organização do trabalho nas colônias ou mesmo nas relações sociais que se estabeleceram.

O estudo da formação da força de trabalho possibilita compreender a origem agrícola desses operários, o que permite comprovar que uma boa parte do proletariado da vinícola Peterlongo é oriunda do espaço rural. Contudo, essa constatação depende do período em que se reproduziu essa força de trabalho. A esse respeito, convém destacar que a mão-de-obra da vinícola era proveniente da zona rural, da região colonial italiana, com antecedentes camponeses europeus. Entretanto, os colonos migrados para a região urbana dessas antigas colônias teriam constituído uma população de cunho fabril. Os primeiros habitantes de Garibaldi, por exemplo, eram provenientes das regiões do Tirol e do Vêneto, como descrito anteriormente. Logo, na primeira e segunda geração, o operariado era oriundo da zona agrícola e das capelas e dos

distritos próximos. Com o decorrer do tempo, os colonos-operários da Peterlongo recomendavam parentes e conhecidos de outras regiões agrícolas ao proprietário, fazendo com que a cidade crescesse e o contingente de trabalhadores da vinícola aumentasse, mantendo-se apoiado em relações sociais e parentais que compunham sua força de trabalho. Já as gerações seguintes são formadas pelos filhos e netos desses colonos-operários que nascem na cidade de Garibaldi e que possuem, presentes em sua cultura familiar, o trabalho industrial como fonte primeira de renda e de sustento para sua família.

Segundo dados que trazem os registros documentais de contratação dos operários, a força de trabalho da vinícola Peterlongo é oriunda, em sua maioria, de regiões interioranas do Estado, localizadas não muito distantes da cidade de Garibaldi e que se caracterizam por uma economia baseada na agricultura familiar. Contudo, há também, mesmo que em um menor contingente, a presença de trabalhadores de cidades mais distantes. É desse contexto que parte o contingente populacional que forma a mão-de-obra a ser utilizada por essa indústria, a partir da década de 1930, momento em que a vinícola passa por um acentuado crescimento econômico em sua produção. Entretanto, cabe lembrar que, apesar de a Peterlongo se constituir em uma das principais indústrias da cidade e da região nesse período, e por motivar a vinda de maiores grupos de trabalhadores para concorrer pelas vagas de empregos disponibilizados, muitos dos anteriores colonos e agricultores da própria cidade, de localidades e distritos próximos formam essa força de trabalho, como é possível constatar na tabela a seguir.

Tabela 14- Cidades de origem dos trabalhadores da Peterlongo de 1930 a 1966.

Cidade de origem	Homens/mulheres	Cidade de origem	Homens/mulheres
Garibaldi	367	Ijuí	2
Montenegro	25	Boqueirão	1
Bento Gonçalves	6	S. Sebastião do Caí	1
Chapecó	6	Passo Fundo	1
Lavras do Sul	5	Osório	1
Carlos Barbosa	4	Estrela	1
Porto Alegre	3	Uruguaiana	1
Lajeado	3	Sarandi	1
Caxias do Sul	3	Iboré	1
Farroupilha	3	S. Lourenço do Sul	1
Santa Maria	3	Arroio do Meio	1
Alegrete	3	Cachoeira do Sul	1
Júlio de Castilhos	3	Gramado	1
Soledade	2	São Pedro do Sul	1
Encantado	2	Bagé	1
Canoas	2	Bom Jesus	1
São Gabriel	2	Camaquã	1
Guaporé	2	Flores da Cunha	1
Tubarão	2	Crisciúma	1
São Paulo	2	São Sepé	1
TOTAL- 465			

Fonte: Livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

Por meio dessas informações, torna-se possível constatar que a mão-de-obra da vinícola Peterlongo se forma a partir da miscigenação de trabalhadores, oriundos de localidades interioranas, próximas ou não de Garibaldi, mas que mantêm suas características antecedentes, centradas na prática das atividades agrícolas como forma de sustento. Anterior à sua inserção na indústria, os agora operários tinham suas vidas estruturadas a partir da exploração da propriedade de terra e do trabalho familiar. Essa ligação do trabalhador com as duas formas de trabalho por ele vivenciadas, pôde ser observada, no momento em que se procedeu ao relacionamento dos sobrenomes dos operários, podendo ser estabelecidas as relações sociais e de parentesco entre eles, quando pôde ser evidenciada essa caracterização de sua origem anterior.

Como analisado em momentos anteriores, esse período de transição do trabalho agrícola na pequena propriedade de terra familiar para a inserção no espaço industrial não modifica apenas o setor econômico, mas a sociedade como um todo, pois os agricultores, acostumados a serem os proprietários de seu lote de terra e a gerenciarem o sustento de sua família, por meio de sua efetiva participação nas etapas da produção, viram-se, com a indústria, em uma situação que

os obrigara a se desligarem, mesmo que aos poucos, de toda essa realidade que o cercava. Porém, cabe salientar que, esses trabalhadores mantiveram-se trabalhando paralelamente, as duas atividades, pois durante o período de estudo, a ruptura entre essas duas formas de trabalho está apenas se iniciando.

Ao perderem o controle de sua produção e ao se desligarem do papel de proprietário para assumirem o de operário de uma indústria, os trabalhadores assumem também um novo modo de vida. Como analisa Machado,

viram-se obrigados ao cumprimento de regras e normas disciplinares muito rígidas, impostas pelo dono da fábrica, que passou a ser o dono dos meios de produção. As fábricas transformaram-se em territórios fechados, com seus regulamentos e seus guardiães. (Machado, 1998, p. 94).

Essa mudança, dentre todas as que ocorreram, parece ser a que mais afetou o trabalhador em sua estrutura de vida familiar.

3.1.1 A rotina de trabalho na vinícola Armando Peterlongo

A mão-de-obra que caracteriza a força de trabalho utilizada pela vinícola Armando Peterlongo tem, em sua constituição, a presença de mulheres, homens, jovens, brasileiros e estrangeiros, nesse caso, italianos. Esses trabalhadores cumpriam uma jornada de trabalho de, no mínimo, oito horas diárias, que se estendiam das 8 horas da manhã até o meio-dia e das 13:30 horas até às 17:30 horas. De acordo com as funções exercidas na vinícola, alguns operários seguiam um horário distinto do descrito acima. Como é o exemplo dos trabalhadores responsáveis pela vigia e segurança da fábrica, que trabalhavam das 17:30 às 22 horas; nos dias santos e domingos, das 8 horas às 11 horas e das 12 horas às 16:30, sendo substituídos pelos vigias noturnos, das 17 horas até às 22 horas; os responsáveis pela ronda noturna trabalhavam, diariamente, das 22 horas até às 6 horas da manhã.

O início e o término dos turnos de trabalho eram demarcados por meio de um apito, que soava nos horários estipulados. Já o cumprimento da frequência de trabalho era controlado por livros-pontos, que eram assinados pelos capatazes de cada setor, no momento de chegada e de saída dos operários. Foi somente na década de 1960 que foi implantado o relógio-ponto para controlar a pontualidade e assiduidade ao trabalho.

Contudo, essa carga de trabalho diária poderia ser alterada conforme as necessidades impostas pelas atividades que estavam sendo realizadas pelos operários, como, por exemplo, a da execução do processo de “dégorgement” pelo qual passavam as garrafas de champanha produzidas pelo método Champenoise. Para melhor compreender essa rotina, analisemos um trecho da fala de uma ex-operária. “...depois que enchia as câmaras, por exemplo, nós botávamos pra fazer o “dégorgement”, enchia de noite, enchia toda a câmara e então durante a noite ficava uma pessoa que cuidava dos compressores e congelava até os $-25C^{\circ}$ e depois parava. Depois, no outro dia, já estava na hora de tirar e ir trabalhando aquele. Durante todo o dia, nós tínhamos que terminar toda aquela parte lá dentro, tudo que estava lá dentro. Quando terminava, terminava o “dégorgement” do dia. No outro dia, começava de novo. Se terminasse, vamos supor, às 4 horas da tarde, aí termina e limpa tudo e deixa tudo limpinho. E vai trabalhar até às 17:45, que nós saíamos 17:45. Até 17:45, vai rotular, vai fazer outro trabalho. Mas tinha que terminar no dia. Assim era engarrafamento também. O champanha quando tava com o próprio fermento, que eles botam o fermento, vamos supor, que botavam o fermento na pipa, no tonel aquele, era feito pra aquele dia. Então, aquele dia tinha que engarrafar todo, porque, depois que começa, em questão de 24 horas, começa a fermenta. Não tem mais. Tem que ser todo dia. Não pode deixar pro outro dia. Se tivesse que quebrar uma máquina ou coisa parecida, tipo tinha que parar e, às vezes, paravam até 1 hora, ficava 1 hora depois. Até terminar o vinho. Quando terminava todo o vinho que estava na pipa. Aí podia ir embora pra casa. Fazia hora extra. Mas era assim, começava às 7:30 e ia até meio-dia. Das 13:00 até as 18 horas. Sem parar. E trabalho sem parar. Os intervalos, assim, que nós fazíamos, assim, por exemplo, se a pessoa saía pra ir no banheiro, vamos supor, e tinha uma pessoa ali que substituía...”.

Como é possível perceber, durante o período do ano em que se estende a execução desse processo que finaliza a elaboração dos champanhas a partir do método Champenoise, a rotina diária laboral é alterada, e os operários precisam cumprir horas extras de trabalho para que suas tarefas fossem cumpridas. Porém essa alternância do cotidiano não era um fato que incomodava os trabalhadores, visto que, como essas horas extras de trabalho eram remuneradas, em suas folhas de pagamento mensais, eram acrescidos os valores correspondentes à jornada de trabalho excedente.

Essa realidade vivida pelos operários da vinícola Armando Peterlongo assemelha-se, em muitos aspectos, à realidade de trabalho descrita por Vânia Herédia, em sua análise sobre o

Lanifício São Pedro, em Caxias do Sul, nesse mesmo período histórico. Um desses fatores semelhantes entre as duas indústrias, mesmo que inseridos em setores de produção distintos, como no caso de uma vinícola e uma fábrica têxtil, está na jornada de trabalho a ser cumprida pelos operários. Da mesma forma que os trabalhadores, na Peterlongo, veem o acréscimo de sua jornada de trabalho, em determinados períodos do ano, como uma forma de aumentar sua renda mensal, sem se importar que sua rotina seja sobrecarregada, os operários do Lanifício, também têm essa visão. Como destaca Herédia, “os operários não reclamavam pelo estabelecimento de jornadas longas de trabalho quando necessário. Pelo contrário, a possibilidade de aumentar a renda familiar com o ganho extra contentava a grande maioria. O operário estava sempre à disposição da fábrica.” (1997, p. 170).

Outro fator que demonstra semelhanças entre essas duas indústrias é o tempo de permanência no trabalho de seus operários: pois, havia um grupo considerável de trabalhadores que se mantinham na fábrica, por períodos maiores de tempo ou até o momento de sua aposentaria. Vejamos dois exemplos dessa realidade: no caso da Peterlongo, é possível constatar que, apesar de ter uma prática de contratação de trabalhadores durante os meses de maior produção, seja nas safras da uva ou na finalização do processo de elaboração do champanha, havia muitos operários que permaneciam toda sua vida ativa no interior da vinícola. Como exemplo, tem-se, novamente, um trecho de um depoimento “...trabalhei até 74, quando me aposentei, em 1 de novembro de 74...”. Segundo seu depoimento, a vinícola Peterlongo foi o único trabalho que ela exerceu, desde a sua adolescência até a sua aposentadoria. Já, no caso do Lanifício São Pedro, essa prática era mais comum ainda que na vinícola, como descreve Herédia:

em geral, o operário se mantinha na fábrica até a sua aposentadoria. Muitos dos entrevistados afirmaram que retornavam a trabalhar na fábrica, após a aposentaria estar definida em termos de leis, para auxiliar e aumentar a renda da família. (Herédia, 1997, p. 170).

Na vinícola, entretanto, não consta que a prática de operários voltarem ao trabalho após estarem aposentados tenha ocorrido.

Enfim, por meio deste breve comparativo entre esses dois exemplos de indústrias, fica evidente que elas possuem características semelhantes quanto ao seu cotidiano de trabalho e ao perfil de seu proletariado, o que demonstra, também, a sua importância para a economia das cidades das quais faziam parte, por se constituírem em indústrias de grande desenvolvimento.



Figura 15: Vinícola Armando Peterlongo em 1930. Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

3.2 A caracterização da mão-de-obra

Da mesma forma que a maioria das indústrias da região, a vinícola Armando Peterlongo tinha sua mão-de-obra constituída pela presença de representantes dos dois sexos: homens e mulheres, presentes sob a condição de jovens, adultos e estrangeiros. O contingente total de operários, de 1930 a 1966, foi de 465 trabalhadores. Dentre esse número total tem-se, a divisão entre os sexos, de 303 homens e 162 mulheres. A mão-de-obra jovem e estrangeira também faz parte desses grupos já quantificados. Em relação a faixa etária do operariado, pudemos constatar que ela se inicia aos 13 anos de idade e se estende até os 58 anos de idade. Um aspecto de importante relevância nesse contexto é a presença de moças entre a primeira faixa etária, de 13 a 15 anos e de homens entre os trabalhadores de mais idade com mais de 50 anos.

Para melhor compreender a parcela de participação dessa força de trabalho, analisemos cada uma separadamente.

3.2.1 Feminina

A mulher marcou sua presença na vida economicamente ativa das cidades de Garibaldi e Bento Gonçalves, desde o início de sua formação. Por meio de sua saída do espaço doméstico, foi trabalhar nas primeiras oficinas familiares, ao lado do marido, do pai ou de seus filhos, nas primeiras manufaturas e artesanatos e mesmo nas atividades domésticas de produção no lote de terra da família, na função de auxiliadora das atividades diárias, como relatado nos capítulos anteriores.

Com o passar do tempo, a propriedade de terra familiar começou a se tornar pequena para a produção que se fazia necessária para a subsistência de todos os membros da família. Dessa forma, a mulher se viu na obrigação de se inserir no mercado de trabalho oportunizado pela indústria que se estruturava, tendo que se dividir entre os afazeres domésticos e as novas funções exercidas no espaço industrial.

Como assalariada, a mulher operária entrou na fábrica com os primeiros trabalhadores, para vender a sua força de trabalho em troca de poucos salários. Mas era essa remuneração mensal que a auxiliava a aumentar a renda familiar e garantir condições mínimas de provimento dos elementos básicos para o sustento de sua família. Como destaca Machado, “marcou a sua presença anonimamente, cabisbaixa e silenciosa, numa rotina de anos, ajudando a construir a riqueza da cidade, ao lado dos trabalhadores do sexo masculino e dos empresários, donos do capital.” (1998, p. 111). Mesmo se igualando aos homens trabalhadores, ocupando funções no mercado industrial como força de trabalho, as mulheres ainda se mantinham na condição de auxiliaadoras da figura masculina, exercendo funções, em sua maioria, nos setores de produção e sendo remuneradas de forma bastante desigual, como se percebe ao comparar seu salário com o recebido pelos homens.

Essa discriminação enfrentada pela mão-de-obra feminina no interior das fábricas era considerada como um fato natural pela sociedade do século XX. A mulher representava uma força de trabalho frágil e menos exigente que o homem; embora, sua participação nesse setor estivesse ligada a ocupação de cargos e tarefas, por vezes ocupados e efetivados por homens, mesmo que ainda não estivesse inserida em setores mais administrativos da indústria. Como afirma Lazzarotto,

no entanto, apesar de sua fragilidade, ou graças a ela, ela passou a substituir o homem em muitas atividades por ser uma mão-de-obra barata, que se adapta facilmente a tarefas mais minuciosas e que exigem mais concentração de detalhamento. O momento do seu aparecimento coincide com a maquinaria e tecnologia mais sofisticada, quando a força bruta pode ser dispensável. (Lazzarotto, 1981, p.111).

A partir da década de 1930, momento em que se iniciam as contratações de operários para o trabalho na vinícola Armando Peterlongo, é possível constatar que, a cada ano, o número de admissões de mulheres aumentou. Esse crescimento no número de admissões de mulheres nos remete à compreensão de que a força de trabalho feminina começava a representar grande parte do contingente total de trabalhadores no interior dessa indústria, o que demonstra sua participação ativa no processo industrial como um todo.

Vejamos a tabela a seguir, que mostra o número total de operários na vinícola, divididos entre homens e mulheres.

Tabela 15- Contratações de operários na vinícola de 1929 a 1966³⁹.

Anos	Mulheres	Homens	Total	Anos	Mulheres	Homens	Total
1929	2	2	4	1948	21	10	31
1931		2	2	1949	11	22	33
1932	1	2	3	1950	17	30	47
1933		1	1	1951		30	30
1936		1	1	1952		7	7
1937	1	1	2	1953	14	9	23
1938	5	6	11	1954	1	12	13
1939	6	8	14	1957	5	3	8
1940	3	1	4	1958	5	13	18
1941	6		6	1959	2	9	11
1942	8	8	16	1960		10	10
1943	12	13	25	1961		8	8
1944	16	10	26	1962		11	11
1945	4	4	8	1963	5	19	24
1946	6	16	22	1964	7	4	11
1947		18	18	1965	2	9	11
				1966	2	4	6
				Total	162	303	
				Total em %	35 %	65 %	

Fonte: Livro de registros de entrada dos operários na vinícola Armando Peterlongo.

³⁹ Na tabela, não constam os anos em que não ocorreram novas contratações.

Por meio dessas informações percebe-se que a mão-de-obra feminina representava menos da metade do contingente total de trabalhadores do sexo masculino. A admissão da mulher se deu em maiores proporções à medida que foi ocorrendo o crescimento da produção e das vendas de bebidas da Peterlongo e também foi se instaurando o processo de mecanização da produção. A partir da década de 1940, iniciaram as atividades de exportação na vinícola e que Armando precisou contratar um maior número de trabalhadores para dar conta de toda a produção. Dessa forma, como as mulheres trabalhavam, em sua maioria, no setor de rotulagem e “dégorgement” dos champanhas, sua contratação foi inevitável. Como fala uma ex-operária, “...a mulher não fazia serviço pesado, por exemplo carregar uma caixa, fazer coisa pesada assim. Mas coisas leves era tudo nós. A rotulagem não ia quase homem na rotulagem. Era só mulher. No “dégorgement” que iam os homens só pra abrir o champanha. O resto era tudo mulher e ali não era homem que trabalhava....”.

Tabela 16- Funções exercidas pela mão-de-obra feminina da década de 1930 a 1966.

Funções femininas	1930	1940	1950	1960
operária-servente	15	77	45	16
secretária		1		
enóloga		1		
tarefeira		4		
almozarife		3		

Fonte: Livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

Entretanto, a mulher não era apenas contratada para exercer as funções internas da vinícola. Como a Peterlongo possuía vinhedos próprios, muitas delas também trabalhavam nos parreirais próximos às instalações da fábrica. Monitoradas diariamente por um ‘capataz geral’ da vinícola, as mulheres eram admitidas nos períodos de colheita da safra da uva, nos meses de janeiro e fevereiro de cada ano. De acordo com seu rendimento no trabalho e da necessidade de mão-de-obra da indústria, havia a possibilidade de continuarem no emprego, exercendo funções no interior da vinícola.

Contudo, o registro de entrada dessas trabalhadoras não foi possível ser encontrado. Apesar de serem registradas como funcionárias da vinícola, não aparecem nos documentos de registros como mão-de-obra externa da indústria e sim misturadas com as outras operárias na

função de ‘operária-servente’, o que dificultou a sua quantificação e análise mais detalhada como trabalhadoras do espaço externo e agrícola.



Figura 16: Colheita da uva. Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.



Figura 17: Mulheres no interior da Vinícola Armando Peterlongo. Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

Outro ponto importante a ser destacado quanto à mão-de-obra feminina da Peterlongo, é o salário. Segundo Lazzarotto, “o salário mensal é o melhor elemento para análise da situação da mulher na empresa capitalista contemporânea, o que melhor traz o desprezo ou a valorização do seu setor.” (1981, p.117). Para o autor, a questão salarial reflete a real situação vivida pelos trabalhadores no interior da indústria, na primeira metade do século XX.

Até o ano de 1943, quando passou a vigorar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) durante o primeiro governo de Getúlio Vargas na presidência do Brasil, muitos direitos, que antes tinham variações de acordo com interesses de cada indústria, passaram a ser concedidos aos trabalhadores a partir da instauração dessas leis. Um dessas práticas se refere à questão salarial. Para Maria Abel Machado, em seu estudo sobre as mulheres operárias da cidade de Caxias do Sul na primeira metade do século XX, “ocupando as posições mais baixas na escala de tarefas dentro da fábrica, recebiam também salários inferiores aos dos trabalhadores do sexo masculino. Na eventualidade de executarem as mesmas tarefas, os salários continuavam desiguais.” (1998, p. 140).

Essa realidade, proporcionada pela indústria capitalista vigente no século passado nessa região nordeste do Rio Grande do Sul, não se diferencia das práticas industriais dos grandes centros do país, como destaca Maria Valéria J. Pena:

o que convém ressaltar é que, desde o início do processo fabril no Brasil, as mulheres, mesmo quando desincumbiam-se de tarefas semelhantes àquelas desempenhadas pelos elementos masculinos, recebiam salários menores...pagava-se-lhes salários mais baixos na suposição patriarcal de que parte de seus custos de reprodução estariam cobertos pelos dos homens. (Pena, 1981, p. 109).

No caso das trabalhadoras da vinícola Peterlongo, acontecia exatamente o mesmo. Os salários menores eram pagos para as mulheres, ou seja, o preço da força de trabalho feminina era inferior ao da força de trabalho masculina.

Os primeiros registros de admissão encontrados referentes à mão-de-obra feminina na Peterlongo, datam do ano de 1929, pelas operárias C.B, de 15 anos de idade, admitida em 05 de agosto de 1929 e sua prima M.B, com 14 anos, contratada em 16 de setembro de 1929. Elas exerciam a função de ‘operária-servente’, trabalhando, em média, oito horas diárias e recebendo um salário de \$625 réis a hora. Ora, se compararmos sua remuneração com a paga para os homens que ingressaram na vinícola nesse mesmo período, percebe-se que o pagamento para as mulheres pode ser contabilizado em menos da metade do valor pago para os trabalhadores do

sexo masculino. O operário V.S, por exemplo, admitido no mesmo ano, recebia 1\$500 a hora de trabalho. A partir desse dado, é possível admitir que a remuneração recebida pela mão-de-obra masculina representava cerca de 58% a mais do que as mulheres recebiam no mesmo período, por seu trabalho.

Essa diferenciação salarial entre os sexos permaneceu, de forma bastante acentuada, nas décadas seguintes. Pode-se identificar que as médias dos salários ficaram distribuídas entre os sexos, na função de ‘operário-servente’, ainda apresentando uma margem de diferença bastante considerável entre elas.

Tabela 17- Comparativo dos salários entre homens e mulheres na função de operário-servente- 1933-1966.⁴⁰

Ano	Homens	Mulheres	Ano	Homens	Mulheres
1933	1\$000/hora		1951	CR\$ 3,22/hora	
1938	CR\$ 0,875/hora	CR\$ 0,565/hora	1952	CR\$ 3,70/hora	
1939	CR\$ 0,937/hora	CR\$ 0,565/hora	1953	CR\$ 4,30/hora	CR\$ 2,709/hora
1940	CR\$ 1,00/hora	CR\$ 0,80/hora	1954	CR\$ 5,20/hora	CR\$ 3,90/hora
1941		CR\$ 0,80/hora	1957	CR\$ 20,42/hora	CR\$ 12,08/hora
1942	CR\$ 1,10/hora	CR\$ 0,80/hora	1958	CR\$ 20,42/hora	CR\$ 12,08/hora
1943	CR\$ 1,10/hora	CR\$ 1,10/hora	1959	CR\$ 25,00/hora	CR\$ 20,42/hora
1944	CR\$ 1,50/hora	CR\$ 1,10/hora	1960	CR\$ 4.900,00/mês	
1945	CR\$ 2,00/hora	CR\$ 1,50/hora	1961	CR\$ 7.840,00/mês	
1946	CR\$ 2,712/hora	CR\$ 1,875/hora	1962	CR\$ 45,73/hora	
1947	CR\$ 2,712/hora		1963	CR\$ 75,40/hora	CR\$ 70,00/hora
1948	CR\$ 2,712/hora	CR\$ 1,875/hora	1964	CR\$ 75,40/hora	CR\$ 70,00/hora
1949	CR\$ 3,22/hora	CR\$ 2,00/hora	1965	CR\$ 60.000,00/mês	
1950	CR\$ 3,22/hora	CR\$ 2,00/hora	1966	CR\$ 76.500,00/mês	CR\$ 319,00/hora

Fonte: Livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

De modo geral, entre os salários pagos aos operários na Peterlongo, há uma tendência para a valorização do trabalho masculino, pois, nesses dados consultados, em nenhum momento, as mulheres apresentam uma remuneração igual ou superior à recebida pelos homens. Segundo os dados é possível constatar que essa diferença salarial, em média, fixa-se em 26%, o que concretiza a afirmação anterior e nos mostra que na vinícola a força de trabalho masculina tem uma valorização superior a feminina em relação aos salários pagos. Porém, cabe destacar que nesse período de análise e comparação salariais ocorreram variações monetárias, por isso como

⁴⁰ Os dados que faltam não foram encontrados nos registros dos operários.

parâmetro de estudo tomou-se como referência esse números como estavam registrados nas fontes documentais, não sendo realizada atualizações quanto as variações da moeda nacional.

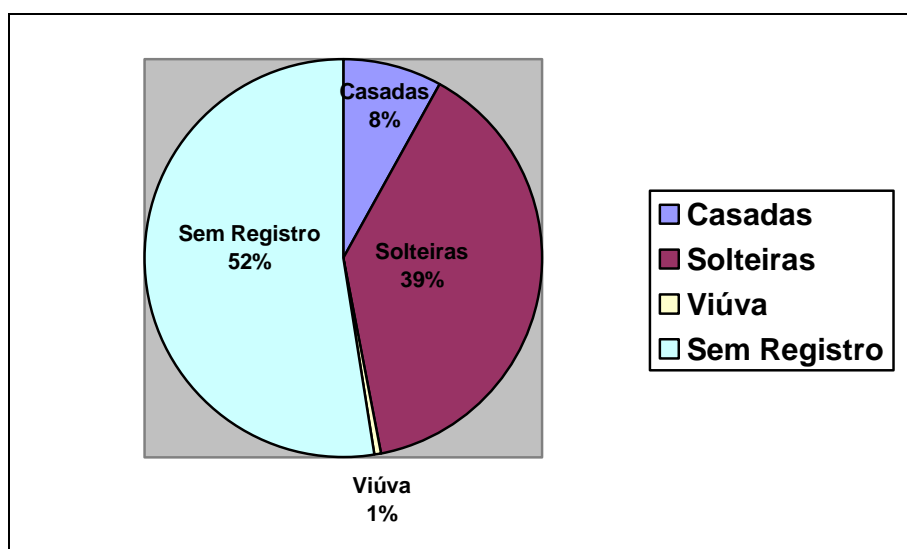
O perfil das mulheres contratadas pela vinícola apresenta algumas particularidades que merecem ser analisadas, como, por exemplo, a que diz respeito à faixa etária dessas trabalhadoras ao ingressarem na indústria. Analisemos o quadro abaixo.

Tabela 18- Idade das operárias da vinícola Peterlongo- 1930- 1966⁴¹.

Faixa etária	Número
13 a 15 anos	19
16 a 20 anos	85
21 a 25 anos	22
26 a 30 anos	4
31 a 35 anos	5
36 a 40 anos	3
41 a 50 anos	6
mais de 50 anos	1
Total	156

Fonte: Livro de Registros dos Operários da Vinícola Peterlongo.

Gráfico 4 – Estado Civil das trabalhadoras da Vinícola Peterlongo.



Fonte: Livro de Registros dos Operários da Vinícola Peterlongo.

⁴¹ Em 31 registros de operárias, não havia data de nascimento.

A situação exposta pelas informações anteriores nos remete à compreensão de que a grande maioria da mão-de-obra feminina ingressava na vinícola ainda muito jovem, na faixa etária entre os 13 a 20 anos de idade. Ao crescer a idade, o número de trabalhadoras diminuía, mantendo-se a preferência de contratação da vinícola por mulheres mais jovens e que ainda não tivessem se casado. Por meio desses dados, é possível dizer que as mulheres também optavam por entrar para o mercado de trabalho industrial quando eram mais jovens e que, posteriormente, se desligavam da vinícola quando passavam à condição de casadas, objetivando retornar às tarefas domésticas, agora em sua própria família.

Outro fator que explica esse perfil jovem da mão-de-obra feminina está ligado ao patriarcalismo, aspecto que estrutura essas famílias e a sociedade em que estão inseridas, como confirmam as conclusões anteriores.

Por vezes, entre as mulheres, ocorria também uma espécie de contrato de trabalho sazonal, ou seja, algumas operárias eram admitidas para trabalhar durante o período do ano de maior produção, entre os meses de novembro a março, momento em que, mulheres com mais idade eram contratadas. Em alguns casos, essa situação se repete por vários anos.

Por fim, mas não menos importante, há o caso de viúvas e mulheres que ingressaram na Peterlongo ainda durante sua juventude e permaneceram até a sua aposentadoria, como é o exemplo dos casos já citados anteriormente das funcionárias C.B.C e I.E. A primeira é uma das primeiras mulheres a serem contratadas pela Peterlongo, ainda no ano de 1929. Permaneceu até o momento em que se casou, retornando, anos depois, em 1941, quando seus filhos já estavam maiores e, depois, mantendo-se no trabalho como fonte maior de renda para o sustento de sua família com o falecimento de seu marido. A segunda também ingressou na vinícola bastante jovem, com 17 anos de idade, no ano de 1942, por causa da influência de seu pai, que já trabalhava na Peterlongo. Como forma de obediência, a operária I.E segue os passos de seu pai, ingressando no trabalho da vinícola. Como ela mesma relatou, em virtude de não ter se casado, permaneceu trabalhando até o ano de 1974, quando pôde se aposentar. Contudo, esses dois casos não se constituem como regra, sendo a minoria dentre os que envolveram a maioria das operárias.

Assim, a força de trabalho feminina da vinícola, ao longo da primeira metade do século XX, constitui-se pela presença de jovens trabalhadoras como ocorre com outras indústrias da região nesse mesmo período: a Metalúrgica Abramo Eberle, em Caxias do Sul, por exemplo, tem um quadro de operárias que vai decrescendo à medida que, a sua faixa etária aumenta. Segundo

Lazzarotto, “a concentração de idade, se realiza entre os 14 e 20 anos, descendo ligeiramente não somente até os 24 anos, mas até a velhice. Não existe a ascensão propalada nos 35 anos”. (1981, p. 123). Sendo assim, fica evidente que grande parte das indústrias da região nordeste do Rio Grande do Sul, no início do século passado, mantinha uma política administrativa que priorizava a inserção e contratação de mulheres jovens, para que houvesse menores possibilidades de se ausentarem por problemas de saúde, ou por terem que cuidar de seus filhos.

3.2.2 Masculina

A mão-de-obra masculina constitui a grande maioria do contingente de trabalhadores da vinícola Peterlongo. Admitidos a partir do ano de 1929, os homens representam a força de trabalho que exerce funções em praticamente todos os setores da vinícola. Desempenham desde o trabalho de cuidado e colheita da uva nos vinhedos próprios da indústria, nos vários setores de produção, até o exercido na administração e na função de vigilância das instalações da Peterlongo, nos turnos diurnos e noturnos. Essa força de trabalho tem sua origem no trabalho rural estabelecido a partir da utilização da propriedade de terra como a unidade produtiva da renda e do sustento familiar, o que contribuiu para que seja empregada em múltiplos setores da vinícola, por possuir conhecimentos que podem ser utilizados e aplicados às necessidades de produção e manutenção apresentadas na indústria.

Tabela 19- Funções exercidas pela mão-de-obra masculina- 1930 a 1966.

Funções masculinas	1930	1940	1950	1960
operário-servente	15	73	89	52
Capataz	2			
auxiliar de escritório	2	8	9	6
Guarda- livros	1			
zelador dos vinhedos	1			
Maquinista	1			
agricultor/cuida operários	1			
perito contador		1		
operador da turma volante		6		
Pedreiro		2	4	5
Vigia		10	3	1
Mecânico		1		
ronda noturno		4	1	
Motorista		1	1	
Carpinteiro			2	
Pintor			1	

Fonte: Livro de registros dos trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo.

No decorrer dos anos, apesar do aumento do número de mulheres inseridas no espaço industrial, os homens sempre representaram a grande maioria da força de trabalho da vinícola Armando Peterlongo. Dos 465 registros de operários fichados desde 1929 até 1966, período temporal no qual se centra este estudo, os homens representam um total de 303 trabalhadores, enquanto as mulheres somam 162 operárias. Isso demonstra que a mão-de-obra masculina ingressou no trabalho industrial com maior força e aceitação do que, por vezes, a mão-de-obra feminina.

Ao analisarmos a caracterização da mão-de-obra industrial, especialmente no que se refere a homens e mulheres, torna-se inevitável uma comparação entre esses dois grupos, porque eles formam os braços utilizados para a produção industrial e têm, em suas funções e seu cotidiano de trabalho, a presença de fatores que os diferenciam e, por vezes, discriminam. Um desses aspectos está na questão salarial. Como explicitado anteriormente, os homens recebem cerca de 26% a mais da quantia paga às mulheres na função de ‘operário-servente’, o que coloca a mão-de-obra masculina em um patamar de valorização e importância superior ao das mulheres. Um segundo aspecto se voltaria para a ocupação de cargos e funções no interior da Peterlongo. Segundo informações documentais, apenas os homens compunham a mão-de-obra empregada para as atividades administrativas, abrindo-se aí uma exceção para as duas filhas de Armando, que possuíam cargos e salários mais elevados, uma como secretária e a outra como enóloga da indústria.

Diferentemente das mulheres, os homens, por exercerem diversas funções na vinícola, recebiam remunerações mensais distintas de acordo com o cargo ocupado e com a sua posição hierárquica. Ao nos reportamos para os dados documentais, podemos estabelecer esse panorama salarial.

Tabela 20- Salários da mão-de-obra masculina de acordo com as funções exercidas em 1948.

Funções	Remuneração
operário-servente	CR\$ 24,00/dia
auxiliar de escritório	CR\$ 100,00/dia
pedreiro	CR\$ 56,00/dia
mecânico	CR\$ 56,00/dia
motorista	CR\$ 35,00/dia
perito contador	CR\$ 240,00/dia
vigia	CR\$ 25,00/dia
pintor	CR\$ 56,00/dia
carpinteiro	CR\$ 56,00/dia

Fonte: Livros de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

Como as funções de auxiliar de escritório e perito contador estavam entre os cargos mais elevados dentre os operários, os trabalhadores que as exerciam mantinham sempre a mais elevada remuneração salarial, dentre todos os outros trabalhadores da vinícola. Já, dentre os operários do setor de produção, havia uma distinção salarial entre os ‘operários-serventes’ e os capatazes ou operadores da turma volante, que eram como chefes desses serventes, tendo a responsabilidade de cuidar da execução do trabalho e delegar tarefas a serem realizadas por eles. Assim, por estarem em uma posição de maior responsabilidade, os capatazes também recebiam mais do que o restante dos trabalhadores da produção. Com a mesma responsabilidade do chefe de produção, estava o supervisor dos trabalhadores dos parreirais da vinícola, chamado, por vezes, de agricultor- cuida operários ou de zelador dos vinhedos. Ele recebia o mesmo salário do capataz responsável pelos operários internos.

Outras funções exercidas pela mão-de-obra masculina também representavam distintos salários, como as de pedreiros, mecânicos, carpinteiros, pintores e maquinistas, que trabalhavam tanto na manutenção de máquinas e equipamentos de produção como na ampliação das áreas de instalações da Peterlongo, ao longo das décadas de 1930 e 1940, especialmente. Os trabalhadores responsabilizados pela vigilância do espaço interno da vinícola e das instalações próximas a ela, como os parreirais, tinham além de uma remuneração diferenciada dos demais, um horário de trabalho também distinto. Devido a esta ser a única função que se mantinha o ano inteiro nos turnos diurnos e noturnos, os funcionários trabalhavam mais de oito horas diárias, e sua carga semanal laboral, estendia-se aos dias de domingo e feriados.

Por fim, a função de motorista ou ‘choufer’, como era denominada nos registros, era exercida pelo trabalhador que ficava à disposição para serviços externos da vinícola, ou para a execução de tarefas solicitadas pela família de Armando. Esses trabalhadores também recebiam um salário diferenciado do pago pelo executado em outras funções masculinas.

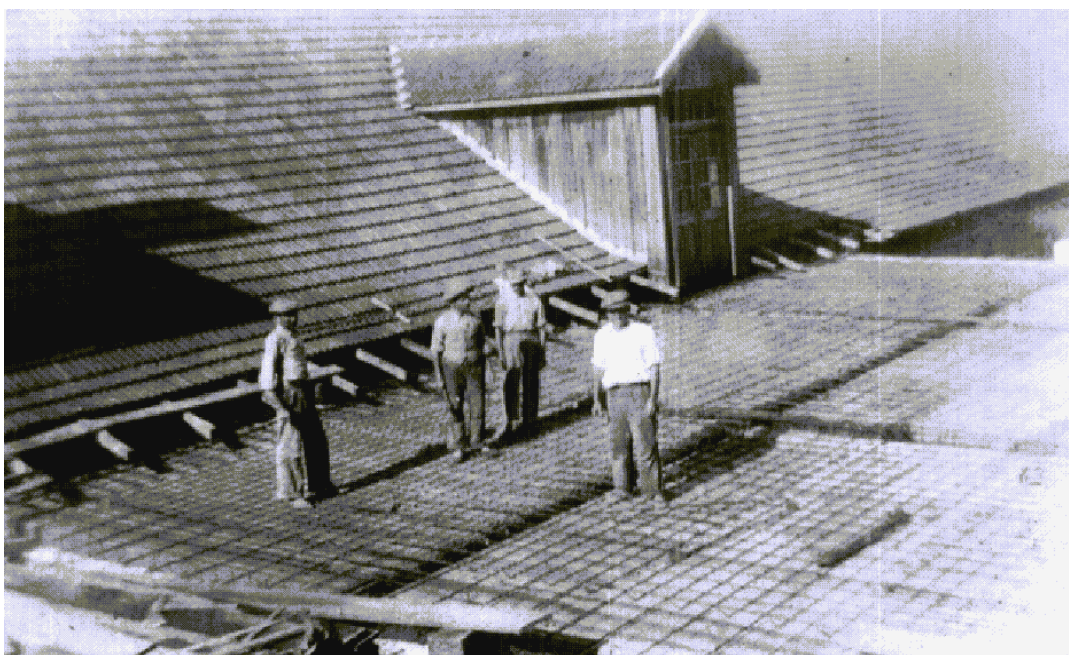


Figura 18: Homens trabalhando na ampliação das instalações da Vinícola (Década de 40). Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

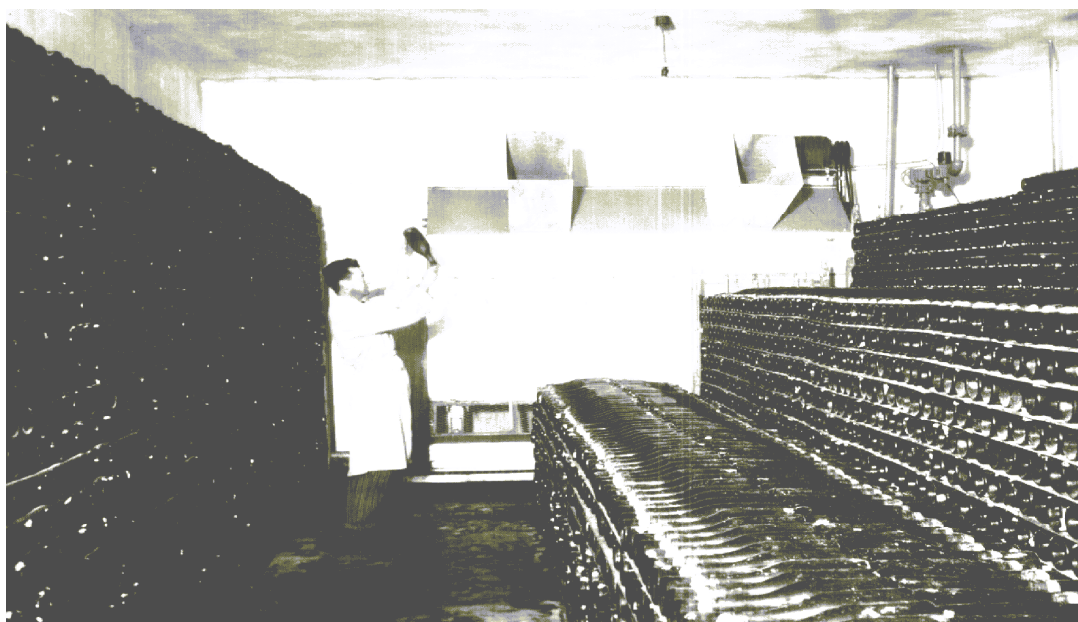


Figura 19: Operário analisando as garrafas de Champanha. Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

Semelhante ao quadro de faixas etárias das mulheres, os homens que trabalham na vinícola também possuem, em sua maioria, uma faixa de idade mais jovem. Pode-se constatar que o contingente maior de trabalhadores do sexo masculino tem sua idade entre os 14 a 20 anos. Logo após, vem o grupo constituído por operários com idade de 21 a 25 anos, que também representa grande parte dos operários e, posteriormente, os de 26 a 30 anos de idade. Segundo esses dados, a situação etária dos trabalhadores passa por um processo de diminuição, de acordo com o seu envelhecimento: quanto maior é a idade, menor é o número de operários na vinícola, perpassando a idéia de que a mão-de-obra mais jovem é a que tem maior aceitação e valorização no espaço industrial da Peterlongo.

Outro dado importante que chama a atenção na caracterização desses operários é o seu estado civil. A partir da faixa etária dos 20 anos de idade, pode-se perceber que a grande maioria dos trabalhadores do sexo masculino é casada e possui filhos. Inseridos em uma sociedade em que as famílias são estruturadas de acordo com os preceitos do patriarcalismo, em que a figura do pai tem como responsabilidade zelar pelo sustento de sua família, os trabalhadores da vinícola têm em seu trabalho na indústria uma das principais fontes de renda para prover as necessidades básicas de seu grupo familiar. Sendo assim, essa seria uma das fontes explicativas para a questão da maior valorização do seu trabalho em relação ao exercido pelas mulheres, por exemplo.

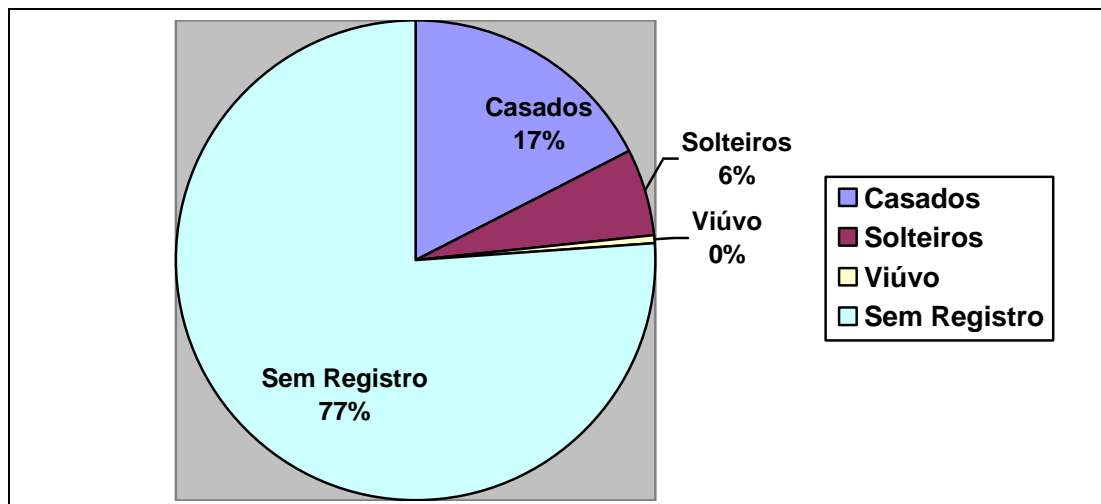
Tabela 21- Idade da mão-de-obra masculina: 1930-1966.⁴²

Faixa etária	Número
13 a 15 anos	7
16 a 20 anos	93
21 a 25 anos	62
26 a 30 anos	39
31 a 35 anos	25
36 a 40 anos	14
41 a 50 anos	13
Mais de 50 anos	7
Total	303

Fonte: Livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

⁴² Em 44 registros de trabalhadores, não estão completos os dados de data de nascimento e idade.

Gráfico 5 - Estado civil dos trabalhadores da Peterlongo.



Fonte: Livro de Registro dos Operários da Vinícola.

Por vezes, a historiografia que trata do mundo do trabalho e da caracterização da mão-de-obra operária tem, como uma de suas maiores preocupações, a análise quanto às diferenças entre os gêneros e suas posições desiguais perante a distribuição de atividades e do pagamento mensal recebido por eles, enfatizando apenas um tipo de mão-de-obra industrial. Como este é um estudo que prioriza compreender esse universo do trabalho sob uma perspectiva familiar, tem como objetivo analisar e apresentar dados que possibilitem o entendimento da família como um todo, presente no espaço industrial, por seus mais variados membros. Ou seja, mostrando que, apesar de compartilhar com as hipóteses explicativas trazidas por essa historiografia, tem a pretensão de demonstrar a importância de todos os tipos de trabalhadores operários, entendendo que a indústria necessitou da admissão de homens, mulheres, jovens e estrangeiros para poder se estabelecer e se desenvolver como uma das principais atividades econômicas do século passado.

3.2.3 Jovem

Na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, o jovem e a criança fazem parte da força de trabalho, espontaneamente, desde seus primeiros anos, quando, muitas vezes brinquedos e trabalho não são separáveis. Segundo a análise realizada por Valentim Lazzarotto, “o trabalho não representa uma ruptura na sua evolução; ele brota do sentimento de solidariedade de pais e

filhos”. (1981, p. 125). Em contrapartida, nos centros onde há processos de industrialização, inserir esses jovens num mundo diferente de trabalho pode romper com suas anteriores estruturas, modificando sua trajetória de vida, como o caso dos trabalhadores jovens da vinícola de Armando Peterlongo.

Esse segmento de trabalhadores da vinícola Peterlongo está inserido no contexto das mãos-de-obra feminina e masculina, pois, diferentemente do que ocorreu nas indústrias Eberle e do Lanifício São Pedro, em Caxias do Sul, por exemplo, essa indústria não realizou contratos de trabalho distintos para esse grupo de trabalhadores, ou pelo menos não pudemos encontrá-los em nossas fontes documentais. Por fundamentar sua força de trabalho a partir da contratação de operários que possuíssem ligações parentais e sociais entre si, o proprietário Armando Peterlongo registrava-os como trabalhadores iguais aos adultos, sem assinar um contrato de aprendiz no trabalho da vinícola. Segundo Lazzarotto, a contratação de jovens como operários industriais está fundamentada nos princípios capitalistas vigentes no século XX. Para ele,

a máquina, ao tornar a força muscular supérflua, permite a utilização de crianças pelo sistema capitalista. A utilização de uma mão-de-obra de pouca idade passa a ser um recurso na execução de uma política mais voltada para a utilização de operários economicamente disponíveis, que permitirão uma remuneração baixa executando tarefas de pessoas adultas. (Lazzarotto, 1981, p. 125).

Como bem explicita Valentim Lazzarotto, os jovens são empregados na indústria com o objetivo de executar as mesmas tarefas designadas para os adultos, cumprindo a mesma carga horária diária de trabalho, porém recebendo um salário menor. No caso da vinícola Peterlongo, não foram encontrados registros de trabalho infantil, como nos casos das indústrias citadas anteriormente. A mão-de-obra jovem⁴³ estava constituída por trabalhadores na faixa etária a partir dos 13 anos de idade. Esses operários eram admitidos na vinícola porque seus pais ou tios já eram trabalhadores contratados pela indústria. Dessa forma, segundo informações das entrevistas realizadas, esses responsáveis davam o seu aval para a contratação desses jovens, por meio de uma autorização informal para Armando Peterlongo, o proprietário da vinícola.

⁴³ Neste estudo, emprega-se o conceito de mão-de-obra jovem para trabalhadores entre a faixa etária dos 13 aos 16 anos de idade. O critério adotado para classificar a mão-de-obra jovem foi devido a essa faixa etária ser a de menos idade entre os operários e também devido a classificação regulamentada pela lei.

Bolsonaro também reflete sobre a questão do trabalho do menor no espaço industrial e da desvalorização de sua força de trabalho perante a sociedade industrial, especialmente em relação a remuneração recebida por seu trabalho. Segundo a autora,

se, na prática, a tendência a desvalorizar a capacidade produtiva do sexo feminino, bem como da criança e do adolescente, se esvazia frente ao emprego crescente dessa força de trabalho nos vários setores industriais, no que diz respeito aos salários, atua –juntamente com a tendência a minimizar as necessidades básicas dessa mão-de-obra –no sentido de desvalorizar a mulher e o menor no mercado de trabalho. (Bolsonaro, 1988, p. 18).

A contratação dessa força de trabalho jovem inicia-se a partir do final da década de 1920, juntamente com a dos primeiros operários, mais especificadamente no ano de 1929. Vejamos os dados de sua admissão e seu número total dentre o contingente de trabalhadores da vinícola Peterlongo, a partir de 1929 até 1966.

Tabela 22- Anos de entrada da mão-de-obra jovem.

Ano	Moças	Rapazes	Ano	Moças	Rapazes
1929	2		1953	7	1
1932	1		1954	1	3
1939	2	1	1957	2	
1942	1		1958	1	1
1943	1		1959		1
1944	2		1960		2
1948	9		1961		2
1949	2	2	1962		2
1950	3		1963		1
1952		1	1964	1	2
			Total	35	19

Fonte: Livros de registros de operários da vinícola Armando Peterlongo.

Como é possível constatar, a mão-de-obra jovem, situada dentro da faixa etária dos 13 aos 16 anos de idade, não representa um número muito significativo se comparado ao número total de trabalhadores, ou seja, segundo os dados acima, essa mão-de-obra constitui cerca de 12% do total do contingente de trabalhadores. No contexto de aproximadamente 35 anos, aparecem apenas 35 registros de jovens mulheres e 19 registros de trabalhadores jovens do sexo masculino, num total, nesse período, de 465 operários em toda a vinícola. Sendo assim, apesar de estarem presentes e de sua admissão ter sido efetuada ao longo de três décadas, o contingente representativo de jovens não apresenta grande força na formação da mão-de-obra como um todo, apesar de se

constituir de grande valia para a produção, visto que esses jovens executam as mesmas tarefas dos operários de mais idade e perfazem a mesma carga horária diária.

Contudo, se compararmos essa realidade da vinícola Peterlongo com outras indústrias da região, como por exemplo, com a metalúrgica Eberle de Caxias do Sul, percebe-se que o número de trabalhadores menores de idade é maior. Valentim Lazzarotto em seu estudo sobre essa indústria mostra que, de acordo com as fontes documentais da metalúrgica, havia trabalhadores jovens com oito e dez anos de idade trabalhando sob influência de seus pais. Essa é uma realidade que não foi identificada na Peterlongo, pois os mais jovens operários são de treze anos de idade. Nesse sentido, Lazzarotto coloca que, “o jovem com menos de 14 anos estaria nessa situação por representar um investimento em uma mão-de-obra economicamente excedente e que inicialmente seria produtivo nas tarefas mais simples e que não exigissem experiência.” (1981, p. 125).

O que chama a atenção nesse grupo de trabalhadores é que, segundo os dados documentais e o depoimento de I.E, essa força de trabalho jovem não era considerada dessa forma, pois constituía um grupo de trabalhadores como os demais e a única diferença entre eles é que, para a sua contratação, era necessária a autorização verbal de seu responsável. Como destaca a entrevistada, “...*Não, tudo de maior idade. A maior idade aquela época era 16 anos. Lá, podia entrar com 16 anos, menos não. Ele nem queria criança lá. Botar uma criança pra aprender lá numa garrafa de champanha. E se estourar a garrafa de champanha e ele bater numa outra? Que ele se machucar? Pode até morrer! Não, não pode. É um serviço perigoso lá, pra dizer a verdade...*”.

De acordo com as memórias da ex-operária, não era aceito o trabalho infantil na vinícola e a contratação era feita apenas a partir dos 16 anos de idade, que seria considerada a faixa etária da maioridade e de habilidade para o trabalho. Entretanto, os dados documentais mostram informações contrárias a essas afirmações da entrevistada, pois existiam trabalhadores com 13, 14 e 15 anos de idade, executando as funções produtivas da Peterlongo. Esse aspecto nos permite dizer que as memórias podem demonstrar pontos de fragilidade, pois, como analisa Alistair Thomson (1981), elas podem estar suscetíveis à nostalgia própria da idade avançada, às tendências pessoais do entrevistado e às influências de versões e retrospectivas do passado. Mas, por outro lado, as memórias nos reportam a uma compreensão do vivido por meio da interação que o entrevistado consegue realizar entre seu tempo presente e suas vivências passadas em sua

narrativa factual. Sob essa ótica, as memórias são utilizadas nesse estudo como fonte histórica que proporciona ao pesquisador recompor e reconstruir as reminiscências registradas pelos entrevistados ao longo do tempo.

Voltando ao trecho da fala de I.E, outro aspecto de destaque está nas condições de trabalho por ela relatada. Segundo a ex-operária, a situação cotidiana enfrentada pelos trabalhadores no interior da vinícola seria uma hipótese explicativa para a não-presença de menores no interior da indústria, já que os trabalhadores ficavam em contato constante com as garrafas de vidro, o que representa situações de perigo de acidentes de trabalho. De acordo com registros documentais encontrados, os operários estavam suscetíveis a passar por situações perigosas e de risco em seu trabalho, pois era comum estourarem garrafas de vidro, ocorrerem problemas em máquinas ou até mesmo no carregamento e descarregamento de caminhões. Mas será que essa era uma das preocupações da família empresária? Bem, essa é uma das questões que tentaremos responder e compreender ao longo desse capítulo.

Apesar de os dados descritos serem reais, extraídos de fichas de registros de operários no momento de admissão desses jovens na Peterlongo, eles colocam o pesquisador frente a questionamentos como estes: será que são apenas estes os operários jovens? Será que estes números condizem com a vivência dos trabalhadores? Na realidade, não temos dados quantitativos que nos possam apresentar a situação de trabalho no interior da vinícola e, tampouco, os que possuímos nos mostram a sua participação como força de trabalho presente nos setores de produção industrial, pois muito dessa documentação foi queimada e extraviada durante administrações passadas.

A inserção da mão-de-obra jovem na Peterlongo está ligada aos interesses não só de familiares como do empresário. Isso porque, para a indústria, essa mão-de-obra exerceria as mesmas funções designadas a operários adultos, integrando o contingente de trabalhadores sem maiores dificuldades. Já para a família, a inserção, no espaço industrial, dessa força de trabalho de que dispunha representava um aumento da renda familiar, visto que a anterior unidade produtiva- a propriedade de terra- não era mais suficiente para manter a subsistência de todos os membros da família, que, assim, necessitava disponibilizar sua mão-de-obra para a indústria.

3.2.4 Estrangeira

A mão-de-obra estrangeira representou, dentre o contingente total de trabalhadores da vinícola Peterlongo na primeira metade do século XX, uma pequena parcela, que, nem por isso, merece ser ignorada. Dos 465 registros documentais de contratação de operários que foram analisados, os estrangeiros estão representados apenas por quatro trabalhadores, três do sexo masculino e um do sexo feminino. São eles M.T.S., contratada em 18 de agosto de 1940, V. M, admitido em 01 de dezembro de 1943, R.M., admitido em 13 de outubro de 1959 e L.M admitido em 09 de março de 1964.

Devido à fragilidade dos dados documentais referentes a esse grupo de trabalhadores, é possível ter o conhecimento apenas de seu país de origem, mas não de suas localidades em específico. Oriundos da Itália, esses trabalhadores são contratados pela vinícola Peterlongo, a partir da década de 1940, para exercer as funções de ‘operário-servente’, pedreiro e a de ‘auxiliar de escritório’.

Tabela 23- Informações gerais da mão-de-obra estrangeira.

Nome	Nacionalidade	Idade	Admissão	Função	Salário	Estado civil
V.M.	italiana	31 anos	01/12/43	operário-servente	CR\$ 1,50/hora	casado
M.T. S	italiana	23 anos	18/08/40	operário-servente	CR\$ 0,80/hora	solteira
R. M	italiana	17 anos	13/10/59	aux. de escritório	CR\$ 4.900,00/mês	solteiro
L. M	italiana	51 anos	09/03/64	pedreiro	CR\$ 280,00/hora	casado

Fonte: Livros de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

Na análise da força de trabalho estrangeira, é possível identificar que, apesar de serem oriundos do mesmo país, não se caracterizam da mesma forma no interior da Peterlongo. Isso porque, ao ingressarem no trabalho industrial, ocuparam funções distintas de trabalho, recebiam distintas remunerações salariais e estavam distribuídos por variados setores da produção e administração da indústria. Outro aspecto que os torna um grupo com características heterogêneas, é o que diz respeito à faixa etária desses trabalhadores quando são contratados para exercer funções laborais nesse espaço de trabalho. Percebe-se que esses são dados extremos, isto é, englobam desde operários com 17 anos até 51 anos de idade, o que demonstra não ser a idade um aspecto de exclusão e de não-contratação, nesse caso em especial. Por esses trabalhadores possuírem distintos conhecimentos laborais, pode ser que para a vinícola Peterlongo, esse seja um

ponto favorável, em virtude de sua experiência e vivência na prática dessa atividade por um período maior de tempo.

Sendo assim, ao tratarmos desse grupo de trabalhadores estrangeiros tivemos que realizar uma análise qualitativa dos dados por representarem apenas quatro casos dentre os 465 registros pesquisados, diferentemente do que realizamos em relação aos outros agrupamentos de trabalhadores que procuramos analisar de forma quantitativa.

Ao nos reportamos à mão-de-obra estrangeira da vinícola, cabe dizer que esse grupo de trabalhadores não foi admitido ao trabalho em um mesmo ano ou em uma mesma década. Suas distintas características quanto à força de produção podem estar relacionadas a sua própria inserção nessa indústria e ao momento de sua inserção. Se tomarmos os casos de M.T.S e L. M., por exemplo, percebemos que, no que diz respeito à sua importância para esse estabelecimento industrial bem como ao período em que foram admitidos, sua função e idade, ao ingressar, são completamente diferentes. Isso nos permite concluir que essa mão-de-obra tem sua importância para a indústria, mas não em um mesmo período e nem em uma mesma função e setor de produção laboral.

3.3 As redes sociais e de parentesco

Uma das particularidades que caracterizam a mão-de-obra operária da vinícola Peterlongo é a sua relação com a formação de redes sociais e de parentesco entre si. Essas redes são formadas a partir da presença de membros de grupos familiares no interior do espaço industrial, favorecendo a entrada de outros indivíduos que pertencem à mesma família ou que tenham algum vínculo social com esses operários. Segundo Zonabend, “[...] o parentesco constitui a instituição social chave, aquela que estrutura o grupo, regula a residência, organiza o modo de transmissão dos haveres e saberes e define as formas da aliança matrimonial.” (1996, p.14).

Assim, o parentesco constitui-se como um fenômeno social que tem funções de ordem simbólica, ou seja, está submetido a própria concepção, ao biológico e ao aspecto social que permeia o cotidiano de cada indivíduo. De acordo com o estudo trazido por Zonabend, que parte dos conceitos definidos pelo sociólogo Claude Levi-Strauss, em seus clássicos trabalhos sobre estruturas de parentesco, a parentela se define como, “o grupo apenas se define por referência a

um indivíduo; tratando-se pois de um grupo pessoal, ele compreende todas as pessoas com as quais esse indivíduo reconhece ter um parentesco.” (1996, p.51). Dessa forma, as relações de parentesco são a configuração parental que constitui um grupo social ao qual cada indivíduo está agregado e que o apóia de acordo com suas necessidades.

Segundo Kertzer e Barbagli, podemos compreender as relações de parentesco como um fenômeno social que se faz presente nos países que possuem uma tradição cristã, isto é,

o grupo familiar, mesmo quando limitado à família nuclear ou à família extensa de três gerações, não está nunca isolado nas suas atividades relacionadas com a parentela ou com o clã. O indivíduo tem sempre o sentimento de pertencer a um grupo maior do que a sua família; sabe que pode contar com os parentes ou aliados, bem para além dos limites de sua aldeia. (Kertzer e Barbagli, 2004, p. 63).

Alguns fatores podem ser pontuados como princípios norteadores para a formação dessas redes sociais e de parentesco a partir da ocorrência de migrações internas da população, como os movimentos intermunicipais e os de regiões rurais para regiões urbanas segundo os interesses maiores de cada indivíduo. No caso, em especial, da cidade de Garibaldi, esses movimentos da população ocorrem, principalmente, em virtude da busca por vagas de trabalho na indústria, pois, como analisado anteriormente, essa força de trabalho origina-se das áreas rurais.

Os movimentos migratórios do campo para a cidade, que objetivam a busca por maiores oportunidades de trabalho ampliadas pela industrialização, possuem relações diretas com as estratégias traçadas pela instituição familiar. Como afirma Garcia Abad,

las migraciones se han explicado en el seno del ámbito familiar como estrategias de adaptación o de maximización que se adoptan en el seno de la familia para adecuar sus recursos humanos a realidades económicas y sociales cambiantes.
(Garcia, 2004, p. 13).

A família, como instituição social organizadora dos indivíduos, tem responsabilidade perante a participação e inserção de seus membros no movimento migratório, pois parte dela a decisão de migrar, de disponibilizar sua força de trabalho à indústria e de deixar a produção agrícola da pequena propriedade, como única forma de renda e sustento, para buscar novas possibilidades em centros urbanos, por exemplo. Segundo Garcia Abad, “la familia es la unidad decisora, sufradora de gastos y receptora de beneficios, que adopta diferentes estrategias dependiendo del ciclo vital en el que ésta se encuentre, ante las nuevas realidades demográficas y económicas.” (2004, p. 14). É da instituição familiar que parte a tomada de decisão para que

todos seus membros migrem para centros urbanos, ou que apenas alguns deles possam participar desse processo, de acordo com as necessidades e prioridades de cada família em especial.

A vinícola Armando Peterlongo, como uma indústria capitalista, ajudou a acelerar o processo de saída do campo pela absorção de mão-de-obra disponível, proveniente não só das regiões rurais da própria cidade de Garibaldi como também de outras cidades e de regiões próximas e também distantes. Por meio dos dados colhidos nos arquivos da vinícola, foi possível localizar as cidades de origem, a partir do que o fenômeno da ‘migração industrial’⁴⁴ se tornou mais concreto.

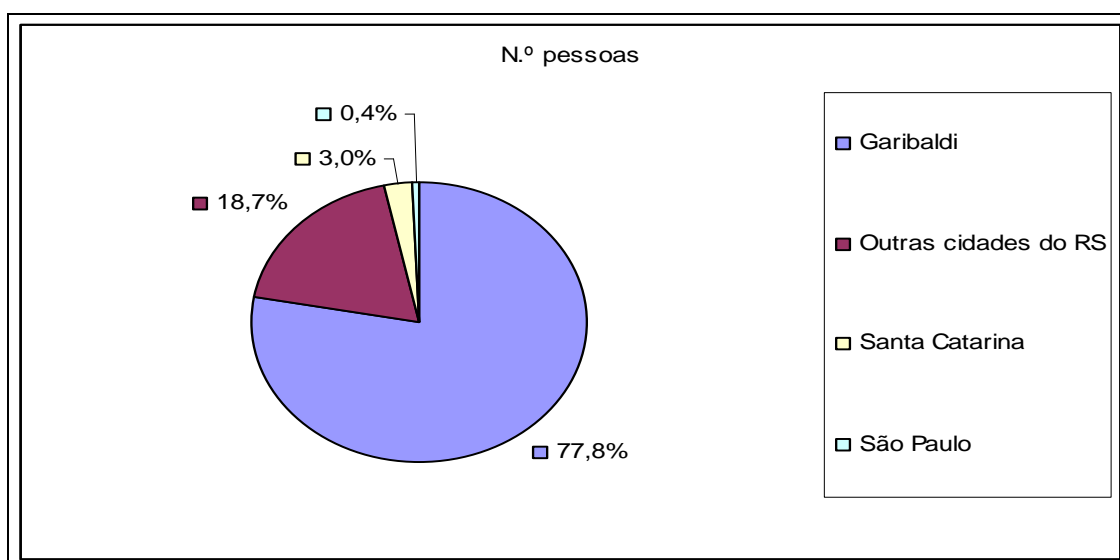
⁴⁴ Termo utilizado por Valentim Lazzarotto, para explicar o movimento migratório de áreas rurais para áreas urbanas e sua relação com a Metalúrgica Abramo Eberle em Caxias do Sul, durante o século XX.

que não têm indústrias ou que não dispõem de boa estrutura agrária ou comercial”. (1981, p. 67). É o que parece que ocorreu, em alguma medida, com essas cidades de origem dos trabalhadores da Peterlongo.

Apesar de receber pessoas vindas de várias cidades e regiões do Estado e de fora dele, a cidade de Garibaldi foi responsável pelo provimento da grande maioria dos proletários empregados na Peterlongo, pois, pelo fato de a vinícola se constituir como a maior indústria da cidade até meados do século XX, representava um grande ponto de atração para a mão-de-obra jovem e feminina cuja função era o auxílio na renda familiar. Essa força de trabalho da própria cidade vinha de bairros próximos à indústria e também de regiões mais interioranas, como distritos e bairros mais afastados do centro da cidade. Como destaca I. E, “...tinha muita gente da colônia que trabalhava ali com nós. Muita gente veio da colônia, morava pra cá pra trabalhar na firma. Sim, que nem hoje, quanta gente não vem da colônia, que eles vêm trabalhar aqui, quanta gente. Sim, e daí ganhava mais. Era um salário fixo. E então, ali, era uma coisa boa, ali pra eles. Enfim trabalhava até marido e mulher, E eles vinham porque não tinham emprego. Eles vinham pra trabalhar. Não tinham emprego. Emprego não era assim fácil pra arrumar...”.

Vejamos os dados quantitativos de forma mais detalhada, por meio do gráfico que segue:

Gráfico 6 - Local de origem dos trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo.



Fonte: Livro de registros de operários da vinícola Armando Peterlongo.

Como vimos, a força de trabalho da vinícola Peterlongo origina-se de distintas e variadas regiões. Mas o que isso tem a ver com a formação de redes sociais e de parentesco? Bem, esta é uma questão que procuraremos responder a partir de agora.

A partir desses movimentos migratórios dos trabalhadores, chegados à cidade de Garibaldi e admitidos no emprego industrial, a obtenção de trabalho, pelo menos na Peterlongo, tornava-se mais fácil para outros membros da mesma família desses operários ou de grupos parentais e familiares próximos. Isso ocorria devido à política empresarial adotada pela administração de Armando Peterlongo, que priorizava a contratação de operários que mantivessem relações sociais e de parentesco com algum trabalhador anteriormente contratado, para que pudesse conhecer sua procedência. Essa também seria a forma encontrada por Armando para manter a vinícola ainda sob moldes familiares, em relação a seus proprietários e operários. Um outro trecho da fala de I.E. elucida essa realidade: “...*ele gostava, sim. Porque ele sabia os familiares, conhecia as pessoas, conhecia os familiares...*”. Seguindo, na maioria das contratações, essa lógica de seleção para os candidatos ao trabalho na vinícola, Armando conseguiu estruturar a força de trabalho empregada em trabalhadores que mantinham relações sociais entre si, as quais haviam sido estabelecidas anteriormente à sua entrada na vinícola. Como destaca Franco Ramella, “la fisonomía social de los individuos fue definida empíricamente a partir de las relaciones personales que éstos entrelazan y activan, las cuales delinean así las redes sociales en las que concretamente se encuentran insertos.” (1995, p. 14). É a partir da formação dessas redes que os indivíduos são favorecidos para que ocorra a sua inserção no mundo do trabalho industrial de forma mais facilitada.

Cabe chamar a atenção do leitor que, quando falamos em redes, sejam elas sociais ou de parentesco, estamos nos reportando para o conceito definido pela pesquisadora Rocío García Abad (2004). Para ela, as redes sociais podem ser definidas como “el conjunto de vínculos sociales y económicos establecidos entre emigrantes y no imigrantes que favorecen la inserción y desenvolvimiento de los emigrantes potenciales en el lugar de destino a través de relaciones de parentesco, amistad...”. (p. 15). Ou seja, as relações sociais estabelecidas entre os imigrantes e emigrantes, por exemplo, se faziam de extrema importância para a tomada de decisão de imigrar e para a sua inserção no novo território a ser habitado e o mesmo acontecia com os trabalhadores da vinícola Peterlongo, pois essas redes eram de grande valia, na medida em que, propiciavam

aos indivíduos que ainda não haviam sido contratados pela indústria ter maiores oportunidades devido à indicação ao trabalho de parentes, amigos e conhecidos próximos.

Os estudos de Scott e Truzzi também apontam para essa mesma perspectiva, pois segundo eles as redes sociais “fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para se estudar ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos.” (2006, p. 5). Da mesma forma como as redes sociais foram de grande valia para os indivíduos que participaram de movimentos migratórios internacionais, durante o século XIX, como enfatizam os pesquisadores acima citados, elas também são instrumentos importantes para as migrações de curta distância, das quais participaram os trabalhadores da vinícola Peterlongo, durante a primeira metade do século XX. Isso porque são responsáveis pela tomada de decisão dos trabalhadores em sair de suas cidades e rumar para Garibaldi, bem como de se inserir no espaço industrial, por meio das influências advindas da formação dessas redes com indivíduos que os pudessem auxiliar nesse contexto.

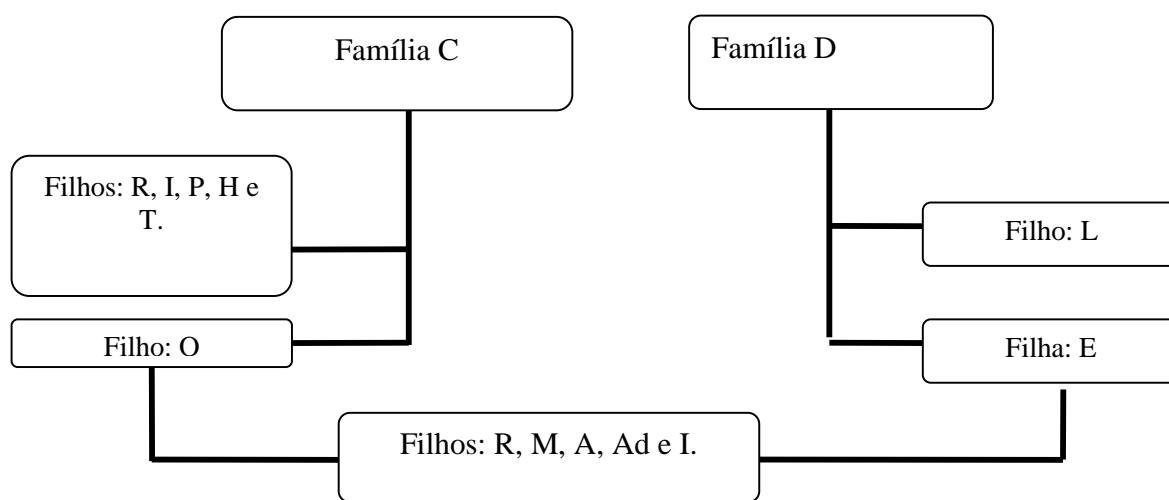
Sob essa ótica, é possível definirmos a vinícola Peterlongo, como uma indústria familiar, visto que a sua administração estava nas mãos da família de Armando Peterlongo e o seu setor de produção era composto por operários que estavam ligados entre si por vínculos de parentesco e amizade, estabelecidos por meio de redes sociais por eles formadas anteriormente; realidade retratada pelos registros documentais de contratação dos operários que mostram a presença de famílias no espaço industrial da Peterlongo, por meio do registro de pais, mães, filhos, tios, sobrinhos e etc, como trabalhadores dessa mesma indústria.

Como já destacamos, outro fato interessante nesse contexto social de formação de redes sociais e de parentesco entre os operários da Peterlongo é a união de outras famílias operárias por meio da realização de casamentos entre muitos dos trabalhadores. Os dados documentais mostram que, entre os operários mais jovens, havia a ocorrência de uniões cíveis, a partir do trabalho cotidiano entre os sexos, o que nos mostra que as redes sociais se tornam presentes ao longo das gerações, pois, com esses casamentos, os filhos desses casais, quando se tornavam jovens, também se direcionavam para trabalhar na vinícola, como seus pais o haviam feito e, em alguns casos, ainda o faziam, no momento dessas contratações.

Tomemos como exemplo o caso dos operários O e E. Após se conhecerem no interior da vinícola, durante a década de 1940, por estarem em setores próximos e ocuparem a função de

‘operário-servente’, casaram-se e tiveram seus filhos também trabalhando na Peterlongo na década de 1960, como é possível perceber através da genealogia representada a seguir:

Tabela 24- Genealogia da família C e D.



Por meio dessa representação temos um exemplo concreto da influência que as redes sociais de relacionamento exerciam sobre os indivíduos e o quanto constituíam-se como elementos caracterizadores do espaço industrial e familiar a que pertenciam esses trabalhadores.

3.4 A política empresarial

Semelhante a outras indústrias da região, tais como o Lanifício São Pedro e a Metalúrgica Abramo Eberle da cidade de Caxias do Sul, a política adotada pela vinícola Armando Peterlongo seguia moldes paternalistas. Segundo Herédia, “a política empresarial adotada pela fábrica através de seus diversos gerentes, tinha como meta principal a imobilidade da mão-de-obra familiar e a manutenção do lanifício através de um circuito sustentado pela rede de parentesco.” (1997, p. 173). Como foi possível perceber nas entrevistas realizadas, durante a administração de Armando Peterlongo, uma de suas práticas paternalistas está na estratégia de construção de casas

para os operários da vinícola e suas famílias. Localizadas próximas à indústria, elas seriam quitadas por meio de descontos mensais nas folhas de pagamento do operário, que pagaria seu financiamento a Armando sem o acréscimo de juros, o que representaria saldar apenas o valor combinado inicialmente. Essa seria uma forma de diminuir a mobilidade da força de trabalho, já que os trabalhadores que aceitavam esse benefício mantinham um compromisso de pagamento por meio de seu trabalho na vinícola.

Ao longo da primeira metade do século XX, a vinícola Peterlongo passou por apenas duas administrações: a primeira, de seu fundador Manoel Peterlongo Filho, que se estendeu de 1915 a 1924, e a segunda, de seu filho Armando, de 1924 a 1966.

No decorrer da primeira administração, Manoel apenas se dedicou à produção de champanhas para consumo próprio e de alguns familiares e amigos próximos. Sustentou sua cantina sob os moldes de uma pequena fábrica familiar e doméstica, visto que as instalações de seu estabelecimento eram no porão de sua casa e a mão-de-obra era de sua esposa e filhos, não havendo contratação de funcionários. Essa primeira fase da vinícola Peterlongo é caracterizada por uma pequena projeção tanto de produção quanto de venda e consumo de seus produtos. Com o falecimento de Manoel, em 1924, quem assume o negócio da família é Armando.

A partir da administração de Armando Peterlongo, inicia-se um período de desenvolvimento da indústria e de inclusão de mão-de-obra operária, pois este começa a investir capitais financeiros para a construção de instalações próprias para a vinícola, como também para a compra de máquinas apropriadas e contratação de operários, visando à ampliação das vendas de seus produtos.

Por meio dessa administração, que visava tornar a vinícola uma indústria de portes regionais e nacionais ampliando sua atuação para além da esfera local, Armando ainda tinha a intenção de mantê-la sob os moldes familiares, ou seja, sob os cuidados de sua família e com um contingente de trabalhadores que estivessem ligados entre si por laços sociais e de amizades. Sendo assim, essa é a estrutura interna de produção da vinícola que se sustenta ao longo de toda a sua administração.

A escassez de emprego na cidade de Garibaldi e na região era um dos fatores que justificava a baixa mobilidade da mão-de-obra. A vinícola era a principal atividade econômica industrial da cidade e ter que trabalhar em outra indústria significaria ter que se deslocar de cidade. Aos poucos, com o surgimento de novas indústrias e com o crescimento de outras

pequenas fábricas, começou a se expandir o leque de possibilidades de emprego para esses trabalhadores. Entretanto, pelo menos até a década de 1960, a Peterlongo era a maior indústria da cidade e a que tinha melhores condições financeiras de reter um número mais elevado de operários em seu espaço de trabalho.

O fato de a vinícola ter a sua força de trabalho centrada na família, possibilitava ao proprietário industrial exercer vários tipos de controle. Como coloca Herédia,

primeiro o controle da força de trabalho familiar através do controle do pai, das exigências de um produtivo trabalho por parte de todos do grupo; a possibilidade do grupo aceitar o salário, pois a soma de todos parece razoável; o controle da habitação por parte da fábrica, pois à medida que abrigava uma família racionalizava espaços. (Herédia, 1997, p. 178).

Como fica evidente, a política paternalista adotada pela vinícola Peterlongo, assemelha-se em muitos aspectos à da política adotada pelo Lanifício São Pedro, em Caxias do Sul-analisada por Vânia Herédia-, nesse mesmo período: as duas indústrias mantinham sua administração centrada em laços de sociabilidade e parentesco e sua mão-de-obra era formada por grupos parentais, legitimados pela presença de famílias, como constituintes da força de trabalho empregada.

Como analisado anteriormente, um dos critérios adotados na escolha e contratação de novos operários era a preferência por pessoas que tinham familiares e amigos que já trabalhavam na vinícola. Esse critério implicava manutenção das relações de parentesco e do grau de relações pessoais, como forma de controle na esfera fabril, o que acarretava a formação de vínculos entre os operários e o patrão bastante fortes, pois havia a preocupação, entre os operários, em manter os integrantes de sua família, com a imagem de bons trabalhadores, para que a manutenção do emprego se propagasse e, assim, pudesse ser assegurada também a garantia de renda da família.

De acordo com Herédia, “apesar da inexistência de leis trabalhistas, que regulassem de maneira uniforme e global o mercado de trabalho, antes de 1934, cabia a cada fábrica estabelecer as suas regras no momento do contrato.” (1997, p.179). A vinícola não tinha o costume de estabelecer contratos de trabalho por tempo determinado. Cada operário tinha a liberdade de pedir sua demissão no momento que lhe parecesse mais conveniente, tanto que, em todos os registros consultados, no momento da saída do trabalhador da vinícola, está descrito se foi demitido e as causas e, se pediu demissão, é escrita a frase: “Deixou a fábrica por sua livre e espontânea vontade.”

Essa política paternalista adotada e praticada por Armando Peterlongo, por vezes, se assemelhava à prática patriarcalista em que estavam estruturadas as famílias dos trabalhadores, sendo até mesmo confundida por eles. Os operários estabeleciam a mesma relação de autoridade e submissão que estavam acostumados a seguir em sua família, na obediência à figura de seu pai. Como relata I.E, “... *Ele tratava a gente como se fosse filho dele. Ele sempre dizia- Vocês são todos meus filhos. Vocês não são meus empregados, vocês são meus filhos. Então vamos trabalhar junto, vamos fazer junto. E todo mundo seguia certo...*”.

Dessa forma, ao analisarmos as fontes orais, é possível constatar que a mentalidade do operário da vinícola foi decorrente da política adotada pela indústria, da qual o trabalhador se sentia parte, como se ele também fizesse parte de um patrimônio coletivo. O reflexo dessa mentalidade era o trabalho contínuo, submisso e comprometido, como se a fábrica lhe pertencesse.

3.5 Tempo de permanência e funções de trabalho

Uma das características marcantes da força de trabalho da vinícola é o tempo de permanência dos operários. Em sua maioria, os trabalhadores se mantinham na Peterlongo por um período de um a cinco anos, por vezes, deixando a fábrica por motivos de saúde, de casamentos, por encontrar um outro emprego, ou até por ter diminuído a produção, mas muitos retornavam, tempo depois para continuar exercendo suas funções nesse espaço industrial.

É comum encontrar mais de um registro de cada operário, pois muitos deixavam o trabalho na vinícola por algum tempo e, após retornavam, em uma espécie de trabalho sazonal. No período de maior produção, entre os meses de agosto e dezembro, percebe-se que ocorre um número maior de contratações. Alguns permanecem até o final desse período e saem da vinícola, e outros permanecem trabalhando. Como destaca I.E, “...*Mais ou menos começava a pegar em agosto. Os funcionários que vão entrando, os novatos, pegavam em agosto (...). Então, ficavam com gente nova muitas vezes, ficava porque precisava. Então, ficavam com novatos. Então, esses eram efetivos. E agora, se não precisasse, não. Mas a maior parte ficava gente. Porque, muitas vezes, ou casavam as gurias ou iam embora, trocavam de serviço, sabe. Sempre tem gente que sai. Então, já pegam os novatos, as pessoas novas...*”.

Como a vinícola Peterlongo passou, durante a administração de Armando, por um período de grande desenvolvimento econômico, chegando a exportar produtos para os Estados Unidos, na década de 1940, as contratações continuavam a ocorrer pelo ano inteiro.

Tabela 25 - Contratações de operários por décadas.

Ano	Nº de homens	Nº de mulheres	Total
1930	23	15	38
1940	104	86	190
1950	114	45	159
1960	62	16	78
Total	303	162	465

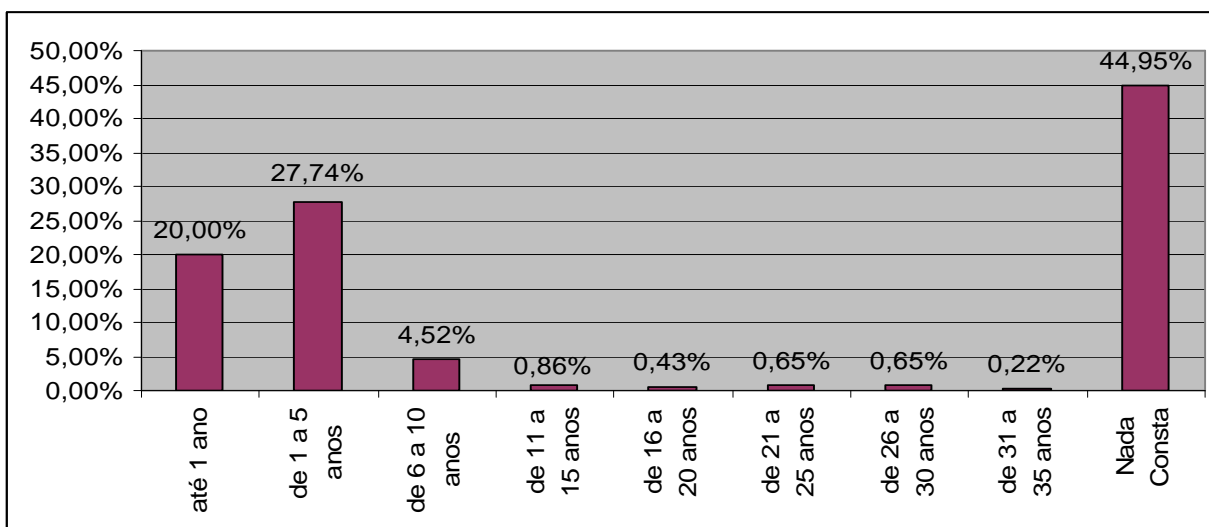
Fonte: Livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

Tabela 26 - Tempo de permanência dos operários na vinícola Peterlongo-1930-1966.

Tempo	nº	%
até 1 ano	93	20,00%
de 1 a 5 anos	129	27,74%
de 6 a 10 anos	21	4,52%
de 11 a 15 anos	4	0,86%
de 16 a 20 anos	2	0,43%
de 21 a 25 anos	3	0,65%
de 26 a 30 anos	3	0,65%
de 31 a 35 anos	1	0,22%
Nada Consta	209	44,95%
Total	465	100%

Fonte: Livro de registros dos trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo.

Gráfico 7- Tempo de permanência dos operários.



Fonte: Livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

Dentre esses trabalhadores contratados ao longo das décadas de 1930 a 1960, é possível verificar que 20%, permanece até um ano. Esses dados comprovam o que anteriormente foi analisado: muitos operários são admitidos por um determinado período, em uma espécie de trabalho sazonal, isto é, apenas durante os meses de maior produção da vinícola. Entretanto, no momento em que a vinícola inicia novamente as contratações, muitos retornam para exercer as mesmas funções anteriores. Por outro lado, constata-se também que há um número considerável de operários que se mantêm na Peterlongo por períodos maiores de tempo, chegando até a se aposentar na função de trabalho na vinícola, por tempo de serviço prestado. Um exemplo claro dessa situação é o da ex-operária I.E, que foi admitida no ano de 1942 e permaneceu na Peterlongo até o ano de 1974, quando se aposentou. Ao ser questionada, durante a entrevista, se o trabalho na vinícola Peterlongo teria sido o único em sua vida ativa como trabalhadora industrial, relatou: *“O único. Trabalhei em tudo lá dentro. Trabalhei desde o pequenininho até o mais alto. No fim, eu era capataz geral.”*

Como relata a ex-operária, para alguns dos trabalhadores que permaneciam por tempos maiores ou até mesmo por toda a sua vida economicamente ativa na Peterlongo, eram dadas oportunidades de alcançar funções com maiores responsabilidades e salários melhores. Já os que eram contratados temporariamente, e que tinham idas e vindas no trabalho da vinícola, no momento em que voltassem à indústria, reassumiriam, na maioria dos casos, as mesmas funções que, em geral, eram de ‘operário-servente’.

Até 1940, dos registrados, nenhum deles permaneceu na vinícola por menos de 10 anos, havendo operários que chegaram a 30 anos de serviços prestados. Já a partir dos anos de 1945, essa porcentagem começa a baixar consideravelmente, não mais caracterizando a mão-de-obra por sua permanência, mas, sim, pela sua imensa rotatividade. Esses dados, portanto, reforçam a hipótese de que os operários fichados no início pertenciam ao grupo muito próximo aos familiares, o que explicaria que tantos anos de permanência na indústria estariam relacionados ao estabelecimento de fortes ligações econômicas e afetivas. Em contrapartida, à medida que, os anos vão passando e essas ligações começam a se distanciar, de algum modo, isso reflete diretamente na permanência desses trabalhadores no espaço industrial de trabalho.

Cabe dizer também que, a partir da década de 1950, apesar de a vinícola Peterlongo se manter como a principal indústria da cidade, o setor industrial se amplia por meio do surgimento de novas indústrias que se destinam a produções variadas. Dessa forma, abrem-se novas oportunidades de emprego aos trabalhadores da cidade, mesmo que em pequenas proporções. Da mesma maneira, outro fator de grande influência nesse contexto industrial é a questão da remuneração salarial, que, para muitos, é fator determinante para permanecer ou não na Peterlongo. Segundo os dados documentais, esse pode ser mais um aspecto explicativo para a rotatividade de operários, juntamente com os aspectos anteriormente elencados.

3.6 A questão salarial

A vinícola Peterlongo foi uma das primeiras grandes indústrias da região, especialmente das cidades de Garibaldi e Bento Gonçalves. Ser operário dessa indústria significava um certo prestígio social, pois, no final de cada mês, era pago um valor salarial que lhes oferecia condições básicas de sobrevivência. O salário era calculado por hora de trabalho, pago aos trabalhadores na primeira semana de cada mês.

No contrato de trabalho assinado entre o proprietário e o operário da vinícola, constavam os valores salariais a serem pagos estipulados de acordo com as funções exercidas pelos trabalhadores e pela divisão salarial por sexos.

Os salários não eram elevados, pois se os compararmos com os pagos aos trabalhadores das indústrias de Caxias do Sul nesse mesmo período, percebemos que os operários recebem

remunerações semelhantes e que não são suficientes para as necessidades familiares. Segundo Arroyo, “o empobrecimento absoluto do trabalhador brasileiro se dá não só na diminuição do seu salário real, sua renda familiar e em aumento de suas horas de trabalho e no número de acidentes de trabalho. Também está refletindo uma dieta mais pobre para o operário e sua família.” (1978, p. 64).

Essa realidade pode ser comprovada por meio de uma série de elementos que se encontram no contexto de reconstrução da história da vinícola, dentre os quais a prorrogação da jornada de trabalho diária, que não só beneficiava o proprietário com a garantia da conclusão de seus pedidos e sua produção como também fornecia ao trabalhador um acréscimo em seu salário de acordo com a decisão do patrão. Outro aspecto estaria relacionado ao fato de que a vinícola oferecia serviços direcionados ao suprimento de necessidades básicas dos operários, além do pagamento de sua remuneração salarial, como o possível financiamento de sua casa própria, a possibilidade de consumo de produtos da vinícola com preços menores e o amparo assistencial no caso de doenças e enfermidades, o que dava a ilusão de grande beneficiamento. Por fim, um terceiro elemento influenciador estava na possibilidade de inserção de sua família no espaço industrial, o que traria uma maior renda financeira para a melhoria das condições de vida do grupo familiar de cada operário. Segundo I.E, “...*Nós trabalhávamos que nem hoje. Tu ganhavas o teu ordenado. Que dizer, que era da família o ordenado. E era a vida como tu trabalhas hoje. Tu trabalhas pra vive. Porque pra fazer fortuna, tu não faz. Porque o salário não era lá tão grande...*”.

Os salários que, na década de 1930, eram estipulados pelo proprietário da indústria, com o decreto das leis trabalhistas na década de 1940, passaram a ser pagos segundo a legislação e a tabela mínima nacional.

Segundo a análise de Herédia (1997), as leis que instituíram o salário mínimo no Brasil passaram por diversos decretos, que propunham melhoramentos e modificações para essa lei. De acordo com seus estudos, a lei do salário mínimo foi instrumentalizada pelo Decreto nº 2.161 de 1 de maio de 1940. Contudo, como essa lei não especificava a aplicação do salário mínimo nos casos do serviço por tarefa ou empreitada, para que isso pudesse ocorrer foi proposta uma reinterpretação do artigo 3º do Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Essa nova proposta consistia no fato de que os cálculos deveriam ser feitos de forma que essas tabelas garantissem ao trabalhador, em média, o salário mínimo estabelecido para a respectiva zona ou região.

Entretanto, em 15 de julho do mesmo ano, é publicada uma nova Portaria do Ministério do Trabalho, que estabelecia dois pressupostos do salário mínimo para o cálculo da remuneração por tarefa ou produção.

“Art. 1º Para os trabalhadores pagos por tarefa, será considerado como salário mínimo, por unidade de tarefa, o que se obtém dividindo o salário mínimo local pela produção normal de unidades de tarefas realizáveis em um dia de trabalho.”

“Art. 2º Considerando-se a produção normal a média de produção que forneçam dois terços dos respectivos assalariados utilizando os mesmos elementos de trabalho e operando em igualdade de condições (...)”⁴⁵.

A partir da institucionalização desses Decretos-Lei, os salários dos operários da Peterlongo foram reajustados de acordo com as tabelas mínimas trazidas pela legislação. As remunerações foram sendo aumentadas, após o ano de 1943, de acordo com os dissídios dos sindicatos das categorias em que se inseriam seus trabalhadores, mas, em nenhum momento, sofreram reduções. Foi também a partir dessa data que os operários passaram a ter seus registros de trabalho transcritos em suas carteiras de trabalho, o que permitia ao Ministério do Trabalho identificar as informações sobre a vida profissional de cada trabalhador.

3.7 O governo Getúlio Vargas

O governo de Vargas, por meio de sua atuação perante a classe trabalhadora brasileira, operou significantes medidas que objetivavam agir em prol do beneficiamento para a melhoria das condições de trabalho como um todo. Mediante a instituição de leis trabalhistas e do documento de Consolidação das Leis do Trabalho, Vargas tornou-se um dos governantes que mais demonstrou preocupação com o proletariado. Como afirma Maria Celina D’Araujo, “para grande parte da população brasileira, Vargas passou para a história como patrono da legislação social, pai dos pobres, benfeitor, como o estadista que *outorgou* direitos ao trabalhador brasileiro.” (2004, p. 77). De fato, durante seu governo, que acompanhou uma tendência mundial, o país implementou e produziu uma vasta legislação voltada para os direitos trabalhistas.

⁴⁵ Dados trazidos por Herédia, V. B. M. Op. Cit, p. 187.

Posteriormente à criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, são estabelecidos, no governo Vargas, os direitos e deveres do trabalhador como se essa realidade fosse integrada, sem a existência de regionalismos e conflitos entre classes sociais e entre profissionais. Para Herédia, o governo Vargas refletiu uma imagem paternalista e de inclusão total dos trabalhadores em suas práticas políticas. Como ela destaca,

aprovada a Constituição de 1934 que tratava especialmente de leis sociais, ausentes de certa forma, durante todo o período da Velha República, permitiu a esse governo uma imagem paternalista e personalizada sob a liderança carismática de Getúlio Vargas, o qual controlou o movimento operário sob seu domínio populista. (Herédia, 1997, p. 179).

Um ponto que nos chama a atenção quanto a essa imagem paternalista refletida pela política de Vargas é o fato que essa prática assemelha-se em muitos aspectos à prática adotada, nesse mesmo período, por Armando Peterlongo. O que demonstra que os dois tinham em comum a preocupação em transparecer seu interesse sobre as questões trabalhistas e de beneficiamento do operariado.

A década de 1930 foi marcada pela implementação de diversas leis trabalhistas, tais como as do salário mínimo nacional, da determinação de oito horas de trabalho diárias, do direito a férias, do reconhecimento de associações de classe, da carteira profissional, o trabalho do menor e da mulher, o registro dos operários e da Lei dos 2/3,⁴⁶ que objetivava nacionalizar o trabalho em todo o país.

No caso do Estado do Rio Grande do Sul e, mais especialmente, da cidade de Garibaldi e da vinícola Armando Peterlongo, a mão-de-obra, nesse período, era de origem italiana, mas já naturalizada brasileira ou composta da segunda e terceira gerações, o que não ocasionou maiores

⁴⁶Através da Lei dos 2/3, Vargas teria uma forma de controlar a força de trabalho e regularizar o seu próprio mercado. Sendo assim, essa lei havia sido decretada com o objetivo de conhecer e controlar o mercado de trabalho em todo o país, pois ela estipulava que “todos os indivíduos, empresas, associações, sindicatos, companhias e firmas comerciais ou industriais, que explorassem qualquer ramo de comércio ou indústria, inclusive concessões dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, do Distrito Federal e Território do Acre, seriam obrigados a enviar ao Departamento Nacional do Trabalho, no período de 1º de setembro até 3 de outubro de cada ano, uma relação nominal de todos os seus empregados”. Nesses registros e listas entregues deveriam constar o nome, a idade, o sexo, o estado civil, a nacionalidade e, se fosse brasileiro, o estado onde nasceu, a profissão ou categoria, o ordenado, o salário, seu grau de instrução e a data de admissão ao trabalho. Deveriam ser assinadas pelo responsável do estabelecimento de trabalho com a declaração expressa de que os dados conferem com a folha de pagamento respectiva dos trabalhadores.

Decreto nº 20.921 de 12 de agosto de 1931, artigo 32.

reações por parte do proprietário da vinícola e nem de outros proprietários da região, por não terem sido afetados pela Lei dos 2/3.

No ano de 1932, outro decreto importante foi estabelecido em benefício do proletariado, que era o do limite da carga horária de trabalho diária. Esse decreto “regulamentava as horas de trabalho na indústria, estipulando a duração normal do trabalho empregado em estabelecimentos industriais de qualquer natureza em oito horas diárias”.⁴⁷ A partir dessa lei, os operários deveriam cumprir oito horas diárias de trabalho ou quarenta e oito horas semanais, havendo garantia de que, com isso, não ocorressem possíveis diminuições em seus salários. A vinícola Peterlongo acatou a lei e registrou em suas fichas cadastrais dos operários a delimitação da carga horária a ser cumprida, constando ser das 7:30 da manhã ao meio-dia e das 13:30 às 17:30, fechando, assim, a carga estipulada por lei, já que possuía um pequeno intervalo de descanso nos dois turnos de trabalho. Isso pôde ser constatado dentre as fontes documentais utilizadas, contudo elas não nos permitiram perceber se na prática ocorria dessa mesma forma como estava registrado nos documentos.

Em relação à Lei de Férias, promulgada em março de 1931, a vinícola não exitou em cumpri-la, estabelecendo o período de férias anuais a todos os seus operários. Quanto a essa lei, Herédia destaca:

a lei de férias foi alterada com a promulgação da lei de janeiro de 1934 que garantia o gozo de 15 dias úteis, sem prejuízo dos ordenados, dos vencimentos, das diárias, das percentagens, das comissões ou das gratificações. (Herédia, 1997, p. 181).

Entretanto, ainda em 1924, foi lançado um projeto que incluía a

regulamentação sobre contratos, dispensa, horários, trabalho noturno, trabalho do menor e feminino, licença maternidade, direito ao aleitamento materno, acidentes de trabalho, fiscalização e multa. Incluía dois pontos que levaram protesto nas associações patronais: a concessão de férias anuais e a participação dos trabalhadores nos lucros líquidos das empresas.⁴⁸

A questão salarial foi alterada no ano de 1940, através do decreto que institui o Salário Mínimo, promulgado em 1º de maio desse ano. Segundo os dados documentais da vinícola e dos dados relatados nas entrevistas realizadas, Armando Peterlongo não demonstrou oposição a essa

⁴⁷ Decreto nº 21.364 de 04 de maio de 1932. In: Herédia, Vânia B. Merlotti. *Processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997. p. 180.

⁴⁸ Dados do Relatório do Centro Industrial do Brasil, Rio de Janeiro, 1925, p. 126. In: Herédia, V. B. M. Op. cit. p. 181.

lei e foi o primeiro industriário da região a adotá-la como prática de sua administração. Como vimos anteriormente, a política salarial adotada pela vinícola centrava-se no pagamento mensal para cada operário, de acordo com a função exercida por ele, sendo destinado a cada um deles, um valor a ser pago pelos trabalhos diários e alguns horários, somando-os para serem pagos no início de cada mês.

As medidas governamentais impostas às indústrias brasileiras trouxeram grandes alterações nos seus quadros institucionais, pois modificaram, especialmente, a fonte de acumulação de capital, que se constituía no baixo custo da força de trabalho.

Um outro aspecto importante do governo de Vargas está relacionado aos movimentos grevistas. Estes foram proibidos, e a organização do trabalho seguiu com uma disciplina severa e total sobre esse aspecto. Segundo Herédia, “os sindicatos passaram a ser severamente controlados pelo Ministério do Trabalho tendo sido criado também, nesse momento, o imposto sindical que permitiria a manutenção financeira do órgão de representação operária.” (p. 181). Esse ponto, entretanto, será analisado com maior detalhamento no tópico seguinte desse estudo.

Como se pode perceber, as medidas trabalhistas instituídas por Getúlio Vargas ao longo de seu primeiro mandato como presidente brasileiro foram, aparentemente, acatadas sem maiores oposições pela vinícola Peterlongo. De acordo com os registros documentais consultados, para cada operário, são registrados período de férias anuais, pagamento do Imposto Sindical anual, licenças-maternidade, afastamentos da rotina laboral devido a acidentes de trabalho e/ou problemas de saúde, bem como a carga horária diária de trabalho a ser cumprida pelos proletários e a remuneração salarial paga mensalmente, com as quantias ganhas por hora e em cada dia por cada operário.

Essas informações aparecem registradas em todos os documentos internos que foram pesquisados, mas convém destacar que não foi possível precisar na prática elas ocorreram dessa mesma forma, em virtude das limitações presentes nas próprias fontes utilizadas.

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º da Cart. Prof. 11309 Serie 57 | N.º de ordem 33

Nome IRMA ELY

Data da admissão 1 de Julho de 1942

Nascido a 30 de Julho de 1925 ✓

Filho de Rafael Ely

e de Florinda Ely

Estado civil solteira Nacionalidade Bras.

Lugar do nascimento Garibaldi Chegado ao Brasil em _____ de _____ de _____

Casado com brasileira? _____ Tem filhos brasileiros? _____ Quantos? _____

Naturalizado em _____ de _____ de _____, Natureza do cargo: servente

Remuneração 800 reais por hora / forma de pag.: mensal

Residência Garibaldi

Nome dos Beneficiários paes

Horário Das 8 às 12 e das 1 1/2 às 5 1/2

Assinatura do empregado Irma Ely

Adm. em _____ de _____ de 19 _____ | Readm. em _____ de _____ de 19 _____

de _____ de 19 _____ | em _____ de _____ de 19 _____

de _____ de 19 _____ | em _____ de _____ de 19 _____




Figura 21: Registro de admissão de uma operária. Livro de registros dos empregados da vinícola Peterlongo.

3.8 Os operários e o sindicato

Como nesse capítulo nos propusemos analisar o cotidiano vivido pelo operariado e por suas famílias no contexto industrial da Peterlongo, consideramos que apesar de não termos encontrado registros de movimentos grevistas ou sindicais em que esses trabalhadores estivessem se envolvido, o sindicato estava presente em seu cotidiano como um elemento que asseguraria seus direitos como trabalhadores industriais. Isso porque todos os operários registrados na vinícola, tinham o dever de pagar o Imposto Sindical anual e, mesmo que não militassem pelas causas trabalhistas, faziam parte, de alguma forma, das instituições sindicais correspondentes a sua categoria.

Os sindicatos foram criados, durante o governo Vargas, sob moldes corporativistas. Durante as primeiras décadas do século XX, a doutrina corporativista ganhou vigor em vários

países, pois era definida como uma alternativa tanto para o sistema capitalista em crise quanto para o sistema socialista emergente. Como afirma D'Araujo,

a proposta corporativista era apresentada como uma saída intermediária entre esses dois sistemas. Com ela, buscava-se manter as hierarquias sociais e, ao mesmo tempo, diminuir as desigualdades, evitar o conflito, banir a luta de classes e gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz. Para tanto, o Estado precisaria ser investido de mais poder e deveria contar com o apoio de todos. (D'Araujo, 2004, p.78).

Dessa forma, segundo a proposta corporativista, ao Estado caberia definir novas formas de organização e de participação da população, por intermédio do auxílio de sua elite dirigente. Para essa doutrina, a população era vista como colaboradora do governo e a melhor forma de realizar essa função seria por meio de atividades cívicas e econômicas e não da política partidária. Julgava-se, nesse período, que a sociedade deveria estar organizada em áreas de atividades, como a indústria e a agricultura, por exemplo, e em cada uma delas, deveriam ser reunidos os interesses do capital e do trabalho. Isso colocava o sindicato na função de agente corporativista, que teria como papel principal a organização social de acordo com essas áreas e seus interesses.

No Brasil, é possível constatar que essa forma corporativista seguiu um modelo de organização em que não se permitia a pluralidade sindical; sendo assim, para cada profissão, houve um sindicato de trabalhadores. Buscava-se, assim, unir todos os interesses e preocupações de uma área num único espaço de expressão. Segundo D'Araujo (2004), “esses sindicatos eram considerados órgãos privados, com funções públicas, e ficavam diretamente subordinados ao governo pelo Ministério do Trabalho.” (p. 80). Assim, esse órgão do governo teria a responsabilidade de regular toda essa rede organizativa.

Sob essa ótica, pode-se definir o corporativismo estatal como uma forma de organização vertical, pois ela se faz de cima para baixo. Na base, cada indivíduo representa parte do Estado, que pertence a uma única organização da máquina estatal. D'Araujo especifica que o corporativismo estatal não abre espaços para interesses particulares e disputas políticas, porque tem como meta principal silenciar as diferenças ideológicas e acabar com conflitos políticos, representando, assim, uma das mais sofisticadas formas de autoritarismos.

De acordo com a política social do governo Vargas, era necessário garantir a ordem social por meio das ações estatais, o que construiria um país sem conflitos entre o capital e o trabalho, pois estariam sob jugo do poder maior do Estado e, sob um modelo sindical que demonstrava ter

a mesma preocupação. Por meio dos sindicatos, por exemplo, o governo teria subsídios concretos para controlar as atividades dos trabalhadores e evitaria o acontecimento de possíveis greves e movimentos operários. Assim, de um lado o Estado reconhecia os sindicatos como instrumentos de organização dos operários e, de outro, restringia suas ações para que os trabalhadores não os utilizassem como espaços de reivindicações e de mobilizações.

Essa política, adotada a partir da década de 1930 no Brasil, contrariava os princípios lógicos de instauração dos sindicatos, ainda no final do século XIX, pois, de acordo com a análise de Cláudio Batalha,

voltados para a “ação econômica”, os sindicatos enfrentavam questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento etc. (...). Com frequência, na denominação havia a qualificação “de resistência”, para enfatizar sua diferença com relação às sociedades mutualistas, consideradas ‘beneficentes’. (Batalha, 2000, p. 15).

Dessa forma, os sindicatos foram criados com o objetivo de representar a classe dos trabalhadores como um todo, abrindo espaço para que estes pudessem se unir e agir coletivamente em prol da melhoria de sua condição de trabalho e da institucionalização de seus direitos como força de trabalho participante da economia. Contudo, ao longo do tempo, essa realidade não se manteve organizada dessa mesma maneira.

Como dito anteriormente, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil em 1930, houve uma preocupação em criar direitos, deveres e, especialmente, restrições aos sindicatos. A primeira iniciativa foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, responsabilizado de tratar de questões sociais. Em 1931, é decretada a primeira lei sindical, do Decreto nº 19.770, que criava sindicatos de empregados e empregadores e estipulava que eles deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Nessa mesma ocasião, era estabelecido que apenas um sindicato deveria ter o monopólio da representação para toda a categoria dos trabalhadores. Três anos depois, em 1934, essa lei sofreu alterações, pois houve a abertura para uma pluralidade sindical limitada. Devido ao período de ditadura que foi instaurado a partir de 1937, a atividade sindical foi aos poucos sendo desestruturada, até que, no ano de 1939, foi redigida uma nova legislação.

Com a nova legislação, ficou estabelecido que seria permitido um único sindicato por categoria profissional, o que fez dele uma entidade de direito público, isto é, uma organização que teria a função de servir aos interesses públicos e coletivos, e não apenas ao grupo particular

que representava. Ficaram proibidas as greves. E foi concedido ao governo o direito do controle das contas, as eleições e as atividades administrativas de cada organização sindical⁴⁹.

Uma outra iniciativa tomada por Vargas em relação aos trabalhadores e aos sindicatos foi a da criação do Imposto Sindical. Segundo D'Araujo, para “dar sustentação material e financeira a essa vasta rede sindical gerada na Era Vargas, foi criado o imposto sindical depois transformado em contribuição sindical”. (2004, p. 84). Essa taxa de imposto funcionava da seguinte forma: uma vez por ano, cada trabalhador empregado, sindicalizado ou não, era obrigado a dar um dia de seu salário para o sindicato de sua categoria, que seria descontado na folha de pagamento. Essa quantia era recolhida pelo Ministério do Trabalho, que o repassava para as organizações sindicais locais e para as federações nacionais, que utilizariam o dinheiro para pagar as suas despesas internas. Sendo assim, com as despesas mensais asseguradas por meio do recolhimento dessa taxa de imposto, os dirigentes de cada sindicato não precisariam realizar campanhas de arrecadação e mobilização junto aos trabalhadores, como ocorre em outros países.

Posterior a essa breve reflexão quanto à organização sindical e sua relação com os operários no Brasil a partir de 1930, analisemos a participação dos trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo em todo esse contexto.

De acordo com as informações que puderam ser colhidas por meio do estudo dos registros documentais de cada operário da vinícola, foi possível compreender que o proprietário tinha, aparentemente, como prática administrativa interna o cumprimento dessas leis sindicais e trabalhistas, pois, em todos os registros, constam dados descritos sobre o pagamento do Imposto Sindical, bem como a referente quantia descontada do salário e a data em que foi efetuado esse pagamento.

⁴⁹ Essa lei, que estabelecia o controle do Estado sobre as atividades internas dos sindicatos, permaneceu vigente até a Constituição de 1988.

Accidentes do trabalho e doenças profissionais: Esteve doente no período de 1 a 17/2-45, tendo percebido Cr\$ 120,00 salário doença, conforme recibo. No período de 22 a 25/10/45 esteve doente durante 3 1/2 dias, tendo percebido o salário doença.

Férias gozadas: Gozou as férias relativas aos anos de 1942 e 1943 e 1944- Gozou as férias de 1945 no período de 1 a 19/1/46.

Observações: A partir de 1/1/43 passou a ganhar Cr\$ 1,04 por hora. -A partir de 12/6/43 passou a ganhar Cr\$ 1,10 por hora.- Em 1-12-43 passou a ganhar Cr\$ 1,50 por hora. Foi pago o Imposto Sindical de 1944 - Cr\$ 12,00 - ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vinho e de Cervejas e Bebidas em Geral. A partir de 1/1/46 passou a ganhar Cr\$ 15,00 por dia.

Figura 22: Verso de um registro de operário da vinícola, em que constam as informações gerais e sobre o recolhimento do imposto sindical. Livro de registros dos empregados da vinícola Peterlongo.

Os operários da vinícola Peterlongo destinavam o pagamento desse imposto aos sindicatos, de acordo com as funções que exerciam na indústria. Os operários que trabalhavam nos setores de produção da vinícola, por exemplo, destinavam o pagamento do imposto para o Sindicato dos Empregados nas Indústrias do Vinho e de Cervejas e Bebidas em Geral. Por não existir uma sede dessa organização sindical na cidade de Garibaldi, o montante pago pelos trabalhadores era enviado a esse sindicato, com sede em Porto Alegre. Por sua vez, os trabalhadores do setor administrativo da fábrica, como os contadores, pagavam seu imposto ao Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, também por não haver sede desse sindicato na cidade de Garibaldi.

Talvez por não existir em Garibaldi nenhuma sede sindical entre as décadas de 1940 a 1960 e, devido a isso os trabalhadores estarem mais distanciados da organização trabalhista de sua categoria, não há registros de ocorrência de movimentos grevistas entre os operários da vinícola Peterlongo, realidade diferente da dos trabalhadores da Metalúrgica Eberle em Caxias do Sul, por exemplo, em que é possível constatar, por meio de fontes documentais da própria

indústria, a participação de operários em movimentos grevistas na década de 1940. Segundo Lazzarotto,

outro motivo de saída da empresa, que aparece esporadicamente, que está indicando a presença de movimentos contra a administração da empresa, é a *expulsão de grevistas*. Assim, em 1948 um operário ‘foi despedido por acompanhar o movimento grevista proclamado por elementos sindicais’. (Lazzarotto, 1981, p. 175).

Apesar da proximidade geográfica entre as cidades de Garibaldi e Caxias do Sul, os ideais grevistas que eram propagados pelo proletariado caxiense não foram seguidos com esse mesmo entusiasmo pelos operários de Garibaldi. De fato, as fontes documentais pesquisadas não nos fornecem dados que comprovem alguma participação do operariado da Peterlongo em algum movimento sindical ou grevista. Entretanto, isso pode estar ligado à visão que esses trabalhadores tinham da administração da vinícola, que os mantinha sob práticas paternalistas, as quais, de certa forma, traziam benefícios a eles. Outra hipótese explicativa pode estar vinculada aos valores culturais e sociais dessa sociedade. Por Garibaldi se constituir em uma cidade de poucos habitantes, se comparada com Caxias do Sul, tendo menores indústrias e por ainda estar fortemente influenciada pela estrutura patriarcalista familiar, os trabalhadores, mesmo não concordando com a administração da indústria, acatavam suas decisões. Diferentemente, do que ocorre em Caxias, onde o operariado apesar de também conviver com características sociais e industriais semelhantes as da cidade de Garibaldi, já demonstra indícios de organização sindical objetivando a legitimação dos interesses de sua classe trabalhista. Por outro lado, não é possível afirmar que dentre o proletariado da vinícola Peterlongo não haja a mesma pretensão de se articular em movimentos grevistas de oposição, pois essas informações não aparecem nas fontes encontradas e utilizadas nesse estudo. O que deixa lacunas para serem analisadas em momentos posteriores de análise sobre esse universo proletário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos dois universos de tamanha complexidade e importância, como o da família e do trabalho operário, até a meados do século XX, é possível identificar e compreender o quanto sua presença e participação na sociedade, em seus mais variados setores, foram determinantes para a compreensão do processo de desenvolvimento da zona colonial italiana. Os estudos dirigidos para essas temáticas são especialmente relevantes, por tratarem de um espaço geográfico onde o trabalho agrícola familiar e a pequena propriedade de terra foram essenciais para a subsistência de sua população.

A primeira metade do século passado foi palco de muitas transformações sociais e econômicas na região nordeste do Rio Grande do Sul, em especial nas cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi. Isso porque, fundadas como colônias para receber imigrantes europeus que chegavam para povoar e fazer produzir a terra a eles destinada, essas localidades tinham como base estrutural para seu funcionamento a instituição familiar. A família, por sua vez, exercia um papel de extrema importância para a sociedade e para a economia local visto que era responsável pela formação de sua própria força de trabalho e, posteriormente, foi a geradora dessa mesma força empregada nas atividades comerciais e industriais.

Desde o início da ocupação da região através da colonização européia, a família se constituiu como uma dos principais pilares institucionais para a estruturação da sociedade da região nordeste do Rio Grande do Sul. A rigor, poderíamos dizer que o importante papel que a família desempenhou, tem raízes mais profundas ainda, já na própria região de emigração italiana, bem como desempenhando função importante no próprio processo migratório que impulsionou milhares e milhares de indivíduos e famílias a se deslocarem para a outra margem do Atlântico.

Estes indivíduos que chegaram ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, aqui se estabeleceram como colonos na região da Serra trazendo consigo seus familiares, com o intuito de se organizarem a partir do trabalho familiar, na exploração e produção de seu lote de terra. Em virtude das diretrizes do programa de colonização, instituído e organizado pela Província gaúcha, a região foi ocupada, essencialmente, por imigrantes italianos que se instalaram nos núcleos coloniais sob o regime da pequena propriedade de terra. Essa organização em lotes coloniais

pelas famílias européias propiciou o desenvolvimento da agricultura diversificada, gerando uma zona agrícola reconhecida em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Com base na agricultura, progressivamente, as colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel apresentaram desenvolvimento econômico específico, transformando-se em centros de produção agrícola e de trocas comerciais locais. Por meio do regime da pequena propriedade implantado em toda a região de colonização italiana e da utilização da mão-de-obra familiar, essa região conseguiu atingir o mercado regional que já havia sido delimitado pelos imigrantes alemães, chegando a escoar sua produção para Porto Alegre e regiões próximas. Com o passar do tempo, a venda de seus excedentes produtivos fora da colônia estimulou o desenvolvimento urbano decorrente da expansão das atividades comerciais e do crescimento de sua produção agrícola anual.

À medida que as colônias cresciam, o número de oficinas artesanais e de casas de negócios foi aumentando consideravelmente, o que lhes possibilitava abastecer o mercado local em resposta às necessidades básicas dos colonos. Assim, esses benefícios desencadearam um aumento da produção agrícola, sendo possível a exportação de seus excedentes produtivos para outros mercados, o que garantiu a circulação de bens e gerou uma nova fase econômica para as colônias. Com o crescimento das atividades agrícola e comercial, ocorreu, paralelamente, o surgimento de pequenas indústrias nos municípios.

As primeiras indústrias de Bento Gonçalves e Garibaldi enquadravam-se nos setores vinícola, metalúrgico, têxtil e de alimentos. Sua formação é um reflexo da presença cultural italiana na região a qual, por meio do emprego da mão-de-obra familiar e de sua experiência de trabalho com a terra, com o artesanato e com a indústria, permitiu-lhes reconstruir o modelo de produção deixado em sua pátria.

A produção das colônias italianas desempenhou um importante papel na formação do mercado rio-grandense, pois a diversificação da produção agrícola dessa região garantia a manutenção dos núcleos e a exportação do seu excedente produtivo para o mercado da capital gaúcha. O Rio Grande do Sul, nesse contexto, foi um Estado que se caracterizou como grande produtor de gêneros alimentícios, voltado para o abastecimento dos mercados regionais e nacionais. Como resultado do crescimento dessa atividade, aliada ao comércio e ao artesanato, favoreceu-se a formação de um mercado econômico interno, que estimulou o desenvolvimento da indústria regional.

Assim, a transformação da agricultura colonial, elemento formador do capital comercial, possibilitou investimentos em novos setores, como foi o caso das indústrias vinícolas. Devido às condições geográficas e climáticas que favoreciam essa produção agrícola, aos poucos, a região colonial italiana tornou-se responsável pela totalidade da produção do setor vinícola em todo o Estado, o que influenciou no seu desenvolvimento industrial.

Com isso, o cultivo de parreirais e a elaboração de vinhos tornaram-se marcas específicas da economia colonial. Por conta disso é que o estudo de caso da Vinícola Armando Peterlongo pode contribuir para o aprofundamento do estudo da região: foi uma indústria representativa no processo de desenvolvimento econômico da zona colonial italiana e através do estudo desse caso foi possível perceber que, inicialmente, esse setor cresceu por meio da canalização dos recursos econômicos provenientes do setor agrícola, como foi analisado nesta dissertação.

As décadas de 1930 e 1940 representaram para a vinícola um momento de expansão e crescimento econômico, devido à conquista do mercado nacional e internacional, sendo uma das líderes de vendas nesse setor. Nas duas décadas seguintes, a indústria se manteve no mercado nacional e aumentou seu capital financeiro pelo crescimento contínuo da venda de champanhas em todo o país.

A indústria utilizou, como força de trabalho, a mão-de-obra oriunda das famílias camponesas da região, priorizando o emprego de trabalhadores e de indivíduos que fizessem parte de sua rede social ou de parentesco. Essa estratégia empresarial objetivava manter o operariado por maior tempo na indústria; conseqüentemente, não haveria a troca constante de trabalhadores, por estarem ligados uns aos outros por laços familiares, parentais ou de amizade.

Por meio da análise da documentação interna da vinícola, foi possível constatar a importante presença da família como elemento caracterizador da sociedade e da economia local. A família continuou a representar, na região e no período analisado, o elo entre os indivíduos e a sociedade propiciando – além de sua socialização primária - sua inserção no universo do trabalho agrícola - na pequena propriedade de terra sob um alicerce coletivo e da cooperação familiar mútua - e, posteriormente, no contexto de trabalho industrial influenciado por suas redes sociais e de parentesco, permitindo que, mesmo no contexto do trabalho industrial, a família continuasse a exercer uma função centralizadora e organizadora do trabalho de todos os seus membros, que continuariam a colaborar para a renda coletiva familiar, pelo menos enquanto os filhos

estivessem morando com seus pais e fossem solteiros. Assim, a política paternalista adotada pela indústria refletiu os mecanismos utilizados e voltados para uma tendência à imobilização da mão-de-obra familiar, reproduzida e ampliada pelas redes de parentesco.

A família continuou a ser entendida como uma unidade de produção e convívio, e depositária de todo o referencial cultural, religioso, ético e moral de cada indivíduo. A organização interna da família, que havia caracterizado a sociedade colonial, e que se estruturava em relações de tipo patriarcalista, não se desestruturou completamente no período estudado, apesar das transformações trazidas a partir da urbanização e da industrialização. Os indivíduos, continuaram a desempenhar papéis e funções tradicionalmente determinadas de acordo com os sexos e atividades específicas dentro da família. O pai é a autoridade máxima, a mãe ocupa uma posição de auxiliadora de seu marido e responsável pelo cuidado da casa e dos filhos; já os filhos são incumbidos de auxiliar os pais em seus afazeres cotidianos. No momento em que essa família se insere no espaço industrial de trabalho, essas funções não sofrem mudanças radicais, pois, basicamente, as mesmas funções e obrigações são mantidas. O que se modifica é que o pai começa a se dedicar ao trabalho fora da propriedade de terra familiar, a mãe também começa a sair do ambiente doméstico para trabalhar fora e os filhos, quando jovens e adultos, também procuram seu emprego na indústria, como forma de aumentar a renda econômica de sua família. Entretanto, eles ainda permanecem alicerçados em relações patriarcalistas, em que o pai é o chefe e a autoridade familiar e os interesses coletivos se sobrepõem aos individuais. No decorrer do século XX, essas relações e as estratégias familiares foram se modificando, mas, no contexto temporal que analisamos, elas ainda se mantiveram bastante presentes.

Essa família, antes camponesa, torna-se a família operária, especialmente a partir da década de 1930. Inserida em um novo modo de produção, em um novo espaço laboral e com novas normas de trabalho, esses operários passam a pertencer a um diferente universo econômico e social, o da indústria. Como tais, possuem como obrigação seguir a política adotada por ela, estando sujeitos a agir de acordo com as imposições definidas pelo proprietário industrial.

O operariado da vinícola tinha um perfil variado, composto por homens, mulheres, jovens e, até mesmo alguns estrangeiros. Contudo, a grande maioria deles, para não falar de todos, possuía, nesse espaço de trabalho, outros membros de sua família como trabalhadores industriais. Grande parte convivia com seus pais, irmãos ou tios na vinícola, demonstrando a forte influência familiar em sua inserção laboral, mesmo no universo industrial. O que nos chama a

atenção é que os operários são admitidos numa faixa etária bastante jovem (até 20 anos) e muitos deles permaneceram como funcionários da Vinícola Peterlongo por vários anos.

Quanto à mão-de-obra feminina, a faixa etária é ainda mais baixa, havendo grande número de jovens que ingressaram numa faixa etária em torno dos 14 anos de idade. Essas jovens que eram admitidas na vinícola também possuíam vínculos familiares com operários que já trabalhavam na vinícola e que, certamente, refletia as redes familiares e sociais que facilitavam sua indicação para ocupar as vagas oferecidas.

Outra conclusão importante que se alicerçou nos dados explorados a partir das fontes primárias utilizadas, mostrou a diferença nos salários pagos, que variava de acordo com o sexo. Ficou claro que homens e mulheres, que inclusive exerciam a mesma função de trabalho, recebiam remuneração diferente, como ficou registrado no caso da ocupação de ‘operário-servente’. Os homens, poderiam receber salários superiores, na ordem de mais de 50%, do que as mulheres na mesma função.

Além disso, deve-se sublinhar que outra distinção relativa aos sexos é que dentro da indústria havia um maior número de vagas de trabalho para os homens. Essas vagas estavam distribuídas nos mais diversos setores da vinícola, como no escritório, na produção, nos vinhedos, na manutenção de equipamentos e das instalações da fábrica.

No entanto, as mulheres apenas trabalhavam na produção e na colheita de uva dos parreirais, o que mostra que, na vinícola Peterlongo, havia uma maior valorização da força de trabalho masculina, em detrimento da feminina. A mão-de-obra estrangeira- italianos- esteve presente na indústria em menor número e representou uma pequena parcela do contingente de trabalhadores da vinícola, mas não deve ser esquecida. Em virtude de a maioria dos operários pertencerem à segunda, terceira e também quarta gerações de descendentes dos imigrantes que chegaram à região, no final do século XIX, os trabalhadores de origem estrangeira são minoritários. Eles exerciam funções em diferentes setores e recebiam os mesmos benefícios destinados ao restante do operariado.

De acordo com as fontes consultadas, temos a indicação que a Vinícola Peterlongo incorporou as mudanças trabalhistas que foram realizadas nas décadas de 1930 e 40. Conforme observamos, a política salarial esteve de acordo com os salários mínimos estabelecidos a partir da década de 1940, permanecendo, contudo, uma grande diferença salarial entre os homens e as mulheres, já observada. Os trabalhadores tinham registro em sua carteira de trabalho; cumpriam a

carga horária diária de oito horas de trabalho e, quando esse período se excedia, os operários recebiam pelas horas extras; era cumprida a lei da licença- maternidade para as mulheres e também de auxílio a casos de doença e acidentes de trabalho. Outro dado importante é que todos os operários pagavam os impostos sindicais de acordo com sua categoria e estavam vinculados a eles, para que se assegurasse o cumprimento de seus direitos, bem como de seus deveres.

Ao analisarmos dois universos tão próximos a nós, mas, ao mesmo tempo, tão complexos, como o são os da família e dos operários, percebemos que eles se apresentam como protagonistas sociais do século XX, sendo responsáveis pela estrutura social e de inserção dos indivíduos, como a família e responsáveis pelo trabalho industrial e pelo desenvolvimento desse setor por meio do emprego de sua força de trabalho e de sua dedicação às tarefas e funções que se apresentavam na indústria. Foi um grande desafio trabalhar com a Vinícola Armando Peterlongo, não só por conta do privilégio de manusear fontes documentais que ainda não haviam sido analisados por historiadores, como também pelo fato de que até o momento não havia sido feito nenhum estudo sobre as vinícolas da região. Ao contrário, a historiografia regional já havia se debruçado sobre casos de indústrias têxteis e metalúrgicas. Com isso acreditamos ter contribuído de alguma forma para o debate, embora tenhamos consciência de que esse é apenas o início de um estudo sobre as famílias operárias das cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi e no caso específico das vinícolas da região. Ainda restam muitas fontes por explorar e analisar, que estão guardadas nos arquivos particulares da vinícola e que poderão nos auxiliar no processo de reconstrução histórica desse fascinante e rico universo da família operária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FioCruz/ CPDOC, 2000.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: UFRJ, 1987.
- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. *O Brasil italiano (1880-1920)*. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2ed., 2000.
- _____. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- AMADO, Janaína F., MORAES, Marieta (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 4ª ed., 2001.
- ANDERSON, Michael. *Sociologia de la família*. México: Penguin Books Ltda. 1980.
- _____. *Elementos para a História da família ocidental- 1500/1914*. Lisboa: Quercus, 1994.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª ed. 1993.
- ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2ª ed., 1981.
- ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges. *História da vida privada- da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- ARROYO, Raimundo. *Empobrecimento relativo e absoluto do proletariado brasileiro na última década*. In: *A situação da classe trabalhadora na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- AZEVEDO, Thales. *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. B. *Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro*. In: *Anais do IX Encontro de estudos populacionais*. Caxambu: 1994.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história. Especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- _____. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. São Paulo: Contexto, 1998.

BELTRÃO, Pedro Calderan. *Sociologia da Família Contemporânea*. Rio de Janeiro: Vozes. 2ª ed. 1973.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

_____. *Família e movimento operário: a anarquia dentro de casa*. Estudos Íbero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, v.22, nº 2, dez. 1996.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Méritos, v.3 - Tomo I e II, v. 4, 2007.

BORN, Claudia. *Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos*. Sociologias, nº 5. Porto Alegre. Jan./Jun 2001.

BURGUIÈRE, André; KLAPISCH-ZUBER, Christiane; SEGALIN, Martine; ZONABEND, Françoise. *História da Família- Mundos Longínquos*. Lisboa: Terramar, v.1, 1996.

_____. *História da Família- O Ocidente: Industrialização e urbanização*. Lisboa: Terramar, v.4, 1999.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História- novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.

CANEVACCI, Massimo. (Org.) *Dialética da Família*. São Paulo: Brasiliense. 3ª ed. 1984.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

CASEY, James. *A História da Família*. São Paulo: Ática, 1992.

CASTORIADIS, C. *Introdução: a questão da história do movimento operário*. IN: *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.

COSTA, Rovílio. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna. 6ª impressão. 2004.

- DACANAL, José H. (Org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DE BONI, Luis A; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul: UCS, 1979.
- DE BONI, Luis A. (Org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.
- _____. *Bento Gonçalves era assim*. Caxias do Sul: EST/ Fervi, 1985.
- DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Indústria, trabalho e cotidiano. Brasil- 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 2ª ed., 1992.
- DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- FARGE, Arlette. *Família, a honra e o sigilo*. In: CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, v.3, 1991.
- FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*. São Paulo: Edusp. 2ª ed., 2000.
- _____. *Trabalho urbano e conflito social (1892-1920)*. São Paulo: Difel, 3ª ed., 1983.
- FONTOURA, Luiz F. Mazzini. *Agricultura: da associação à modernização*. In: GERTZ, René; GOLIN, Nelson B. T. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Porto Alegre: Méritos, vol. 3, tomo II, 2007.
- FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: nacional, 1972.
- GARCÍA ABAD, Rocio. *Una propuesta metodologica para un analisis micro de las migraciones a corta y media distancia: los seguimientos nominativos*. Actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica/ Asociación de Demografia Historica (ADEH). Castelo Branco (Portugal), ADEH/ Politécnico de Castelo Branco.
- GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações*. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- GIRON, Loraine Slomp. *A imigração italiana no RS: fatores determinantes*. In: DACANAL, José H. (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *Produção e reprodução: a mulher e o trabalho na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Cadernos de Pesquisa. Caxias do Sul: UCS, 1992.

_____. *As sombras do littorio- o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. São Paulo: PUCSP, 1989.

GOODE, William J. *A Família*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1970.

GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-história?* In: REVEL, Jacques (Org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HARDMANN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERRELEIN, Ronaldo Jr.; CORAZZA, Gentil. *Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85)*. In: GERTZ, René; GOLIN, Nelson B. T. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Porto Alegre: Méritos, vol. 4, 2007.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos- o Breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra. 2ª edição, 1988.

KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (compiladores). *La vida familiar desde la Revolución Francesa hasta la Primera Guerra Mundial (1789-1913)*. Barcelona, Paidós Ibérica, v.2, 2003.

_____. *La vida familiar en el siglo XX*. Historia de la familia europea. Barcelona, Paidós Ibérica, v.3, 2004.

KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris. (Org). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp. 2ª ed., 2000.

KHÜN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2ed., 2004.

KLEP, Paul M.M. *Introduction to special issue: contradictory interests of offspring and parents, 1500-2000*. In: The History of the family. Nº9, 2004, pg. 349-354.

KOFF, Elenita J. Girondi. *Os primórdios da colonização de Garibaldi- Conde d'Eu (1870/1875)*. 1991.

- LANGEMANN, Eugenio. *Imigração e industrialização*. In: DACANAL, José H. (Org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LAZZAROTTO, Valentim. *Pobres Construtores de riqueza*. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.
- LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na História*. In: REVEL, J. (Org). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102.
- LONER, Beatriz Ana. *A história operária no Rio Grande do Sul*. Revista de História Unisinos/Centro de Ciências Humanas- número especial. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- LOBO, Eulália L. *História Empresarial*. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (Org.)- *Domínios da História- Ensaios de Teoria e Metodologia*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1998.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul- implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Est Edições, 2ed. 2001.
- MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. *Formação da sociedade rio-grandense (ensaio)*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.
- MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 5ª ed., 2005.
- MÍGUEZ, Eduardo. *Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas e fuentes parcas*. Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna. M. Bjerg and H. Otero. Tandil (Argentina), Centro de Estudios Migratorios latinoamericanos. 1995.
- MORANT, Isabel (Dir.). *Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XIX a los umbrales del XX*. Madrid: Cátedra, 2006.
- MORENO, José Luis. *Historia de la familia en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.
- MOURA, Esmeralda B. B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. *Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo (1890/1920)*. São Paulo: USP, 1988 (Estudos Cedhal, n 3).
- MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José H. (Org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PAOLI, Maria Célia. *A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil*. Tempo Social; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1992.

PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 9ed., 2002.

_____. *República Velha Gaúcha*. Porto Alegre: Movimento/ IEL, 1980.

_____. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

_____. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho- RS (1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *O imigrante na política rio-grandense*. In: DACANAL, José H. (Org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PERROT, Michelle; MARTIN-FUGIER, Anne. *Os atores*. In: ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges. *História da vida privada- da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

PETERSEN, Silvia. *Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira*. Porto Alegre: UFRGS, nº 3, junho/1995.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824- 1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. In: Tempo/Revista do Departamento de História da UFF. Vol. 1, nº 2, Dez. 1996. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

RAMELLA, Franco. *Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios*. In: M.Bjerg and H. Otero. *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil (Argentina), Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos. 1995.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil (1890/1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 1997.

REICHEL, Heloísa Jochims. *A industrialização no RS na República Velha*. In: DACANAL, J.H.(Org.) *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROWLAND, Robert. *População, Família e Sociedade- Portugal, séculos XIX- XX*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Tendências atuais da história da família no Brasil*. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de. (Org). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987.

_____. (Org.). *Família e Grupos de Convívio*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero. Vol. 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.

_____. *Populações: (Con) vivência e (In) tolerância*. Cursos e Eventos. Nova Série, nº 4., Humanitas/ USP, 2004.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; TRUZZI, Oswaldo. *Tipologias Migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso*. Redes migratórias: revisão conceitual e uma aplicação. Paper apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2006.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. NEPS- Universidade do Minho, 6ª edição, 1999.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. A família como objeto de estudo para o Historiador. In: Coleta Rinaldi Althoff; Ingrid Elsen; Rosane Gonçalves Nitschke. (Org.). *Pesquisando a Família. Olhares Contemporâneos*. Florianópolis: Papa-Livro Editora, 2004, p. 45-54

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (Org). A escrita da história- novas perspectivas. São Paulo, Unesp, 1992.

SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1995.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, José Vicente. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1ª edição, 1978.

_____. *Cantineiros e colonos- a indústria do vinho no Rio Grande do Sul*. In: DACANAL, José H. (Org.) *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TEJO, Limeira. *A indústria rio-grandense em função da economia nacional*. In: Estatística industrial do RS- ano de 1937. Porto Alegre: Globo, 1939.

- THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: a família no mundo- 1900/2000*. São Paulo: Contexto, 2006.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa- a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed., 2004.
- _____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TISOTT, Ramon Victor. *Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul- fim do século XIX e início do XX*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, Unisinos, 2008.
- TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico- um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- VALDUGA, Gustavo. “*Paz, Itália, Jesus*”. *Uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do Jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2007.
- VERONA, Antonio Folquito. *Pacto Social e Luta operária em Schio*. Revista Brasileira de História, v.17, n.34. São Paulo, 1997.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ZONABEND, Françoise. *Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família*. In: BURGUIÈRE, André; KLAPISCH-ZUBER, Christiane; SEGALLEN, Martine; ZONABEND, Françoise. *História da família- Mundos Longínquos*. Lisboa: Terramar, v.1, 1996.
- WADI, Yonissa Marmitt. *Louca pela vida: a história de Pierina*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.